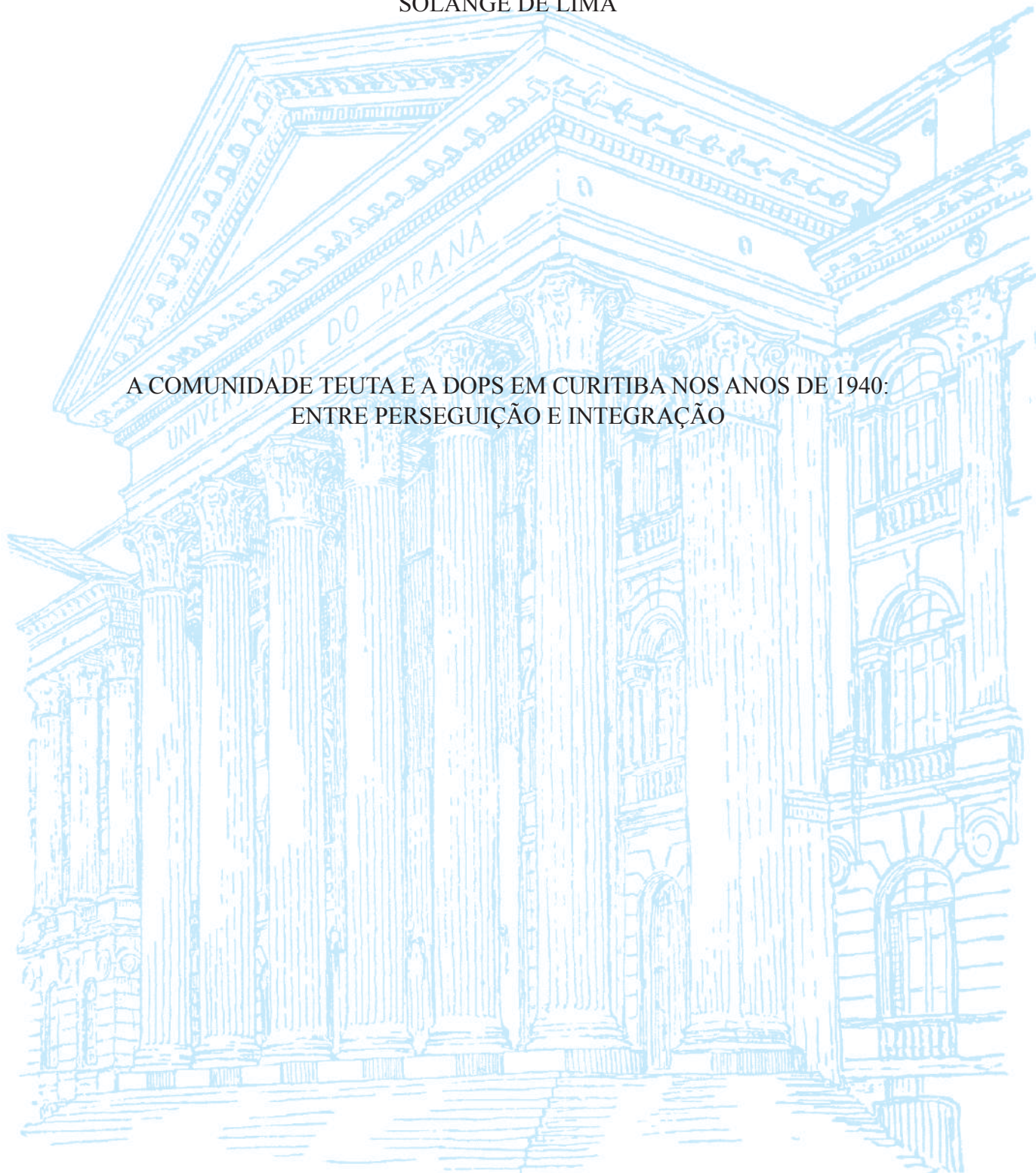


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SOLANGE DE LIMA

A COMUNIDADE TEUTA E A DOPS EM CURITIBA NOS ANOS DE 1940:  
ENTRE PERSEGUIÇÃO E INTEGRAÇÃO



CURITIBA  
2021

SOLANGE DE LIMA

A COMUNIDADE TEUTA E A DOPS EM CURITIBA NOS ANOS DE 1940:  
ENTRE PERSEGUIÇÃO E INTEGRAÇÃO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - SCHLA, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador(a): Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Lima, Solange de

A comunidade teuta e a DOPS em Curitiba nos anos de 1940 : entre  
perseguição e integração. / Solange de Lima. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira

1. Imigração alemã - História - Curitiba (PR). 2. Nazismo - Paraná.  
3. Brasil - História - Estado Novo, 1937-1945. 4. São Paulo (Estado).  
Departamento de Ordem Política e Social. I. Oliveira, Márcio Sérgio Batista  
Silveira de, 1962-. II. Título.

CDD – 325.34098162



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA -  
40001016032P2

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **SOLANGE DE LIMA** intitulada: **A Comunidade Teuta e a DOPS em Curitiba nos anos 1940: entre perseguição e integração**, sob orientação do Prof. Dr. MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 02 de Dezembro de 2020.

Assinatura Eletrônica

03/12/2020 16:22:45.0

MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

03/12/2020 10:09:13.0

DENNISON DE OLIVEIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

03/12/2020 10:54:53.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

---

Rua General Carneiro, 460 - 9º. Andar - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5173 - E-mail: pgsocioufpr@hotmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 64560

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 64560

À minha avó, Regina Rüher, com quem aprendi as primeiras palavras em alemão e o gosto pelas tradições teuto-brasileiras.

Eu sou o vizinho. Eu o denunciei.  
Não queremos ter aqui  
Nenhum agitador.  
(BRECHT, 2012, p.123)

## **AGRADECIMENTOS**

Manter a produtividade na conjuntura caótica e desoladora pela qual passamos foi um grande desafio, sem dúvida as marcas do nosso tempo estão presentes neste trabalho. Mas tempos difíceis estreitam e criam laços de solidariedade e para este trabalho não faltaram incentivadores e colaboradores.

Meu primeiro agradecimento é para a pessoa que viabilizou a conclusão desta pesquisa, meu orientador Prof. Márcio de Oliveira. Além da orientação e do acolhimento, agradeço pela paciência e sensibilidade nos últimos meses. Agradeço ao Prof. Dennison de Oliveira pela orientação no início deste trabalho e pela compreensão. Também agradeço aos colegas de grupo de pesquisa pela oportunidade de aprender ainda mais sobre imigração, ao secretário Katiano Cruz e ao assistente administrativo Marcel Santos, pela disponibilidade e destreza em atender meus pedidos.

Agradeço à minha família pela paciência durante este tempo de indisponibilidade, mesmo que, muitas vezes não entendessem meu ritmo noturno de estudo e a natureza desta pesquisa, que absorveu grande parte da minha vida nos últimos dois anos.

Agradeço aos colegas de trabalho que "quebraram galhos" para que eu pudesse cumprir compromissos acadêmicos e aos que foram incentivadores desta pesquisa. Em especial aos meus diretores, pelo apoio e por terem me ajudado a vencer as barreiras que o Estado coloca entre os professores e o aperfeiçoamento profissional. Tive a sorte de trabalhar com pessoas maravilhosas e que não pouparam esforços para que eu pudesse seguir na vida acadêmica, mesmo sem licença. Obrigada aos diretores Rita de Cássia Macário e Marcelo Gueber; às pedagogas Márcia Cristina e Naudenice Simão; e ao querido Juliano Pagno, que sempre conseguiu atender meus pedidos malucos de horário. Não citarei mais pessoas para não correr o risco de cometer injustiças, mas os colegas de trabalho estão bem representados por essas figuras acima.

Um agradecimento especial aos meus amigos de longa data que estiveram presentes em momentos difíceis da minha trajetória pessoal e acadêmica, em especial ao Christopher Michiuye. Não há palavras que possam demonstrar o quanto sou grata a você, obrigada por eu estar aqui e por ser incansável. Obrigada ao Robson Zatta por estar sempre por perto, mesmo

estando longe, talvez você não lembre, mas aquelas palavras proferidas em uma noite de 2014, no estacionamento do Marcelu's, também são responsáveis por esse trabalho. À Kátia Konopka Lira que lá em 2007 me ajudou a fotografar as fontes desta pesquisa. Aos amigos Cristiano Ramos e Anderson Trindade por fazerem o isolamento social mais leve e gorduroso. Obrigada Leandro Oebeck pelo incentivo e a paciência nestes últimos meses, “quando eu terminar a dissertação” estive presente em muitas conversas nossas.

A Pós-graduação em Sociologia me proporcionou muito mais que conhecimento, me trouxe pessoas queridas, que apesar de serem recentes na minha vida possuem um grande valor. Obrigada Marcelo Darlan de Oliveira pelos cafês e conversas sempre divertidas, mesmo em situações críticas. E um agradecimento especial ao querido Caio Henrique pelas extensas conversas, pelo carinho desinteressado e pela companhia no pessimismo, não somente musical. E quanto a mim? Continuo não acreditando em nada.

Por último, mas mais importante, meu agradecimento especial ao amado João B. Martins, sem dúvida o maior presente que estudar imigração me proporcionou. Pesquisador e grande entusiasta do tema com quem tenho travado extensas discussões sobre o assunto. Obrigada por ser o maior incentivador desta pesquisa, pelo cuidado, pela paciência e por ser meu ponto de equilíbrio em meio ao caos que vivemos. Sua presença trouxe música para a minha vida, obrigada.



## RESUMO

Este trabalho tem como propósito discutir de que maneira imigrantes alemães e seus descendentes se aproximaram do nazismo na capital paranaense e se a perseguição promovida contra alemães e teuto-brasileiros refletia uma ação contra um possível perigo político ou seria motivada por questões que dizem mais sobre o regime e o próprio processo migratório no Brasil. Para tal, utilizamos os inquéritos abertos pela DOPS contra alemães e teuto-brasileiros entre 1939 e 1945. Para o entendimento da conjuntura pesquisada foi necessário um retorno ao início do processo migratório e da formação da comunidade teuta curitibana. O Brasil recebeu uma grande leva de imigrantes a partir da segunda metade do século XIX, entre os diversos grupos étnicos que entraram no país, estavam os alemães. Com a entrada destes imigrantes, o Estado brasileiro desejava aumentar a oferta de mão de obra para agricultura, povoar regiões do interior e ainda promover o progressivo branqueamento da população. Intelectuais e autoridades brasileiras, influenciadas por teorias raciais, relacionavam a entrada do imigrante branco a um ideal de progresso para o Brasil. Já no início do século XX, os imigrantes, que seriam a solução esperada por autoridades e intelectuais, passam a inspirar cuidado e preocupação. A formação de colônias homogêneas e a não assimilação esperada, transformaram os alemães em perigo para a soberania nacional, preocupação que ganhou força com o advento do Estado Novo, em 1937. As medidas nacionalizantes tomadas pela ditadura varguista exacerbam-se com o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e os países do Eixo, em 1942, transformando o cotidiano de regiões que receberam grandes levadas de imigrantes oriundos de países do Eixo, como Curitiba.

**Palavras-chaves:** imigração alemã; nazismo; DOPS; Estado Novo.

## ABSTRACT

This paper aims to discuss how germans immigrants and their descendants approached nazism in the capital of Paraná, and if the persecution promoted against germans and german-brazilians reflected an action against a possible political danger or was motivated by questions that say more about the regime at that time and the immigration process in Brazil. For this, we used the investigations opened by the DOPS (The Department of Political and Social Order) against germans and german-brazilians between 1939 and 1945. For understanding the researched conjuncture is necessary to return to the beginning of the immigration process and the formation of the german community in Curitiba. Brazil received a wave of immigrants from the second half of the XIX century, among the diverse ethnic groups that entered the country, were the germans. With the entry of these immigrants, the Brazilian State wanted to increase the supply of labor for agriculture, populate the interior regions and further promote the progressive whitening of the population. brazilian intellectuals and authorities, influenced by racial theories, related the entry of the white immigrant to an ideal of progress for Brazil. At the beginning of the XX century, immigrants, which would be the solution expected by authorities and intellectuals, began to inspire care and concern. The formation of homogeneous colonies and the expected non-assimilation made the germans a danger of national sovereignty and a concern that gained strength with the arrival of the New State (Estado Novo) in 1937. The nationalizing measures taken by the Vargas dictatorship are aggravated by the rupture of diplomatic relations between Brazil and the Axis countries, in 1942, transforming the daily life of these regions that received large waves of immigrants from the Axis countries, such as Curitiba.

**Keywords:** german immigration; nazism; DOPS; New State.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: FARMÁCIA E DROGARIA STELLFELD.....	76
FIGURA 2: IMAGEM PUBLICITÁRIA DA FÁBRICA MUELLER IRMÃOS LTDA.....	77
FIGURA 3: TEATRO HAUER.....	78
FIGURA 4: GRACIOSA COUNTRY-CLUB.....	80
FIGURA 5: ESTUDANTES EM FRENTE À ESCOLA ALEMÃ.....	81
FIGURA 6: JORNAL O DIA - DIVULGA PORTARIA Nº90.....	99
FIGURA 7: DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE 7 DE MAIO DE 1942.....	101
FIGURA 8: MEMBRO DO NSDAP/PR DETIDO FALAR ALEMÃO.....	103
FIGURA 9: DIÁRIO DA TARDE, DE 8 DE ABRIL DE 1939.....	104
FIGURA 10: GAZETA DO POVO, DE 14 DE ABRIL DE 1939.....	105
FIGURA 11: DIÁRIO DA TARDE, DE 12 DE ABRIL DE 1939.....	106
FIGURA 12: DIÁRIO DE SÃO PAULO.....	106
FIGURA 13: DIÁRIO DA TARDE, DE 1º DE ABRIL DE 1939.....	106
FIGURA 14: A NOTÍCIA, DE 10 DE MAIO DE 1942.....	107
FIGURA 15: A NOTÍCIA, DE 10 DE MAIO DE 1942.....	108
FIGURA 16: DIÁRIO DA TARDE, DE 15 DE MAIO DE 1942.....	109
FIGURA 17: CORREIO DO PARANÁ, DE 11 DE MAIO DE 1942.....	110
FIGURA 18: O DIA, DE 15 DE MAIO DE 1942.....	111
FIGURA 19: GAZETA DO POVO, DE 15 DE MAIO DE 1942.....	112
FIGURA 20: CORREIO DO PARANÁ, DE 15 DE MAIO DE 1942.....	113
FIGURA 21: DIÁRIO DA TARDE, DE 12 DE MAIO DE 1942.....	114
FIGURA 22: O JORNAL, DE 16 DE OUTUBRO DE 1940.....	124
FIGURA 23: FESTEJOS NA CHÁCARA DE JULIO BRANDA, PARANAGUÁ.....	130
FIGURA 24: CONVITE DE UM CONCERTO DO QUARTETO FRITZSCHE.....	133
135 - FIGURA 25: TRANSCRIÇÃO DA NOTA PUBLICADA NO JORNAL DIÁRIO DA TARDE.....	134
FIGURA 26: DEVOUÇÃO DE RÁDIO DE ARTHUR EMILIO WENDEL.....	143
FIGURA 27: PLANTA DE CURITIBA DE 1944 COM O ZONEAMENTO URBANO.....	147
FIGURA 28: PLANTA DE CURITIBA DE 1944 COM AS RESIDÊNCIAS DOS FICHADOS PELA DOPS.....	147

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: DENÚNCIAS EM CURITIBA.....	146
---------------------------------------	-----

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1: FICHADOS/PRESOS/CITADOS/INTERROGADOS PELA DOPS ENTRE 1938 E 1945.....	151
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

5º RM - Quinta Região Militar

AO - *Auslandsorganization der NSDAP* (Organização do Partido Nazista para o Exterior)

DEAP - Arquivo Público do Estado do Paraná

DESPS - Delegacia Especial de Segurança Política e Social

DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social

MJNI - Serviço de Vistos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NSDAP - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães)

NSDAP/PR - *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei - Kreis Paraná* (Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães - Círculo Paranaense)

PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. OS ALEMÃES NO BRASIL: DA IMIGRAÇÃO AO PARTIDO NAZISTA.....</b>	<b>23</b>
2.1. A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL.....	23
2.2. A TRAJETÓRIA ALEMÃ NO PARANÁ.....	33
2.3. O PARTIDO NAZISTA NO BRASIL.....	38
2.4. A SEÇÃO NAZISTA PARANAENSE.....	44
<b>3.O. ESTADO NOVO.....</b>	<b>47</b>
3.1. AS MUDANÇAS NA POLÍTICA IMIGRATÓRIA.....	47
3.1.1. Os decretos 3.010/38 E 3.175/41.....	49
3.1.2. Francisco Campos - o nome da política imigratória no Estado Novo.....	59
3.2. AS SANÇÕES DO ESTADO NOVO CONTRA OS ESTRANGEIROS.....	69
<b>4. A COMUNIDADE TEUTA EM CURITIBA: ENTRE PERSEGUIÇÃO E INTEGRAÇÃO.....</b>	<b>73</b>
4.1. A COMUNIDADE TEUTA CURITIBANA.....	73
4.2. A DOPS E AS FONTES.....	88
4.3. A PERSEGUIÇÃO À “QUINTA-COLUNA”.....	93
4.3.1. O projeto nacionalizador.....	94
4.3.2. O papel da imprensa.....	98
4.3.3. A ação da DOPS.....	115
<b>5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>162</b>
<b>ANEXO 1 - DECRETO Nº 19.482, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1930.....</b>	<b>169</b>
<b>ANEXO II - DECRETO-LEI Nº3.175, DE 7 DE ABRIL DE 1941.....</b>	<b>174</b>
<b>ANEXO III - AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.....</b>	<b>178</b>
<b>ANEXO IV - RECOMENDA QUE AS FESTIVIDADES DO CONSULADO NÃO SEJAM PERMITIDAS.....</b>	<b>187</b>
<b>ANEXO V - EMBARCADOS NO VAPOR ITAQUERA EM 08/12/1942 COM DESTINO AO RIO DE JANEIRO POR ORDEM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.....</b>	<b>188</b>
<b>ANEXO VI - RELAÇÃO Nº2 - EMBARCADOS NO VAPOR ITAQUERA EM 08/12/1942 COM DESTINO AO RIO DE JANEIRO POR ORDEM DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E QUE SE ENCONTRAM EM LIBERDADE ASSISTIDA.....</b>	<b>191</b>
<b>ANEXO VII - DENÚNCIA CONTRA RUDI BLUM.....</b>	<b>194</b>

## INTRODUÇÃO

Muitos são os trabalhos que abordam as relações entre imigração alemã e nazismo no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial. Dois temas que não se esgotam, não somente por vivermos um período de grande fluxo imigratório, de crescimento da extrema direita e também da intolerância contra imigrantes e grupos étnicos, mas também pela documentação do período ser extensa e muito rica, podendo proporcionar pesquisas de diversas naturezas.

Neste trabalho propomos fazer uma análise exaustiva dos documentos dos dossiês temáticos da DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social -, relacionados à imigração alemã, nazismo ou que estivessem dentro do recorte da pesquisa, entre 1939 e 1945. O objetivo aqui não foi realizar uma análise da ação do Partido Nazista - NSDAP/PR - em Curitiba, mas tentar mapear de que maneira o alemão ou teuto-brasileiro relacionou-se com o partido, e se de fato havia um engajamento político e ações que pudessem caracterizar uma ameaça ao Brasil, justificando assim as ações da DOPS na capital paranaense.

Muito ricos, os documentos dizem muito, não somente sobre de que forma a comunidade germânica comportou-se diante do NSDAP/PR, mas também sobre as características internas da própria comunidade, que esteve distante de compor um grupo homogêneo. A ação policial contra os imigrantes foi responsável pela vigilância e a repressão a alemães e teuto-brasileiros, longe de combater um perigo real, o Estado fomentou a intolerância étnica e antigas questões relacionadas à imigração teuta.

O fluxo imigratório europeu para a América, com início no século XIX, foi incentivado pelas autoridades brasileiras, influenciadas por teorias raciais que identificavam no negro e na mistura racial o motivo do atraso do país. Situação que poderia ser combatida com o “branqueamento” da população, ou seja, a entrada de imigrantes europeus para promover o desenvolvimento do Brasil. Entre as etnias que foram desejadas por intelectuais e autoridades brasileiras, estavam os alemães, considerados laboriosos, seriam motores da civilidade.

Apesar do grande número de imigrantes europeus que entraram no Brasil terem cumprido seu papel ao aumentar a oferta de mão de obra e também ocupar regiões do interior desabitadas pelo elemento luso-brasileiro, o “branqueamento” esperado não foi atingido. A falha neste empreendimento deu-se por diversos motivos, entre eles o isolamento das comunidades de imigrantes em regiões distantes e, muitas vezes, de difícil acesso;



dificuldades de entendimento por conta do idioma e outras características culturais; e também preconceitos mútuos, por mais que fosse branco, o imigrante era considerado cidadão de segunda linha, apenas mão de obra. Por outro lado, os imigrantes também traziam concepções a respeito dos brasileiros, os alemães os viam como inferiores, chamando os de “caboclos”.

Nas colônias indivíduos de mesma origem nacional estavam isolados da população brasileira; nas cidades, apesar do contato imediato, nem sempre o convívio foi fácil. Houve e ainda há muito preconceito contra italianos e japoneses em São Paulo, por exemplo; e os estereótipos sobre os imigrantes são muitos. Por outro lado, os imigrantes e também têm ideologias de superioridade étnica que visualizam o brasileiro de forma estereotipada; entre os colonos, o brasileiro é o caboclo, considerado preguiçoso, indolente. (SEYFERTH, 1990, p.81).

A exemplo de outras etnias, os alemães não se integraram totalmente à cultura nacional, não aceitando a “caboclicização”<sup>1</sup>. Muitas vezes mantiveram uma sociedade fechada e organizada, com a manutenção de escolas, igrejas, associações e produção de vários periódicos em seu idioma natal. As questões ideológicas foram mantidas e reforçadas através da disseminação do *Deutschtum*<sup>2</sup>. A preservação da identidade étnica e do idioma alemão, as crenças evangélicas luteranas e a endogamia foram fundamentais para o *Auslandsdeutscher* - alemães no exterior -, que sentiam-se parte da Alemanha, mesmo estando muito distantes, assim se criava uma pátria fora da Alemanha, ou seja, uma pátria onde houvessem alemães - *Heimat*. Mesmo com a crença na manutenção dos aspectos culturais e ideológicos e da não inserção total à cultura nacional, os alemães criaram uma cultura distinta, que integrou elementos brasileiros e alemães.

Isso somando ao descaso do governo brasileiro, que não promoveu políticas públicas que fornecessem serviços básicos nas comunidades mais afastadas. O que fez com que os próprios colonos fossem responsáveis pela educação de seus filhos e se organizassem em associações e em torno de igrejas, promovendo mecanismos de solidariedade dentro da comunidade. O que os afastava ainda mais dos brasileiros.

---

<sup>1</sup> *Verlieren sich* (perder-se) e *kaboklisieren sich* (caboclicizar-se) eram expressões utilizadas para designar o processo no qual o alemão adere ao modo de vida brasileiro, através do matrimônio ou mesmo do simples contato com elementos nacionais. Esquecendo sua germanidade, deixando de lado o uso da língua e das práticas culturais alemãs, o alemão torna-se caboclo, perdendo sua suposta superioridade racial e igualando-se ao brasileiro (OLIVEIRA, 2008, p.19).

<sup>2</sup> Germanismo, ideologia formulada a partir de alguns princípios do nacionalismo alemão do início do século XIX, de acordo com o qual “a nacionalidade é herdada, produto de um desenvolvimento físico, espiritual e moral: um alemão é sempre alemão, ainda que tenha nascido em outro país” (SEYFERTH, 1982, p.46).

Sendo assim, o imigrante alemão seria o mais inassimilável entre os estrangeiros, o que ainda no final do século XIX, no auge da entrada de imigrantes no Brasil, já era considerado um perigo pelas autoridades brasileiras. A política externa alemã também foi responsável pela construção da ideia de perigo em relação ao alemão, a Alemanha havia se industrializado e erradicado o analfabetismo em uma geração, competindo com as grandes potências europeias imperialistas, como a Grã-Bretanha e a França. A não assimilação<sup>3</sup> fazia do imigrante alemão e do teuto-brasileiro<sup>4</sup> colaboradores em potencial dos interesses imperialistas da Alemanha.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, a situação dos alemães no Brasil piorou, além da desconfiança das autoridades, sofreram com a violência da população. Mesmo assim, após o término do conflito, alemães continuaram entrando no Brasil, as gerações anteriores, em parte já estabelecidas, já possuíam uma importante participação econômica no país, muitos núcleos coloniais passaram a tornar-se municípios com características germânicas, como Blumenau em Santa Catarina. Em cidades do sul do Brasil, como Curitiba e Porto Alegre, os imigrantes não somente possuíam uma organização própria, com escolas e associações, como também cresciam em importância econômica, adquirindo terras, montando comércios e indústrias.

Mesmo com a aparente integração dos imigrantes, a imagem do alemão como elemento inassimilável e desagregador manteve-se presente no imaginário brasileiro. Questão que ganhou maior atenção do governo com a implantação do Estado Novo e a sua Campanha de Nacionalização. O projeto autoritário e nacionalista de Getúlio Vargas esbarrava na presença estrangeira, principalmente no sul do Brasil, em que comunidades alemãs mantinham os costumes da terra de origem.

Getúlio Vargas possuía uma boa relação com a Alemanha, isso se refletia diretamente na questão econômica. O próprio NSDAP não era proibido no Brasil, somente após o Estado Novo, no qual diversos partidos caem na ilegalidade, que o Partido Nazista passa a ser proibido no país. Mesmo após a proibição, o Consulado mantinha ligação com a Alemanha, ostentando símbolos da gestão alemã, recebendo material de divulgação e também comemorando o aniversário do *Führer*. Tudo isso sem ter problemas com o Estado brasileiro.

---

<sup>3</sup> "A assimilação é um processo de interpenetração e fusão no qual pessoas e grupos adquirem as memórias, os sentimentos e as atitudes de outras pessoas ou grupos, e, compartilhando sua experiência e história, são incorporados em uma vida cultural comum" (PARKER; BURGESS, 2014, p.136).

<sup>4</sup> Aqui denominaremos alemães os indivíduos nascidos na Alemanha, teuto-brasileiros (*Deutschbrasilianer*) os descendentes de alemães nascidos no Brasil, portanto cidadãos brasileiros, e comunidade teuta ou germânica para os grupos formados por alemães e descendentes.

Situação que mudou com o rompimento das relações diplomáticas com os países que formavam o Eixo. A partir deste momento, órgãos alemães foram fechados e funcionários deportados para a Alemanha.

De fato, com a ascensão do nazismo, o sentimento nacionalista alemão ganhou nova força. A propaganda nazista mostrava que a Alemanha havia superado as dificuldades enfrentadas após a Primeira Guerra Mundial e uma parcela de alemães e também teuto-brasileiros acabaram tornando-se simpáticos ao regime nazista, não somente por acreditar nos ideais do nacional-socialismo, mas também pela manutenção do *Deutschtum*. As formas de difusão das ideias pangermanistas e nazistas foram as mais variadas, igrejas luteranas, associações culturais e escolas, onde disseminava-se a ideia de manutenção da união entre os alemães no exterior. Muitos teuto-brasileiros tiveram grande integração na sociedade luso-brasileira, mas na questão étnico-cultural permaneciam alemães, ao mesmo tempo que reivindicavam a cidadania do país hospedeiro.

O advento da Segunda Guerra Mundial transformou a relação da comunidade germânica com a população brasileira. Mesmo gestado antes do segundo conflito mundial estourar, o projeto de criação de uma identidade nacional brasileira, iniciado nos primeiros anos de República e retomado por Getúlio Vargas no final da década de 1930, tomou vulto. A imagem de elemento perigoso e inassimilável ganhou força novamente, e um novo estigma passou a acompanhar os alemães, que passaram a ser sinônimo de nazistas. O torpedeamento de navios mercantes brasileiros na costa do Oceano Atlântico causou grande comoção popular, e imigrantes e seus descendentes oriundos de países do Eixo ficaram expostos a ações populares violentas. Enquanto o Estado brasileiro convocava o cidadão a fazer sua parte na defesa da soberania nacional.

A comunidade germânica representava o “perigo alemão”, que comprometia a soberania brasileira. Aliado a outros fatores, como a proximidade do Sul do país à Argentina, que mantinha ligações com a Alemanha, e ainda à questão do saliente nordestino, região desprotegida e ao mesmo tempo um ponto estratégico, que poderia ser utilizado como possível porta de entrada para futuras invasões alemãs vindas da África.

É esta conjuntura analisada nesta pesquisa, período conturbado em que o Estado construiu mais um inimigo para sustentar seu autoritarismo através de sua polícia política, que perseguia em nome da defesa nacional. O papel da DOPS e a ação popular contra os inimigos

da nação, muito mais do que fruto da tensão vivida no mundo com a Segunda Guerra Mundial, foram antes de tudo produtos da ideologia do regime.

Apesar de sua aproximação com a Alemanha, Getúlio Vargas possuía em seu governo burocratas favoráveis a uma aproximação com os Estados Unidos. Os germanófilos também faziam parte do seu governo, o que não impediu que os alemães sofressem implacável vigilância, que esteve antes de tudo ligada a preconceitos a respeito do estrangeiro, a figura do outro, do inassimilável, do que oferecia risco ao país em prol do nazismo.

Mas o Estado não agiu sozinho na repressão aos imigrantes oriundos de países do Eixo, a imprensa teve um papel importante ao inflamar a população contra os alemães, bem como o próprio apelo do Estado para que os cidadãos tomassem seu lugar na defesa nacional. Denunciar estava na ordem do dia, mesmo quando as denúncias traziam questões pessoais e não políticas, motivadas por ressentimentos e intolerância étnica, construídos ao longo de todo o processo de imigração. Na vasta documentação analisada, a maior parte dos fichados foi vítima de denúncia de pessoas conhecidas, vizinhos ou colegas de trabalhos, por motivos diversos, inclusive por questões econômicas.

As cidades onde residiam imigrantes e seus descendentes vivenciaram um clima de tensão, com casos de extrema violência, permeado por saques, invasões, depredações e denúncias, como já havia ocorrido, em menor escala, durante a Primeira Guerra Mundial. Essas ações foram legitimadas pelo Estado, que cumpriu o seu papel na defesa da soberania nacional, confiscando os bens de imigrantes e descendentes, acusando e intimando-os a comparecer a uma das delegacias da DOPS. Deste modo, eram detidos os elementos estrangeiros que falassem seu idioma natal, e possuísem rádios, armas, revistas e livros em outro idioma que não o português. Aqueles que não conseguiam esconder fenotipicamente a sua origem, como os japoneses, também eram detidos. Invasões a clubes e associações estrangeiras, juntamente com a apreensão daqueles materiais anteriormente citados e ainda humilhações públicas fizeram parte do cotidiano do imigrante “eixista” até o término da Segunda Guerra.

A opção pelo Partido Nazista, por parte de alguns imigrantes alemães e teuto-brasileiros, remete a discussões sobre até que ponto houve uma influência política e cultural do partido na vida do imigrante. Se as reuniões promovidas pelo partido, propagandas e materiais favoráveis ao III *Reich*, juntamente com um possível contato com a Alemanha nazista, teriam como objetivo um levante contra o Brasil em prol dos ideais expansionistas de Adolf Hitler. E

ainda se as medidas nacionalizantes, que pretendiam assimilar o alemão sem promover de fato uma integração à sociedade brasileira, teriam sido coerentes ou apenas um reflexo da xenofobia construída durante todo o processo de colonização alemã.

Para tentar responder a estes questionamentos, faz-se necessário entender como se deu o processo de imigração alemã; se a ausência de uma política imigratória que promovesse a integração dos imigrantes, somada a questões como o suposto isolamento e a manutenção de características culturais alemãs, juntamente com a política imperialista da Alemanha teriam contribuído para a construção do teuto-brasileiro como inimigo e elemento desagregador da nação, o que contribuiria para o entendimento da conjuntura curitibana dos anos 1940. Dados sobre o perfil e o papel econômico da comunidade teuta em Curitiba também serão importantes para entender as escolhas destes imigrantes em relação ao nazismo e também a posição das autoridades curitibanas ao aplicar a política de vigilância do Estado Novo na capital paranaense.

A organização do Partido Nazista para o exterior também é um ponto importante para a análise da maneira como alemães e teuto-brasileiros relacionavam-se com o seções do partido no Paraná e se a ideologia nazista possuía ecos dentro da comunidade teuta em Curitiba. Como ocorriam as ações do partido e as estratégias de disseminação dos ideais nazistas, juntamente com o levantamento do perfil dos filiados e também o percentual de filiados no Paraná em relação a população total pertencente à comunidade teuta no estado, são fundamentais para ver o tamanho da abrangência das ações nazistas em Curitiba.

Para finalizar a pesquisa, os dois últimos capítulos trabalharão diretamente com o aparato burocrático e repressor do Estado Novo. O terceiro capítulo traz a análise de decretos que tiveram como objetivo controlar a entrada de imigrantes no Brasil e também nacionalizar os chamados “quistos étnicos”<sup>5</sup>; mapeando as influências no pensamento de nomes importantes da burocracia do Estado Novo, como Francisco Campos e Ernani Reis; verificando a aproximação do pensamento eugenista destes burocratas da ditadura varguista com o pensamento racial do século XIX, que impulsionou naquele período a entrada de imigrantes brancos, como os alemães. Por fim, tratamos da prática da implantação destas leis e teorias na repressão contra alemães e teuto-brasileiros em Curitiba na década de 1940. Com os inquéritos da DOPS verificaremos as motivações para as inúmeras prisões, apreensões e

---

<sup>5</sup> Expressão utilizada por autoridades nacionais e intelectuais para se referirem às colônias homogêneas e afastadas de grupos brasileiros, onde eram preservados o idioma, a religião e os costumes da terra natal.

situações de violência contra estrangeiros e descendentes, se estas medidas policiais de fato buscavam coibir ações políticas ou nocivas à segurança nacional, ou apenas tratavam-se de questões pessoais e de manifestações xenófobas, não somente por parte do Estado, mas também da comunidade nacional. Feito tal empreendimento, tentaremos reunir o conjunto de motivações que levaram regiões que receberam grandes levas de imigrantes alemães a vivenciarem um clima de repressão e violência contra a comunidade teuta.

## 2. OS ALEMÃES NO BRASIL: DA IMIGRAÇÃO AO PARTIDO NAZISTA

### 2.1. A IMIGRAÇÃO ALEMÃ NO BRASIL

No Brasil, a entrada de imigrantes europeus teve início nas primeiras décadas do século XIX. Mas, foi somente na segunda metade do século que o processo imigratório ganhou força, passando a ser responsabilidade dos governos provinciais. As autoridades brasileiras, influenciadas por teorias vindas da Europa, passaram a encarar o imigrante europeu como fator de modernização do Brasil. Propagandas foram feitas no exterior com intuito de atrair este imigrante para o solo brasileiro. Chegando aqui, o europeu deveria substituir a mão-de-obra escrava negra e também atender a demanda crescente por trabalhadores; ocupar regiões ainda não povoadas por luso-brasileiros, como o interior do sul do Brasil; e ainda promover o progressivo clareamento da população.

De acordo com o autor Estêvão Müller, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, publicou em comemoração aos 180 anos da imigração alemã em São Leopoldo, em 20 de julho de 2004, promessas do Império para atrair imigrantes alemães para o território nacional. De acordo com Müller, estas propostas do governo brasileiro seriam semelhantes ao Manifesto de Catarina II da Rússia, quando recebeu imigrantes meninas alemãs:

1. Pagar as despesas de viagem ao Brasil;
2. Aceitar os imigrantes como cidadãos brasileiros, garantindo naturalização plena e dispensa das formalidades legais;
3. Não fazer restrições ao culto religioso;
4. Dar a cada família uma propriedade de 160 mil braças quadradas (algo como 36 hectares) em campo, terra de lavoura e mata virgem;
5. Entregar gratuitamente, dependendo do tamanho da família, cavalos, bois, vacas e ovelhas;
6. Pagar diariamente a cada dono, no primeiro ano, a quantia de 1 franco (180 réis) e, no segundo ano, metade do valor.
7. Isentar taxas e impostos sobre rendimentos e serviços do Estado nos primeiros 10 anos;
8. Dar propriedade da terra, mas proibindo alienação (venda, aluguel) nos primeiros dez anos. A partir de então, poderiam dispor do imóvel pagando o dízimo sobre a produção da lavoura;
9. Os imigrantes deveriam renunciar à nacionalidade alemã. (MÜLLER, 2012, p.209)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Por se tratar da comemoração do início da colonização alemã em São Leopoldo, que data de 1824, as promessas descritas por Müller possivelmente seriam da mesma época, portanto, anteriores à Lei de Terras de 1850. Alguns pontos citados pelo autor contrariam o estabelecido na referida lei e Müller não traz mais informações sobre a fonte.

Mesmo com o abandono do governo, que não cumpriu a maior parte das promessas feitas aos imigrantes, grande parte conseguiu superar as adversidades. Problemas com solos inférteis, desmatamento de matas fechadas, ausência dos serviços básicos como saúde e educação, a dificuldade de interação com o elemento nacional e até mesmo conflitos com indígenas em algumas regiões, foram muitas vezes vencidos e em alguns locais onde havia colônias afastadas surgiram municípios prósperos, como é o caso de Blumenau.

As teorias raciais, utilizadas para legitimar o empreendimento imperialista europeu no século XIX, ganharam voz aqui no Brasil através de diversos autores, como Oliveira Vianna. A crença na superioridade da raça branca foi adaptada e colocada em prática através do incentivo dado a entrada dos europeus. Para os entusiastas do empreendimento imigratório, o imigrante representava uma grande vantagem em relação ao negro.

Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) pregava a necessidade do branqueamento da população brasileira. O que fez com que visse a entrada dos europeus com entusiasmo, principalmente o alemão, que era visto como trabalhador e organizado, características que venceriam facilmente a indolência do negro e sua indisposição ao trabalho. Os imigrantes de origem alemã, ao mesmo tempo em que, representavam a esperança de um futuro moderno, constituíram um problema para as autoridades nacionais. Maior parte dos imigrantes alemães se instalou em colônias homogêneas e isoladas no Sul do país, comportamento incentivado, principalmente, pelas práticas de colonização no Sul.

O processo de colonização nesta região do Brasil representou uma novidade em relação aos latifúndios que dominavam a produção agrícola no país. Os colonos<sup>7</sup> praticavam agricultura em minifúndios através do trabalho familiar, modelo possibilitado pelo financiamento de lotes promovido pelo governo ou por companhias de colonização privadas. As duas principais características das colônias alemãs no sul foram o isolamento e sua homogeneidade étnica. Parte dos alemães recém-chegados permaneciam na *Gastland* (terra hospedeira), não se reconhecendo como novos cidadãos brasileiros. Somente depois de algum tempo que as colônias passaram a receber elementos de outras etnias.

A abolição da escravidão no Brasil aumentou ainda mais a necessidade de mão-de-obra, porém a presença de colônias homogêneas no Sul já ocupava espaço entre as preocupações de autoridade e intelectuais brasileiros, que já alertavam sobre o perigo que as mesmas

---

<sup>7</sup> A denominação colono é usada para representar os imigrantes no geral, e não somente os que se estabeleceram nas regiões rurais do sul do país.



representavam. O “enquistamento” dos alemães no Brasil, somado à posição de Alemanha no cenário internacional, transformou o alemão em um elemento perigoso para o país. A Alemanha praticava uma política expansionista após sua unificação. A nova potência mundial realizou enormes avanços na ciência, educação, tecnologia e administração pública, investiu na indústria bélica e na organização de um exército eficaz. O intento imigratório já não representava somente vantagens, as mesmas qualidades que antes eram vistas como positivas no alemão, agora passaram a ser vistas como um entrave para o governo brasileiro.

Os números do período mostram como um apanhado de estados desorganizados se tornou uma das principais potências do mundo, com um pequeno intervalo de uma geração. Seu crescimento industrial, comercial e militar impressionou toda a Europa. A Alemanha avançou tecnologicamente, investiu em educação e na formação de mão de obra técnica especializada. O crescimento da sua indústria de base ultrapassou até a mesmo a Inglaterra em alguns setores, como relata Kennedy (1989, p.207), “no aço, os aumentos foram ainda mais espetaculares, e a produção alemã em 1914, de 17,6 milhões de toneladas, foi ainda maior do que a britânica, a francesa e a russa combinadas”. A posição central na economia europeia fez com que muitos nacionalistas declarassem o desejo de expandir seus domínios para territórios além-mar, muitos consideravam um dever da Alemanha a dominação destas regiões.

No Brasil, entre 1900 e 1909 a legislação imigratória permitiu a entrada de imigrantes de outras etnias nas colônias, que até o momento eram homogêneas. Neste período, o Paraná passou a receber grande parte dos imigrantes recém-chegados da Europa, bem como famílias de áreas de colonização mais antigas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Esta migração interna ocorreu de áreas rurais para áreas urbanas, motivadas pelo esgotamento e o parcelamento dos lotes coloniais, e ainda pela possibilidade de ascensão social que o meio urbano representava. O Paraná ganhou posição de destaque na política de colonização com europeus.

Muitos artesãos, profissionais liberais, operários, professores, religiosos, comerciantes, ex-militares e intelectuais também compuseram os efetivos de imigrantes que entraram no Brasil. Desenvolveu-se a prática do auxílio mútuo e tudo o que era consumido era produzido pela própria família. Porém, esta aparente autossuficiência da colônia não se refletia na economia, que esteve altamente ligada ao elemento externo, reduzindo assim o isolamento. Mesmo que

este fato não fosse percebido ou até mesmo admitido pelos imigrantes alemães ou pelos teuto-brasileiros.

Os processos migratórios, sejam eles internos ou externos, são movimentos altamente complexos e dolorosos, até mesmo traumatizantes. A conjuntura mundial, que unia fatores extremos como a migração em massa; a tensão entre as grandes potências mundiais, mascarada pelo clima de euforia do final do século XIX; os grandes avanços tecnológicos; o fervor causado pelas ideologias que agora atingiam as massas, o nacionalismo exacerbado e a xenofobia, contribuiu para que o processo de colonização europeu brasileiro fosse ainda mais dramático.

Questões internas e externas afastaram o recém-chegado europeu do restante da sociedade brasileira. A falta de atenção das autoridades nacionais foi um fator relevante para a reclusão dos alemães em comunidades isoladas, sem nenhuma assistência pública. Um grande exemplo da desorganização do governo brasileiro em relação ao processo de imigração foi a falta de investimentos na educação pública, descaso que não atingia somente os estrangeiros<sup>8</sup>. Os filhos de imigrantes fixados em áreas rurais somente tiveram acesso ao ensino primário pela iniciativa da própria colônia e, sobretudo, da Igreja. Outras questões burocráticas também contribuíram para o afastamento do alemão e de seus descendentes, como o exemplo do grupo germânico de orientação luterana, que no início da colonização não podia naturalizar-se e nem possuía o direito ao reconhecimento de seu casamento, uma vez que, o casamento não católico não possuía valor jurídico<sup>9</sup>.

A insuficiência da atuação do Estado no período pós-imigração intensificou o papel social das organizações religiosas. Além de se responsabilizarem pela educação, também reuniam o espaço voltado ao lazer e realizavam trabalhos assistenciais. O protagonismo das instituições religiosas na vida do alemão, não estava presente somente nas colônias mais afastadas, mas se manteve vivo mesmo após o processo migratório para áreas urbanizadas. Ao lado das instituições religiosas as sociedades de auxílio mútuo também tiveram um papel importante, buscaram a defesa dos interesses dos colonos, se preocuparam com a manutenção e a construção de escolas, hospitais, asilos e orfanatos custeados por seus associados. Outras

---

<sup>8</sup> A implantação da República trouxe táticas de modernização que já ocupavam as preocupações de intelectuais antes mesmo da República ser uma realidade. Os esforços para modernizar o Brasil não foram poucos, foram realizadas diversas mudanças no país, porém estas eram aplicadas de cima para baixo, sem considerar uma reforma social de verdade.

<sup>9</sup> Somente em 1863, o Decreto nº3069, de 17 de abril de 1863, regulou o registro de casamentos, nascimentos e óbitos de pessoas não católicas do art.2 da lei 1144, de 11 de setembro de 1861 (SOUZA, 2006, p.6).

associações ainda surgiram voltadas para a recreação, mas, também acabaram promovendo a assistência aos imigrantes e ainda a coesão étnica.

A relativa autossuficiência das colônias promoveu o acesso a serviços básicos e também proporcionou que os costumes étnicos fossem preservados com uma determinada liberdade. A educação é um grande exemplo de como o *Deutschtum* foi cultivado e transmitido aos descendentes de alemães nascidos no Brasil. Tanto nas escolas das colônias, como nos grupos escolares alemães nas áreas urbanas, as aulas eram ministradas no idioma da pátria ancestral. Também foram organizadas as sociedades escolares, que possuíam currículos comuns e professores vindos da Alemanha. Esta situação se manteve até 1937, quando o governo federal promoveu a nacionalização do ensino. A grande herança deixada por essas escolas foi a preservação da língua, fator de extrema importância para a ligação do imigrante com a Alemanha.

À medida que os imigrantes deixavam o meio rural e passavam a integrar o meio urbano, o processo de incorporação de costumes se intensificou. Em Curitiba, os alemães tiveram grande participação no processo de industrialização, estando presentes entre os operários e entre os empresários, donos da maior parte das pequenas empresas da capital paranaense.

A peculiaridade do processo de colonização do Paraná afetou em grande parte a urbanização de Curitiba e outras cidades. A alteração na estrutura econômica tradicional, evidenciada primeiro pela diversificação agrícola, com a introdução da policultura e depois pela intensificação da atividade comercial e presença de pequenas indústrias e do artesanato, produziu uma classe média formada basicamente por imigrantes e seus descendentes. Por outro lado, a colonização realizada na periferia de áreas urbanas com o objetivo de garantir o abastecimento, resultou numa composição heterogênea que se incorporou às cidades à medida que seu crescimento natural alcançava os núcleos coloniais – caso de Curitiba, onde bairros inteiros foram originalmente colônias alemãs, italianas ou polonesas. (SEYFERTH, 1990, p. 60).

Nas áreas urbanas, as igrejas e associações foram de extrema importância por serem locais de assistência ao imigrante. A organização dos colonos também se fez perceber pelo número de publicações em língua alemã que circularam no país até 1939, ano em que foram proibidas. Os jornais em idioma alemão, no geral, defendiam interesses de grupo, de classe, políticos, econômicos e religiosos, tendo a maior parte do seu conteúdo voltado para informações sobre a Alemanha e apenas uma pequena parte para notícias nacionais. Muitos jornais defenderam a preservação da germanidade aliada à cidadania brasileira.

Ainda existiam as publicações de caráter teuto-brasileiro, onde o idioma utilizado não era o *Hochdeutsch* (alto alemão) e sim a língua falada no sul do Brasil, um alemão alterado, que já havia incorporado palavras não existentes originalmente no idioma. Da mistura do alemão com o português surgiram diversos termos, o antropólogo Emílio Willems já na década de 1940 reuniu 693 termos introduzidos pelos teuto-brasileiros ao alemão falado nas colônias, o autor ainda deixou claro que esta lista de palavras deixava de fora termos da fauna e da flora locais (1980, p. 197-198). Um exemplo deste novo vocabulário surgido desta mistura com o português está a expressão *kabloklisieren sich* (cabloclicar-se)<sup>10</sup> Nessas publicações era comum encontrar a glorificação da língua materna e ao mesmo tempo a exaltação da lealdade e do sentimento patriótico em relação ao Brasil.

Para Seyferth (1990, p.80), os imigrantes no geral mantiveram algum tipo de ligação com o país de origem. Resistindo às pressões para a “absorção”, “assimilação” e “aculturação”, promovendo a manutenção da cultura alemã em suas comunidades, que se organizavam para suprir a falta de assistência do Estado, uma vez que “a legislação foi sempre desfavorável ao imigrante, qualquer que seja a época focalizada” (SEYFERTH, 1990, p.80).

Além dos entraves burocráticos impostos aos alemães, os imigrantes ainda enfrentaram o preconceito em relação a sua posição de estrangeiro. Muitos brasileiros não se mostraram dispostos a vê-los como iguais. Para a elite, o imigrante representava somente a substituição do trabalho escravo, sendo constantemente lembrado por estereótipos, já para as classes mais populares representavam uma ameaça a seus empregos. Segundo Seyferth (1990, p.81), a união em grupos étnicos isolados se deu em virtude da conjuntura do Brasil, porém a autora não deixa de reconhecer a importância das teorias sobre a superioridade alemã no processo de “enquistamento”.

Os colonos que habitavam o campo se mantiveram mais afastados e os que habitavam o meio urbano tiveram dificuldades na interação com os brasileiros. Apesar de estarem em desvantagem numérica, se comparado a outras etnias como a italiana, o alemão representava um grande perigo. No caso de Curitiba a população de origem alemã entre 1886 e 1939, representava apenas 13,3% do total de imigrantes, valor inferior a muitas etnias (MAGALHÃES, 1989, p.83).

---

<sup>10</sup> Expressão utilizada para designar a relação com brasileiros, como o casamento fora da colônia, que levaria o alemão a perder sua germanidade (OLIVEIRA, 2008, p.19).

Grande parte dos alemães que aportaram no Brasil trouxeram as doutrinas pangermanistas na bagagem, o *Deutschtum* foi constantemente divulgado nas colônias. O que antes era visto como solução virou problema, assim o alemão foi considerado o mais estrangeiro entre os estrangeiros, elemento alienígena que transformou a imigração alemã em “perigo alemão”. Porém, em algumas regiões do sul do Brasil, muitas colônias se emanciparam e se transformaram em municípios com características típicas alemãs. O movimento de emancipação levou muitos teuto-brasileiros a reivindicarem os seus direitos à cidadania. O interesse em relação à política nacional, a respeito do que houve com o isolamento político do alemão, também foi visto com desconfiança pelas autoridades brasileiras.

Entre as levas de alemães que entraram no Brasil não encontramos somente trabalhadores agrícolas ou jovens que não possuíam experiência em nenhuma área, pessoas com um grau de instrução maior e com profissões urbanas também emigraram para a América. Entre estes indivíduos estavam os ligados à religião, considerados guias espirituais e intelectuais. Estes homens acabaram tornando-se responsáveis pela transmissão do pangermanismo<sup>11</sup> aos colonos teutos.

Para as autoridades nacionais, além de não ter promovido o “branqueamento” do Brasil e não ter se integrado à sociedade brasileira de maneira satisfatória, o “alemão” ainda acreditava na sua superioridade e possuía ideais expansionistas. Na virada do século XIX para o século XX foram produzidos nos Estados Unidos artigos que relatavam a possibilidade de uma invasão germânica na região sul do Brasil, causando o receio da possibilidade da formação de um novo Estado sob a influência alemã. A preocupação com as relações comerciais entre Alemanha e a América também estavam presentes nestes artigos. Ao mesmo tempo circulavam na Alemanha jornais que traziam os dez mandamentos dos emigrantes, como relata o pastor luterano Wilhelm Fugmann (1882-1954)<sup>12</sup>:

1. No estrangeiro não debes envergonhar teu país de origem! Lembra que tu és um alemão!
2. Deves aprender a língua de tua nova pátria, sem jamais esquecer a língua materna ou envergonhar-se dela, senão não serás respeitado!

---

<sup>11</sup> A liga Pangermânica criada em 1881 para solucionar a crise de identidade alemã do início do século XIX, tomou força política na época da expansão imperialista. As ideias pangermânicas defendiam a afirmação da nacionalidade, o expansionismo e o antissemitismo.

<sup>12</sup> O pastor Wilhelm Cristian Fugmann, nasceu na Baviera, veio para o Brasil em 1909 para exercer funções pastorais no Paraná. Líder da Igreja Luterana de Ponta Grossa, foi professor da escola da igreja e destacou-se pelos feitos em prol da comunidade alemã e pelo esforço em prol da memória da imigração alemã no Paraná (FUGMANN, 2008).

3. Não debes criticar as condições da terra estrangeira, porque não conheces a maneira de vida, os costumes e crenças! Lembra que esta terra é a pátria de seus cidadãos, que te oferecem hospitalidade.
4. Não debes envergonhar teu pai e tua mãe, para que teus filhos e parentes não se envergonhem de ti!
5. Não debes confundir liberdade com grosseria e desordem, mas lembrar sempre do que debes à terra onde estás.
6. No estrangeiro, debes observar com muito empenho para que não sejam desleixados a educação e os costumes, porque, por meio do teu comportamento, os cidadãos da terra te julgarão.
9. Dá atenção a cada um, pertença a qualquer povo ou raça; ele é teu vizinho e poderás vir a necessitar muito de sua ajuda!
10. Procura aprender, e não penses que fora só existem ignorantes que somente estavam à espera de tua chegada para serem ensinados por ti! (FUGMANN, 2008, p.61).

Com os esforços nacionalizantes promovidos por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, as proibições contra os imigrantes se intensificaram. Porém, foi com o advento da Segunda Guerra Mundial e com o consequente ingresso do Brasil na guerra ao lado dos aliados, que as relações entre teutos e brasileiros ficou insustentável. Os imigrantes não enfrentaram somente a repressão formal por parte da ditadura varguista, mas também a ira popular contra o estrangeiro, o alienígena. Neste período ser alemão era sinônimo de nazismo. Segundo Marion Magalhães (1989, p.85), "algumas das entidades se tornariam nazistas não apenas pela simpatia ao ideário pangermânico, mas por poderem assim obter auxílio financeiro do partido ou outros órgãos oficiais alemães".

A aceitação do nazismo no Brasil não foi unanimidade, havia desentendimentos entre os alemães a respeito das doutrinas germânicas. Como o caso da questão teuto-brasileira. O pertencer à cultura alemã sem deixar de exercer a cidadania brasileira não foi consenso entre os imigrantes. Muitos defenderam a posição de *Auslanddeutscher* (alemães no exterior), não aprovando o envolvimento dos alemães na política nacional. Para os que criticavam a participação nas questões nacionais brasileiras, este envolvimento político representava um problema para a preservação do *Deutschtum*, pois consumiria tempo dos alemães, que deveriam se dedicar integralmente à sua germanidade. Segundo René Gertz (1987), na visão de muitos brasileiros a falta de interesse alemão na situação política nacional era uma prova de que se mantinham inassimiláveis, e para outros, o interesse era sinônimo de perigo e atestava as intenções imperialistas alemãs no Brasil.

Em alguns locais do Brasil, o Partido Nazista foi motivo de entusiasmo, porém isso não foi uma característica predominante em muitos locais de colonização alemã. Gertz (1987) chama atenção sobre comentários a respeito de que as questões políticas nacionais durante a

Revolução Federalista teriam chamado a atenção da Alemanha para o Sul do Brasil. Na crença que ocorreria uma separação entre o sul e o restante do país, que por possuir um grande contingente de imigrantes alemães com significativa participação na economia, o novo Estado formado no sul do Brasil seria área de influência da Alemanha. Não existem documentos que comprovam a intenção de uma incursão alemã no Brasil, em prol da ampliação do *Lebensraum*<sup>13</sup> alemão. Teriam ocorrido apenas contatos entre as lideranças locais e estrangeiras.

Durante este período, Oliveira Vianna destinou sua produção intelectual ao problema da imigração e da não assimilação do alemão à cultura brasileira. Foram produzidos por Vianna artigos destinados a alertar os brasileiros sobre os perigosos inquilinos do sul. Com publicações de artigos no jornal carioca *A manhã*, em 1943, Vianna denunciava os perigos que o nazismo representava.

Em seu artigo *O conceito de "inimigo" na doutrina nacional-socialista*, de 1943, Vianna discorreu sobre o mito da superioridade ariana e os investimentos necessários para o seu pleno desenvolvimento. Segundo Vianna, o pensamento alemão estava baseado no mito de um povo superior, descendente dos nórdicos, criadores e portadores de cultura, necessários para a expansão territorial, visando os recursos necessários para o pleno desenvolvimento de sua nação (MADEIRA, 1999).

Deste modo, todas as ações da doutrina nacional socialista visariam apenas os interesses da Alemanha e todo aquele que se opusesse ao desenvolvimento alemão era considerado inimigo do *Reich*. Assim, todos que procurassem preservar seus territórios, mostrando determinada resistência às imposições do *Reich* eram considerados inimigos do nacional socialismo e como tal deveriam ser destruídos. Todas as ações do *Reich* para atingir seus objetivos eram legítimas, uma vez que, tratava-se dos interesses da raça superior alemã.

Vianna deu continuidade aos seus artigos, sempre enfatizando supostas características do povo alemão, descrevendo como estas tornavam a presença alemã no Brasil de extrema periculosidade. O alemão fora descrito como um elemento frio, que age sempre de acordo com seus interesses. Sob esta ótica, Vianna mostrou o quanto era ingênua a hipótese da

---

<sup>13</sup> "O conceito de Lebensraum (espaço vital), foi formulado em meados do século XIX, logo após o processo de unificação territorial alemã (1870), levada a cabo por Otto Bismarck. O espaço vital trata da necessidade de o Estado ter o direito de atuar sobre uma área geográfica (território) que garanta condições de sobrevivência de uma determinada sociedade. Este conceito foi formulado no contexto da II Revolução Industrial e no momento em que a Alemanha passava a exercer ação geopolítica na Europa". (VITTE; OLIVEIRA, 2015, não p.).



neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial. A qualquer momento qualquer povo poderia ser alvo das ambições alemãs e a partir de então aqueles que tentassem manter seus territórios e culturas representariam um empecilho para os alemães. De acordo com esta visão todos aqueles que não se curvassem para a raça ariana seriam punidos ou mesmo que aceitassem pacificamente o domínio alemão seriam obrigados a abdicar de sua cultura em prol da raça superior, perdendo assim sua soberania. Deste modo, não existia a neutralidade, todos os que acreditavam na benevolência do *III Reich* seriam subjugados de maneira impiedosa. E ao contrário do que se imaginava no Brasil, o Império alemão não se restringiria à Europa, mas se estenderia para todos os lugares em que se encontrassem alemães ou ainda que possuíssem recursos de interesse alemão.

Os pressupostos desta doutrina foram transmitidos e incentivados através da educação. As crianças desde cedo aprendiam que deviam carregar as características superiores arianas, como a frieza na busca pelo interesse da nação. O indivíduo que agisse de acordo com os sentimentos, deixando a racionalidade de lado, era considerado inferior, e consequentemente falharia por seu sentimentalismo, o que o tornaria um inimigo interno. O sentimento não era uma característica nórdica, mas sim de inferiores, como os judeus, o que possibilitava que fossem facilmente reconhecidos. Toda nação que representasse um problema para as ambições imperialistas do *III Reich* seria considerada inimiga nacional. E enquanto raça superior, caberia ao alemão promover a paz universal, esta paz germânica seria estabelecida a partir de uma guerra vitoriosa alemã, deste modo seria implantada uma civilização superior. Esta análise estereotipada a respeito do alemão é fundamental para entendermos as preocupações do Estado Novo com esta etnia, governo do qual Oliveira Vianna fez parte.

Para Vianna, todo aquele que se dizia simpatizante da Alemanha não estava consciente do plano germânico de dominação imperialista. Mesmo os povos que ainda mantinham laços de amizade com os alemães estavam fortalecendo a proteção de suas fronteiras. Não sendo possível para o autor que brasileiros ainda se mostrassem simpáticos ao regime alemão e acreditassem que a vitória de Hitler na guerra seria positiva para o Brasil, uma vez que, a manutenção da neutralidade e a implantação de um regime semelhante ao nacional socialismo garantiria a benevolência alemã. Segundo o autor, estas justificativas estariam apenas tentando compensar o sentimento de traição que atormentava a consciência desses brasileiros.



Alguns intelectuais alemães também disseminaram suas ideias no Brasil, como Friedrich Wilhelm Brepohl, estes publicaram textos com a temática do antissemitismo. Textos que se dedicavam a denunciar a ameaça que os judeus representavam aos alemães e teuto-brasileiros. Calcado no mito da conspiração judaica, difundido na Europa através do livro *Os Protocolos dos Sábios de Sião* (MAGALHÃES, 1998).

O apelo ao nazismo foi visto nas associações e entidades, como na Juventude Teuto-brasileira e na Igreja Evangélica Luterana. Muitas entidades alemãs incorporaram os símbolos do nazismo, realizando festividades que também ocorriam no *Reich*, como a comemoração do aniversário de Hitler em abril. Com o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, em 1942, estas práticas passaram a ser proibidas e a ação em defesa da nacionalidade se acirrou. Muitos teuto-brasileiros foram presos ou exilados, as associações foram fechadas e objetos pessoais apreendidos. Com o fim da guerra em 1945, o teuto-brasileiro deixou de ser visto como uma ameaça, porém, muito do imaginário a respeito do alemão permanecera.

Para Gertz (1987), a Segunda Guerra somente agravou um problema que já existia. Fruto de um processo de imigração mal planejado, a falta de assistência aos recém-chegados, e o destino dos mesmos a locais ainda não povoados, promoveu o isolamento e a consequente criação de uma lógica interna na colônia, que se considerava autossuficiente. Esses fatores somados aos ideais pangermânicos foram grandes influências na conjuntura vivida no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial.

## **2.2. A TRAJETÓRIA ALEMÃ NO PARANÁ**

As primeiras comunidades alemãs fundadas no Brasil datam ainda da década de 1820, como é o caso de Nova Friburgo no Rio de Janeiro e São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Nesta mesma década, o município da Lapa no Paraná recebeu as primeiras levas de imigrantes alemães. E em 1829 foi fundada a primeira colônia alemã no Paraná, na região do atual município de Rio Negro, que recebeu imigrantes vindos da região de Trier na Alemanha. Em Curitiba, o registro de imigrantes teutos se deu entre os anos de 1830 e 1840 (MÜLLER, 2012).

Além dos alemães da região de Trier, Rio Negro também recebeu imigrantes bucovinos, de etnia alemã, mas oriundos do Império Austro-Húngaro. Estes imigrantes entraram no Brasil

através do Rio de Janeiro e passaram por Curitiba, eram católicos e foram absorvidos rapidamente pela igreja local, inclusive adotaram o português. Os imigrantes que vieram na sequência, eram em sua maioria evangélicos, e fundaram sua própria comunidade religiosa (FUGMANN, 2008, p. 32).

O ferreiro Michel Müller, natural de Detzen na Alemanha e vindo de Rio Negro, seria o primeiro alemão a se instalar em Curitiba, outros profissionais, como o farmacêutico Augusto Stellfeld, também chegaram na cidade nesta mesma época. Ainda no final do século XIX, Curitiba recebeu os primeiros padres franciscanos vindos da Alemanha, os franciscanos foram responsáveis pela edição do periódico *Der Kompass*, que vigorou até o início da década de 1940, quando foi fechado por conta da Segunda Guerra Mundial (MÜLLER, 2012, p. 38). As famílias mais antigas que se estabeleceram no Paraná vieram de um processo migratório, sobretudo, da região da Colônia Dona Francisca em Santa Catarina, fundada pela Sociedade de Colonização Hamburguesa.

Desde o início da colonização alemã em Curitiba, os imigrantes possuíam lugar de destaque na economia da capital paranaense. Os alemães ocuparam diversas funções, atuaram como professores, deputados, médicos, dentistas, advogados, farmacêuticos, proprietários de estabelecimentos comerciais de naturezas diversas e até mesmo era possível encontrar sobrenomes de origem germânica em pastas do governo estadual, como é o caso do Secretário de Estado da Educação, tenente Pedro Scherrer. Curitiba ainda sediou uma filial do Banco Alemão Transatlântico, que era o maior banco privado da Alemanha.

Além dos inúmeros estabelecimentos comerciais e indústrias, os teutos possuíam muitas sociedades e associações sediadas em prédios amplos situados em áreas importantes da cidade. A primeira sociedade alemã inaugurada em Curitiba foi a Germânia, dedicada ao canto, mas que possuía biblioteca e diversas atividades recreativas, inclusive prestava assistência aos doentes. Em 1874, foi fundado o Clube Concórdia, que possuía características semelhantes ao Germânia, mas voltada para o público mais jovem. Da união destas duas sociedades surgiu o *Deutscher Saengerbund*. Ainda foram fundados na capital o Clube Thalia, que em sua origem aceitava somente sócios que falassem alemão, e o *Handwerker-Unterstützung-Verein* que tinha como objetivo auxiliar os associados em caso de doenças e falecimento. Estes são alguns exemplos entre tantas outras associações teutas que existam em Curitiba antes da Segunda Guerra Mundial (FUGMANN, 2008).

A vida intensa dos teutos em Curitiba não se refletia somente no grande número de clubes e associações, havia várias publicações em língua alemã que circulavam na cidade. Entre as publicações que foram editadas por mais tempo em Curitiba estava *Der Kompass*, que durante a Primeira Guerra Mundial foi danificado por populares e somente voltou a circular em 1919. *Der Pionier*, *Der Beobachter*, *Die Zeit* e o *Volkzeitung* (edição alemã da Gazeta do Povo) são exemplo de jornais voltados para os imigrantes. O *Der Kompass* teve ampla divulgação e manteve uma linha conciliadora, e a respeito das demais publicações teutas possuía um espaço reduzido voltado para as questões nacionais, o que afastava os teuto-brasileiros das discussões econômicas e políticas do Brasil. E ao mesmo tempo, protegia o imigrante, uma vez que, todo e qualquer interesse ou envolvimento do imigrante com a política nacional era considerado perigoso. Antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, o Consulado Alemão mantinha um salão com exemplares de periódicos disponíveis para a leitura e também era responsável por enviar as publicações em idioma alemão para as diversas regiões que possuíam colônias, inclusive as mais afastadas (FUGMANN, 2008).

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, os imigrantes foram hostilizados. As regiões do estado do Paraná que haviam recebido alemães sofreram com perseguições, como a proibição do uso do idioma alemão. Em contrapartida, com o final do conflito, o Brasil, em especial o Paraná, recebeu grande leva de imigrantes que haviam passado pelos horrores da guerra, perdido entes queridos e que trouxeram na bagagem o ressentimento com relação às humilhações sofridas com a derrota no conflito.

A vida na comunidade teuta curitibana no período das duas guerras mundiais foi marcado por perseguições e ameaças. Ataques à imprensa, à Igreja, proibições e apreensões fizeram parte da vida do imigrante em Curitiba, casos extremos como o apedrejamento da Escola da Comunidade Alemã Luterana pela população e o incêndio no Colégio Bom Jesus são exemplos da conjuntura vivida na capital paranaense e em locais onde havia imigrantes e descendentes residindo (MÜLLER, 2012, p.229).

Regiões próximas aos municípios de Ponta Grossa e de Palmeira também receberam imigrantes ainda no final do século XIX. E até a primeira década do século XX, houve muita propaganda brasileira no sentido de atrair os europeus para o Paraná, neste momento o estado tornou-se o centro do empreendimento migratório do Brasil. Porém, não foram somente alemães que entraram no estado neste período, grupos de holandeses, poloneses e austríacos

também passaram a formar colônias no Paraná. O que contribuiu para que as colônias, em sua grande parte, não fossem totalmente homogêneas. Porém, esta tentativa do governo de evitar o “enquistamento” não surtiu muito efeito, as colônias mistas foram palco de atritos entre as diversas etnias. Data deste período a fundação da Colônia Afonso Pena, na região de Curitiba, formada por imigrantes alemães, poloneses e suíços.

Após a guerra, a América do Sul representou um bom negócio, sobretudo, pelas facilidades concedidas aos imigrantes pelo governo. Estes imigrantes foram levados a colônias nas regiões de Cruz Machado, Castro e Porto União, porém grande parte dos europeus que entraram no país neste período não estava acostumada com o trabalho na lavoura e acabaram migrando para regiões urbanas.

O norte do Paraná recebeu imigrantes alemães a partir de 1930, a região próxima à cidade de Londrina foi batizada pelos imigrantes de Rolândia. Podemos perceber um perfil diferenciado desses imigrantes, chegaram ao Brasil durante o período de ascensão do Partido Nazista na Alemanha, possivelmente refugiados da perseguição nazista a opositores ou aqueles que não eram simpatizantes do regime nacional socialista. Este grupo era composto por intelectuais, religiosos, judeus e demais grupos que não estavam habituados ao trabalho agrícola, o que causou um movimento migratório voltado para áreas urbanas.

Na mesma década, Curitiba recebeu os migrantes menonitas, vindos da região de Santa Catarina, e que instalaram-se em regiões bem afastadas do centro da cidade, como nos bairros Boqueirão, Xaxim e Vila Guaíra. Eram regiões pouco habitadas e os meninos criaram uma tradição agrícola, abastecendo Curitiba com alguns gêneros alimentícios. Fugidos da Rússia por conta da truculência do governo de Stálin, parte do grupo acabou se dirigindo ao Paraguai.

Nessas regiões onde havia colônias alemãs escolas foram fundadas pelos próprios imigrantes, como é o caso da Escola Alemã Protestante fundada na Lapa no ano de 1892 pelo pastor David Wiedmer, que teve sua residência saqueada durante o cerco da Lapa. Em locais como Ponta Grossa e Castro também surgiram escolas ligadas às igrejas protestantes alemãs e católicas (MÜLLER, 2012).

Os alemães davam grande importância à educação, organizaram e mantiveram escolas para os seus filhos. Mesmo entre os colonos das regiões mais afastadas, havia um índice muito baixo de analfabetos entre os imigrantes. Até mesmo nas famílias com renda mais baixa era possível encontrar a presença de livros em casa, situação bem diferente da enfrentada pelo

brasileiro. Segundo estatísticas da União dos Professores Teuto-brasileiros do Paraná, de 1928, cerca de 2.000 alunos frequentavam escolas construídas e mantidas pelos alemães no estado (FUGMANN, 2008, p.110).

Em Curitiba foi fundada em 1869, pela comunidade evangélica, a Escola Alemã, que mais tarde mudou seu nome para Colégio Progresso por conta da declaração de guerra do Brasil em 1917. Mesmo com a mudança de nome, as atividades da escola foram suspensas e somente retornaram em 1918. Ainda em 1917, a escola foi invadida pela população e depredada. No ano de 1884 foi criada a União Escolar e muitas outras escolas particulares. Em 1896, foram fundadas duas escolas católicas alemãs, o Colégio Bom Jesus para meninos e o Colégio Divina Providência para meninas, com o ensino baseado nos fundamentos religiosos cristãos. Ao contrário do que ocorreu com as escolas evangélicas, as católicas puderam manter suas atividades durante a guerra (FUGMANN, 2008).

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial muitos alemães foram detidos, instalou-se uma grande repressão contra os estrangeiros, outros idiomas que não o português foram proibidos, tanto nas escolas quanto em locais públicos. Periódicos em língua estrangeira deixaram de ser publicados, associações e clubes estrangeiros foram fechados, juntamente com escolas. Considerados perigosos à soberania nacional, os imigrantes oriundos de países do Eixo foram retirados de áreas consideradas estratégicas, como o litoral do Paraná.

Muitos lavradores foram expulsos de suas terras, as empresas e indústrias alemãs tiveram grande dificuldade, casas comerciais de estrangeiros foram fechadas e muitas depredadas pela população, que foi às ruas manifestar seu sentimento nacionalista. Várias foram as manifestações contra o estrangeiro, muitas baseadas em calúnias e difamações sem nenhum fundamento. Esse clima de perseguição acelerou o processo de assimilação do estrangeiro, a cultura alemã, que já estava sofrendo alterações desde o início do processo de colonização, sofreu o seu mais duro golpe. Com a Segunda Guerra, ser alemão tornou-se motivo de vergonha e os costumes que até o momento eram preservados foram sendo deixados de lado para evitar perseguições. Passadas mais de sete décadas do término da Segunda Guerra Mundial, ainda se tem no imaginário popular algumas características ditas típicas do alemão, como por exemplo a frieza. E mesmo assim, uma das grandes propagandas feitas a respeito do estado do Paraná é baseada na sua suposta “formação europeia”. O que também ocorre com os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

### 2.3. O PARTIDO NAZISTA NO BRASIL

A máxima de Adolf Hitler de que o nazismo não poderia ser exportado, não impediu que o *Führer* possuísse pretensões imperialistas. Porém, esta necessidade alemã de expansão estava atrelada à presença de comunidades de origem teuta. Portanto, a doutrina nazista somente seria levada aos alemães no exterior, ou seja, o nazismo era dos alemães para os alemães. A lei alemã contribuía para que os emigrantes se mantivessem ligados à *Vaterland* (pátria), legalmente os alemães estavam ligados à pátria através do direito sanguíneo e não territorial, como ocorria com outras nações.

Independente do local de nascimento, aquele que possuía descendência alemã era parte da Alemanha, o que em parte contribuiu para que os alemães tivessem dificuldade em se integrar às sociedades que os recebiam. No Brasil, maior parte dos descendentes de imigrantes alemães, não somente se reconheciam como alemães, como também eram identificados pela sociedade brasileira como tal, vistos como elementos estrangeiros e estranhos à sociedade nacional. Os teuto-brasileiros, por mais que possuíssem cidadania brasileira, mantinham ligações culturais e emocionais com a Alemanha. Ainda havia grupos de alemães que evitavam o contato com as questões nacionais, sobretudo, para não perderem as ligações com seu país de origem.

Muitas tradições alemãs foram incorporadas ao nazismo, como o nacionalismo. Assim, após a ascensão de Hitler ao poder, ser alemão era sinônimo de nazista. Aquele que era contrário ao nazismo era considerado um traidor da Alemanha, assim como no Brasil, o imigrante alemão ou descendente era sinônimo de nazista.

Antes de assumir o poder na Alemanha, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nazionalsocialistische Deutsche Arbeiterpartei*) – NSDAP - já se mostrava preocupado com os alemães residentes no exterior. Hitler desejava colocar em prática a construção da Grande Alemanha, sendo assim, logo no início foi criado um departamento dentro do Partido Nazista destinado a cuidar deste assunto. Este departamento, mais tarde acabou se transformando no *Auslandsorganisation der NSDAP* (Organização do Partido Nazista para o Exterior) – AO (ATHAIDES, 2011).

Criada em 1931 (MÜLLER, 1997 *apud.* ATHAIDES, 2011, p.23), a AO era responsável pela questão dos *Auslanddeutsche*, diversas seções deste departamento surgiram em todo o mundo. Porém, a ideia de se criar um braço do partido fora da Alemanha estava estritamente

ligada à presença de teutos e descendentes na região. Hitler buscava aproximar os emigrantes e seus descendentes do Partido, através do apelo ao nacionalismo alemão, forjado e injetado na população muito antes até mesmo do seu nascimento. O nacionalismo, que foi tão importante no processo de unificação alemã, foi amplamente divulgado durante a expansão imperialista, período no qual a Alemanha forneceu grande leva de imigrantes para a América. Maior parte dos imigrantes que entraram no Brasil, no final do século XIX, trouxe consigo as ideias pangermanistas, que pretendiam preservar, sobretudo, o nacionalismo naqueles que possuíam sangue alemão.

É clara a preocupação que o partido demonstrava com os alemães residentes no exterior, desde a sua origem, porém esse assunto vem suscitando o debate historiográfico. Muitas divergências ainda existem com relação às reais intenções do NSDAP no exterior, bem como faltam estudos a respeito da recepção desses planos de Hitler na comunidade teuta internacional, aqui o nosso empreendimento é no sentido de analisar de que maneira se deu a ligação entre a comunidade teuta e o Partido Nazista na cidade de Curitiba.

Se o nazismo estava fundamentado na questão nacional e, portanto, não era um produto passível de exportação, de que maneira os *Auslandsdeutsche* poderiam contribuir para as ambições de Hitler? Mesmo que não houvesse um plano traçado para a comunidade teuta do exterior, havia várias filiais do Partido espalhados por todo o mundo, contando com milhares de filiados (DIETRICH, 2007).

Entre as obras mais recentes que discutem a atuação do Partido Nazista no Brasil e mais especificamente no Paraná está *O Partido Nazista no Paraná 1933-1942*, do autor Rafael Athaides. Em seu livro, Athaides cita o caso da Austrália, onde a pequena população de origem germânica adotou uma postura pró-nazismo, muito mais por possuírem um espírito anglofóbico do que por estarem engajados de fato à causa nazista (ATHAIDES, 2011, p.25).

Podemos estabelecer um paralelo entre o exemplo australiano e o que ocorreu no Brasil, onde a adesão ao Partido Nazista não foi unanimidade. A opinião a respeito das ações do partido entre os imigrantes era divergente e variava de acordo com o perfil dos mesmos. Temos que levar em consideração que a comunidade teuta no Brasil era bem heterogênea, tanto com relação à região de origem, quanto ao período de chegada ao Brasil, tradição religiosa e até mesmo perfil socioeconômico. Estes fatores são determinantes para avaliarmos em que medida o Partido Nazista teve êxito em suas ações no país.



No caso específico de Curitiba, verificamos que os indivíduos de origem alemã residentes na cidade tinham um perfil bem diferente das demais regiões de colonização alemã no Brasil. Maior parte era migrante de regiões que haviam formado colônias logo no início do processo de imigração. A origem europeia dos mesmos era diversa, alguns chegaram ao Brasil antes mesmo da sua região de origem passar a fazer parte do Estado Alemão através do processo de unificação. Assim, grande parte dos germânicos que habitavam Curitiba já possuíam um certo grau de integração à sociedade brasileira, principalmente através de atividades urbanas, como o comércio. Muitos imigrantes, inclusive, possuíam posição de destaque na sociedade curitibana nas primeiras décadas do século XX.

Porém, mesmo com essa interação com a sociedade brasileira, as marcas deixadas pelo processo de imigração não foram superadas. O preconceito mútuo entre imigrante e elemento nacional, juntamente com o isolamento e a falta de assistência do Estado, somados às ideias pangermânicas, que os imigrantes traziam na bagagem, corroboraram para que mesmo aqueles imigrantes e seus descendentes que tiveram contato direto com os brasileiros, nascidos em território nacional, mantivessem uma ligação muito forte não só com o país de origem, mas também com aqueles que formavam a comunidade teuta no Brasil.

Segundo Marionilde Magalhães (1998), o engajamento no partido muitas vezes representou apenas uma nova manifestação do pangermanismo. A filiação ao Partido Nazista, fosse ela oficial ou somente em forma de simpatia, a participação em organizações, como a *Hitlerjugend*, ou em associações e clubes, para muitos representou uma forma de proteção mútua, uma maneira de manter as ligações com o país de origem e conservar as manifestações culturais alemãs.

As entidades oficiais alemãs no Brasil também possuíam ligações com o partido, como por exemplo, os consulados, que ficavam responsáveis pela distribuição de material nazista nas comunidades alemãs, sobretudo, as mais afastadas. O líder nacional do NSDAP, Hans Henning von Cossel, ocupou cargo na Embaixada Alemã no Rio de Janeiro. O Brasil possuía a maior seção do Partido Nazista fora da Alemanha, com cerca de 2.900 filiados (DIETRICH, 2007).

O Brasil possuiu várias seções do Partido Nazista, segundo Dietrich (2007) o primeiro grupo oficial seria o de Benedito Timbó em Santa Catarina, fundando em 1928. Até a ascensão de Hitler ao poder, existiu uma determinada autonomia, como por exemplo, a



escolha de líderes era feita pelos próprios membros, porém tudo era enviado para o aval de Berlim. Mas a partir do momento em que o partido passou a comandar a Alemanha, a organização passou a seguir uma hierarquia mais rígida, válida para todo o território nacional.

O Partido Nazista possuía um líder e uma sede nacional, que estava localizada primeiramente no Rio de Janeiro e mais tarde foi mudada para São Paulo. O núcleo nacional contava com a direção central em São Paulo, mais quatro núcleos (Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Dentro desses núcleos ainda havia outras divisões, de âmbito estadual ou municipal. Várias outras organizações estavam ligadas ao partido e possuíam correspondentes na Alemanha, como a Juventude Teuto Brasileira e a Liga de Professores Nacional-Socialistas (ATHAIDES, 2011, p. 40).

Como a maior seção do partido fora da Alemanha e contando com cerca de 2.900 filiados, o Partido Nazista no Brasil possuía adeptos em vários estados brasileiros. O Paraná encontrava-se em 5º lugar no número de integrantes e possuía 185 filiações na década de 1930 (ATHAIDES, 2011, p. 41). Mesmo com o grande número de adeptos, grande organização e atuação na difusão de materiais nazistas, o partido não teve problemas em desenvolver suas atividades durante os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas. O presidente inclusive enviava felicitações ao *Führer* em ocasião da comemoração de seu aniversário para instituições alemãs no Brasil. O partido somente teve problemas com o governo brasileiro a partir de 1938, quando passa a ser ilegal.

A partir deste momento, o sul do Brasil virou sinônimo de nazismo para aqueles que atuavam na implantação do projeto nacionalista de Vargas. Como a região havia recebido grande leva de imigrantes oriundos de países do Eixo, as autoridades nacionais se voltaram para o sul, que passou a ser considerado um grande perigo. Outros fatores também contribuíram para a imagem negativa dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como as dificuldades do processo de imigração e os preconceitos mútuos entre os brasileiros e os imigrantes, ambos corroboraram para o isolamento das comunidades de imigrantes, sobretudo, alemãs.

O “enquistamento” alemão tornava a comunidade teuta um perigo em potencial, esse problema com a não-assimilação dos alemães já preocupava autoridades e escritores desde o início do século. Neste momento o elemento inassimilável tornou-se um entrave ao projeto

nacionalizador de Vargas e o não acultramento seria motivado pelos interesses imperialistas da Alemanha.

O governo de Getúlio Vargas tentou forjar uma identidade nacional através de aparatos repressores, perseguindo, reprimindo e prendendo aquele considerado perigoso. O próprio governo incitava a população contra o elemento estrangeiro, o povo era convocado pelo Estado a defender a soberania nacional, o que ocasionou vários episódios de violência contra o imigrante protagonizados pelo cidadão comum.

Apesar de ser considerado um grande perigo, a região do sul do Brasil não estava no topo da lista dos estados com maior número de filiados ao Partido Nazista no Brasil, sendo batido pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Apenas 40% dos filiados eram do sul, São Paulo e Rio de Janeiro possuíam 44%, e o estado de São Paulo estava no topo das filiações, com 785 filiados (ATHAIDES, 2011, p.44).

Grande parte dos filiados ao partido eram de áreas urbanas, no estado do Paraná 50% dos filiados eram da capital (ATHAIDES, 2011, p.45). Segundo Ana Maria Dietrich (2001), os nazistas de São Paulo estavam ligados à Alemanha por transações comerciais. Neste período, a Alemanha possuía relações comerciais intensas com o Brasil, e havia inúmeros estabelecimentos comerciais pertencentes a alemães e descendentes.

Outra informação relevante com relação ao perfil do filiado ao partido Nazista é a origem dos mesmos, quase a totalidade dos filiados era de nascidos na Alemanha, havia um número extremamente reduzido de teuto-brasileiros filiados. De acordo com Athaides (2011), maior parte dos imigrantes era jovem, possuíam entre 25 e 35 anos e havia tido algum contato com a Primeira Guerra Mundial. Esses indivíduos que vieram para a América, fugindo dos horrores da guerra, mantinham o desejo de retornar ao seu país de origem, sentimento contrário daqueles que vieram no início do processo de colonização e já haviam criado raízes no Brasil, constituído família e em muitos casos conseguiram obter ascensão social. Alguns já haviam passado pelo processo de migração interna, haviam criado tradição em determinadas áreas profissionais e se estabelecido entre as elites urbanas.

Mesmo com um departamento voltado para a presença alemã no exterior, não existem indícios de que Hitler possuía um plano para a América Latina. Ao mesmo tempo, a AO alertava os *Auslandsdeutsche* através de recomendações que estavam muito mais no âmbito

de não chamar a atenção para as obras do partido do que voltadas para uma possível tomada do país (ATHAIDES, 2011, p.51).

Segundo Athaides (2011, p.52), o Partido Nazista não possuía intenção de interferir na política brasileira. O nazismo era para os alemães natos, porém muitos teutos nascidos no exterior acabaram se filiando, motivados pelo direito sanguíneo e pelas doutrinas pangermanistas, que proporcionavam aos descendentes o sentimento de pertencimento à Alemanha. Outro fator determinante para a coesão dos imigrantes e descendentes era a manutenção do idioma, muitos acreditavam que se manteriam ligados ao país de origem enquanto conservassem a língua natal.

Ricardo Seitenfus (2003, p. 30) afirma que a partir de meados da década de 1930 o Partido colocou em prática uma intensa propaganda voltada para os alemães no Brasil. O que deve-se a grande influência teuta na economia brasileira e que, possivelmente, fez com que Getúlio Vargas fizesse vistas grossas para o avanço nazista no Brasil. No geral, a historiografia não vê o NSDAP no Brasil como uma ameaça à soberania nacional, sobretudo, após a instalação do opressor Estado Novo e o consequente rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha em 1942.

Podemos perceber que o Partido Nazista objetivou e conseguiu, até certo ponto, identificar e reunir os alemães no exterior. Porém, muitos imigrantes não demonstraram simpatia pelo partido e também foram contrários aos métodos empregados pela militância no Brasil. Podemos perceber que em certa medida, essa oposição ao partido era influenciada pela truculência dos militantes e também pela disputa entre o partido e as associações pelo comando da comunidade teuta no Brasil.

Assim, ao mesmo tempo que percebemos que o nazismo no Brasil podia representar um revigoramento do *Deutschtum*, este último também influenciou a oposição ao nazismo. O desejo de manter a união dos alemães fora da Alemanha através do laço da nacionalidade, de certa forma representava uma continuidade do *Deutschtum*, porém a violência dos adeptos do nazismo contra aqueles que representavam oposição ao regime de Hitler, afastava muitos teutos da seção brasileira.

Segundo Athaides (2011, p. 59), o NSDAP possuía dois grandes objetivos no Brasil, o primeiro seria a manutenção do *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional) e o segundo era a tentativa de ter o domínio sobre as sociedades alemãs. Como maior parte dos filiados ao

partido havia chegado recentemente ao país, essa tentativa de domínio sobre a população teuta bateu de frente com gerações anteriores, que tiveram uma ativa atuação na manutenção do *Deutschtum*, antes mesmo do surgimento do nazismo, como por exemplo, as fundações de sociedades e clubes, que reuniam e conservavam os costumes alemães.

## **2.4. A SEÇÃO NAZISTA PARANAENSE**

A primeira leva de imigrantes no Sul do Brasil veio destinada ao trabalho na lavoura, porém, havia muitos indivíduos ligados à vida urbana, como operários e intelectuais. Esses imigrantes, que chegaram ao país antes do processo de unificação alemã, possuíam pouca esperança de retornar ao país de origem, dedicando-se assim ao "fazer a América". Grande parte desses imigrantes foram reunidos em colônias, onde utilizavam pequenas porções de terra para o desenvolvimento de um modelo agrícola diferente do realizado no Brasil até o momento, que estava baseado no latifúndio.

Por mais que esse modelo de imigração possibilitasse o isolamento dos imigrantes em colônias e contribuísse para a não assimilação e não integração do mesmo, não podemos deixar de pensar nos municípios que surgiram onde havia grande concentração de alemães, como Blumenau. A existência de várias regiões colonizadas por alemães possibilitava, de certa forma, a participação política desses pioneiros da imigração no sul. Muitas dessas famílias que promoveram o desenvolvimento de regiões no interior do sul do Brasil acabaram migrando para áreas urbanas no intuito de conseguirem melhores condições de desenvolvimento e muitos por não possuírem uma pré-disposição ao trabalho na lavoura.

Curitiba recebeu muitas levas de migrantes de áreas de imigração mais antigas, como de núcleos do interior do Paraná, como Rio Negro; de Santa Catarina, como a região da Colônia Dona Francisca; e do Rio Grande do Sul. Muitos dos alemães que chegaram à capital do estado do Paraná já estavam na segunda geração, acabaram exercendo diversas profissões, possuindo vários estabelecimentos e ocupando um lugar de destaque na economia da cidade. O que somente foi possível com um determinado grau de integração à sociedade brasileira. Neste mesmo período, inúmeros clubes e sociedades foram fundados em Curitiba, que mantinham a união entre os alemães e a preservação de seus costumes.

A segunda leva de imigrantes que chegou ao Brasil possuía uma ligação ainda maior com a Alemanha. Aqui estamos considerando os que chegaram após o processo de unificação alemã

e principalmente após a Primeira Guerra Mundial. Que não traziam somente o nacionalismo e o orgulho de ser alemão na bagagem, mas também os traumas de terem vivido o conflito mais sangrento que o mundo havia presenciado até o período.

Como o estado do Paraná não estava entre os principais destinos dos imigrantes no Brasil no início do processo de imigração, acabou recebendo um número muito grande de teutos no período entre guerras. Este surto migratório fez com que o Paraná chegasse a ter os teutos compondo mais de 10% da população do estado.

O início da imigração alemã em Curitiba data de meados do século XIX, sobretudo, por conta de movimentos migratórios internos. No início do século XX, já havia um certo predomínio de alemães no comércio e na indústria no Paraná. Durante a década de 1930, os alemães possuíam praticamente o monopólio de algumas atividades na cidade.

Neste período, foi fundado no Paraná, por Werner Hoffmann, uma seção do Partido Nazista. Composto por alemães natos, 180 filiados, entre 25 e 35 anos. A fundação ocorreu entre 1933 e 1937, período de euforia nazista, motivada pela ascensão de Hitler ao poder e do aparente sucesso de sua política econômica na Alemanha, o que fez com que o número de filiados ao partido tivesse um *boom* nessas duas datas (ATHAIDES, 211).

Grande parte dos filiados ao Partido Nazista havia fugido da Europa por conta dos problemas ocasionados pela Grande Guerra e trouxeram consigo o ideal de preservação da identidade alemã. A adesão ao nazismo, nesse contexto, pode ser ligada a ideia de um revigoramento do *Deutschtum*. Esses imigrantes possuíam uma visão positiva do nazismo, uma vez que, Hitler significava uma reconstrução da Alemanha, que havia sido destruída e humilhada durante a Grande Guerra Mundial.

O partido estava pronto para agregar aqueles que se sentiam desamparados, que passaram por processos migratórios internos e externos, que possuíam traumas, tanto pela migração como pela dificuldade de se fixar e até mesmo de manter relações com o elemento nacional brasileiro. Também não podemos deixar de levar em consideração a grande ligação econômica existente entre Brasil e Alemanha neste período, este elo era tão forte, que Curitiba chegou a possuir uma filial do Banco Alemão. E muitos dos adeptos do nazismo possuíam comércios e empresas que poderiam sofrer retaliações ou deixar de receber investimentos da Alemanha. Os membros do partido eram das classes médias e altas e praticavam atividades nos setores secundário e terciário (ATHAIDES, 2011).

No Brasil, grande parte do financiamento que o partido recebia vinha de grandes industriais. Os cidadãos comuns pouco contribuíam financeiramente com o nazismo. O que torna nítida a relação entre economia e direcionamento político por parte dos imigrantes. Essa certa obrigatoriedade na adesão ao partido também pode ser percebida por parte do Consulado, que por ser um órgão ligado ao Estado alemão deveria representar o nazismo, uma vez que, neste período o Partido Nazista representava o próprio Estado alemão. O cônsul alemão, Ludwig Aeldert, chegou a ser substituído, na década de 1930, por não colaborar com o nazismo de maneira satisfatória (ATHAIDES, 2011).

Porém, essa adesão ao nazismo não significava uma aceitação total do nazismo na vida do imigrante. Muitos conflitos ocorreram em Curitiba entre militantes e a comunidade teuta, como os casos de disputa pela liderança da comunidade alemã entre associações e partido, já discutido anteriormente. Os não adeptos sofriam represálias do partido, ao mesmo tempo aderir ao nazismo significaria represália de empresas americanas e inglesas, e até mesmo perseguições do governo brasileiro. O teuto ficou imerso em uma situação limite, ao mesmo tempo em que era pressionado pelo Partido Nazista era acuado e perseguido pelo governo de Getúlio Vargas. A vigilância e as manifestações violentas contra os imigrantes por parte dos populares também fizeram parte da conjuntura vivenciada pelos teutos durante a Segunda Guerra Mundial.

Com relação a adesão ao NSDAP, podemos dividir os imigrantes em três grupos. O primeiro representado por aqueles que aderiram ao Nacional Socialismo, formado por nazistas fervorosos. O segundo, que acreditava no NSDAP, sobretudo, como uma maneira de manter o *Deutschtum* e não compactuavam com as ações do partido no Paraná. E o último que não demonstrou simpatia pelo nazismo e nem às ações do partido no Paraná, esse era formado, principalmente, por teuto-brasileiros.

Mesmo com tantas iniciativas do partido a fim de angariar adeptos da causa nazista, o reduzido número de filiados mostra a pouca influência do nazismo no Paraná. Apesar de ser constantemente ligado ao integralismo, o nazismo não compactuava com a doutrina do Partido Integralista, logo não podemos relacionar as vitórias integralistas em algumas regiões do sul à presença alemã.

### **3. O ESTADO NOVO**

#### **3.1. AS MUDANÇAS NA POLÍTICA IMIGRATÓRIA**

Aqui pretendemos abordar de que maneira a política de recebimento de imigrantes mudou no Brasil, não somente pela instauração do Estado Novo, mas principalmente pelo acirramento das tensões mundiais com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, e também pela aproximação do Brasil com os EUA em 1941. O Estado Novo já mostrava preocupação com a questão do estrangeiro, uma vez que, o Estado brasileiro investiu em uma série de medidas nacionalizantes. Portanto, a eclosão da guerra aumentou a vigilância do Estado em relação aos estrangeiros e trouxe uma preocupação específica com imigrantes e descendentes de países oriundos do Eixo: Itália, Alemanha e Japão. Questão que ganhou ainda mais importância com a aproximação brasileira com os Estados Unidos, em 1941, e a consequente resposta alemã ainda no início de 1942, com o torpedeamento de 22 navios mercantes brasileiros pelos alemães em represália a nova política externa de Getúlio Vargas.

Antes mesmo do Estado Novo, Getúlio Vargas já demonstrava seus interesses centralizadores e nacionalizantes. Vargas assumiu o poder através de um golpe de Estado em 24 de outubro de 1930, a chamada Revolução de 1930 trouxe mudanças significativas nas estruturas de poder do Brasil e inaugurou um projeto de nação que trazia em seu conteúdo, não somente medidas que modernizavam a economia brasileira, mas também ideais nacionalistas e a pretensão da promoção de uma homogeneização cultural no Brasil. Intuito que trazia muitos desafios para o governo de Getúlio, como criar uma identidade nacional em um país de dimensões continentais e tão diverso na sua formação. O Brasil havia deixado o regime escravista há menos de cinco décadas, inúmeros eram os seus problemas sociais, possuía uma economia agrária e havia recebido uma grande leva de trabalhadores imigrantes de diversos grupos étnicos, que estavam espalhados pelo seu território .

Em menos de dois meses de governo Vargas, houve a publicação de um decreto sobre a questão do imigrante. O Decreto nº19.482 (anexo I), de 12 dezembro de 1930, limitava a entrada no Brasil de estrangeiros vindos na terceira classe, o decreto ainda trazia questões sobre o amparo a trabalhadores nacionais. Este decreto da gestão Vargas aparentava ter uma grande preocupação com a questão econômica brasileira. A Revolução de 1930 ocorreu em

um momento delicado da economia nacional, uma vez que, nosso principal produto de exportação era o café, que sofreu com a grande depressão econômica pós-crise de 1929. O Estado brasileiro desejava barrar a entrada de pessoas que pudessem aumentar ainda mais os problemas sociais, como o desemprego. Também é perceptível a preocupação com as áreas urbanas e o número de pessoas que habitam estas regiões, aqui podemos pensar em como o imigrante foi bem vindo durante o processo imigratório, desde que ficasse nos locais previamente delimitados, ou seja, o trabalho no campo, promovendo a ocupação de regiões mais distantes do país, como já idealizado anteriormente pelas autoridades do Império. Além das questões já apontadas, ainda é possível ver que o governo teve como principal preocupação neste decreto os trabalhadores brasileiros, em segundo lugar ficavam os naturalizados e por último os estrangeiros. Os imigrantes que não ocupavam seus lugares na produção agrícola eram vistos como concorrentes para os trabalhadores brasileiros, que deveriam ser privilegiados pelo Estado.

Ao longo do governo Vargas, vários foram os decretos e normativas a respeito da imigração e dos estrangeiros já residentes no Brasil. Nos primeiros períodos de sua gestão, o presidente criou uma estrutura para o Estado brasileiro, com a inauguração de ministérios e instituições, com o objetivo de não somente estruturar o Brasil, como também de criar um aparato burocrático que aumentasse seu controle sobre o país e desse subsídios para implantar seu projeto nacionalista de nação.

Em 1937, através de um golpe, Vargas finalmente inaugurou sua ditadura nacionalista de tendência fascista, o Estado Novo. Visto por muitos como simpático aos regimes fascistas europeus, o presidente tentava manter uma política de neutralidade com as grandes potências, lidando inclusive com grupos rivais dentro do seu próprio aparato burocrático. Dentro do governo conviviam germanófilos, como o chefe de Polícia do Distrito Federal e grande agente da repressão durante a Era Vargas, Filinto Müller; e apoiadores de uma aproximação com os Estados Unidos, como o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. Apesar da proximidade de seu governo com as ditaduras fascistas europeias e da boa relação comercial com a Alemanha, Vargas colocava seu projeto nacionalizador em posição de superioridade em relação às suas simpatias ideológicas, promovendo mudanças no tratamento que o Estado dispensava aos imigrantes alemães.



Aqui pretendemos entender as mudanças ocorridas durante o Estado Novo a respeito da entrada de imigrantes e no trato com estrangeiros. Partiremos da análise dos decretos 3.010/38 e 3.175/41 para verificar as mudanças legais, também serão discutidos os apontamentos de Fábio Koifman sobre um dos grandes nomes da burocracia de Vargas, que teve grande importância no processo de entrada e recusa de imigrantes durante o Estado Novo, Francisco Campos, elaborador do Decreto 3.175/41 e ministro da Justiça. Para tanto utilizaremos *O imigrante ideal*, em que autor analisa a ação do Ministério da Justiça no processo de entrada de estrangeiros, também o trabalho e a influência de Campos.

### **3.1.1. Os decretos 3.010/38 e 3.175/41**

O Decreto 3.010/38, de 20 de agosto de 1938, que dispõe da entrada de estrangeiros em território nacional, é um documento extenso que conta com 286 artigos e uma série de anexos, e tem como objetivo controlar e limitar a entrada de estrangeiros no país. O decreto vem carregado da ideologia nacionalista do Estado Novo, tendo como grande preocupação a preservação da constituição étnica brasileira e os benefícios que estes imigrante poderiam trazer ou não para o país.

Art. 1º Este regulamento dispõe sobre a entrada e a permanência de estrangeiros no território nacional, sua distribuição e assimilação e o fomento do trabalho agrícola. Em sua aplicação ter-se-á em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais.

Art. 2º O número de estrangeiros de qualquer nacionalidade admitidos anualmente no Brasil em caráter permanente não poderá exceder a quota fixada neste regulamento.

Art. 3º A quota a que se refere o artigo anterior corresponde à dois por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade que entrarem no país, com o mesmo caráter, no período de 1º de Janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933. (BRASIL, 1938).

Já no primeiro artigo, o decreto traz uma das grandes preocupações de Vargas a respeito dos estrangeiros, a assimilação. O Brasil recebeu suas primeiras levas de imigrantes alemães ainda na década e 1820, ou seja, a experiência brasileira com grandes levas de imigrantes já completara cem anos, e os resultados do processo já eram visíveis e discutidos, principalmente no início do século XX. O grande interesse na imigração ainda no período imperial, estava ligado a funções que os imigrantes deveriam cumprir em solo nacional, como aumentar a oferta de mão de obra, substituindo o trabalho escravo; ocupar vazios demográficos luso-brasileiros; e promover o progressivo branqueamento da população. O

primeiro item foi contemplado, principalmente, com os italianos na região de São Paulo, estes ingressaram na lavoura de café, em uma época que o principal produto de exportação do Brasil necessitava de braços para a sua produção. Nos núcleos coloniais o trabalho era agrícola, mas baseado em uma forma de produção diferente da empregada no café, o latifúndio monocultor dava lugar a pequenas propriedades familiares, que produziam gêneros alimentícios para o mercado interno. O segundo item foi colocado em prática, sobretudo, na região sul, onde núcleos coloniais foram instalados em locais distantes, formando colônias homogêneas ou não, que, muitas vezes, deram características próprias aos municípios em que se encontravam, as hoje famosas cidades “europeias” do sul. Já o terceiro item não conseguiu ser atingido por uma série de motivos, entre eles cabe aqui destacar a distância geográfica entre os núcleos coloniais e o brasileiro não-branco, deste modo, a própria política imigratória brasileira acabava impedindo o êxito de seu empreendimento. As questões ideológicas, já discutidas anteriormente, também contribuírem com a não concretização do esperado branqueamento.

Além das questões já levantadas, outras chamavam a atenção no processo imigratório, primeiramente o fato de que muitas famílias de imigrantes, que já estavam na segunda ou terceira geração, acabavam abandonando as áreas rurais e partindo para os grandes centros urbanos. Grupos de imigrantes que possuíam formação ou alguma condição de deixar o campo também fizeram o mesmo movimento. Sem contar grupos étnicos, que sem nenhuma tradição agrícola, acabaram-se fixando diretamente em áreas urbanas. Portanto, o trabalho rural destinado aos imigrantes, juntamente com a ocupação de áreas não habitadas, acabaram sendo deixadas de lado. Muitos descendentes de imigrantes acabaram adquirindo local de destaque nos centros urbanos, responsáveis por fábricas e prestação de serviços, chegando até mesmo a construir grandes fortunas. Além do prestígio financeiro e social, muitos conquistaram até mesmo capital político.

Um dos pontos que mais incomodavam autoridades e intelectuais ainda no início do século XX, era a assimilação dos estrangeiros. Grupos como portugueses, italianos e espanhóis, etnias com a maior quantidade de imigrantes no Brasil, misturaram-se com mais facilidade, o que pode estar relacionado a uma série de fatores, como o fato de estarem mais próximos de áreas urbanas<sup>14</sup>. O idioma latino e a religião católica também foram elementos que facilitaram

---

<sup>14</sup> No caso dos italianos, nos referimos aqueles que ficaram na região de São Paulo, muitos migraram das plantações de café para áreas urbanas em busca de trabalho nas fábricas.

a aproximação destes grupos ao elemento nacional. Alguns grupos étnicos, como os alemães, que formaram muitos núcleos coloniais homogêneos, preocupavam as autoridades por terem formado os “quistos étnicos” e não terem se assimilado, como era esperado. Assim junto com outros povos, como judeus e japoneses, eram considerados inassimiláveis e, portanto, perigosos para o país.

Os segundo e terceiro artigos estabelecem que apenas 2% de cada grupo étnico já residente no Brasil poderia entrar anualmente. Este artigo prejudicou diretamente os japoneses, por não serem desejados durante o grande fluxo migratório, tiveram uma entrada tardia no país, contando com um número menor de representantes se comparado a outras etnias. Assim, o número de japoneses que estariam autorizados a entrar no país seria muito inferior aos demais grupos étnicos. Dando continuidade a questão da cota, o quinto artigo abria brecha para que cotas não utilizadas pudessem ser aproveitadas por outros grupos étnicos, desde que de acordo com os interesses na nação. Este item dava a possibilidade de que os próprios pareceristas utilizassem essa possibilidade da maneira que entendessem como mais adequada.

Art. 5º Poderá igualmente o C. I. C. permitir que o saldo real anual das quotas não utilizadas por uma nacionalidade seja aproveitado em favor de agricultores de outra nacionalidade cuja quota real já se tenha esgotado. § 1º Nas decisões que tomar com fundamento neste artigo, o Conselho terá em vista a necessidade de assegurar a integridade étnica, social, econômica e moral da Nação. (BRASIL, 1938).

Mesmo que o governo Vargas tivesse como foco a ampliação da industrialização do Brasil, o nicho econômico destinado aos imigrantes continuava sendo a agricultura, o Estado brasileiro não tinha interesse na entrada de trabalhadores urbanos, destinando 80% da cota nacional para agricultores, sendo necessário a comprovação do ofício, o que dificultava ainda mais o processo. Podemos perceber o perfil do imigrante desejado sendo esboçado.

Art. 10. Oitenta por cento (80 %) da quota anual de cada nacionalidade serão preenchidos com agricultores e respectivas famílias.

Parágrafo único. A prova de profissão, para efeito deste artigo, far-se-á perante a autoridade consular e a critério desta, mediante atestados de corporações, sociedades, associações ou pessoas idôneas do local. Quando o governo federal ou os governos estaduais se incumbirem, na forma da lei, da fiscalização e do selecionamento dos agricultores no estrangeiro, a autoridade consular poderá louvar-se, para o mesmo fim, na indicação dos funcionários encarregados desse serviço; mas a autoridade consular não se alheará ao seu dever de fiscalizar nem dispensará a satisfação das demais exigências legais e regulamentares. (BRASIL, 1938)

Um ponto de extrema importância neste decreto é a cobrança de que o candidato a uma vaga da cota se apresentasse pessoalmente a autoridade consular, "Art. 30. Os permanentes (art. 24) deverão comparecer, em pessoa, perante a autoridade consular" (BRASIL, 1938). A presença do candidato possibilitava que a autoridade consular verificasse se suas características fenotípicas atendiam aos interesses brasileiros. Além de se apresentar pessoalmente, o candidato deveria entregar uma gama de documentos, inclusive atestado médico.

Art. 32. As pessoas de alta representação social ou que exerçam cargo público de relevo poderão ser dispensadas dos atestados policiais e de profissão, a critério da autoridade consular, que responderá pessoalmente pelas dispensas que conceder.

Art. 33. O estrangeiro apátrida que desejar vir ao Brasil, em caráter permanente ou temporário, só obterá o visto se, além dos demais documentos, apresentar declaração oficial de que poderá regressar em qualquer época, sem impedimento algum, ao país onde tem residido. A autoridade consular remeterá diretamente esse documento ao Registo de Estrangeiros respectivo, depois de anotar no passaporte a declaração.

Art. 38. Não será apostado o visto si o estrangeiro não satisfizer as exigências dos artigos anteriores; for aleijado ou mutilado, inválido, cego, surdo e mudo; [...] (BRASIL, 1938).

Aqui temos duas questões importantes para entender como agiu no sentido de fazer distinção entre imigrantes desejados e indesejados, independentemente da questão étnica. O artigo 32 faz distinção entre imigrantes em relação ao capital social possuído, sendo tratado de outra maneira e sendo inclusive dispensado de apresentar atestados. Na sequência, o artigo 33 trata do estrangeiro apátrida, aumentando a burocracia para que este pudesse entrar no país, o apátrida deveria apresentar documento comprovando que não possuía impedimento para regressar ao país de origem. O grupo apátrida que encontramos tentando entrar no Brasil é o povo judeu, que além de ser visto como sem pátria, possuía outros estigmas que o tornavam indesejado pelas autoridades brasileiras. Outro grupo excluído sumariamente são os que apresentam algum tipo de deficiência, vistos como uma fardo pelo Estado brasileiro, também podemos perceber o caráter eugenista desta proibição.

Art. 65. O funcionário encarregado de proceder ao selecionamento usará de critério rigoroso afim de evitar prejuízo ao interesse nacional no que diz respeito à assimilação étnica e à segurança econômica, política e social.

Parágrafo único. Essa apreciação fundar-se-á:

- a) no exame das condições individuais, do valor eugênico, das qualidades físicas e morais;
- b) no exame dos atributos coletivos apresentados pelas populações de origem, especialmente no estudo de seus hábitos, qualidades rurais, costumes econômicos, políticos, sociais e morais, propensão à vida agrícola e à ocupação secundária,

temperamento morigerados capacidade de trabalho, índice de progresso, topografia e clima da região, e todos os demais dados suscetíveis de autorizar um juízo quanto à facilidade da adaptação à vida brasileira. (BRASIL, 1938).

O artigo 65 não somente reafirma a preocupação do Estado com a questão da assimilação e de como os imigrantes deviam atender às demandas nacionais, como também escancarava os ideais eugênicos que permeavam toda a política imigratória no governo Vargas. O incentivo a entrada de trabalhadores agrícolas é visível, estes recebiam determinados "benefícios" em relação aos demais imigrantes, como desembarque imediato de bagagens, transporte e hospedaria, podendo até mesmo ter a entrada coletiva autorizada, o que era proibido aos demais. Ao mesmo tempo, os imigrantes que entravam destinados ao trabalho rural não poderiam deixar a profissão em menos de 4 anos, "Art. 160. O agricultor ou técnico de indústrias rurais não poderá abandonar a profissão, durante o período de quatro (4) anos consecutivos [...]" (BRASIL, 1938).

Art. 70. As condições de ordem técnica estipuladas neste capítulo deverão ser observadas sempre que o governo federal se incumbir da introdução dos agricultores, os quais, nesse caso, além das garantias asseguradas quanto ao transporte, terão recepção, - hospedagem e encaminhamento gratuitos, no Distrito Federal, pelo Departamento de Imigração. (BRASIL, 1938).

Além das regras que estabeleceram um rígido controle na concessão de vistos para a entrada no Brasil, o decreto ainda visava identificar os estrangeiros já residentes no país, instituindo uma carteira de identificação para estrangeiros, e posteriormente uma carteira profissional. Determinando prazos para que os estrangeiros se apresentassem a autoridade responsável pelo registro. O Estado não só estava registrando os estrangeiros, como também mapeando o local de residência, obrigando que toda mudança, seja de residência ou emprego fosse comunicada.

Apesar de tentar manter os imigrantes em áreas rurais, o isolamento de comunidades homogêneas preocupava o governo brasileiro. O artigo 165 do decreto trazia a proibição de que núcleos coloniais fossem compostos por apenas uma nacionalidade. O próprio Governo Federal fiscalizaria as colônias, a fim de evitar que o indesejado "enquistamento" ocorresse, estabelecendo cotas étnicas para diversificar os agrupamentos. Na ausência de elementos nacionais, o português faria este papel. As escolas nas colônias deveriam ser administradas por brasileiros, bem como os professores também deveriam ser nascidos em solo nacional. O

idioma da pátria de origem não deveria ser excluído apenas das escolas, mas também não poderia ser usado na nomeação de empresas.

Art. 166. Afim de evitar a concentração de estrangeiros em núcleos coloniais, emancipados ou não, fundados quer pela União, quer pelos Estados ou Municípios, quer por empresas ou particulares, a D.T.C. velará para que seja mantido um mínimo de 30 % de brasileiros natos e um máximo de 25 % de estrangeiros de cada nacionalidade.

§ 1º Na falta de brasileiros a D.T.C. solicitará autorização do Conselho de Imigração e Colonização, para localizar estrangeiros, de preferência de nacionalidade portuguesa.

[...]

Art. 168. Nos núcleos coloniais quaisquer escolas, oficiais ou particulares, serão sempre regidas por brasileiros natos, e neles é obrigatório o estabelecimento de escolas primárias em número suficiente, computadas as mesmas no plano de colonização.

Parágrafo único. No provimento do cargo de professor primário exigida do candidato a prova, por documento hábil, da qualidade de brasileiro nato, além dos demais documentos legais.

Art. 169. Nenhum núcleo colonial ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação nele existente poderá ter denominação em idioma estrangeiro. (BRASIL, 1938).

O decreto 3.010/38 institui uma série de regras na tentativa de controlar a entrada de imigrantes e nacionalizar o estrangeiro. O decreto aumentava o controle do Estado brasileiro em relação aos “inassimiláveis”, criando o Conselho de Imigração e Colonização (CIC), que tinha como função orientar e superintender os serviços de colonização e entrada, controlando a fixação e a distribuição de estrangeiros no solo brasileiro. O advento do Estado Novo já antecipava o tratamento que seria dispensando ao imigrante após o acirramento da Segunda Guerra Mundial.

Art. 226. Incumbe especialmente ao Conselho :

- a) fixar as quotas na forma deste regulamento; fiscalizar a sua distribuição, considerando os dados fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Departamento de Imigração;
- b) deliberar sobre os pedidos de Estados, empresas e particulares, relativas à introdução de estrangeiros;
- c) impor as penalidades aos funcionários públicos, quando essa providência não tenha sido tomada pelas repartições a que estejam subordinados; agravá-las ou torná-las sem efeito;
- d) organizar seu regimento interno;
- e) propor ao Governo as modificações deste regulamento;
- (\*) ILEGÍVEL
- f) propor ao Governo as medidas que convenham ser adotadas afim de promover a assimilação e evitar a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território nacional;
- g) estudar os problemas relativos à eleição imigratória, à antropologia étnica e social, à biologia racial e a eugenia;
- h) propor ao Governo, quando necessária, a proibição total ou parcial da imigração;
- i) representar ao Governo sobre as reformas que devam ser realizadas nos serviços imigratórios;

- j) estudar os fenômenos das migrações nas diferentes zonas do país, bem assim a permuta inter-estadual de trabalhadores rurais;
- k) estudar e indicar aos poderes públicos os meios capazes de remediar a desocupação;
- l) elaborar os projetos de regulamentos e instruções que o Governo tiver de expedir em matéria da sua competência;
- m) resolver os casos omissos neste regulamento;
- n) julgar os recursos relativos ao repatriamento de estrangeiros;
- o) estudar o movimento imigratório, sugerindo aos órgãos competentes as bases da legislação que for conveniente ou necessária adotar;
- p) proceder a estudos da colonização em geral;
- q) estudar um plano agrário para o fomento e estabilidade da pequena e média propriedade agrícola;
- r) propor medidas para o desenvolvimento e povoamento de zonas que ofertam condições econômicas favoráveis ou em que haja interesse nacional que aconselhe o seu rápido povoamento;
- s) fomentar o estudo nos Estados do Brasil de todas as questões relativas a entrada, hospedagem, encaminhamento, localização, adaptação e assimilação do estrangeiro, organizando estatísticas, publicações e todas as fontes de informações que se fizerem necessárias ao desenvolvimento dessas atribuições;
- t) estudar a organização e criação de uma agência oficial de turismo, propondo as medidas julgadas convenientes para incentivar o turismo no Brasil;
- u) organizar o plano de exploração econômica da Amazônia e sua colonização, de preferência com elementos nacionais;
- v) resolver os conflitos de jurisdição entre as autoridades incumbidas da execução dos serviços a que se refere este regulamento;
- x) usar de todas as demais atribuições que lhe forem conferidas em lei ou regulamento. (BRASIL, 1938).

O decreto traçava o perfil do imigrante esperado pelo Estado Novo. Ao instituir cotas de acordo com o número de imigrantes que entraram no país no final do século XIX, já reduzia as possibilidades de grupos não europeus conseguirem o visto para o país, outro fato que excluía de maneira indireta determinados grupos étnicos era a proibição para apátridas, que excluía os judeus de entrarem no país. Uma menção direta ao grupo ideal estava em colocar o português para ocupar as cotas brasileiras em colônias. O decreto ainda deixava claro as intenções eugênicas do governo, que excluiu pessoas com deficiências ou problemas de saúde e dava a possibilidade do agente consular negar o visto àqueles que não tivessem o fenótipo desejado, uma vez que, o imigrante deveria comparecer pessoalmente para solicitar o visto.

No quesito econômico, fica claro que o Estado estava apenas interessado em aceitar imigrantes que pudessem trazer algum tipo de retorno econômico para o país, dando preferência para os trabalhadores agrícolas. Aqueles que não representassem um prejuízo econômico para o país também eram bem vindos. Mesmo que o decreto burocratizasse o processo e citasse punições para os funcionários que não cumprissem as determinações, acabava abrindo espaço para exceções, que ficavam a critério das autoridades responsáveis.



A partir do Decreto-Lei 3.175/41 (anexo II), de 7 de abril de 1941, a concessão de vistos passou do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para o Serviço de Vistos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI), pasta chefiada por Francisco Campos. Além dessa mudança entre ministérios, o decreto ainda trouxe novas regras para a concessão de vistos a estrangeiros.

Apesar dos critérios utilizados pelo Estado brasileiro para separar grupos que eram bem vindos ao país e os que deveriam ser evitados, fica claro que a política imigratória era influenciada pelo pensamento eugenista, que desde o século XIX já pautava as políticas imigratórias do Império. No período da grande imigração para o Brasil, segunda metade do século XIX, o Império abriu as portas para muitas etnias, desde que essas fossem brancas e europeias. A preocupação naquele momento era em ocupar os espaços “não habitados” do interior do Brasil e também promover o progressivo branqueamento da população, já que muitos intelectuais e autoridades acreditavam que o grande problema brasileiro era uma questão racial. A grande quantidade de negros e pardos que o Brasil possuía era um entrave, de acordo com o pensamento eugenista, para o desenvolvimento da região, e a modernização seria alcançada com o branqueamento da população, o que somente seria possível com a entrada de imigrantes europeus no Brasil.

No início dos anos de 1930 o debate a respeito do imigrante ideal ganhou força novamente, e mais uma vez as ideias eugenistas influenciaram a política migratória brasileira, que passou a colocar em pauta a questão nacional como algo importante no processo decisório dentro da política imigratória, assim a questão econômica passou a estar subordinada aos interesses da nacionalidade.

A matriz étnica, cultural e religiosa dos brasileiros evocada por Vargas em seu discurso era a portuguesa e, portanto, europeia. Tanto no discurso oficial quanto nas publicações dos intelectuais da época encontramos perfeita afinação, havendo concordância nas justificativas para a política migratória adotada, embora tais alegações não passassem de meras concepções ideológicas. (KOIFMAN, 2012, p.28).

Passados cem anos da formação das primeiras colônias alemãs no Brasil, e mais de meio século de intensa entrada de imigrantes das mais diversas etnias no país, os efeitos da política imigratória já podiam ser sentidos, o que dava subsídios para uma nova discussão a respeito da permissão da entrada de estrangeiros. O Estado e os intelectuais preocupados com a



questão da imigração passaram a discutir quais grupos étnicos não contribuíam com os interesses nacionais, desagregando a unidade do país.

A preocupação com os estrangeiros nos primeiros anos de Getúlio Vargas na presidência traz preocupações que já estavam presentes no pensamento de diversos intelectuais brasileiros já na virada do século, como a questão da não assimilação do imigrante e seu suposto “enquistamento”, que representavam não somente a dificuldade de incorporar o estrangeiro à sociedade nacional, como também representavam um fracasso no projeto de “braqueamento” da população, uma vez que, sem integração não poderia haver relacionamentos inter-étnicos. Assim, o estrangeiro representava um perigo à unidade nacional e também uma ameaça à própria segurança do país, porque a não integração poderia significar um contato com intenções políticas com seu país de origem. Questão levantada contra os alemães já no período da Primeira da Guerra Mundial, o alemão no exterior era visto como uma ferramenta para a política imperialista do Kaiser Guilherme II.

As intenções nacionalistas e centralizadores de Vargas, já estavam presentes em seu governo provisório e também na Constituição de 1934, porém é com a implantação da sua ditadura em 1937, que mudanças mais significativas foram realizadas, não somente a respeito da entrada do imigrante, mas também sobre a vida de estrangeiros e seus descendentes já estabelecidos no Brasil.

Apesar da questão da étnica ser o ponto central nas determinações das novas políticas imigratórias, a questão econômica era largamente utilizada como pretexto para barrar a entrada de determinados grupos no Brasil, como a questão da especialização destes trabalhadores, que por não saberem nenhum ofício acabavam nas grandes cidades tirando o trabalho do brasileiro ou ainda vivendo da prestação de serviços, explorando brasileiros e não produzindo nada para o crescimento do país. Porém, o imigrante desejado pelo Estado Novo, o português, por não representar uma desagregação da cultura nacional, também possuía as mesmas características, vindos de uma país que não gozava de uma situação econômica muito favorável e também exportava mão de obra em busca de melhores condições de vida, o que pode ser pensando também a respeito da questão profissional, sobretudo, pelo fato dos portugueses terem se dirigido, em sua maioria, a regiões urbanas. Não cumprindo assim o desejo das autoridades nacionais de ocupar regiões mais distantes do país com trabalhadores agrícolas. São diversos os registros de vistos concedidos a portugueses que contrariavam as

regras, como por exemplo a liberação da entrada de "proprietários", ou seja, pessoas que viveriam da especulação imobiliária e não eram bem vindos ao país de acordo com as regras, como demonstra Fábio Koifman através da análise da documentação do Serviço de Visto.

Outros tantos estrangeiros no período de funcionamento do Serviço de Visto do MJNI, especialmente portugueses, que declaram como profissão ou ocupação serem simplesmente "proprietários" de imóveis no Brasil, ao solicitar vistos permanentes para regressar ao país, tiveram seus vistos deferidos [...]. (KOIFMAN, 2012, p.33).

Portanto, a atividade desenvolvida pelo imigrante e a preocupação econômica acabavam ficando em segundo lugar na prática, dando lugar de destaque ao componente étnico na escolha dos que eram desejáveis ou não. O que demonstra o caráter xenófobo do Estado Novo e a continuidade de questões largamente discutidas ainda no Império, como a questão racial. Ainda eram permitidas as entradas de imigrantes da América, o que não ocorreu de maneira significativa. Outros grupos que não estavam no perfil desejado também tiveram acesso facilitado ao Brasil, como os suecos (KOIFMAN, 2012, p.34).

Segundo Koifman (2012, p.34-35), Vargas pode ter determinado que o português era o imigrante ideal primeiramente pelo fato da maioria dos portugueses ter origem modesta, pouca formação cultural e técnica, e estarem vivendo uma ditadura nacionalista com Antônio Salazar. Fato que diferenciava os portugueses de outros grupos étnicos, como os alemães, da Alemanha vieram vários intelectuais, que seguiam publicando no Brasil, o que poderia representar um perigo para o Estado Novo. A segunda razão seria o "enquistamento" de outros grupos europeus, o que não promovia o ideal de branqueamento pensado pelas autoridades brasileiras, sendo o português o grupo que promovia maior número de casamentos inter-étnicos.

Outra questão que nos leva a reflexão das contradições entre regras e práticas do Estado brasileiro estava a questão do judeu. Este grupo étnico, que possui um histórico de perseguição religiosa, sobretudo, perpetuado por Portugal no período colonial, já não era novidade no Brasil, mesmo que através da vinda dos "cristãos novos", convertidos durante a Inquisição. Membros da comunidade judaica viviam no país sem problemas com o Estado brasileiro. Apesar das restrições à entrada de determinados grupos, aqueles que já encontravam-se no Brasil, não tiveram problemas em um primeiro momento com o Estado,

mesmo negros, judeus e asiáticos, o que não exclui o fato das práticas imigratórias no Estado Novo também serem movidas por questões eugênicas.

As regras para a entrada de imigrantes foram cumpridas com flexibilidade, não com o intuito de ajudar os indesejados a entrarem no país, mas com o objetivo de impedir que aqueles que não eram bem vindos entrassem no Brasil, somente os que eram vistos como benéficos ao projeto de nação de Getúlio Vargas teriam as regras afrouxadas, o que estava condicionado às características físicas, morais e étnicas esperadas pelo Estado (KOIFMAN, 2012, p.41).

Assim como ocorreu no século XIX com as teorias raciais, a questão da eugenia no século XX também teve características próprias. Aplicando ideias estrangeiras a realidade do Brasil.

O Brasil, que não contribuiu para que se criassem na Europa as perseguições e as dificuldades da vida, não se pode converter numa fácil hospedaria da massa de refugiados [...] Não nos serve esse *White traz*, rebotalho branco que todos os países civilizados refugam, inclusive aqueles que, como a Inglaterra e os Estados Unidos, com mais insistente frequência invocam os princípios liberais e humanitários.<sup>15</sup>

O pensamento eugênico no Brasil teve grande influência dos Estados Unidos, que ainda em 1924 aprovou o *The Immigration Act of 1924 - Johnson-Reed Act* -, que apresentava restrições e cotas de acordo com o grupo étnico dos imigrantes (AMARAL Jr., 2010, p. 63). Regras que buscavam impedir a entrada de grupos que não eram bem vindos e promover entrada de europeus do norte. Os estudos eugênicos saíam dos grandes institutos de pesquisa dos EUA para influenciar diretamente os congressistas, também chegavam ao Brasil e influenciavam ações políticas, mesmo que distantes da ciência brasileira, a repercussão foi grande no Estado Novo e refletiu-se em políticas públicas. Além da influência norte americana, muitos intelectuais e autoridades brasileiras traziam em seus discursos as mesmas preocupações raciais do final do século XIX.

### **3.1.2. Francisco Campos - o nome da política imigratória no Estado Novo.**

Aqui pretende-se entender um pouco da influência de Francisco Campos, Ministro da Justiça e idealizador do decreto 3.175/41, sobre o pensamento a respeito dos imigrantes durante o Estado Novo. Conhecendo suas influências teóricas, que não estiveram presentes

---

<sup>15</sup> AN, Arquivo do Gabinete da Presidência da República. Caixa 341, GS/299 nº20.445/40 de 5/8/1940. A propósito da permanência definitiva no Brasil do turista húngaro Ladislau Hajdu apud KOIFMAN, 2012, p.53.

somente no decreto 3.175/41, como também em suas ações políticas enquanto esteve à frente do ministério. Para tal usaremos a análise de Fábio Koifman em *Imigrante Ideal*, em que o autor analisa textos e correspondências de Francisco Campos.

Apesar de não ter ficado à frente dos assuntos imigratórios durante todo o Estado Novo, Francisco Luís da Silva Campos foi protagonista na montagem da nova política imigratória da ditadura de Vargas, atuando entre novembro de 1937 e julho de 1942 diretamente nas concessões de vistos. Campos desde o início mostrava uma posição dura em relação a entrada de estrangeiros no país, o que contrariava o pensamento de Getúlio Vargas, entusiasta de uma imigração controlada rigidamente pelo Estado e que trouxesse benefícios para o país (KOIFMAN, 2012, p.54).

Quando a questão da imigração passou a ser responsabilidade do MJNI, em 1941, ficou claro que a imigração deixou de ser uma preocupação econômica, que interessava principalmente ao âmbito do trabalho, para ser caso de polícia. Campos acreditava que a conjuntura da guerra não poderia trazer nada positivo com a imigração. Se antes, na visão do ministro, o imigrante optava em deixar sua terra natal por ser atraído pelas oportunidades na nova terra, entendendo a imigração como uma opção. Já durante a guerra, o estrangeiro deixa sua condição de imigrante, para transformar-se em refugiado, assim ele é compelido a sair de seu país, não podendo retornar e sua escolha não tem como base as condições do país de entrada, mas sim a situação do país de origem (KOIFMAN, 2012, p. 86). A condição de refugiado não era de interesse para o Brasil, as questões econômicas e o projeto de Nação interessavam mais do que qualquer tipo de ajuda humanitária que o Estado poderia fornecer.

O ministro relatou que as condições do mundo, “entregue a um desenfreado surto das doutrinas nacionalistas e imperialistas”, teriam majorado o problema imigratório. Campos afirmou que, no passado, os países de origem não se importavam com o êxodo de seus nacionais, mas que, naqueles dias, nenhum dos países que “abasteceram a América de imigrantes admite o êxodo de trabalhadores úteis”, como se tais países tivesse algum controle sobre o assunto ou maquinassem a “exportação” de imigrantes “inúteis”. O ministro explica que “deixam a Europa, apenas, os elementos inadaptáveis à vida dos campos e os operários não especializados, quando não os turbulentos de que as autoridades policiais anseios por se verem livres”. (KOIFMAN, 2012, p. 116).

Segundo Koifman (2012, p. 88), o interesse de Campos não era administrar uma política imigratória, mas sim impedir a entrada de imigrantes, mesmo o branco considerado fator de progresso no século anterior e também bem quisto por muitas autoridades do governo Vargas.

O autor identifica no pensamento do ministro uma influência das ideias eugenistas norte-americanas, algumas correntes que defendiam o “branqueamento”, distinguiram grupos humanos não somente pela cor da pele, mas também de acordo com outras características. Portanto, mesmo que fossem brancos, alguns grupos eram considerados impróprios para a imigração, como os judeus, que além de considerados desqualificados para o processo migratório, eram considerados inassimiláveis e apátridas.

Para entender o pensamento de Campos, Koifman (2012, p. 92) analisou o parecer que aquele enviou ao presidente Getúlio Vargas no intuito de convence-lo e que culminou com a assinatura do decreto 3.175/41. O autor começa sua explanação sobre o parecer chamando a atenção para o fato de que a maioria dos autores utilizados por Campos eram norte-americanos, inclusive renomados eugenistas, o que legitimava seu discurso, dando ares científicos. Campos esforçou-se para criar um paralelo entre Brasil e EUA, o último exemplo de sucesso, entre as coisas em comum estava o fato de serem dois países formados por anos de imigração, o que para Campos não seria o motivo para o êxito dos EUA e sim motivo para os problemas econômicos e sociais enfrentados pelo país.

De acordo com Campos, a prosperidade norte-americana não foi provocada construída pela imigração, mas, ao contrário, os imigrantes é que se sentiram atraídos por tal prosperidade. Na medida em que a prosperidade cessa, a imigração também se reduziria e essa redução implicaria um aumento da prosperidade. Ou seja, os novos imigrantes, ao contrário de contribuir para o desenvolvimento do país, contribuíram para produzir “catastróficas depressões econômicas”. (KOIFMAN, 2012, p. 95-96).

O pensamento eugenista que influenciou Campos acabou sendo adaptado para a realidade brasileira, uma vez que, a formação étnica do Brasil não comportava a implantação total do pensamento eugenista norte-americano, restando ao ministro tentar afastar aqueles grupos que não apresentavam uma qualidade genética ou que ainda não possuíam características que contribuíram com o desenvolvimento do Brasil, de acordo com o esperado pelo Estado, e principalmente, por Francisco Campos. Além de barrar a entrada daqueles que não eram bem vindos, também era preciso ficar atento às taxas de natalidade de imigrantes já estabelecidos no Brasil, questão que preocupava diretamente o ministro, que acreditava que os imigrantes se reproduziam muito, mesmo que os dados referentes a natalidade de imigrantes no país não fosse alarmante dentro da ótica de Campos (KOIFMAN, 2012, p. 110).

O fato de Campos mencionar autores eugenistas norte-americanos não implica creditar a ele uma adesão total e completa a esse ideário. O ministro retirava das ideias importadas o que considerava compatível com a realidade e as necessidades brasileiras e desconsiderava o que julgava incompatível com a realidade e as necessidades brasileiras. O eugenismo de Campos também sofreu um processo de “tropicalização”, uma vez que as premissas eugenistas norte-americanas valorizavam grupamentos étnicos que eram minoria no Brasil, cujo povo era majoritariamente formado por grupos humanos considerados pelos eugenistas geneticamente inferiores. Ou seja, as simpatias e aproximações do ministro com o ideário eugenista o levaram a aparentemente concordar com a suposta valoração genética que determinava a “má qualidade” de certos grupos, que deveriam ser excluídos como potenciais imigrantes, entre outras análises generalizantes sobre o suposto perfil de comportamento de certas comunidades. Mas, por razões óbvias, boa parte do ideário eugenista não poderia ser passível de defesa ou aplicação no Brasil. O que não impediu o ministro de aderir à tese segundo a qual os imigrantes procriavam mais. (KOIFMAN, 2012, P. 110).

O imigrante, antes visto como fator de progresso, passa a ser visto como um estrangeiro que apenas viria usufruir das riquezas construídas em seu novo país, não tendo interesse em contribuir com o crescimento de seu país hospedeiro. O estrangeiro desejaria apenas o enriquecimento e o retorno para seu país de origem, "para o ministro, a simples “ambição de ‘fazer a América’” e, em seguida, retornar à pátria era o que vinha ocorrendo ao longo das primeiras décadas do século XX" (KOIFMAN, 2012, p. 101). Questão que muda com a eclosão da guerra, porque se até o momento o imigrante escolheria seu novo país de acordo com as riquezas deste, com o conflito, ele passa a ser apenas um refugiado, que sai do seu país pela situação insustentável em que se encontra e não por ser atraído pela nova terra.

Utilizando dados da imigração norte-americana, para comprovar que o imigrante não tinha interesse em áreas afastadas e que não apresentavam desenvolvimento econômico, assim os imigrantes concentravam-se nas maiores áreas urbanas e industrializadas, dado também visto no Brasil, o que não era de interesse do Estado brasileiro. Campos afirma que o imigrante não deixava de ser estrangeiro, não deixando se assimilar, buscando apenas as riquezas do país e agravando a situação econômica, como ocorrera nos EUA na queda Bolsa de Valores de Nova York. Segundo Koifman (2012, p. 102-104), o ministro usava argumentos contraditórios para racionalizar o seu preconceito, um exemplo é o fato de colocar a presença do imigrante como causadora de problemas econômicos e ao mesmo tempo responsável pela prosperidade das áreas urbanas, sem deixar de relacioná-los ao *crack* de 1929.

Campos chamava a atenção para o perigo que os estrangeiros representavam em regiões economicamente importantes, como era o caso de São Paulo, que contava com um grande número de imigrantes de diversas nacionalidades. Também não deixava de estar vigilante em

relação a região sul, que possuía um grande número e imigrantes em regiões mais distantes, considerados perigosos pelos chamados "quistos raciais" (KOIFMAN, 2012, p. 105). Além dos perigos trazidos à formação de uma identidade nacional, o "enquistado" ainda poderia ser um agente dos interesses imperialistas do seu país, infiltrado em território nacional e pronto para agir em prol da sua verdadeira nação. O medo desta ameaça estrangeira não era somente de Campos, mas de alas nacionalistas do governo e também de muitos militares, sobretudo, em virtude das fronteiras com a Argentina estarem próximas da grande concentração de imigrantes do Sul.

Campos expressou claramente um dos "perigos" ou receios do governo em relação às comunidades de imigrantes: "Nenhuma das pequenas nacionalidades da Europa e da Ásia, que não apresentem um índice ótimo de assimilação, e esse índice só o encontramos, a rigor, na imigração portuguesa, está fora da eventualidade de uma anexação a Estados mais poderosos." Acreditava o ministro, e esse é o ponto fundamental para sua ideia, que potências estrangeiras poderiam mobilizar seus nacionais (e descendentes) estabelecidos no Brasil de forma a estabelecer uma anexação ou desmembramento do território nacional, exceto a imigração portuguesa, que "não representa, de certo, o ideal, mas por diversos motivos, está isenta dos perigos de enquistamento e de base para o exercício de doutrinas imperialistas e nacionalistas". As nações que Campos aparentemente julgava potencialmente perigosas nesse sentido eram a Alemanha, o Itália e o Japão, por força do número expressivo de imigrantes e descendentes originários desses três países residentes no Brasil. (KOIFMAN, 2012, p. 117).

Francisco Campos chegou a identificar os estrangeiros oriundos de países do Eixo como bons imigrantes, mas a defesa do Brasil do suposto risco que estes imigrantes poderiam representar prevalecia no discurso do ministro "ainda que bom imigrante, arriscar-se-nos-emos a povoar o Brasil açulando, sobre as suas mais prósperas regiões, a cobiça do estrangeiro facilmente apoiada nos quistos minoritários" (CAMPOS apud. KOIFMAN, 2012, p. 118). O ministro, considerado um admirador do totalitarismo europeu, via intenções reais dos países do Eixo em território nacional, aproximando-se cada vez mais do pensamento norte-americano.

E acusou tais países fornecedores de imigrantes de se esforçar para "conservar sob tutela" os seus nacionais com o fim não somente de "preparar repatriamento", mas também de criar "novos núcleos nacionais nos países que eles consideram, de certo modo, como grandes reservatórios de matéria-prima". Para o ministro, as propagandas alemã, italiana, japonesa e, em certo tempo, polonesa teriam tido esse fim. Até mesmo a Espanha, logo após o fim da guerra civil, "ensaia assumir, por seus representantes consulares e diplomáticos e pelas fundações de propaganda, o controle dos seus nacionais residentes em nosso país. Campos, apontado costumeiramente como aproximado ou um admirador dos



governos totalitários, se assemelha aqui a um intelectual identidade com o ideário norte-americano de direita, um nacionalista incomodados com a interferência e influência das nações fascistas no Brasil. (KOIFMAN, 2012, p. 121).

Campos via a questão do “enquistamento” como um problema, não somente da política praticada pelo Brasil com relação a imigração - de não dar um suporte para as comunidades mais afastadas e deixar que acabassem cumprindo o papel que o Estado não fazia, como providenciar escolas -, mas também era um problema que envolvia questões psicológicas e étnicas dos grupos “enquistados”. Para fundamentar sua análise, o ministro usou mais uma vez o exemplo dos EUA, local em que Campos acreditava que os imigrantes esforçavam-se para se adaptar a realidade dos nativos. Este esforço estaria fundamentado na visão que os recém-chegados supostamente teriam dos nativos, de que estes seriam superiores, o que Campos atribui ao fato da formação dos EUA ter se dado com a vinda de anglo-saxões, que não foram expulsos da Inglaterra somente pela pobreza, mas, principalmente, por questões religiosas, assim possuíam as qualidade morais necessárias para a colonização. Já no Brasil, isso não ocorria porque os imigrantes acreditavam na sua superioridade em relação ao elemento nacional e optavam por se isolar do restante (KOIFMAN, 2012, p.113-115).

Outra questão que incomodava o ministro era o fato de que mesmo depois do decreto 3.010/38 o Brasil ainda continuava recebendo imigrantes por possuírem notável formação técnico-científica e reconhecimento social. Se no final de década de 1920, Campos foi um entusiasta da entrada de profissionais estrangeiros da educação no Brasil, a ponto de trazê-los, agora via nesses profissionais inconvenientes, como a necessidade do pagamento de salários mais altos (KOIFMAN, 2012, p.115). O Estado Novo não desejava trabalhadores estrangeiros qualificados, estes não ficariam no campo, rumariam para as cidades, reivindicariam salários mais altos e ainda poderiam representar uma forte oposição ao regime de Vargas, muitos foram os intelectuais que entraram no Brasil e poderiam ser uma voz contra os desmandos do regime, isso somado às doutrinas políticas que poderiam trazer em suas bagagens. O bom imigrante era branco, com uma proximidade cultural com o Brasil, disposto ao trabalho na lavoura e que não questionasse o governo, Vargas via isso no português, já Campos preferia dificultar a entrada de todo e qualquer imigrante, demonstrando simpatia apenas pelo suíço, provavelmente influenciado pelas ideias eugenistas.

Campos também não gostaria de permitir a entrada de portugueses, reconhecia o valor da imigração portuguesa para o projeto nacional, não contrariando Vargas, que via no português



o projeto ideal de imigração. Campos mostrava que se culturalmente era bom, economicamente não, pois se encontravam nas grandes cidades, desenvolvendo atividades sem importância e aumentando a população dos núcleos urbanos, o ministro até mesmo chegou a compara-los aos judeus.

O ministro advogava a restrição completa, extensiva aos portugueses. Conhecedor das opiniões do presidente a esses respeito, Campos argumentou cautelosamente que “quanto à imigração portuguesa, se é certo que esplêndida do ponto de vista da pronta assimilação, o seu valor econômico é, porém, cada vez mais baixo”. E se tornou voz única no governo ao afirmar que, não muito diferentemente dos grupos de refugiados (judeus), em relação aos portugueses “há que temer o perigo de se localizarem esses imigrantes nas cidades, onde se dedicarão a atividades urbanas de somenos importância: empregos domésticos, mascateação, pequeno comércio”, não contribuindo economicamente para o país. E conclui: “Vêm, assim, apenas, parasitar a economia nacional, aumentar a população das cidades, concorrer nos empregos com brasileiros, exercer fraudulentamente profissões reservadas aos brasileiros pela Constituição e pelas leis, acrescer as estáticas da delinquência.”( KOIFMAN, 2012, p. 119).

Se neste período as portas estavam fechadas para imigrantes outrora considerados laboriosos, fator de progresso e civilidade, a situação do judeu ainda era pior, considerado inassimilável, ser judeu durante a Segunda Guerra Mundial era sinônimo de refugiado, e estes não eram bem vindos no Brasil. Campos considerava o judeu o mais perigoso entre os povos, que desnaturalizaria a população brasileira, o apátrida, que não possui ligações com sua terra, que formam uma comunidade exótica e somente desenvolvem negócios e especulação (KOIFMAN, 2012, p. 122). É válido lembrar também que o judeu, muitas vezes, era associado a criminalidade, ao comunismo e também a ideias internacionalizantes, e um exemplo que poderia ser utilizado para confirmar este pensamento sobre os judeus era o de Olga Benário, judia e militante comunista que participou da articulação de uma tentativa de golpe contra Getúlio Vargas. Os fatores econômico e intelectual também pesavam contra o judeu, sem tradição de trabalho agrícola e com formação superior não desejada pelo Estado. Koifman chama a atenção para dois trechos do parecer de Campos a respeito dos judeus, o primeiro mostra os motivos que afastam os judeus dos interesses nacionais, e o segundo seria, segundo Campos, palavras do próprio presidente Getúlio Vargas.

ninguém mais do que os judeus se tem aproveitado da tolerância e do descuido das autoridades brasileiras no que diz respeito à legislação imigratória. Todos os navios que aqui aportam trazem levas sobre levas de judeus: advogados, médicos, engenheiros, arquitetos, dentistas, químicos, músicos dançarinos, cantores, comerciantes, intelectuais e jornalistas. Alguns desses refugiados, ou pseudorefugiados, têm um passado policial. Crimes comuns, fraudes, escândalos,

filiações a organizações comunicantes tornaram-lhes impossível a vida nos países dominados por governos autoritários. Embora o Brasil não seja fascista ou nacional-socialista, o certo é que esses elementos comunicantes socialistas, esquerdistas ou liberais leem por uma cartilha que está muito longe de nos convir. (CAMPOS apud. KOIFMAN, 2012, p. 126)

Nós, porém, queremos homens valiosos e laboriosos e repudiamos os elemento moral e fisicamente indesejáveis, os de atividade parasitária, os sem ofício, os desenraizados e incapazes de fixar-se, de constituir família brasileira, de amar a terra adotiva e por ela sacrificar-se. No mundo contemporâneo há clima propício a todas as ideologias. Não devem procurar o Brasil os que professam convicções em desacordo com as nossas, os que pretendem infiltrar no espírito brasileiro o falso e cômodo internacionalismo que dissolve as energias patrióticas e pode servir a tudo e a todos conforme o preço e as ocasiões. Esses não terão mais entrada no país. (CAMPOS apud. KOIFMAN, 2012, p. 127)

Mesmo que as ações do aparato burocrático e repressor do Estado Novo estivessem mais próximas dos governos fascistas da Europa, fica claro através da exposição de Koifman, que um dos grandes nomes da política imigratória de Vargas, Francisco Campos, estava sob grande influência do pensamento norte-americano, fosse dos estudos eugenistas, como também da legislação que estabeleceu cotas para entrada de imigrantes nos EUA. "Se em algum momento Ernani Reis e até mesmo Francisco Campos foram simpáticos a ideias fascistas, o que se pode notar de seus pareceres e suas exposições de motivos é que a influência e o referencial norte-americanos sempre tiveram fortemente presentes" (2012, p. 138).

No período do grande processo imigratório no Brasil, as preocupações raciais das autoridades brasileiras também eram preocupações dentro dos espaços científicos, que adaptavam teorias europeias para a realidade nacional. Durante o Estado Novo, a influência de ideias eugênicas norte-americanas não era mais encontrada nos institutos científicos, mas ressignificada e aplicada diretamente pelas autoridades políticas e burocráticas do país, adaptando o modelo eugênico ao projeto de nação de Getúlio Vargas. Assim, o discurso racista, que não estava distante do gestado ainda durante o período escravista, institucionalizava o preconceito, associando o mesmo a uma ideia de higiene social, o que já vinha desde a virada do século XX. Os estudos raciais produzidos nas faculdades de Medicina e Direito brasileiras, associando raça, doenças e criminalidade, são repensados, a ideia de degeneração do brasileiro sai do discurso oficial durante o governo Vargas e a preocupação com a manutenção de uma suposta identidade nacional fará com que as questões raciais passem a ter o sentido de preservar aquilo que era considerado brasileiro.

Não foi somente durante o grande fluxo imigratório que os estrangeiros foram desejados no Brasil, o próprio ministro Francisco Campos possuiu uma outra postura em relação ao imigrante no final de década de 1920. Atuando como Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais promoveu uma reforma no ensino, trazendo professores e psicólogos estrangeiros para o Brasil, entre eles estava Helena Antipoff, que não somente era russa, como também havia atuado em estações médico-pedagógicas durante o processo revolucionário em 1917 (KOIFMAN, 2012, p. 88). O próprio Getúlio Vargas era um entusiasta da imigração, não somente desejava a entrada de portugueses no Brasil, como os considerava o grupo ideal. Além de branco, o português não constituía um perigo para o projeto nacionalista de Vargas, estava culturalmente mais próximo do brasileiro e a experiência de imigração anterior com este grupo o mostrava mais integrado à sociedade brasileira, não representando o perigo do “enquistamento” e de ser fator de desagregação da unidade cultural brasileira. Mesmo que grande parte dos portugueses não cumprissem os requisitos econômicos para a entrada no Brasil, como ter uma profissão que não “proprietário” ou serem agricultores. Getúlio Vargas ainda recebia diversas solicitações de visto, era o último recurso de muitos que tentavam entrar no país, estes, via de regra, eram aceitos com um despacho escrito pelo próprio presidente. Porém, esta pré-disposição de Vargas em ver na imigração algo positivo para o Brasil não refletia as intenções do seu corpo burocrático, que na prática tentaram evitar a entrada de imigrantes (KOIFMAN, 2012).

Uma questão importante para pensar em que momento o imigrante passou a ser visto como uma ameaça para a integridade do país, foi a mobilização da esquerda na Intentona Comunista de 1935. O movimento que acabou sufocado pela repressão do governo Vargas, diversos integrantes do Partido Comunista foram presos, entre eles cabe destacar dois estrangeiros que deixaram visível o quanto o Estado comandado por Getúlio Vargas era autoritário, mesmo antes do implantação do Estado Novo. O primeiro caso e que também ganhou mais repercussão foi o de Olga Gutmann Benário Prestes, companheira do líder comunista Luís Carlos Prestes. Alemã de origem judaica e militante comunista, foi expulsa do país e enviada à Alemanha nazista, mesmo estando grávida. Sua expulsão resultou no nascimento de sua filha, Anita Leocádia Prestes, em uma prisão feminina na Alemanha e também na execução da prisioneira em câmara de gás no Campo de Concentração de Bernburg (GODOY, 2012). O segundo caso foi o de Arthur Ernst Ewert, conhecido como Harry Berger, membro do Partido

Comunista Alemão, Berger foi preso em 1935 juntamente com sua esposa Elise Saborowski, esta deportada para a Alemanha assim como Olga Benário. Berger ficou preso até o final do Estado Novo sob intensa tortura, tratamento que se agravou quando Francisco Campos passou a comandar o Ministério da Justiça<sup>16</sup>, o caso ficou famoso e passou por diversos advogados, inclusive o anticomunista Heráclito Fontoura Sobral Pinto, que utilizou a Lei de Proteção aos Animais na defesa do prisioneiro (CARDOSO, 2014). Os dois exemplos mostram estrangeiros envolvidos em atividades contra o governo de Getúlio Vargas, ambos não eram imigrantes que vieram em busca de trabalho ou de se estabelecer no país, mas entraram com motivações políticas, não se encaixando no padrão da maioria esmagadora dos imigrantes que entraram no Brasil. Porém, estes acontecimentos também podem ajudar a entender como os imigrantes europeus passaram a ser indesejados.

Os imigrantes e descendentes também podiam participar de agremiações políticas, como é o caso da existência de uma filial do Partido Nazista no Brasil, mesmo que este não participasse de fato da política brasileira, recomendação da própria sede do partido na Alemanha. Até o acirramento da Segunda Guerra Mundial, o partido pôde funcionar normalmente. Também ocorreram casos de descendentes de imigrantes atuarem na política, não estando ligados a partidos estrangeiros. Portanto, a repressão do Estado gerenciado por Vargas era destinada aqueles que faziam oposição ao regime e estavam ligados aos ideais comunistas, a tentativa fracassada de Prestes foi astutamente utilizada para aumentar a vigilância do Estado contra seus supostos inimigos.

A chamada “Intentona Comunista” acabou transformando definitivamente a a imagem dos estrangeiros no Brasil em relação aos órgãos de controle policial e político, ao mesmo tempo em que forneceu a setores da alta cúpula dirigente - composta também por elementos nacionalistas e/ou antiliberais - um álibi ou justificativa para o controle e a repressão que se imputaria e persistiria por muitos anos. Estrangeiros passaram a ser identificados como potenciais agentes transmissores do ideário comunista. Não por acaso, a escusa para a instauração do Estado Novo apresentada foi uma plano falso - o Plano Cohen - de tentativa revolucionária comunista no Brasil. Campos, político que até então implementara a presença e a colaboração de professores estrangeiros, já na década de 1940, como ministro da Justiça, passou a apresentar-se de forma distinta mostrando-se partidário de convicções explicitamente xenófobas. (KOIFMAN, 2012, p. 90).

---

<sup>16</sup> ARTHUR ERNST EWERT. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arthur-ernst-ewert>. Último acesso em 02/12/19.

Se o imigrante representava um perigo para a unidade cultural brasileira e também para a manutenção do regime de Vargas, no âmbito econômico a situação não era diferente. O estrangeiro representava o aumento da demanda por trabalho, gerando um desequilíbrio, além de representar uma concorrência para os trabalhadores nacionais no âmbito urbano.

### **3.2. AS SANÇÕES DO ESTADO NOVO CONTRA OS ESTRANGEIROS**

Entre as medidas tomadas para colocar em prática o empreendimento nacionalizador de Getúlio Vargas, estavam o controle do ensino pelo Estado e a proibição do ensino em idioma estrangeiro. As escolas de origem germânica mais organizadas foram obrigadas a reorganizarem seus planos de ensino, já as escolas improvisadas nas colônias mais distantes e que não possuíam professores que falassem o português acabaram fechando as portas e deixando muitas crianças sem acesso ao ensino primário. A proibição da utilização do idioma estrangeiro na escola logo se estendeu para outros âmbitos, como em repartições públicas e cerimônias religiosas. Na sequência, a proibição estendeu-se para todos os locais públicos e com o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo em 1942, a língua passou a ser proibida até mesmo no ambiente familiar.

Em 18 de abril de 1938, foi publicado o Decreto-Lei nº 383/38, em que as atividades políticas passaram a ser proibidas para os estrangeiros. Em muitos locais onde a colonização alemã se fez presente, o Partido Nazista acabou angariando adeptos e promovendo, de certa forma, algum tipo de ação. Fosse ela política, cultural ou de assistência. Deste modo, uma série de restrições passou a ser imposta aos imigrantes. Foram proibidas bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos e insígnias ou qualquer outro tipo de símbolo de partido político estrangeiro. A organização de desfiles, passeatas, comícios, reuniões ou qualquer tipo de concentração de membros também foi proibida. Foram proibidos jornais, revistas, artigos e publicações em alemão, assim como qualquer outra forma de publicidade (VOGT, 2011, p. 2-3).

Com a realização da Conferência Panamericana, em janeiro de 1942, foram estabelecidas normas a serem cumpridas pelas nações americanas, que se comprometeram em romper relações diplomáticas com o Eixo. Deste modo, o acordo estabelecia as seguintes disposições:

I – É proibido:

- a) a distribuição de escritos em idioma das potências com as quais o Brasil rompeu relações;
- b) cantar ou tocar hinos das referidas potências;

- c) fazer saudações peculiares a essas potências;
- d) usar idioma das mesmas potências em conversação em qualquer lugar público, inclusive cafês, bares, restaurantes, hotéis, cinema, lojas, etc.;
- e) exibir, em lugar acessível ou exposto ao público, retratos dos membros dos governos daquelas potências.
- II – Devem ser detidos aqueles que, ostensivamente, ou em lugar público, manifestem simpatia pela causa das referidas potências.
- III – Devem ser arrecadados todos os livros e materiais de propaganda política em favor daquelas potências, existentes em livrarias, especialmente estrangeiras, e casas particulares.
- IV – Devem ser interditadas as estações emissores de radioamadores e apreendidas aquelas que pertencerem a estrangeiros súditos daquelas potências.
- V – Devem ser interditados os aviões pertencentes a súditos pertencentes às potências do Eixo e não permitir que a sua honra seja ultrajada. (VOGT, 2011, p.3).

Além dos abusos cometidos pelos próprios agentes do Estado, o grande responsável por grande parte das denúncias e prisões foi a própria população brasileira. O povo, que estava cumprindo seu papel na defesa da soberania da Nação, em grande parte dos casos, foi responsável por manifestações violentas ou carregadas de questões pessoais. O Estado incitou situações de violência contra os estrangeiros e seus descendentes e, muitas vezes, acabou não conseguindo manter o controle sobre a população, que acabava ultrapassando os limites aceitos pela polícia.

O controle sobre os imigrantes e a fiscalização dos seus hábitos, considerados nocivos ao Estado brasileiro, foi realizado pela polícia política de Getúlio Vargas, a DOPS. O presidente manteve um aparato policial destinado a manter a ordem e a segurança do país, antes mesmo da instauração do seu regime ditatorial. O novo departamento seria responsável por vigiar elementos e comportamentos considerados subversivos, e ainda afastar possíveis ameaças à ordem social. A polícia política de Vargas foi inaugurada oficialmente em 1933, com o surgimento da Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS), encarregada de investigar crimes políticos e sociais (SHIZUNO, 2010, p.81).

A polícia era um dos principais órgãos responsáveis pela manutenção do poder de Vargas. As diversas delegacias estaduais estavam diretamente ligadas ao governo federal, o que garantia o controle direto do presidente sobre o seu principal órgão de repressão. Segundo Elena Shizuno (2010, p. 82), a polícia brasileira passou por uma renovação neste período, com a chegada do médico Francisco Luzardo à chefia de polícia no Rio de Janeiro ocorreu uma aplicação das ideias positivistas e da antropologia criminal no trabalho policial. Com a implantação do novo Código Penal em 1940, a polícia iniciou um trabalho de precaução ao crime, baseado em quesitos raciais. O fenótipo foi considerado fator determinante das ações

empregadas pelos criminosos, no caso dos imigrantes oriundos de países do Eixo, o simples fato de pertencerem a uma das etnias beligerantes já os tornava um perigo em potencial, portanto deveriam ser vigiados a fim de evitar futuros problemas. A polícia do Rio de Janeiro sistematizou e organizou as informações do serviço de repressão, deste modo manteve ligação direta com as demais delegacias espalhadas pelo Brasil. Além da repressão e vigilância a estrangeiros e comunistas, a polícia também desempenhou um importante papel na divulgação da ideologia do regime de Vargas.

Com o ataque alemão à marinha mercante nacional e a consequente declaração de guerra do Brasil aos países do Eixo, foi criada, em 1942, a Seção de Segurança Nacional, cuja função era fiscalizar os brasileiros com origem estrangeira, e combater ideologias contrárias ao Estado Novo de Vargas. Esta seção ainda se responsabilizou por criar um espírito nacional na população brasileira e convocar o cidadão a cumprir o seu dever na proteção da soberania nacional, o que resultou em manifestações contra imigrantes e seus descendentes.

Até o término da Segunda Guerra Mundial, as regiões que possuíam imigrantes e seus descendentes passaram por muitos episódios violentos. Mesmo os locais onde havia um número considerável de teuto-brasileiros, economicamente integrados, sofreram com a violência. A cidade de Curitiba, onde grande parte do comércio estava nas mãos de teuto-brasileiros, e estes desempenhavam as mais diversas atividades e prestavam inúmeros serviços, foi palco de várias manifestações contra estrangeiros. Comércio, casas e associações foram depredados, os imigrantes eram constantemente vigiados, tanto pelo Estado quanto pela população, o povo abraçou a causa antinazista e realizou muitas denúncias contra os “quinta- colunas”.

As Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) funcionaram durante quase toda a Era Vargas, sendo desativadas somente em agosto de 1945. A DOPS manteve uma linha de vigilância e perseguição durante todo o período de sua vigência, independentemente das mudanças ocorridas no direcionamento do governo de Vargas. Ainda no final de 1945 as delegacias foram reativadas e utilizadas em governos seguintes.

A repressão política do Estado Novo não se deu somente a filiados e simpatizantes do NSDAP. Neste período, estrangeiros de diversas etnias, opositores do regime varguista, acusados de apoiar o integralismo ou o comunismo, eram considerados subversivos e ameaças ao país. Porém, se percebe uma precaução maior com os imigrantes originários dos países que



compunham o Eixo, sobretudo, com os alemães, que já possuíam o estereótipo de inassimiláveis e expansionistas. Um exemplo da ação contra imigrantes de diversas etnias aconteceu em Curitiba, onde até mesmo um alemão, de religião judaica foi acusado de ações nazistas:

Levo ao conhecimento de V.S., para os devidos fins, que em dará de 15-5-43, o sr. Dr. Lecício Barbosa, Delegado adido desta D.O.P.S., recebeu de Anita Pimpão um telefonema, a qual lhe comunicava que é residente á rua Augusto Stelfeld no769, onde mora também, por der uma casa de duas morada, um sr. Estrangeiro, o qual captava irradiações de emissoras alemães.

Momentos após a essa queixa, *apresentou-se nesta D.O.P.S., MANFRED STERN (judeu – religião israelita)*, natural de Frankfurt, nascido a 24-4- 1903, estabelecido à rua Augusto Stelfeld no769, com botequim, possuindo Carteira de Estrangeiro modelo 19, o qual soube que sua vizinha deu parte à Polícia, dizendo que o mesmo era simpatizante do “eixo” e que captava irradiações de emissoras clandestinas.

Com relação a esse fato, alegou ser calúnia por parte de Anita. Declarou que de fato possui rádio em sua residência, mas o mesmo pertence à sua amazia Ana Lídia Wagner, de nacionalidade brasileira.

Negou terminantemente haver captado irradiações de emissoras alemães, atribuindo essas queixa a intrigas entre vizinhos, pois certa vez esta sra. Pedira ao snr. Manfred, que emprestasse a máquina de costura sendo que pelo mesmo negada. Dado isso, como também já lhe tivesse sido negado o aparelho telefônico, pelo mesmo sr., esta ameaçou-o de vingança, dizendo- lhe que não lhe pagaria o aluguel de casa e que iria à polícia denunciá-lo, porque ligava o seu rádio para estações proibidas (Dossiê Diligências, p. 158, grifo nosso).

As medidas tomadas contra os "súditos do Eixo" variaram de acordo com o posicionamento do governo de cada região. Em alguns locais, principalmente, onde havia um predomínio de alemães e estes já haviam ocupado cargos políticos, a tolerância foi maior. Porém, em muitos locais as medidas nacionalizantes ultrapassaram seu objetivo, e deste modo a ação oficial saiu de controle, acompanhada da ação informal do cidadão comum.

O Estado Novo buscou construir uma identidade nacional que reunisse as contribuições do português, do indígena e do africano. O intuito da promoção de uma coesão social não ocorreu, porém, as proibições aos estrangeiros fizeram o Estado brasileiro se aproximar do objetivo do século XIX de assimilar os imigrantes. Muitos deixaram o idioma e a cultura do país de origem de lado, porém, não se integraram totalmente à sociedade brasileira. A conjuntura vivenciada fez com que as características germânicas fossem deixadas de lado pela maior parte dos descendentes de imigrantes, como o caso do idioma, houve um esforço por parte dos teuto-brasileiros para aprender o português e se integrar à sociedade nacional.



## 4. COMUNIDADE TEUTA EM CURITIBA: ENTRE PERSEGUIÇÃO E INTEGRAÇÃO

### 4.1. A COMUNIDADE TEUTA CURITIBANA

A capital paranaense, hoje popular pela presença de imigrantes em sua constituição, teve em sua formação a participação de diversos grupos étnicos, alguns esquecidos e outros rememorados. Característica marcada pela própria administração de Curitiba, que mantém em seu site oficial um tópico específico sobre a importância da imigração na história da cidade, "o traço fundamental que definiu o perfil de Curitiba foi a chegada de imigrantes das mais variadas procedências".<sup>17</sup>

Esta exaltação da importância desses grupos no desenvolvimento de Curitiba, principalmente dos europeus, remonta à década de 1950, quando o país passava por um processo de modernização, e no Paraná e em Curitiba não era diferente. Assim, a figura do europeu como fator de prosperidade ganhou força novamente, como o branco já havia sido considerado a única saída para desenvolver o Brasil no final do século XIX. Apesar do enaltecimento do branco, algumas etnias receberam maior importância, como italianos e alemães. Estes, os primeiros a aparecerem no site da PMC, têm sua contribuição econômica ressaltada.

Em 1872, segundo registros históricos, a presença dos alemães no núcleo urbano já era notável. Eles iniciaram o processo de industrialização – metalurgia e gráfica –, incrementaram o comércio, introduziram modificações na arquitetura e disseminaram hábitos alimentares. Difundiram, também, a noção de associativismo.<sup>18</sup>

Apesar de não comporem o grupo étnico mais numeroso a adotar Curitiba, os alemães tiveram grande destaque entre os estrangeiros. A primeira presença alemã na cidade data de 1833, Michel Mueller instalou uma ferraria e casou-se com uma alemã, cuja família chegara na sequência, até 1850, mais três famílias alemães estabeleceram-se aqui. Michel Mayer, primeiro alemão a dedicar-se exclusivamente à agricultura, chegou em 1853, seguido do farmacêutico August Stellfeld, e mais duas famílias. Depois deste primeiro momento, a cidade recebeu, ainda na década de 1950, uma leva de alemães que já estavam estabelecidos no

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia-imigracao/208>. Último acesso em 20/10/20.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia-imigracao/208>. Último acesso em 20/10/20.

Brasil, mais necessariamente na colônia Dona Francisca. Fundada pela Companhia de Colonização Hamburguesa, a região deu origem as mais antigas famílias alemãs do Paraná. Vindos de diversas regiões e com as mais diversas profissões, entre os muitos lavradores, estavam professores, militares, padeiros, tecelões, marceneiros, entre outros (FUGMANN, 2008, p.33-37).

Entre 1869 e 1878, a região de Curitiba recebeu a instalação de diversos núcleos coloniais com imigrantes de diversas nacionalidades, como alemães de diversas regiões, franceses, franceses argelinos, ingleses, italianos, poloneses e suecos (NADALIN, 2017, p.77). De acordo com Ruy Wachowicz (1995, p.146), seria o "primeiro cinturão verde organizado por imigrantes no Brasil", o que resolveu o problema do abastecimento em Curitiba. Segundo Sérgio Nadalin (2017, p.77-79), o sucesso das colônias próximas a Curitiba impulsionou a implantação de colônias no litoral e também nos Campos Gerais, porém, essas acabaram fracassando e causaram um hiato na imigração europeia no Paraná, acompanhado da mudança na política migratória do estado, que reduziu sua participação financeira. Situação que começou a mudar em 1885, quando novamente o estado voltou a receber, mesmo que de maneira tímida, imigrantes, entre estes os alemães.

Também em Santa Catarina muitas colônias não prosperaram por não corresponderem aos anseios dos imigrantes, o que gerou uma onda migratória para a Paraná, especialmente Curitiba. A capital paranaense teve um salto populacional entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, de 6.791 habitantes em 1854 para 78.986 em 1920 (RIBEIRO, 1985 apud. MAGALHÃES, 2001, p32), crescimento fruto não somente da imigração, como também dos processos migratórios, principalmente dentro da região sul do Brasil.

De acordo com Romário Martins (1941), em 1934 o Paraná contava com 101.331 imigrantes de diversas nacionalidades, os alemães ocupavam a terceira posição contando com 13.319 imigrantes. Já Curitiba, em 1920, possuía 78.986 habitantes, destes 11.616 eram estrangeiros e, mais uma vez, os alemães ocupavam o terceiro lugar com 13,28% (OLIVEIRA, 2012, p.186). Porém, esta cifra de cerca de 1.543 alemães não representava toda a comunidade alemã de Curitiba. A capital paranaense já tinha ultrapassado a segunda geração de descendentes dos primeiros alemães que habitaram o planalto de Curitiba, também foi centro de atração de um processo de migração do interior e dos outros estados do Sul,

sobretudo, partindo da região da Dona Francisca em Santa Catarina. A estimativa é que em 1917, Curitiba contasse com cerca de 12.000 alemães e teuto-brasileiros (SCHAPELLE, 1917 apud OLIVEIRA, 2012, p. 186). Cifra que aumentou ainda mais até a década de 1930, quando a entrada de estrangeiros foi dificultada pelo governo Vargas.

Esta intensa presença alemã na capital paranaense podia ser sentida em diversos pontos da cidade, principalmente, na região central, onde era possível perceber a influência econômica alemã nos diversos estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e também nos clubes, associações e escolas. Apesar da grande concentração na região central, os alemães encontravam-se também em regiões mais distantes, como o Bacacheri, o Pilarzinho, o Barigui, a Vila Guaíra e o Boqueirão, este último carece de uma atenção maior por ser um núcleo colonial com características distintas dos demais espaços ocupados por alemães na cidade.

Dos núcleos montados nos bairros, vinham produtos que abasteciam a região central. Segundo o Pastor Wilhelm Fugmann (2008, p.246), o leite consumido pela capital era extraído de 1.472 vacas em 1929, sendo que 227 produtores teuto-brasileiros participavam do fornecimento com 532 vacas. Entre esses produtores estava Francisco Schaffer, a região onde sua fazenda estava, no atual bairro Vista Alegre, hoje é conhecida como Jardim Schaffer em homenagem ao produtor de leite. No fornecimento da carne os teuto-brasileiros também contribuíam com uma parcela significativa, sendo das 34.074 cabeças de bois, porcos, terneiros, carneiros e cabritos, 10.400 fornecidas por teuto-brasileiros. As padarias alemãs utilizavam 45.000 sacos de farinha para pão branco dos 66.000 sacos consumidos em Curitiba, que contava com os moinhos Max Rosenmann; Weigert, Irmão & Cia., Eduard Weigert; Carlos Mueller e Viúva Hugo Wolf (FUGMANN, 2008, p.247). Outros produtos alimentícios, utensílios domésticos, ferragens, ferramentas e flores também eram fornecidos por comerciantes alemães, como Candido Hartmann, que hoje nomeia rua no atual bairro Bigorrilho, próximo de onde teve um armazém de secos e molhados.

FIGURA 1- FARMÁCIA E DROGARIA STELLFELD



FONTE: Prefeitura Municipal de Curitiba<sup>19</sup>

No comércio e prestação de serviços no geral, o número de alemães e teuto-brasileiros era notável, os serviços prestados e o produtos comercializados eram extremamente variados, marceneiros, ferreiros, alfaiates, médicos, farmacêuticos, engenheiros, fotógrafos, operários comerciantes e tantas outras profissões exercidas por membros da comunidade germânica. Entre os exemplos, temos o engenheiro Lothario Meissner; o primeiro farmacêutico de Curitiba, Augusto Stellfeld, o prédio que comportou a Farmácia Stellfeld, famoso pelo relógio solar, encontra-se ainda na Praça Tiradentes; a tipografia de João Haupt, ainda em funcionamento na esquina da Rua São Francisco; e tantos outros. No ramo industrial, os alemães tiveram uma contribuição significativa, principalmente por terem contato direto com a Alemanha, conseguindo máquinas e investimentos. Entre os exemplos de indústrias alemãs, estão a fábrica de pianos Essenfelder & Cia., Fundições Mueller e Irmãos; entre outras (FUGMANN, 2008).

<sup>19</sup> Disponível em: <http://multimidia.curitiba.pr.gov.br/conteudos/conhecendocuritiba/galeria/pracatiradentes/farmacia.jpg>. Último acesso em 10/11/2020.



FIGURA 2 - IMAGEM PUBLICITÁRIA DA FÁBRICA MUELLER IRMÃOS LTDA.



FONTE: Acervo IPHAN – Ilustração Paranaense<sup>20</sup>.

No meio artístico também encontramos sobrenomes de origem germânica, Fugmann (2008, p.255) chega até mesmo citar o norueguês Alfredo Andersen<sup>21</sup>, segundo o autor, Andersen era "muito ligado à colônia teuto-brasileira, por amizade". Outro nome importante dentro da arte paranaense, Frederico Lange de Morretes, não somente era teuto-brasileiro, como chegou a estudar litografia na Alemanha. Na música e no teatro, temos nomes como o do Maestro Carlos Frank e Ilsa Hauer (FUGMANN, 2008), o primeiro nomeia rua na região do Boqueirão. A família Hauer, além de ter mais membros envolvidos com o teatro e a música, ainda foi proprietária de um dos primeiros teatros oficiais de Curitiba, o Theatro Hauer, localizado na Rua 13 de maio.

<sup>20</sup> Disponível em: <http://estradadoassungui.blogspot.com/2012/06/fundicao-mueller.html>. Último acesso em: 09/11/20.

<sup>21</sup> Apesar de norueguês, o nome de Andersen foi mencionado nesta pesquisa para deixar claro que um dos principais nomes do nazismo no Paraná era seu homônimo, portanto, o Alfredo Andersen extremamente comentando nas próximas páginas não é o pintor.

FIGURA 3 - TEATRO HAUER



FONTE: Wikipédia<sup>22</sup>

Na gestão pública também era possível encontrar nomes germânicos, eles apareciam inclusive dentro da DOPS. Professores, estudantes de instituições de ensino públicas e até mesmo no meio político os teuto-brasileiros estiveram. Professora de pintura Lydia Weisner na Escola Profissional Feminina; o estudante Carlos Heller, formado na Faculdade de Medicina; o professor Erasto Gaertner na Faculdade de Medicina, que hoje nomeia o principal hospital de câncer da cidade, foi o primeiro prefeito alemão de Curitiba; entre tantos outros profissionais e formandos. No campo político, Curitiba teve até 1929 três nomes de origem germânica: Emygdio Westphalen (1911-14); Jorge Germano Meyer (1895-86) e Edgard Stellfeld (1915-18). No legislativo municipal e estadual muitos teuto-brasileiros foram eleitos, como o deputado Jorge Schimmelpfeng (1918-19) e o vereador Augusto Stellfeld (1883-87), que chegou a ser Presidente da Câmara. Delegados da Câmara de Comércio, como Nicolaus

<sup>22</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro\\_Hauer](https://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro_Hauer). Último acesso em 09/11/20.

Maeder (1911-14); membros da Guarda Nacional, como Roberto Sprenger (FUGMANN, 2008); e na própria DOPS, como o auxiliar de seção de informação, Albano Scholze.

O número de instituições alemãs em Curitiba era grande, sobretudo no centro da cidade, das 55 escolas alemãs existentes em 1937 no Paraná, 5 ficavam em Curitiba<sup>23</sup> (SOUZA, 2012, p.44). As associações e clubes alemães também ocupavam diversos espaços e mostravam a diversidade de grupos que compunham a comunidade germânica curitibana. Entre os exemplos, temos o Clube Concórdia (*Verein Deutcher Saegerbund*), fundado em 1869, localizava-se em um dos locais em que mais concentravam-se alemães, o São Francisco, próximo à Igreja Luterana; o Clube Duque de Caxias (*Teuto Brazilianischer Turnverein*), fundado em 1890 e localizado em um região mais afastada, no Bacacheri; já o *Graciosa Country-Club*, fundado em 1872 na região do Cabral, era frequentado por uma camada mais abastada. Essa diversidade de associações não era bem vista por Fugmann, que via nela uma falta de coesão entre os teutos, que seria característico das cidades maiores.

É recomendável que diferentes grupos se reúnam por motivos e objetivos determinados; porém, quando se observa que sociedades são criadas com objetivos indefinidos ou por causa de alguma pequena desavença com outra sociedade, sua fundação deve ser considerada inútil e prejudicial. Em cidades maiores, muitas vezes existem, lado a lado, várias sociedades entre as quais não existe qualquer ligação. Isto é lastimável. Realmente, há razões fundamentais que unem todos os alemães de uma mesma região, levando-os à fundação de sociedades; no entanto, deve haver um esforço para que todas elas tenham como objetivo ajudar, cooperando com toda a comunidade. Como há muitos objetivos e oportunidades comuns, todas as sociedades podem e devem acompanhar-se juntas, para poderem assim realizar muito trabalho. (FUGMANN, 2008, p.125).

---

<sup>23</sup> As escolas alemãs que ficavam em Curitiba eram: *Deutsche Schule*, Colégio Progresso; *Deutsche Katholische Knabenschule*, atual Colégio Bom Jesus Centro; *Schule der Katholischen Schwestern von der Göttl; Vorsehung*, atual Colégio Bom Jesus Divina Providência; *Deutsch-Brasilianische Schule Villa Guayra*, Escola Teuto-brasileira; *Evangelischer Kindergarten*, Jardim de Infância; *Evangelisch-Luther Kindergarten*, Jardim de Infância. (INSTITUTO MARTIUS-STADEN. *Deutsche Vereine in Staat Paraná, Brasilien*, n.49 apud. SOUZA, 2012, p.44)



FIGURA 4 - GRACIOSA COUNTRY-CLUB



FONTE: IBGE<sup>24</sup>

Além da intensa atividade econômica alemã, eles estavam presentes nos diferentes grupos sociais, desde grandes industriais até membros da classe trabalhadora, como pedreiros e operários. O grupo mais numeroso fazia parte de uma camada média, composta por prestadores de serviços e pequenos empreendedores, como comerciantes e donos de oficinas. Os últimos e os primeiros habitavam a região central, sendo marcante a presença alemã, principalmente, na região do São Francisco, onde se localizava a Igreja Luterana e também o Clube Concórdia.

A relação com a Alemanha também era satisfatória, além da inclinação de Getúlio Vargas ao regime nazista, mantida até o rompimento das relações diplomáticas, no início de 1942, a Alemanha era um grande parceiro comercial brasileiro. Escrevendo no final da década de 1920, Fugmann (2008, p.213) chamava atenção para o relacionamento com a Alemanha e para os negócios que ainda poderiam ser fechados entre as duas nação, "nos últimos anos, o Brasil importou da Alemanha mercadorias no valor de 347.000 contos de réis e exportou

---

<sup>24</sup> Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=441926&view=detalhes>. Último acesso em: 09/11/20.



383.000 contos de réis, dos quais 220.000 relativos a 1.531.758 sacas de café". A presença de imigrantes em regiões como Curitiba, estreitou ainda mais estes laços, uma vez que estes conseguiam importar equipamentos e atrair investimentos direto do seu país de origem, tendo Curitiba até mesmo uma filial do Banco Alemão Transatlântico, o maior banco privado da Alemanha. A ação do Consulado Alemão também foi bem intensa, intermediando situações entre o Estado brasileiro e a comunidade germânica, e também mantendo a ponte entre imigrantes e seu país de origem, como por exemplo, sendo responsável pela divulgação de materiais vindos da Alemanha e que eram disponibilizadas não somente em Curitiba, mas muitas vezes, também no interior. Em relação aos grupos escolares, a Alemanha enviava material didático, sendo um único programa utilizado pelas mesmas em todo Brasil. Muitos professores também vinham da Alemanha para lecionar.

FIGURA 5 - ESTUDANTES EM FRENTE À ESCOLA ALEMÃ



FONTE: Gazeta do Povo, 29/11/2012<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Disponível em: <http://curitibaantigamenteeregiaoemfotos.blogspot.com/2015/03/colégio-progresso-antiga-escola-alema.html>. Último acesso em: 09/11/20.

No Boqueirão instalou-se, em 1934, uma comunidade de imigrantes menonitas (BARBOSA, 2009, p.1). Os menonitas<sup>26</sup> vieram da Rússia para o Brasil após sofrerem perseguições durante a ditadura stalinista, porém, não eram originários daquela região, as comunidades menonitas estavam espalhadas entre os Países Baixos, o Norte da Alemanha e também a Flandres. A perseguição e a opção pelo isolamento, levou essas comunidades a buscarem lugares afastados, o que veio de encontro à necessidade de camponeses para o povoamento dessas mesmas regiões, como as Prússias Oriental e Ocidental. Assim, além de conquistarem a liberdade religiosa, também conseguiram a liberação do serviço militar, mantendo-se afastados do Estado (MASKE, 2016).

Porém, a estada na Prússia Ocidental, por mais de duzentos anos, acabou chegando ao fim por conta das inquietações vividas na Europa no final do século XVIII, que acabaram com a exclusão do serviço militar para menonitas em um momento em que havia a necessidade de soldados para os futuros conflitos que a região presenciaria. Assim, os menonitas precisariam de uma nova região para migrar em busca de liberdade religiosa, exclusão de serviço militar e também autonomia administrativa. Segundo Wilson Maske (2016, p.43), "em sua permanência na Prússia Ocidental, os menonitas solidificaram a formação de sua identidade como grupo religioso e étnico, adotando o Hochdeutsch<sup>27</sup> como língua pública do grupo".

Assim, a Rússia de Catarina II<sup>28</sup> foi o local escolhido para o novo processo migratório dos menonitas. No início, as comunidades ficaram isoladas da população local, gozando de autonomia e privilégios, como a isenção de impostos. Porém, a medida em que o fim do século se aproximava, medidas nacionalizantes foram sendo implantadas, acabando com o isolamento menonita. Com a eclosão da Revolução Russa em 1917 a situação que já estava complicada acabou ficando insustentável. A prosperidade financeira somada ao fato de serem identificados como alemães, fez com que os menonitas fossem vistos como inimigos da Revolução, o que levou a devastação de suas propriedades durante a Guerra Civil. A

---

<sup>26</sup> A denominação menonita foi adotada pelos anabatistas ainda no século XVI para se desligarem do termo anabatista e em homenagem a Menno Simons, nascido em Witmarsum na Holanda e que se engajou no anabatismo após a derrota de Münster, ocasião em que os anabatistas foram desmantelados. Tornou-se líder do anabatismo na Holanda em um momento crucial para o movimento (MASKE, 2016, p.35-36).

<sup>27</sup> Variante standard do alemão, utilizada para fins oficiais, como escola e imprensa, por falantes de outros dialetos alemães.

<sup>28</sup> Popular como exemplo de despotismo esclarecido, a Imperatriz investiu no intuito de modernizar a Rússia, entre as medidas implantadas em sua administração estava trazer imigrantes. De origem alemã, Catarina II, trouxe principalmente imigrantes alemães, que não só introduziram a pequena propriedade agrícola em oposição aos latifúndios, como também reduziram a influência religiosa da Igreja Ortodoxa por serem de confissão protestante.

emigração menonita teve início no começo da década de 1920, atingindo seu ápice em 1928 com a implantação do Plano Quinquenal, que coletivizou a terra. O destino dos menonitas foi o Canadá, o Paraguai e o Brasil (MASKE, 2016).

Impedidos de se fixarem na Alemanha, por conta da situação complicada do pós-guerra, permaneceram em campos de refugiados até que o governo alemão fechasse as negociações com os países que os receberiam. Chegando ao Brasil, instalaram-se na região de Santa Catarina, porém, a respeito do que já vinha ocorrendo com outros grupos, as dificuldades levaram a uma nova mudança. A partir de 1931, os menonitas passam a entrar em Curitiba, se fixando em bairros como Pilarzinho, Boqueirão, Xaxim e Vila Guaira. Dedicando-se a atividades, como produção de leite, indústria madeireira, serraria e fabricação de móveis (BARBOSA, 2009).

Cerca de quarenta famílias compraram 100 alqueires na região da atual Rua Francisco Derosso (SUTIL, 1195, p.25 apud. BARBOSA). A comunidade menonita estava longe da área urbana da capital, ficando cerca de 10km de distância do Centro, quase na divisa com o município de São José dos Pinhais. Mas não era somente a distância que separava os menonitas da região central, mas também a dificuldade de acesso. Segundo Barbosa (2009, p.32), a umidade característica da região e a qualidade das estradas dificultava o acesso ao Centro. Mesmo assim, o leite produzido era vendido pelos colonos no Centro da cidade, como neste relato de um leiteiro: "Quando nós levávamos o leite com carrinho, a estrada tão ruim e nós tendo que sair as 4:30-5:00 horas, em pleno escuro ainda. E aconteceu, várias vezes, com braçadas assim, o carro virou e despejou o leite, quebrou garrafas, se não todas, boa parte". (J.D., 1994 *apud* BARBOSA, 2009, p.32). Questão reafirmada neste relato de uma senhora: "o caminho para o centro da cidade era, na chuva, quase impossível de passar. Três até quatro carros andavam sempre um atrás do outro para se ajudarem em algum caso de emergência". (WIENS, 1980, p. 192 *apud* BARBOSA, 2009, p.32). Situação que não somente contribuiu com o isolamento em relação à comunidade nativa de Curitiba, mas também da própria comunidade teuto-brasileira, que se encontrava, em sua maioria, na região central da cidade. Economicamente há uma interação entre menonitas e o Centro, não somente como fornecedores de leite, mas também como trabalhadores, era comum as moças menonitas trabalharem como domésticas em casas de família. A saída desses jovens da sua região não eram bem vista, o ideal era que conseguissem o sustento na própria comunidade (BARBOSA,

p.44). Além da saída dos jovens para trabalhar no Centro e do comércio leiteiro, após a Segunda Guerra Mundial, os menonitas montaram uma cooperativa mista, com a participação de um ítalo-brasileiro brasileiro, Francisco Derosso, o que mostra que economicamente os menonitas passavam por um processo de interação (BARBOSA, 2009, p.48).

Entre as estradas utilizadas para acesso ao Boqueirão, estava a Marechal Floriano Peixoto, cujo o prolongamento além da área urbana da capital só foi realizado pelos militares após uma troca, na qual eles receberam o terreno para a implantação de um Quartel no bairro, o que atraiu moradores de outras etnias para a região. Mesmo assim, a via permanecia precária e não havia transporte público. A Marechal Floriano Peixoto somente passou por um processo de restauração com a abertura do Aeroporto Afonso Pena em 1946 no município de São José dos Pinhais (BARBOSA, 2009, p.34). Apesar de ultrapassar o limite temporal desta pesquisa, a matéria do Diário da Tarde, de 13 de abril de 1948, clareia um pouco o que poderia ser a visão de Curitiba em relação aos menonitas, questão de grande valia para entendermos a situação dos meninotas na DOPS.

“já bastante populoso, lugar de produção e abastecimento da cidade, principalmente do leite, pois ali se encontra o gado mais numeroso e seletivo para a indústria de laticínios”(1). Neste trecho do jornal percebe-se o olhar do outro para os menonitas, que dentre outras identificações, representavam para a sociedade curitibana da época o grupo de leiteiros que ajudava no abastecimento da cidade. (BARBOSA, 2009, p.34).

Podemos concluir que a comunidade menonita era vista como importante no abastecimento de Curitiba ao mesmo tempo em que foi abandonada pelo poder público, ficando de fora do plano diretor de Curitiba de 1942, que tinha como propósito reurbanizar e encaminhar o crescimento da cidade (BARBOSA, 2009, p.35). O isolamento característico dos menonitas somado ao isolamento geográfico da comunidade no Boqueirão e a falta de políticas públicas na região dificultaram o processo de integração, não somente com os brasileiros, mas também com os demais alemães e teuto-brasileiros que estavam incorporados à vida urbana de Curitiba. Mesmo estando em uma capital, as características da comunidade menonita aproximam-se mais das comunidades isoladas no interior, chamadas na época de “quistos étnicos”, com manutenção do idioma e de outros costumes, e também a prática endogamia.

apesar das constantes mudanças, da Alemanha para a Rússia, da Rússia para o Canadá, do Canadá e da Rússia para o Paraguai os menonitas logram manter a sua identidade étnica. Isto em função de sua tendência ao autoenclausuramento e



tendência sectária, sempre buscando terras isoladas e sem habitantes com os quais possam estabelecer contatos cotidianos. (MASKE, 2016, p.55).

De acordo com Barbosa (2009, p.37), os menonitas se identificavam como germânicos, "constituídos por indivíduos zelosos pela educação, trabalhadores e esforçados, religiosos e, sobretudo, unidos". No Brasil eram identificados como alemães e também como alemães-russos, uma vez que vieram da Rússia, mas mantinham características germânicas.

Por mais que os menonitas se esforçassem para manter suas tradições, não se pode negar que a cada momento de mudança, novos elementos foram incorporados à sua identidade. E por mais que naquele momento se identificassem como alemães e fossem contrários à nacionalidade russa, mais tarde, quando parte do grupo vem para o Brasil, aqui serão identificados como alemães-russos. (BARBOSA, 2009, p.25).

A comunidade germânica de Curitiba esteve longe de ser um grupo homogêneo, cenário que se deve, principalmente, ao processo de ocupação da capital paranaense pelos alemães. O primeiro ponto de distanciamento que encontramos dentro da comunidade é a presença de alemães natos, naturalizados ou não, e descendentes de alemães, os teuto-brasileiros, alguns já estavam na terceira geração de nascidos na cidade. Os teuto-brasileiros apesar de serem cidadãos brasileiros, mantinham-se ligados à Alemanha através da manutenção dos costumes, como o idioma. Segundo Seyferth (1990, p.85), "os teuto-brasileiros são cidadãos brasileiros num contexto político-econômico mas na esfera da sua comunidade étnica devem agir como alemães: é aí que entra o estímulo à conservação da língua, dos costumes e das instituições teutas". Já estabelecidos na cidade, muitos mantinham comércios e indústrias, estavam na Universidade do Paraná e também ocupando cargos públicos. Com base na documentação da DOPS, os teuto-brasileiros residiam, principalmente, na região da central, estabelecendo casamentos com alemães e teuto-brasileiros, e em menor intensidade com brasileiros sem descendência alemã. Esse grupo possuía diversas origens, podendo ser descendentes dos primeiros alemães que habitaram Curitiba, dos migrados, principalmente, da região da Dona Francisca na década de 1870 ou de alemães que vieram na virada do século diretamente para Curitiba.

Os alemães natos eram constituídos por grupos que entraram na passagem do século XIX para o século XX, após o término da Primeira Guerra Mundial e um grupo menor que chegou à Curitiba na década de 1930, podendo ou não ter Curitiba como primeiro destino. Além de conjunturas distintas de entrada no Brasil, eram oriundos de diversas regiões da Alemanha e

também de outros países, como Polônia, Rússia e Áustria, até mesmo suíços foram fichados pela DOPS. A religião também era um fator de desagregação dentro da comunidade germânica, a presença de luteranos, católicos e menonitas podia ser percebida pelas escolas confessionais.

Segundo Max Weber (1987, p.71), "chamamos de comunidade a uma relação social na medida em que a orientação da ação social - seja no caso individual, na média ou no tipo ideal - baseia-se em um sentido de solidariedade: o resultado de ligações emocionais ou tradicionais dos participantes". O conceito de comunidade formulado por Weber estaria mais próximo da vida dentro dos subgrupos que compunham o que chamamos de comunidade teuta, como as comunidades luterana e a menonita. Podemos perceber através da documentação analisada que o fator nacional unia alemães e teuto-brasileiros em oposição ao elemento luso-brasileiro, mas não era capaz de construir relações de solidariedade que rompessem com as barreiras já elencadas e também com a distinção sócio-econômica entre os imigrantes. Segundo George Simmel (SIMMEL, 1994), os grupos são formados por elementos que unificam e ao mesmo tempo são contrários a unidade, faz parte do processo de socialização a aproximação e a repulsão. Sendo assim, a totalidade é composta por elementos desarmoniosos, distintos e que acabam sendo somados formando o total.

A ideia de uma comunidade alemã homogênea, que tanto preocupou as autoridades brasileiras estava longe da realidade curitibana, estando mais no imaginário do elemento nacional e das autoridades do que presente de fato na vida de alemães e teuto-brasileiros. Segundo Simmel (2005), o estrangeiro não é proprietário do solo, não faz parte da pátria, é um estranho, visto como alguém móvel, que não tem parada fixa, que surge de vez em quando e não fica, alguém que não está vinculado a nada. Ele não é determinado por uma origem específica ou por tendências de um único grupo. Sua participação no grupo é objetiva, o que é resultado da relação ambígua entre a insensibilidade e envolvimento, entre proximidade e distanciamento. Mas esta relação objetiva não significa uma não-participação, mas uma participação específica e que para Simmel é positiva, uma vez que, o estrangeiro está próximo porque possui características comuns ao grupo, o que o aproxima, e ao mesmo tempo está distante porque muitos destes traços comuns são comuns a muitas pessoas. Isso o mantém sem uma ligação intrínseca ao grupo, porque aquilo que é comum a muitas pessoas, deixa em evidência o que não é comum, que não é individual e acaba sendo relacionado com muitos

estrangeiros. Se criam características genéricas para todos os estrangeiros, independente de sua origem. E as características individuais da etnia ou do indivíduo são suplantadas pela visão generalizante. Assim, características genéricas eram atribuídas aos membros da chamada comunidade teuta curitibana, como se esta representasse um grupo homogêneo em oposição às características nacionais. Essas mesmas características generalizantes já haviam sido utilizadas no século XIX para fundamentar a entrada de alemães no Brasil, como laboriosos e organizados, o que ainda no final daquele século daria lugar a adjetivos como perigosos e imperialistas, da mesma maneira que o alemão passou ser sinônimo de nazista no final da década de 1930.

O conflito com o elemento nacional também contribuiu para que alemães mantivessem uma determinada união. Além das ideologias raciais que colocavam o alemão em um patamar de superioridade e o afastava do brasileiro, "os imigrantes também têm ideologias de superioridade étnica que visualizavam o brasileiro de forma estereotipada; entre os colonos, o brasileiro é o caboclo, considerado preguiçoso, indolente" (SEYFERTH, 1990, p.81), os problemas com os brasileiros também reafirmavam a identidade do grupo. O conflito, que para Simmel (1994) é a mistura entre antítese e síntese, contribuiu com a manutenção da unidade do grupo. As relações antagônicas que ocorrem criam um inimigo para todo o corpo do grupo, e isso promove laços de dependência entre indivíduos que antes eram totalmente independentes. O conflito com outro grupo ainda pode trazer novas formas de relação que desconsideram distinções e inimizades individuais. O instinto de preservação corrobora com a sensação abstrata de comunidade e com a hostilidade comum contra um inimigo abstrato. O conflito, conjunto de proximidades e distanciamentos, é um elemento essencial para a manutenção da unidade do grupo, uma vez que o conflito gera um sentimento de preservação de unidade, capaz de criar novas relações, uma sensação de comunidade e o ódio contra um inimigo comum, tudo isso reforça as relações entre o indivíduos e diminui os antagonismos.

Mesmo que os alemães e teuto-brasileiros tenham atingido local de destaque dentro da sociedade curitibana, sendo inclusive importantes para o desenvolvimento urbano da capital, estavam longe de ter concluído o processo de assimilação esperado no Brasil e acelerado com a Campanha de Nacionalização. Os alemães, principalmente, através do capital econômico, marcaram sua presença na cidade, conquistando capital social e também político. Apesar de não estarem totalmente integrados à sociedade curitibana, mantendo grupos organizados, um

sistema educacional próprio, imprensa e até mesmo mantendo-se afastados durante o lazer, os alemães conseguiram adquirir conhecimentos e meios que os garantiram sua estada e interação em Curitiba, como por exemplo, o uso do português. Mesmo antes da Campanha de Nacionalização já havia a preocupação com o aprendizado do idioma para garantir emprego, o português era visto como meio de ascensão social. A documentação analisada traz poucos casos de alemães que não falavam o português, mesmo que a imigração fosse recente, havia um esforço para aprender o idioma do novo país. Além do idioma, o contato com a Alemanha possibilitou investimentos que contribuíram com a industrialização de Curitiba, isso aliado ao conhecimento em áreas nas quais Curitiba tinha carência. Assim, concluímos que alemães e teuto-brasileiros obtiveram êxito em adquirir "capital de mobilidade", ou seja, conhecimentos necessários para o sucesso da imigração e a integração no novo país (OLIVEIRA; KULAITS, 2017, p.42).

#### **4.2. A DOPS E AS FONTES**

A origem do principal braço do aparato repressor de Getúlio Vargas durante o Estado Novo remonta a gestões anteriores, que não somente foram criticadas pelo então opositor, como teve sua manutenção no poder descontinuada durante a Revolução de 1930, momento em que Vargas colocou-se como o presidente que daria um ponto final às velhas práticas políticas dos primeiros anos da nossa República. Período marcado por convulsões políticas e sociais, a Primeira República (1889-1930) usou da violência para manter a ordem e resguardar seus governos, e em sua última década presenciou o surgimento das Delegacias de Ordem Política e Social - DOPS. Havia a necessidade de controlar a oposição ao governo oligárquico, que beneficiava parte da elite agrária nacional, o que descontentava não somente grupos urbanos, afastados do governo federal, como também, grande parcela da população que vivia a margem o Estado brasileiro.

Apesar da DOPS ser normalmente relacionada a grande violência do período da Ditadura Militar (1964-1985), ela foi de extrema importância durante o governo Vargas, sobretudo, em seu projeto de nação autoritário fundamentado no nacionalismo. A DOPS surgiu como uma polícia política, que "se utilizou de práticas que ferem os direitos humanos (como tortura e outras práticas de cunho violento) com vistas à obtenção de informações e a repressão dos grupos tidos como 'subversivos'" (SODRÉ, 2016, p.85). Instituição comum em regimes



ditatoriais, as polícias políticas perseguem e agem com violência contra os inimigos do regime, visando o controle político e social da população, um grande exemplo foi a polícia secreta alemã, *Geheime Staatspolizei*, a popular Gestapo. Aqui no Brasil, os alemães experimentaram o outro lado, considerados perigosos, foram um dos principais alvos da DOPS varguista.

Apesar de criada na década de 1920, é no Estado Novo (1937-1945) que a DOPS atingiu importância entre as instituições que moviam o Estado brasileiro. Se destacando como braço do autoritarismo de Vargas, a princípio atuando no combate a inimigos já conhecidos do governo, comunistas e integralistas, e mais tarde agindo em prol da Campanha de Nacionalização implantada por Vargas. Neste momento, os estrangeiros passaram a ser alvo da DOPS, a medida em que representavam um entrave no projeto de nação gestado pelo governo federal. Aqui a figura do alemão surgiu como elemento perigoso aos interesses da nação e, mais uma vez, discussões que já ocorriam sobre a dificuldade de assimilar o alemão ainda no final do século XIX voltaram à tona. De todas as etnias que entraram no país, o alemão seria o mais estrangeiro entre os estrangeiros, visto como inassimilável, foi facilmente enquadrado como alvo da repressão varguista,

Os imigrantes alemães foram, desde a primeira metade do século XIX, bem aceitos, por assegurarem o povoamento de locais inabitados, principalmente em regiões fronteiriças do país, e, também, por contribuírem para o projeto de branqueamento da população brasileira. Entretanto, trouxeram consigo a língua, costumes e tradições, que tentaram preservar por meio da fundação de instituições culturais e educacionais. Segundo o discurso oficial, veiculado durante o governo Vargas tais manifestações culturais se chocavam com o projeto nacional e representavam um fator de erosão da cultura nacional. No entanto, esta preocupação não é uma característica apenas dos anos 30 e 40 do século XX. (ALVES, 2006, p.86)

No Paraná, "a DOPS surgiu do desmembramento das Delegacias de Polícias pela Lei Estadual nº 177, de 15 de março de 1937, em quatro Delegacias subordinadas à Chefatura de Polícia" (SODRÉ, 2016, p.110). Portanto, a DOPS foi implantada no final do Governo Constitucional (1934-1937) de Getúlio Vargas, quando o principal alvo da repressão do Estado brasileiro seria a eliminação de focos resistentes do comunismo, já derrotado por Vargas em 1935. O que mudou com a implantação do Estado Novo e da Campanha de Nacionalização foi o fato dos estrangeiros passarem a figurar entre os alvos da vigilância estatal. Vigilância esta, que se acirrou contra imigrantes do Eixo com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, situação que ficou ainda mais dramática com o

rompimento das relações diplomáticas do Brasil com Eixo, em janeiro de 1942, e a consequente declaração de guerra em agosto do mesmo ano.

Durante os anos de guerra (1939-1945), a DOPS paranaense teve grande atuação, sobretudo, na capital do estado. O número de documentos produzidos a partir do trabalho da DOPS na suposta defesa da soberania nacional é enorme, principalmente nos anos de 1942 e 1943, período de grande comoção popular impulsionada pelo torpedeamento de navios mercantes brasileiros em 1942. Esta vasta documentação da DOPS foi aberta em 1991 pelo ex-governador Roberto Requião, que através do Decreto 577/91 determinou sua transferência para o Arquivo Público do Estado do Paraná - DEAP. Requião, que foi fichado na DOPS durante a Ditadura Militar, fez o Paraná ser pioneiro na abertura desses arquivos. Porém, a liberação total para acesso irrestrito à documentação somente ocorreu em 2001 através do Decreto 4348/01 do ex-governador Jaime Lerner<sup>29</sup>.

A proposta desta pesquisa está fundamentada na análise desta vasta documentação produzida durante a Segunda Guerra Mundial, relacionada a imigrantes alemães e teuto-brasileiros. Para tal empreendimento foram utilizadas fotografias do acervo tiradas em 2007, a seleção girou em torno de pastas temáticas que envolvessem alemães, como sociedades, escolas e nazismo, e também diligências e relatórios do período. Mesmo com um recorte aparentemente curto, foram mais de mil documentos analisados, sendo que originalmente pretendia-se acessar também as fichas individuais para completar informações faltantes nas denúncias, inquéritos, relatórios e informações, o que não foi possível em virtude do fechamento do Arquivo Público do Estado do Paraná - DEAP ocasionado pela pandemia do novo coronavírus. Bem como, outras fontes também foram excluídas pela impossibilidade de consulta física. Apesar da documentação do Arquivo Público do Estado do Paraná - DEAP estar passando por um processo de digitalização, os documentos utilizados ainda não estão disponíveis na plataforma da instituição.

Mesmo que esta documentação já tenha sido utilizada anteriormente em outros trabalhos, nenhum até hoje tentou abranger um número tão grande de documentos. O objetivo de abraçar uma fonte tão extensa se deu pela proposta de investigar como a DOPS relacionou-se com a população comum, com o intuito de entender até que ponto houve uma ação política em prol do nazismo em Curitiba e como a comunidade teuta relacionou-se com os brasileiros no

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/politica/arquivos-do-regime-militar---parana-abriu-arquivos-do-dops-em-91-518893.html>. Último acesso em 10/11/2020.

período. Tudo isso através dos olhos dos agentes repressores do Estado em Curitiba, como delegados, investigadores, inspetores, guardas de quartelão e até mesmo inspetores amadores.

As dificuldades para a realização deste trabalho se deram pelo pouco tempo para analisar uma fonte tão extensa e rica, da qual cabe uma série de discussões que este trabalho não esgota; pelo fechamento de instituições, como o Arquivo Público do Estado do Paraná, que impossibilitou que dúvidas fossem sanadas; e também pela dificuldade de trabalhar com fotos que estavam comprometidas ou ilegíveis, o que não passou de 3% da documentação disponível. Outros fatores também dificultaram a análise, como a própria natureza da documentação. As fontes foram produzidas por escrivãos, delegados, inspetores e inspetores amadores; não seguindo um padrão. Portanto, não foi possível obter algumas informações muito caras para este trabalho em todos os documentos, como a nacionalidade, o endereço, a profissão e a idade dos fichados. O fato dos documentos não estarem completos também dificultou a tabulação dos dados, muitas são as denúncias incompletas das quais não se sabe o desfecho ou ainda despachos sem a denúncia. Para resolver a questão, os investigados foram divididos em categorias: elementos considerados perigosos e que tiveram sanções mais drásticas; ex-membros do Partido Nazista; funcionários de órgãos oficiais, como o Consulado Alemão; e um grupo mais abrangente e que compõe a maioria dos mencionados nas fontes, que foram os denunciados, em sua maioria, por cidadãos brasileiros, pelo uso do idioma alemão, fazerem reuniões com seus patrícios, possuírem rádios receptores, materiais de natureza diversa em alemão e armamento. O número de membros de cada grupo foi mensurado e utilizado para entender o perfil dos denunciados e perseguidos pela DOPS, também com o objetivo de verificar este montante dentro da comunidade teuta em Curitiba. Foram desconsiderados os documentos que não constavam nome e sobrenome, denúncias que só possuíam o endereço, exceto quando essas acompanhavam outros documentos que traziam as demais informações. Muitos documentos estavam com sua continuidade em pastas diferenciadas, o que aumentou ainda mais o tempo utilizado para relacionar as fontes. Outro problema comum foi a diferença nos nomes, não eram somente erros de ortografia, mas também denúncias e autos realizados no plantão, no qual colocava-se o nome que o denunciante acreditava que fosse o correto, sendo necessária a análise de vários documentos para chegar ao nome de fato. Também chama a atenção, além da desorganização no

arquivamento das fontes, a desordem na própria produção dos documentos, o que comparado com o material produzido pela DOPS do Rio Grande do Sul fica evidente.

Sobre o trabalho realizado pela DOPS de Curitiba, podemos perceber que o foco dos delegados de polícia se dava na neutralização dos elementos com ligação ao Partido Nazista e funcionários de órgãos oficiais. Questões que foram sanadas logo no início de 1942, após o rompimento das relações diplomáticas com o Eixo. Já as inúmeras denúncias realizadas na DOPS foram normalmente investigadas por inspetores e tiveram como desfecho o fichamento dos indivíduos, a apreensão de materiais, na sequência os detidos eram advertidos e postos em liberdade.

O modo como a DOPS realizava suas investigações demonstra algumas fraquezas no processo. Pela documentação é possível entender como a DOPS procedia em casos de denúncia, que é a grande motivação da maior parte dos documentos produzidos no período. A denúncia poderia ser realizada por cidadãos comuns, anonimamente ou assinada, ou ainda poderia partir dos próprios inspetores e guardas de quarteirão, que observavam a região central e locais suspeitos, sobretudo, durante a noite. Muitos são os casos de prisões efetuadas por militares que presenciavam alguma situação proibida ou suspeita. Os inspetores amadores possuíam uma carteirinha que os autorizava a colaborar com a DOPS, não fica claro quais eram os limites desta colaboração. Após a denúncia ser realizada, os inspetores partiam para a investigação, observando o local de residência ou trabalho do denunciado, o que poderia ocorrer por horas ou dias, caso não fosse suficiente era solicitada a busca no local. Nem sempre a indicação da necessidade de uma busca foi acatada pela autoridade policial. Durante a observação, era muito comum que os inspetores ficassem próximos da residência ouvindo, o que não era possível em casas que ficavam nos fundos. Problemas com testemunhas também ficaram evidentes, muitas das denúncias não conferem, não há testemunhas ou não haviam presenciado o ocorrido. Perguntas na vizinhança e análise das fichas da DOPS também foram amplamente utilizadas nas investigações.

Em novembro de 1939, a DOPS abriu um inquérito para apurar a denúncia de que o ministro protestante Hans Zieschler e o padre católico Josef Herions estariam distribuindo formulários de alistamento militar para alemães em Rolândia. A DOPS convocou os religiosos para prestar esclarecimentos e mais três testemunhas que residiam em Curitiba e não presenciaram o fato. O caso detalhado mais adiante neste capítulo, acabou com as

testemunhas inocentando os religiosos e o Consulado assumindo sua responsabilidade sobre os formulários<sup>30</sup>.

Aqui podemos verificar uma observação realizada pelo inspetor nº5, em 28 de maio de 1941, ao redor do Consulado Alemão. O inspetor relatou a saída de algumas pessoas, descritas como nazistas, e também de mais oito pessoas, que apesar dele não conseguir identificar, as descreve como alemães. Trabalho que não só não comprova nada, como também não descreve as pessoas que estavam reunidas naquela ocasião com exatidão.

Cumpre-se levar ao conhecimento de V. S. Que ontem, as 21 horas, estando nas imediações da sede do Consulado Alemão, observei o seguinte: -  
Que as 21,30 horas, saiu da sede o Nazista GUILHERME BICHER. As 22 horas, saiu da sede o Nazista Alfredo Andersen.  
Às 22,15 horas, saíram 8 alemães que não pude identificar. As 23 horas, saíram 5 alemães que também não conheço. As 23 horas, apagaram todas as luzes da sede do Consulado Alemão. (Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p.131).

Foram considerados os alemães, teuto-brasileiros, estrangeiros e brasileiros que estavam em documentos que tivessem menção ao nazismo ou à Alemanha, por estes poderem ter descendência ou serem casados com alemães e descendentes, mas a informação não consta no documento. Aqueles brasileiros que estão apenas como simpáticos ao Eixo sem especificação ao nazismo, os italianos, japoneses, integralistas e comunistas foram desconsiderados. Grupos que são encontrados em um número muito pequeno de documentos. Somente os alemães envolvidos com o integralismo foram incluídos. Moradores da região metropolitana de Curitiba foram descartados, em virtude da pesquisa focar apenas a comunidade teuta curitibana, mesmo que haja a proximidade com o centro de Curitiba, deve ser levado em consideração a dificuldade de deslocamento no período. O interior do Paraná também foi desconsiderado. Ainda alguns documentos que compreendem o período de 1935 a 1938 também foram utilizados, mas o número é muito reduzido.

#### **4.3. A PERSEGUIÇÃO À “QUINTA-COLUNA”**

Um simples passeio pela região central da capital paranaense nas primeiras décadas do século XX era o suficiente para entender a importância econômica da população de origem germânica. Nomes e sobrenomes alemães estavam por toda a parte, comércios, empresas, prestadores de serviços e diversos profissionais, que não só detinham uma parcela

---

<sup>30</sup> Dossiê Consulado da Alemanha, p.126-144.

significativa das atividades econômicas em Curitiba, como também deixavam marcados traços da cultura germânica pela cidade.

Mesmo com todas as discussões a respeito do perigo que a etnia germânica representava à sociedade brasileira, motivadas por questões já discutidas neste trabalho, podemos perceber uma relativa harmonia entre brasileiros e teuto-brasileiros na região de Curitiba antes da Primeira Guerra Mundial. Até este período, ocorreu um grande crescimento dos estabelecimentos pertencentes a alemães, fundações e ampliações de escolas e igrejas, e a proliferação de associações recreativas e de periódicos no idioma germânico. As preocupações das autoridades nacionais e de autores que se ocupavam em escrever sobre o perigo que a não assimilação do alemão representava não pareciam se estender até a população.

Essa situação mudou completamente com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a consequente declaração de guerra do Brasil em 1917. A partir deste momento, algumas sanções foram impostas aos teuto-brasileiros pelo Estado, e a população brasileira começou a demonstrar sua insatisfação com a presença germânica na cidade. As escolas alemãs tiveram suas atividades suspensas e atos de vandalismo contra instituições alemãs ocorreram. Porém, nada comparado ao que ocorreria mais tarde com o início da Segunda Guerra Mundial.

#### **4.3.1. O projeto nacionalizador**

Antes mesmo da Segunda Guerra Mundial ter início, começaram os problemas entre a comunidade alemã e o governo de Getúlio Vargas. Ao transformar o seu governo em uma ditadura de caráter nacionalista, Getúlio Vargas deu início a um projeto de nação que visava assimilar grupos estrangeiros e unir todo país em torno de uma brasilidade. A chamada Campanha de Nacionalização tinha como grande desafio promover a assimilação de grupos que mantiveram as características culturais de seus países de origem e um relativo asfaltamento do elemento luso-brasileiro durante o processo imigratório.

Nesta conjuntura, os alemães receberam uma atenção especial, primeiro porque as discussões a respeito do “perigo alemão” já datavam do final do século XIX, discussão esta ocasionada pela política imperialista alemã e também pelo comportamento, sobretudo, nas colônias germânicas do sul do Brasil. O segundo ponto foi o esforço dos imigrantes alemães e descendentes em preservar as características culturais do seu país de origem. A terceira

questão foi o fato das comunidades teuto-brasileiras manterem uma determinada autonomia em relação ao Estado e a sociedade luso-brasileira, mesmo quando estavam em áreas urbanas. Os alemães e seus descendentes construíram escolas e igrejas, mantiveram associações e clubes, fundamentais na preservação do *Deutschtum*.

Porém, o principal receio em torno da comunidade alemã se deu pelo chamado “enquistamento”, as comunidades de origem germânica em regiões afastadas e com pouca presença de brasileiros ou outros grupos étnicos chamavam a atenção das autoridades brasileiras. Essas comunidades, normalmente ficavam em áreas rurais e, muitas vezes, de difícil acesso, sendo o sul do Brasil a grande concentração desses chamados “quistos étnicos”. Assim, as medidas nacionalizantes de Vargas teriam como objetivo promover a nacionalização desses espaços considerados perigosos, mas acabou tendo implicação ainda maior nos espaços urbanos, onde tecnicamente a comunidade teuta já estava inserida de alguma forma, como é o caso de Curitiba. Aqui analisamos como a Campanha de Nacionalização impactou os alemães e teuto-brasileiros em Curitiba.

Entre os pontos importantes do projeto nacionalizador, estava a proibição de idiomas estrangeiros, o que interferia diretamente na vida de imigrantes e descendentes e também nas instituições criadas pelas comunidades estrangeiras, como escolas, igrejas, clubes e associações. Enquanto o Estado brasileiro preocupava-se em homogeneizar a sociedade através da imposição do português por todo o território nacional, alemães e descendentes vinham mantendo há décadas a preservação de seu idioma materno, porém sem descuidar do idioma da nova pátria, essencial para o exercício da cidadania e também para garantir interação econômica. Seguindo o *Deutschtum*, a família e a escola ficariam encarregadas de preservar o idioma alemão nas futuras gerações ao mesmo tempo que o português deveria ser aprendido para uma utilização de caráter prático.

Na condição de marcador de uma ancestralidade genética, permitia aos alemães afirmarem seu pertencimento a uma nacionalidade alemã - herdada e mantida por meio da língua e dos costumes alemães - desvinculada da cidadania, esta adquirida pelo *jus soli*, quando da atribuição de nacionalidade toma-se por princípio o território onde a pessoa nasce. Partindo do princípio de um alemão é sempre alemão radicado no Brasil fazia-se então representar como teuto-brasileiro, uma categoria distinta, enraizada num patrimônio cultural, que lhe permitia ser cidadão brasileiro, fiel à nacionalidade de seus antepassados de origem alemã. (SOUZA, 2012, p.49)



De extrema importância para alemães e descendentes, e muito utilizado nas comunidades e principalmente no ambiente doméstico, o idioma transformou-se em um dos grandes alvos da DOPS, sendo usado constantemente nas denúncias contra a comunidade teuta curitibana, figurando na maior parte dos documentos quase como um padrão. Portanto, se era alemão ou teuto-brasileiro falava o seu idioma de origem, mesmo com a proibição.

[...] Detido pelo agente desta D.O.P.S., Armando Ribas Brasil, pelo fato de ROBERT KOHN estar falando com uma sra., na via pública, o idioma alemão. Ainda, ao lhe ser chamado à atenção nesse sentido, ROBERT KOHN respondeu ao agente Brasil: “Desde quando é proibido falar o alemão”!!!  
[...] Sendo investigado, não contestou os fatos constantes da presente parte, dizendo que na verdade, falara em alemão com uma sra. de 80 anos de idade. Alegou assim haver procedido, por ser aquela sra. surda e quasi não compreender o português. (Dossiê: Delegacia de Ordem Política e Social, p.7).

Robert Kohn foi um dos diversos alemães que foram fichados pela DOPS por usar o idioma, além de ser detido, sua residência ainda passou uma rigorosa busca, onde foram encontrados livros e revistas em idioma alemão, uma caixa de alto de falante e um quadro com uma frase em alemão. Nada que possuísse caráter político<sup>31</sup>. Neste caso específico a utilização do idioma foi o motivador para a ação do agente da DOPS, mas na maioria dos casos, falar o alemão vinha junto com outros possíveis delitos, como conversar sobre a guerra, reunir-se com outros alemães ou ainda ser proprietário de um rádio transmissor.

A questão da língua tornava-se estratégica: o controle sobre o seu uso passou a constituir-se num elemento de significativa importância para garantir a homogeneidade cultural, a afirmação do Estado sobre a sociedade e a integridade da nação. Os grupos resistiram sobretudo através da afirmação de sua cultura, de suas tradições e, evidentemente, da sua língua (CAMPOS, 2006, p. 114).

A escola, instituição promotora da manutenção do idioma alemão, também foi alvo da Campanha de Nacionalização. Curitiba possuía 6 escolas fundadas pela comunidade alemã (SOUZA, 2012, p. 44), estes estabelecimentos já tinham enfrentado problemas durante a Primeira Guerra Mundial. A partir deste momento as escolas não poderiam mais usar outro idioma que não o português, obrigando que as instituições fizessem uma série de mudanças para se adaptarem a nova realidade do Brasil.

Segundo Regina Schimmelpfeng Souza (2012, p.45), a antiga *Deutsche Schule*/Colégio Progresso, que já havia mudado de nome na onda nacionalista durante a Primeira Guerra

---

<sup>31</sup> Dossiê: Delegacia de Ordem Política e Social, p.7-9.



Mundial, tentou se adaptar as novas regras seguindo orientações da embaixada alemã, não havia alternativa, exceto se conformar. Além de passar a se chamar Sociedade Colégio Progresso, uma nova diretoria foi eleita na presença de militares, um passou ocupar o novo cargo de presidente honorário e o outro, capitão, passou a ser vogal (SOUZA, 2012, p.79). Segundo a autora, além de perder a autonomia e ser fiscalizada por militares, que agora compunham o corpo diretivo, a escola perdeu seu diferencial (SOUZA, 2012, p.80).

Neste momento, uma questão se impõe. Como poderia ela continuar com o ensino diferenciado, ministrado em alemão, se ele não correspondia às exigências da legislação vigente? Com o Decreto nº406, conhecido como "Lei de Nacionalização", seria impossível a continuação do curso matutino das primeiras séries nos moldes em que era fornecido à sua clientela, ou seja, ministrado em alemão. Pode-se, pois, aventar a hipótese de que, no ano de 1938, ele tenha sido extinto, fazendo com que a Escola Alemã/Colégio Progresso perdesse seu caráter de "escola estrangeira". (SOUZA, 2012, p.80).

As tensões vivenciadas pela comunidade teuto-brasileira em Curitiba ultrapassaram as muralhas do Colégio Progresso, criando um clima de conflito entre alunos, professores, e professores e alunos. Muitos alunos também deixaram a escola neste momento, uma vez que, ela já não cumpria aquilo que se propunha no início. Professores alemães foram pressionados a naturalizar-se, maior parte do corpo docente foi fichada na DOPS e alguns foram demitidos (SOUZA, 2012, p.81-82).

[...] GUILHERME, declarou ter sido professor da antiga escola alemã, hoje Ginásio Progresso, lecionando depois particularmente a língua alemã até novembro do ano passado, mas que devido a situação os alunos se tornaram poucos, passando então a lecionar violino do que atualmente é professor. Com respeito aos livros apreendidos em sua residência, diz, serem os mesmos instrutivos: dicionários, físicas, gramáticas e livros de leitura, todos em idioma alemão. Guilherme, declarou ter vindo ao Brasil acompanhado de seus pais, os quais voltaram à Alemanha, e que ele nunca possuiu uma revista sequer que o compromettesse na atual situação. Foi dispensado conforme ordem de V.S. (Delegacia de Ordem Política e Social DOPS - Diligências, p.31).

As associações e clubes estrangeiros também estiveram no centro das atenções do Estado neste período. Em Curitiba, os alemães possuíam 29 de associações (SOUZA, 2012, p.24) de diversas naturezas e para vários grupos, como jovens, trabalhadores, senhoras e aposentados; eram grupos esportivos, recreativos, culturais e beneficentes; ofereciam entretenimento e comodidades para os associados, como bibliotecas e periódicos no idioma alemão. A partir de 1938, as associações tiveram seus nomes alterados e suas diretorias passaram a ser compostas por brasileiros. Como é o caso do Clube Concórdia, antiga *Deutsche Saengerbund*, que possui

sua própria pasta na DOPS, e mesmo com o final da Segunda Guerra Mundial e do governo Vargas, continuou sob a vigilância do Estado.

#### **4.3.2. O papel da imprensa**

Além das ações do Estado, que convocava o brasileiro para defesa da soberania nacional, a imprensa teve um importante papel na denúncia do suposto perigo que imigrantes de países do Eixo e seus descendentes representavam. Sendo um importante canal de mobilização e convencimento dos brasileiros sobre os perigos da “quinta-coluna”. Getúlio Vargas, a exemplo do que ocorria nos regimes fascistas europeus de Mussolini e Adolf Hitler, usou largamente os meios de comunicação para autopromoção, propaganda do regime e também a detração dos inimigos políticos.

A propaganda institucional, que trazia a sensação de pertencimento à gestão de Vargas para as massas, foi acompanhada de uma intensa cobertura sobre a guerra e os perigos do nazismo. Além de todas as questões já discutidas a respeito dos motivos que transformaram o imigrante alemão em um perigo, as notícias que circulavam em Curitiba acabavam por aumentar ainda mais a tensão em relação ao teuto. A imprensa possuiu um papel significativo ao incitar ainda mais a população contra a “quinta-coluna”. O empreendimento nacionalizante de Vargas ganhava mais um inimigo, além dos já vencidos comunistas e integralistas, os estrangeiros e seus descendentes, que outrora já seriam um entrave para o projeto nacionalizador de Getúlio Vargas, agora representavam um perigo à soberania nacional.

Os jornais locais muitas vezes serviram como braço do Estado na luta em defesa dos interesses nacionais, anunciando ações do governo contra a “quinta-coluna”. Como é o caso do recorte do jornal *O Dia*, sem data, em que a Portaria nº.90 de 20 de março de 1942, do Chefe de Polícia do Estado do Paraná, Fausto N. Bittencourt, foi divulgada. O referido documento, anunciava a intervenção do Estado em sociedades pertencentes às comunidades alemã e italiana de Curitiba, assim seriam entregues a instituições nacionais a Sociedade Rio Branco (antigo *Deutscher Handwerker Verein*), o Clube Concórdia (antigo *Deutsche Saengerbund*) e a Sociedade Garibaldi.

FIGURA 6 - JORNAL O DIA DIVULGA PORTARIA Nº90 DE 20 DE MARÇO DE 1942



FONTE: Dossiê Clube Concórdia, p.1.

A Portaria nº.90 trazia como motivação da sua publicação, além dos atos de guerra da Alemanha contra a marinha mercante brasileira, manter a ordem e a segurança na capital paranaense, uma vez que, manifestações populares violentas estavam ocorrendo contra

estabelecimentos de alemães, italianos e japoneses. Apesar de tentar controlar essas ações, a DOPS acabava acirrando ainda mais o ânimos populares na medida em que convocava a população a ocupar seu lugar na defesa do país.

O *Diário de Notícias*, de 7 de maio de 1942, trazia um chamado da DOPS do Rio para a povo brasileiro. Em “Como deve cooperar o povo contra a ‘Quinta-Coluna’”, a DOPS informava que todos os cidadãos podiam cooperar, informando atitudes suspeitas de nacionais de países que formavam o Eixo. Porém, essa ação deveria ser ordenada, o texto ainda informava que a delegacia tem recebido certa contribuição, mas que esta deve obedecer a critérios fixos para evitar trabalhos desnecessários. Os critérios consistiam em ser fiel aos fatos, fugindo das influências passionais; não investigar por conta os fatos; manter sigilo sobre as informações prestadas; ser sucinto nas informações seguindo o roteiro. O sigilo seria garantido.

Além de convocar o cidadão para colaborar com a repressão do Estado Novo, a DOPS tentava evitar trabalho desnecessário na tentativa de convencer o denunciante a não comparecer à DOPS movido por questões pessoais. A documentação da DOPS de Curitiba traz uma grande quantidade de denúncias, que não somente não tiveram confirmação, como também foram motivadas por problemas entre denunciante e denunciado, escapando do âmbito político. É visível que o esforço dos delegados da DOPS esteve focado em funcionários de instituições alemãs, como o Consulado e também em ex-membros do NSDAP/PR. Esforço este que esteve concentrado principalmente em 1942, após esta data membros do Consulado e os indivíduos considerados perigosos já haviam sido deportados para a Alemanha ou estavam presos no Presídio da Ilha Grande. Sendo o grande número de fichas abertas pela DOPS motivadas por situações do dia a dia, sem envolvimento político, ficando, inclusive, nas mãos dos inspetores e não dos delegados. O apelo do Estado ao cidadão saíra do controle.



FIGURA 7 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS DE 7 DE MAIO DE 1942



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.56

A imprensa ocupava-se de noticiar os acontecimentos da guerra, denunciava as supostas ações nazistas locais, nacionais e também estrangeiras, não deixando de alertar os brasileiros para que estivessem sempre alerta e denunciasses atividades suspeitas em prol do nazismo. Essas denúncias traziam nomes e endereços onde os supostos delitos teriam ocorrido, sem se importar com as ações violentas que poderiam desencadear.

O trecho abaixo traz um acontecimento noticiado em um jornal local, sem referência nos arquivos, de um delito muito recorrente nas denúncias recebidas pela DOPS: a utilização de idioma estrangeiro. A notícia ainda traz uma foto de um grupo de membros do Partido Nazista de Joinville, no qual estaria o denunciado. Além da foto e do nome, a atividade profissional e o endereço de Walter Haberman também foram divulgados. No final, chama-se a atenção para uma casa, onde ocorreriam reuniões nazistas, especificando endereço e horário desses supostos encontros, solicitando que a polícia tivesse atenção com o local.

“O[...], dirigiu-se ao farmacêutico que ali se achava atendendo a freguesia, sr. Ricardo Kleper e em alemão fez-lhe um pedido ou uma interpelação qualquer. O farmacêutico, que como brasileiro tinha o dever de repelir a audácia do nazista, ao contrário em alemão. Entretanto o dr. Osvaldo Dória, diretor dos Laboratórios Minancora, que se achava no momento na farmácia, presenciou o fato e, sentindo revoltarem-se os seus brios de brasileiro por aquele desacato á lei, deus conhecimento da ocorrência á policia, que afetou imediatamente a prisão de Walter Habermann e Ricardo Kleper. Aliás, conforme soubemos, o farmacêutico Kleper tinha já sido advertido pelos seus patrões de que não deveria fazer uso do idioma alemão dentro do estabelecimento.

Walter Habermann, aliás, merecia há mais tempo as atenções das autoridades, pois como se sabe foi ele identificado como fazendo parte do grupo fotografico apanhado pela policia e que focalisa os membros do Partido Nazista de Joinville, como se pode ver pelo clichê que hoje estampamos e onde Habermann aparece assinalado por uma cruz. O fato deve, porem servir de lição a muitos que ainda não quiseram se capacitar de que as determinações dos poderes competentes têm que ser cumpridas de qualquer modo.

E, a propósito, movidos pelo interessa de cooperar com as nossas autoridades na identificação de tais elementos, sugerimos que a nossa policia volte suas atenções para certa casa á rua Duque de Caxias, facil identificação pela enorme fila de automóveis que ali estacionam diariamente depois das 19 horas. Ao que consta trata-se do novo reduto dos que ainda procuram resistir, dizendo-se mesmo que lá dentro só se fala alemão. (Dossiê Atividades Nazistas, p.56 e 57, grifo nosso).

Podemos observar no trecho a exaltação do ato do denunciante Osvaldo Dória, e de como desobedecer a proibição da utilização de outro idioma que não o português seria uma desonra para o brasileiro. Isso associado à divulgação dos dados do denunciado, soava como um chamamento para os brasileiros assumirem seu papel na proteção da soberania nacional. O que desencadeou, muitas vezes, eventos violentos contra estrangeiros e descendentes na capital paranaense. Tendo o evento um sentido pedagógico, devendo servir de lição para

aqueles que ainda insistiam em desobedecer as ordens do Estado, principalmente os brasileiros que compactuavam com isso, como o caso do farmacêutico Ricardo Kleper. Essa questão da nacionalidade aparece recorrentemente nos documentos da DOPS, que faz questão de marcar o absurdo que representava brasileiros natos ou naturalizados manterem comportamentos que seriam nocivos ao Brasil.

FIGURA 8 - MEMBRO DO NSDAP/PR DETIDO FALAR ALEMÃO



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.57

Um fato que ocupou um relevante espaço nos jornais locais no período, foi a “Questão Patagônica”. Um mito criado a respeito de uma ação nazista na região, que se daria através da implantação de bases e tropas de abastecimento da *Kriegsmarine*<sup>32</sup> na região sul da Argentina. Questão que teve origem em conflitos territoriais passados na região, o receio de ações internacionais chilenas e inglesas, e também disputas políticas entre grupos de extrema-direita

<sup>32</sup> Denominação da Marinha alemã entre 1935 e 1945.



e de esquerda<sup>33</sup> (BOHOSLAVSKY, 2006, p.16-17). A denúncia, que chegou a mobilizar deputados de esquerda para a região e gerou relatórios, não passava de um mito que acabou ganhando projeção internacional, inclusive em Curitiba.

Existieron muchas personas que creyeron de buena fe en la existencia de planes nazis para ocupar la Patagonia en 1939, como el entonces diputado argentino Enrique Dickmann, pero también es cierto que los que falsificaron y comercializaron los documentos que “probaban” la existencia de esos planes y generaron el “affaire Patagonia”, tenían una relación con la verdad que se podría definir, con muchas concesiones, como ambigua. (BOHOSLAVSKY, 2006, p.44).

FIGURA 9 - DIÁRIO DA TARDE, DE 8 DE ABRIL DE 1939



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.48

<sup>33</sup> A Argentina recebeu o maior número de imigrantes alemães dentro da América Latina, contando com 45.000 entradas, ficando bem distante do Brasil, segundo colocado com 25.000 entradas até 1940 (BLANCPAIN, 1992, p. 123). A Argentina chegou ainda a ter 1.500 membros do partido às vésperas da guerra (GAUDIG & VEIT, 1995, p. 83), o que contribuiu com a disseminação do falso perigo.



Esta reportagem do *Diário da Tarde*, de 8 de abril de 1939, traz em sua manchete uma alusão a anexação dos sudetos da Tchecoslováquia pela Alemanha em 1938, comparando o ocorrido na região europeia ao que estava acontecendo na região sul da Argentina. As notícias expostas aqui datam de abril de 1939, ou seja, cinco meses antes da eclosão da Segunda Guerra, evidenciando que a preocupação com as possíveis ações do nazismo na América já estavam presentes na imprensa antes mesmo do conflito estourar. Havia o temor de que os imigrantes oriundos de países do Eixo promoveriam um levante na região sul do Brasil, e sobre esta ótica, Curitiba era um local estratégico, pois se encontrava entre os estados que possuíam grande número de imigrantes e os demais estados do Brasil. Com relação ao Partido Nazista no país, a capital paranaense também era um ponto estratégico, pois estava localizada entre os grandes núcleos de São Paulo e Rio de Janeiro e o fervoroso núcleo de Blumenau. Esse suposto levante no sul do país seria apoiado pela Argentina, que possuía grande ligação com o governo nazista alemão, o terreno seria preparado no Brasil para a tomada do poder por Hitler. Notícias como a exposta acima acabavam alimentando esses mitos a respeito da fundação da Alemanha Antártida no Brasil.

FIGURA 10 - GAZETA DO POVO, DE 14 DE ABRIL DE 1939



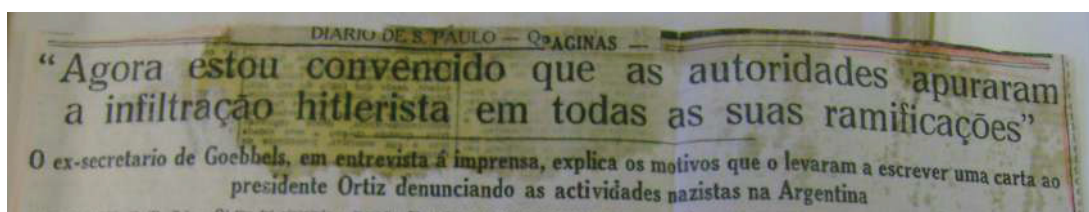
FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.55

FIGURA 11 - *DIÁRIO DA TARDE*, DE 12 DE ABRIL DE 1939



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas

FIGURA 12 - *DIÁRIO DE SÃO PAULO*



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.54

FIGURA 13 - *DIÁRIO DA TARDE*, DE 1º DE ABRIL DE 1939



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.47

Casos de ações nazistas no Brasil também ganhavam as páginas dos jornais, como é caso da reportagem *Hansa - foco nazista* do jornal *A Notícia*, de 10 de maio de 1942. A notícia denunciava a existência de uma sociedade secreta de caráter nazista, a *Deutscher Reichskriegerbund Kyffhauserbund*, no distrito de Hansa no município de Jaraguá. A sociedade teria como objetivo fortalecer o amor à pátria e a defesa aos costumes alemães, "encher os camaradas com o espírito nacional-socialista e combater energicamente inimigos do Estado"<sup>34</sup>. Além da sociedade, o jornal ainda denunciava a resistência do distrito em acatar o decreto federal nº1.545, de 25 de agosto de 1939, que obrigava o uso do português.

FIGURA 14 - *A NOTÍCIA*, DE 10 DE MAIO DE 1942

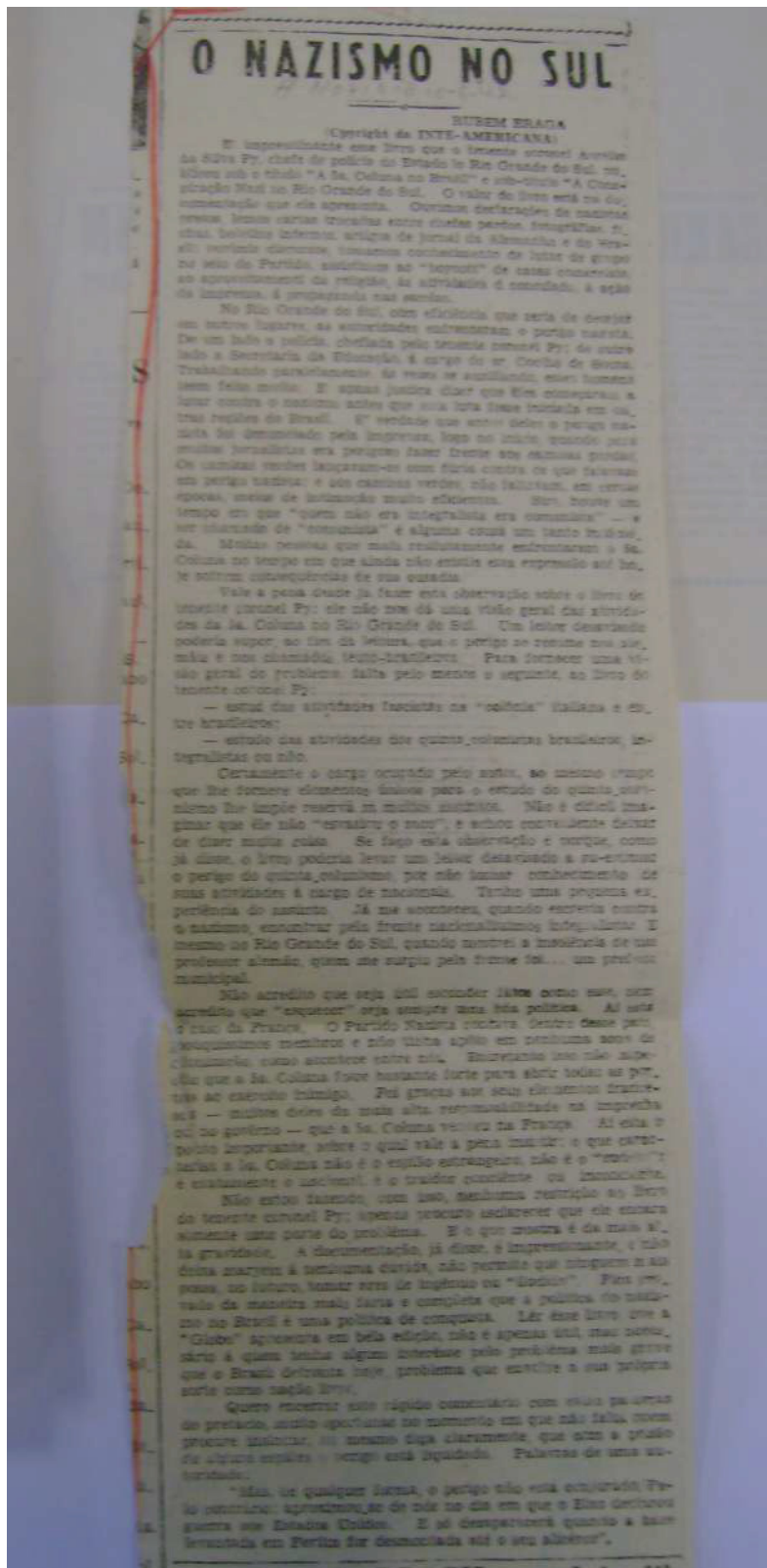


FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.59

<sup>34</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Dossiê Atividades Nazistas, p.59.



FIGURA 15 - *A NOTÍCIA*, DE 10 DE MAIO DE 1942



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.60

Ainda na mesma edição do jornal *A Notícia*, encontramos uma crítica do cronista Rubem Braga<sup>35</sup> ao livro *A 5ª Coluna no Brasil*, de Aurélio da Silva Py, chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Sul. O livro trazia uma vasta documentação sobre a ação dos adeptos do Partido Nazista no Rio Grande do Sul. Braga alertava que apesar do vasto material reunido por Py, o livro pecava em focar em alemães e teuto-brasileiros, não mostrando perigo das atividades fascistas na comunidade italiana e entre os próprios brasileiros, integralistas ou não. Comparando a questão com a França, que mesmo que tivesse pouquíssimos membros do partido e não houvesse apoio em zonas de colonização, o nazismo teve na “quinta-coluna” francesa o apoio necessário para a domínio do país. "Aí está o ponto importante, sobre o qual vale a pena insistir: o que caracteriza a 5ª. Coluna não é o espião estrangeiro, não é o “sudeto”; é exatamente o nacional, é o traidor consciente ou inconsciente"<sup>36</sup>.

FIGURA 16 - *DIÁRIO DA TARDE*, DE 15 DE MAIO DE 1942



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.68

<sup>35</sup> Rubem Braga embarcou para a Itália junto com a Força Expedicionária Brasileira - F.E.B., em setembro de 1944, para cobrir a guerra como correspondente do jornal *Diário Carioca*, retornando apenas em abril do 1945, já no final do conflito. Disponível em: [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016\\_1491574079.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491574079.pdf).

<sup>36</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Dossiê Atividades Nazistas, p. 60.

O sul do Brasil foi alvo das atenções do Estado por conta do grande número de imigrantes e também pelo processo de colonização fundamentado na implantação de colônias em regiões do interior, também figurou constantemente na imprensa durante o período. O *Diário da Tarde*, de 15 de maio de 1942, enaltecia a ação da polícia do Rio Grande do Sul contra um núcleo de espionagem nazista em Joinville.

FIGURA 17 - *CORREIO DO PARANÁ*, DE 11 DE MAIO DE 1942



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.61

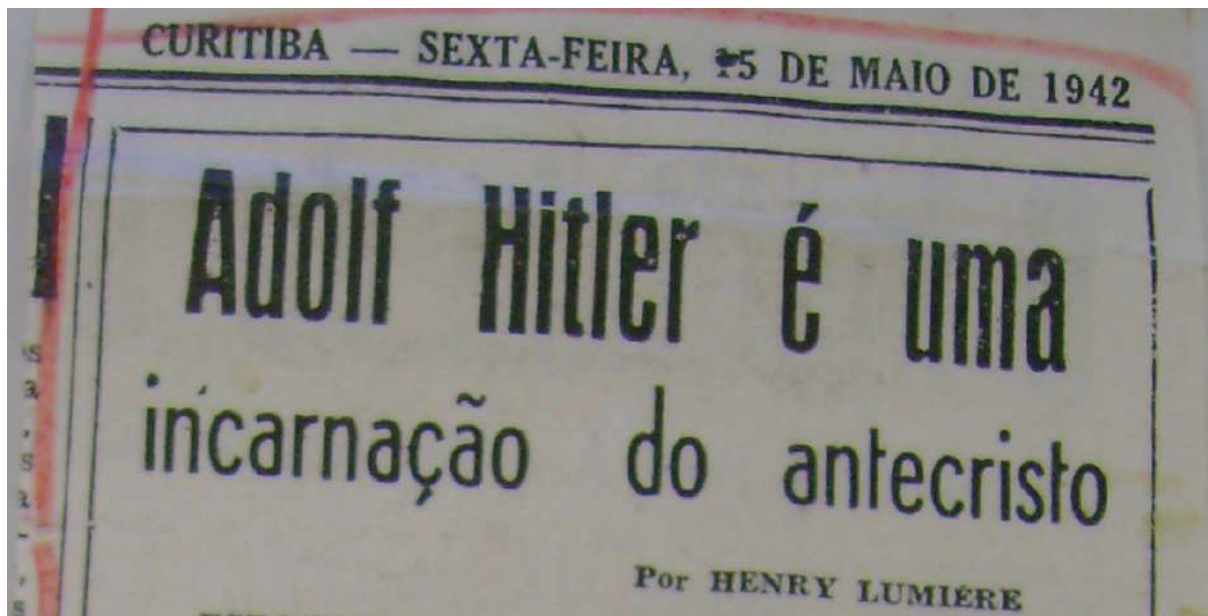
A imprensa teve um importante papel, denunciando e alertando sobre os perigos que os “súditos do Eixo” representavam para o Brasil. Sempre noticiando as ações da DOPS na repressão a ações consideradas suspeitas, como o *Correio do Paraná*, de 11 de maio de 1942, que trazia informações do correspondente de São Paulo, que relatava uma operação da polícia paulista que culminou na apreensão de vasto armamento nas mãos de japoneses na localidade de Pompéia<sup>37</sup>.

Até mesmo motivos religiosos foram usados durante a guerra, o jornal *O Dia*, de 15 de maio de 1942, afirmava que Hitler era a encarnação do anti-cristo. A matéria discorria sobre

<sup>37</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, Dossiê Atividades Nazistas, p.61.

como a Alemanha, após a ascensão do Partido Nazista, afastou-se do cristianismo, citando falas nazistas que diminuía a fé cristã, colocando Hitler no lugar de Jesus Cristo.

FIGURA 18 - *O DIA*, DE 15 DE MAIO DE 1942



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.63

Além da conjuntura nacional e dos perigos do nazismo em regiões com grande concentração de imigrantes oriundos de países do Eixo, os jornais também informavam sobre os horrores da guerra e o nazismo. A *Gazeta do Povo*, de 15 de maio de 1942, trazia a notícia de execuções de opositores do nazismo em Hamburgo e prisões em outras regiões.



FIGURA 19 - GAZETA DO POVO, DE 15 DE MAIO DE 1942



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.66

O *Correio do Paraná*, de 15 de maio de 1942, reproduziu a fala do interventor do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, na ocasião da abertura da Comissão de Defesa Passiva do Estado do Rio, ocorrida no Teatro Municipal da cidade. Peixoto faz uma defesa da liberdade,

os brasileiros, também queremos a liberdade e acreditamos que todos os homens têm os mesmos direitos, mas para manter-nos nesses princípios, precisamos em cada momento em todos os atos da nossa vitória, combater por eles, defendendo eficiente e ardorosamente as fronteiras da Pátria e preservando a nossa comunhão social da ação infêta dos agentes corruptores a soldo das forças do mal. (Dossiê Atividades Nazistas, p.67).

Como interventor, Peixoto representava o autoritarismo de Vargas, que impedia que os estados brasileiros escolhessem seus próprios governadores, mesmo assim, o bem contra o mal a favor da liberdade é recorrente no discurso. O interventor ainda chamava a atenção para a necessidade dos esforços para proteger a Pátria. Fala recorrente entre as autoridades brasileiras.

FIGURA 20 - *CORREIO DO PARANÁ*, DE 15 DE MAIO DE 1942



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas, p.67

A imprensa publicava portarias e notas da DOPS, enfatizava o êxito de suas operações, trazia discussões a respeito dos perigos que a “quinta-coluna” representava para o Brasil, noticiava ações da “quinta-coluna” e incentivava não somente que os cidadãos brasileiros defendessem a soberania no país contra os elementos “eixistas”, mas também mostrava que os estrangeiros também se lançavam em prol da causa nacional. O *Diário da Tarde*, de 12 de maio de 1942, noticiou a entrega de um manifesto de alemães moradores de São Paulo. Esses levaram até a DOPS, um documento no qual repudiavam as ações do nazismo e enalteciam a

obediência aos decretos e leis brasileiros, ressaltando a hospitalidade e o espírito independente do país, se colocando ao lado dos brasileiros na luta contra o nazismo. O documento ainda repudiava as ações nazistas, mostrando que os ideais de Adolf Hitler estavam bem distantes do que era a Alemanha de fato. Mais do que repudiar o nazismo, ao declarar seu apoio às ações do Estado contra a “quinta-coluna”, poderíamos pensar que os membros do movimento *Alemães Livres*, de certa maneira, também buscava abrandar as ações da DOPS. Chegando até mesmo a citar que é compreensivo que os brasileiros não consigam fazer distinção entre alemães e nazistas.

Ser imigrante significa contrair deveres e obrigações que devem ser cumpridas: obrigações com o Brasil, obrigações perante o povo alemão, obrigações perante toda a humanidade, obrigações perante os irmãos no exílio. [...] Com efeito, jamais se viu na história um homem fazer da barbarie a tal ponto lei e regra de suas ações, como Adolf Hitler. Por culpa dele e de suas maquinações a palavra “alemão” tornou-se odiada e desprezada. Reconhecemos o quanto é difícil atualmente distinguir entre “nazista” e “alemão” e por isso mesmo nunca devemos levar a mal, de nossos amigos brasileiros não conseguirem às vezes fazer diferença entre nós e os nossos inimigos perseguidores. (Dossiê Atividades Nazistas, s/p.).

FIGURA 21- *DIÁRIO DA TARDE*, DE 12 DE MAIO DE 1942



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas

Instrumento de propaganda institucional, a imprensa brasileira ficou a mercê das vontades do governo, enaltecendo a figura de Getúlio Vargas e detratando seus opositores, "o cinema, a imprensa e principalmente o rádio - cuja amplitude era muito maior que a dos outros meios de comunicação - foram os instrumentos mais importantes da divulgação das imensas virtudes do

presidente Vargas e das glórias do Estado Novo" (FAUSTO, 2006, p.124). Aqueles veículos de informação que se posicionaram de forma contrária, sofreram com a repressão do Estado, como ocorreu com o *Estado de São Paulo*, que teve sua sede invadida pela polícia em 1940, permanecendo sob intervenção até o final do governo Vargas (Fausto, 2006 p.125). Desta forma, a imagem dos alemães foi constantemente associada ao nazismo e à ameaça que ele poderia representar ao Brasil, sobretudo no sul. Corroborando com a intolerância étnica e instigando a vigilância e a violência contra a comunidade teuta.

Não sendo o foco desta pesquisa a utilização de jornais ou a discussão sobre a imprensa durante o Estado Novo, foram utilizados aqui apenas exemplos de recortes arquivados nas pastas da DOPS, portanto, não trazem uma visão global do trabalho da imprensa no Brasil e em Curitiba no período. Todos os recortes encontrados apresentavam posicionamentos editoriais e notícias que, de certa forma, legitimavam o trabalho da DOPS e enalteciam os esforços do Estado em defender o país contra o nazismo.

#### **4.3.3. A ação da DOPS**

Com o aumento das tensões internacionais e o acirramento das medidas nacionalizantes de Vargas, o Estado brasileiro apelou para que a população assumisse seu lugar na vigilância contra o inimigo e na preservação da ordem nacional. Parcela da população trabalhou em conjunto com a DOPS, vigiando e denunciando atividades consideradas suspeitas. A DOPS teve um papel determinante na criação da figura do inimigo, estigmatizando aqueles que possuíam ideologias contrárias ao governo. Utilizando preconceitos anteriores, transformou em inimigos e potenciais ameaças àqueles que possuíam fenótipos, idiomas e culturas diferentes. O Estado transformou os "inassimiláveis alienígenas" em ameaças à ordem política e social brasileira.

Várias foram as portarias publicadas pela chefatura de polícia do Paraná, a fim de evitar um possível levante de imigrantes de países do Eixo no estado. Esses documentos recomendavam a vigilância dos alemães, italianos e japoneses pela DOPS, para evitar atividades consideradas nocivas ao país, como podemos percebermos na Portaria nº 519:

À delegacia de Ordem Política e Social, especialmente, recomenda a mais severa vigilância em torno dos cidadãos japonezes, alemães, e italianos devendo ser estudadas e submetidas ao exame desta chefia as providências aconselháveis no sentido de anular a atividade perigosa aos interesses nacionais que, possam praticar



tais súditos estrangeiros. (Pasta Documentos Antigos – Pasta 1”, p.77 apud SHIZUNO, 2010, p.96).

Considerados um entrave aos interesses nacionais, os imigrantes foram vigiados e mapeados, o Estado visava manter o controle de todas as atividades deles, inclusive na esfera pessoal. As proibições, como a da utilização do idioma alemão, ultrapassaram o âmbito público, reuniões e encontros familiares foram proibidos, aqueles que utilizassem idiomas estrangeiros dentro de suas casas eram denunciados e presos.

Antes mesmo da declaração de guerra do Brasil contra o Eixo, ocorreu publicação da Portaria nº30, nela o interventor Manoel Ribas determinava que os súditos do eixo ficavam proibidos de

mudar de residência sem comunicar à DOPS e o serviço de registro de estrangeiros; portar, comercializar e transportar armas, munições e materiais explosivos; viajar sem o salvo-conduto expedido pela polícia; “Reunirem-se ainda que em casas particulares, a título de comemorações de caráter privado (aniversários, bailes, banquetes, etc.)”; “Discutir ou trocar ideias em lugar público, sobre a situação internacional”; “além de viajar por via aérea sem licença especial. A portaria também determinava que os elementos oriundos do Eixo entregassem as armas que possuísem no prazo máximo de 15 dias. (SHIZUNO, 2010, p.97).

Além da proibição da utilização dos idiomas dos países do Eixo, manifestações características dos seus partidos políticos, como saudações, uniformes, bandeiras e até mesmo retratos dos seus governantes foram proibidos também. Alguns clubes foram ocupados, como é o caso do Sociedade Rio Branco (antigo *Deutscher Handwerker Verein*), o Clube Concórdia (antigo *Deutsche Saengerbund*) e a Sociedade Garibaldi. Os atos de guerra contra a América e o Brasil seriam os motivadores da ocupação das referidas sociedades, fundamentada pela comoção popular contra os ataques alemães à marinha mercante brasileira. A portaria nº90, de 20 de março de 1942, ainda se referia a um comício realizado, seguido de ataques a estabelecimentos de imigrantes alemães, japoneses e italianos e seus decendentes. Esta ação da DOPS seria uma forma de evitar manifestações de violência e salvaguardar a integridade dos manifestantes. Portanto, os pertences e o edifício do Clube Concórdia foram entregues à Cruz Vermelha; a Sociedade Giuseppe Garibaldi ficou entregue à Liga de Defesa Nacional, Centro de Letras do Paraná, Centro de Cultura Feminino e Academia Paranaense de Letras; e ao Tiro de Guerra nº.19 foi entregue a Sociedade Rio Branco. As diretorias ainda deveriam entregar o arrolamento dos bens dos referidos clubes e também ficariam proibidas de exercer atividades diretivas. É importante lembrar que estas instituições já haviam passado por um

processo de nacionalização em 1938, em que suas diretorias foram afastadas, dando lugar a uma junta diretiva, e também seus nomes foram nacionalizados. Portanto, elas já estavam sob a intervenção e a vigilância do Estado.

No arrolamento do patrimônio presente no dossiê da DOPS sobre o Clube Concórdia, constam listas de livros e mobiliário, e também fotografias, mas não há nenhum material com menção ao nazismo. Apenas publicações em alemão, o que já era suficiente para a apreensão. Apenas no ofício nº404/42, de 25 de março de 1942, do delegado da DOPS para o diretor do Laboratório de Polícia Técnica, que solicita que sejam fotografados os dizeres em alemão presentes nos armários da biblioteca do clube, aparece uma menção a símbolos fascistas, seria um ornamento com as cores da bandeira italiana e um *fascio* no centro. Apesar do ofício citar uma foto do objeto, a mesma não consta no registro, bem como não aparecem novas ocorrências sobre o mesmo.

[...] Anexa, devolvo a V. S. Numa das fotografias ultimamente feitas, a qual, como foi requisitada para provar que as cores contidas no ornamento em círculo representam a bandeira italiana, bem como o desenho central é o fascio, há necessidade de serem frisados esses detalhes na legenda. (Dossiê Clube Concórdia, p. 29).

Mesmo após o término da guerra e também do Estado Novo, as associações e clubes de estrangeiros continuaram sendo vistos como foco da “quinta-coluna”, permanecendo sob a vigilância do Estado. Na resposta ao ofício 148, que solicitava informações sobre elementos “eixistas” no Paraná, o delegado da DOPS descreve as associações como núcleos de propaganda e de atividades “eixistas”, tendo como associados a maioria dos nazistas da colônia. Para o delegado, as associações eram orientadas pelo Consulado Alemão e usando pretextos como a beneficência para arrecadar fundos para o Partido Nazista na Alemanha. O delegado ainda mostra como as medidas tomadas a partir da Campanha de Nacionalização, como a nacionalização dos clubes reduziu as atividades em prol do nazismo, admitindo que mesmo assim elas continuaram acontecendo de forma oculta.

O nazismo alemão tem neste Estado, como núcleos de propaganda e atividades existas, as sociedades alemãs, de caráter recreativo ou beneficente. Congregando como associados a maioria dos elementos nazistas da colônia, essas entidades, orientadas por elementos do Consulado Alemão do Paraná organizaram, sob diverso pretexto, vários sub-comitês ou seções, implantando através delas a ideologia nazista, ao mesmo tempos que, sob a falsa alegação da beneficência, arrecadavam auxílio financeiro que se destinava ao Partido na Alemanha.

A campanha de nacionalização, iniciada no Paraná em 1937, restringiu essa atividade, pois possibilitou, através de eleições realizadas em algumas dessas sociedades, o ingresso de brasileiros nas suas diretorias. Todavia, não impediu se maneira total que a propaganda nazista se fizesse, às ocultas e habilidosamente, através de secções de esportes, de recreativismo ou filantropia, bem como por intermédio de farta literatura alemã, eis que bibliotecas como a da “Sociedade Concórdia”, ex-sociedade “Deutscher Saengerbund” de milhares de volumes, não possuíam sequer um livro editado em língua portuguesa.

Com a declaração de guerra do Brasil às potências do “eixo”, as autoridades puzeram fim a esse estado de coisas, encaminhando ao Rio de Janeiro vinte e três chefes do nazismo no Paraná, ao mesmo tempo que ocupavam as sociedades cujas atividades foram consideradas perniciosas aos nossos interesses, determinando ainda outras providências que as circunstâncias exigiam. [...] (Dossiê Atividades Nazistas, p.45)

Com a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha, em 22 de agosto de 1942, a repressão aos alemães, italianos e japoneses chegou a seu momento mais extremo. Imigrantes e naturalizados não poderiam sair do país, exceto se tivessem em caráter temporário e retornassem ao seu país de origem. A entrada desses imigrantes no Brasil foi proibida, não podiam possuir embarcações, rádios transmissores e seus salvo-condutos passaram por uma intensa fiscalização. Aqueles que possuíssem aparelhos de rádio receptores deveriam se apresentar à DOPS e entregar os aparelhos, caso a entrega não fosse realizada, o indivíduo poderia ser acusado de espionagem e ser preso. Muitas das denúncias que verificamos nos inquéritos da DOPS são justamente de vizinhos que indicavam que imigrantes “eixistas” estariam ouvindo pronunciamentos de Berlim em casa. Informação suficiente para a prisão e a abertura de um inquérito (SHIZUNO, 2010, p.120).

As ações do Estado contra os “súditos do Eixo” continuaram durante o período da Segunda Guerra Mundial, e mesmo com seu término, em maio de 1945, sanções continuaram sendo aplicadas. A portaria nº230, da Secretaria de Interior, Justiça e Segurança Pública, de 23 de junho de 1945, é um exemplo da manutenção da vigilância ao alemães, e determinava a transferência dos bens do Clube Concórdia para o Clube Atlético Paranaense:

I – Entregar ao Clube Atlético Paranaense, com sede nesta Capital, em caráter provisório, os bens da Sociedade Concórdia, ex-Deutscher Saengerbund, compreendendo todo o seu patrimônio em moveis e imóveis. II – A realização da entrega será feita por uma comissão designada por essa Secretaria, mediante lavratura do respectivo termo, do qual constarão o inventário dos bens e as obrigações assumidas pelo Clube Atlético Paranaense. (Dossiê Clube Concórdia, p.8).



O documento de 31 de outubro de 1945, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores - DIJ/DAP/SAP/P. 22. 691-45N.18271 ao Secretário da Interventoria Federal do Estado do Paraná, que tratava da nacionalização do Clube Concórdia, solicitava que a sociedade apresentasse documentos ao Departamento do Interior e da Justiça para a apreciação da nacionalização ocorrida em 1938.

[...] Nessas condições, solicito a Vossa Excelência as necessárias providências no sentido de que aquela sociedade apresente a este Departamento:

- a) cópia autêntica dos Estatutos que vigoravam na época de sua nacionalização;
  - b) relação nominal dos sócios então existentes e dos membros da última diretoria.
- Esclareço, outrossim, que nada impede a participação de estrangeiros em uma entidade nacional, desde que que, assegurados os mesmos direitos a todos os sócios, não se faça sentir sua influência em detrimento dos interesses nacionais. (Dossiê Clube Concórdia, p. 30 - grifo nosso).

O documento assinado por Dardeau de Carvalho, data de dois dias após a queda de Getúlio Vargas e cinco meses após o término da guerra, mesmo com a ameaça nazista derrotada e a ditadura nacionalista de Vargas finalizada, ainda traz em seu conteúdo a questão da preocupação com a preservação dos supostos interesses nacionais. A vigilância sobre os alemães ainda estava longe de chegar ao fim.

No ofício 148, circular do Comandante da 5ª R.M. e 5ª D.I. ao Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública do Paraná, - com o assunto *Atividades de elementos eixistas*, de 14 de agosto de 1946, o Estado brasileiro mostrava que a preocupação com focos de nazismo sobrevivera até mesmo ao fim do Estado Novo. Neste ofício são solicitadas informações sobre os “súditos do Eixo” no Paraná e sobre a extirpação de focos de “eixistas”.

I - O Comandante da 5ª Região Militar, afim de satisfazer a uma determinação do Estado Maior do Exército, solicita-vos, com a possível urgência, as seguintes informações em relação aos súditos do eixo no território deste Estado:

- a) - quais as informações sobre os focos de agentes do eixo;
- b) - qual a situação atual sobre a extirpação desses focos;
- c) - quaisquer antecedentes ou informações sobre núcleos de infiltração eixista que tenha subsistido;
- d) - quais as novas táticas que podem empregar os agentes e os simpatizantes dos Estados totalitários depois do término das hostilidades.

II - Esta solicitação prende-se a um pedido do Exmo. Sr. Ministro da Justiça e Negócios Interiores ao Chefe do E.M.E. afim de prestar esclarecimentos ao comitê de emergência para a Defesa Política do Continente. [...]. (Dossiê Atividades Nazistas, p.44).

Inquéritos inacabados, documentos faltando, investigações realizadas de maneira inadequada e poucos resultados satisfatórios quanto à proteção da soberania nacional foram verificados na documentação. Podemos perceber que a lógica que regia o trabalho da DOPS era a desconfiança, que foi responsável pela classificação e pelo apontamento daqueles considerados inimigos do regime. Esses documentos com lacunas foram redigidos por indivíduos que possuíam o monopólio da violência, carregados de uma ideologia preconceituosa e excludente, baseada em estereótipos criados acerca dos imigrantes, que vinham desde o início do processo de imigração. É notável a falta de preparo dos próprios agentes da DOPS, no sentido em que protagonizavam eventos nada profissionais, como o já citado caso do judeu preso e acusado de atos nazistas. A tensão entre o imigrante e o elemento nacional, que se acirrou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, e o posterior torpedeamento de navios mercantes brasileiros, também influenciaram os resultados desses inquéritos e a própria ação da DOPS.

Os membros da comunidade teuta fichados ou presos pela DOPS dividiam-se entre membros do partido e de órgão oficiais, como o Consulado, e indivíduos da região central que não possuíam uma ligação formal com o partido. Estes imigrantes e descendentes que foram transformados em “perigo alemão” dificilmente conseguiriam possuir uma postura desejada pelo Estado brasileiro. Se não participassem das questões nacionais eram considerados inassimiláveis, se participassem eram perigosos, pois estariam contribuindo com os propósitos imperialistas da Alemanha.

Aqui pretendemos analisar se a documentação presente na DOPS é capaz de comprovar uma ligação do imigrante e do teuto-brasileiro com os ideais do Nacional Socialismo, em que medida esses imigrantes se relacionaram com o Partido, focando na relação informal e não nos filiados. Para mapear essa relação são utilizados os arquivos da DOPS que envolvem a comunidade teuta no geral e não somente documentos referentes à ação do Partido Nazista no Paraná.

A DOPS teve um papel determinante nas ações do governo Vargas contra os imigrantes de países do Eixo e seus descendentes. Os departamentos de Estado voltados à proteção nacional reafirmaram ideias que já estavam presentes no imaginário popular com relação ao perigo que o “súdito do Eixo” representava. A Campanha de Nacionalização de Vargas e a declaração de

guerra do Brasil à Alemanha deu tons dramáticos a problemas que acompanharam os alemães e seus descendentes durante todo o processo imigratório.

O Paraná, que chegou a ter 185 filiados ao Partido Nazista (ATHAIDES, 2011, p.96), estava em uma posição geográfica estratégica para a organização do mesmo, uma vez que, se localizava entre o a sede do NSDAP em São Paulo e o fervoroso núcleo de Blumenau, Santa Catarina era o segundo estado em número de filiações, contando com 528 filiados (ATHAIDES, 2011, p.41), mais do que o dobro dos inscritos no Paraná, que era o 5º colocado em adesão ao partido. Em 11 de junho de 1938, o comandante da 5ª R.M. e 5ª D.I. encaminhou para o Ministro da Guerra uma correspondência encaminhada por Werner Hoffman, chefe do NSDAP/PR, ao Karl Spanaus, que estava substituindo Hans Henning von Cossel na chefia do NSDAP no Brasil. Na correspondência, Hoffman chamava a atenção para a importância de Curitiba, por estar na divisa do sul do Brasil, local com grande presença germânica e o resto do país onde há predominância da população luso-brasileira, ainda citando o fato de ocorrerem atritos entre nazistas e anti-nazistas, mas sem especificar quem seriam os opositores do partido, se seriam luso-brasileiros ou teuto-brasileiros.

Atividade Nazistas no Sul do Brasil - (segredo)

Remete agora este Comando para o conhecimento de V. Excia. os dados conseguidos com a apreensão do arquivo do Partido Nazista do Brasil, nas suas filiais dos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Da vasta e copiosa documentação remete este Comando a V. Excia. uma síntese, um resumo de cada documento apreendido. Pela síntese de cada um poderá V. Excia. verificar a miserável traição que se cometia no Brasil e principalmente nos Estados que constituem a 5ª. R.M.. Da documentação apreendida, não podemos deixar de destacar o documento nº81/82 no qual o alemão Werner Hoffman, Chefe do Partido Nazista no Estado do Paraná, se dirigindo ao Sr. Spanaus, em São Paulo, substituto eventual do Sr. H. Von Cossel, Adido Cultural da Embaixada Alemã no Brasil e Chefe do Partido Nazista para o Brasil, conforme provam as declarações do Chefe do Partido em Blumenau, Sr. Curt Prayon, diz textualmente - "CURITIBA DEVE MERECER A MAIOR ATENÇÃO, POIS, É O PONTO MAIS IMPORTANTE. É O PARANÁ QUE FAZ A DIVISA ENTRE O NORTE DO PAÍS QUE TEM POPULAÇÃO LUSO-BRASILEIRA E O SUL ONDE PREDOMINA O ELEMENTO TEUTO. JUSTAMENTE POR ESTE MOTIVO, AQUI NO PARANÁ SEMPRE HA ESTES ATRITOS - BRIGAS E DESAVENÇAS DE NAZISTAS E ANTI-NAZISTAS - QUE SE ORIGINARAM EM VISTA DA AÇÃO NECESSARIA PARA A MANUTENÇÃO DA IDÉIA ALEMÃ. ESTE PROBLEMA NÃO SE CONHECE NOS OUTROS ESTADOS. É NO PARANÁ O FRONT PERIGOSO QUE PRECISA SER REFORÇADO, ASSIM COMO NOS CAMPOS DE BATALHA SÃO REFORÇADOS OS PONTOS QUE VÃO SOFRER OS ATAQUES PRINCIPAIS." Toda a documentação é deste jaez.

Merece ser lida e devemos tomar providencias de uma vez para sempre afim de que não permitamos mais, esta insólita ousadia de estrangeiros que aqui vêm abusar da nossa eterna ingenuidade. (Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p.98).

As reuniões entre alemães e teuto-brasileiros foram um dos principais focos de atuação da DOPS, motivando investigações, observações e prisões. Há um grande número de denúncias e investigações em torno de reuniões de naturezas diversas, como comemorações de aniversários, confraternizações e meras conversas. Normalmente os acusados de promoverem esses encontros eram observados e fichados na DOPS, na maioria dos casos, a investigação não trazia a comprovação dos encontros, sendo os investigados apenas advertidos e colocados em liberdade na sequência.

[...] Investigado na S.I. declarou que, na verdade se reuniram em seu estabelecimento, entre 21 ou 22 horas, várias pessoas para tomarem alguns aperitivos, as mesmas porem eram na maioria brasileiras, sendo que nenhuma delas falava alemão e nem tratavam de assunto político.

[...] O elemento em apreço, depois de fichado e advertido, foi dispensado. (Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social DOPS - Diligências, p.14).

O alemão Albino Fritsche foi detido em 27 de outubro de 1942, acusado de promover uma reunião de súditos alemães em seu estabelecimento e também estarem utilizando o idioma alemão na ocasião. O caso de Fritsche como o de tantos outros alemães ou teuto-brasileiros foi algo recorrente entre os anos de 1942 e 1943, e assim como os outros casos, acabou com o denunciado sendo fichado e solto na sequência.

Porém, entre tantos fichados na DOPS por encontros que não possuíam caráter político, um local chamava a atenção da polícia em Curitiba, a Pensão Kreutz, situada na Rua Cândido Lopes, seu proprietário, Jacob Kreutz, figura em documentos referentes a antigos membros do NSDAP/PR.

[...] Kreutz, que é proprietario de uma pensão á rua Candido Lopes, defrente a Academia do Comercio, registra duas passagens anteriores por esta Delegacia e, tendo sido dada uma busca em sua casa, foram encontrados alguns livros em idioma alemã, bem como tambem um album, com fotografias e comentarios, de propaganda acentuadamente nazista. [...] (Dossiê DOPS relatórios 1942/maio a agosto, p.264).

Kreutz esteve envolvido em uma denúncia contra Alfredo Andersen, um dos mais famosos membros do NSDAP/PR, que mesmo morando em Paranaguá, estava sempre envolvido em acontecimentos na região de Curitiba. Andersen teria recebido voz de prisão de um estudante de direito, Glaucio Guiss, no momento em que se despedia das pessoas com as quais se reunia na Pensão de Kreutz em 4 de janeiro de 1940. O acusado teria usado a saudação nazista, levantando o braço direito, para despedir-se. Os envolvidos negaram que Andersen tivesse

feito a saudação nazista, sendo o encontro apenas um churrasco, no qual não houve discussão política (ANEXO III)<sup>38</sup>. Andersen foi chefe do Partido Nazista em Paranaguá e também vice-cônsul da Alemanha no mesmo município, sua presença sempre chamava a atenção da DOPS.

O acusado de ter recebido a saudação nazista, Gustav Faber, conhecido como Doutor Faber, negou ter recebido e correspondido ao gesto de Andersen, usando como argumento o fato de ter bebido muito na ocasião. Em seu depoimento, Faber declarou "que atualmente trabalha como funcionario do Consulado Alemão em Curitiba, como radio-ouvinte de estação alemã para ridigir os noticiarios sobre a propaganda na atual guerra"<sup>39</sup>. A fala de Faber, além de suspeita, tornava-se ainda mais perigosa quando proferida por um alemão, membro do NSDAP na Alemanha, que além de não estar legalizado, entrara no país somente há dois anos, o que tornava muito diferente do restante dos acusados de nazismo em Curitiba que, em sua maioria, entraram no Brasil antes de Adolf Hitler assumir o poder. Para corrigir seu ato, Faber pediu uma retificação do seu depoimento,

que o declarante quer corrigir o que acima desse sobre a "Propaganda Alemã". Pois a sua atividade é ridigir o noticiário da guerra com o fim de esclarecer a verdade sobre os últimos acontecimentos; que o depoente tem feito, como jornalista, propaganda favoravel ao Brasil e ao Estado Novo Brasileiro. (Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p.121).

Faber, ainda solicitou mais uma correção em seu depoimento sobre a quantidade de bebida alcoólica que havia ingerido naquela noite. Estar embriagado foi usado em muitos depoimentos na DOPS, portanto, alegavam não lembrar ou estar fora de si pelo efeito do álcool. Mas ao mesmo tempo há uma preocupação em mostrar que não se havia ingerido uma quantidade muito grande de álcool, o que podia ser ocasionado pelo fato dos inspetores e delegados, muitas vezes, fazerem mais um julgamento moral do que político de fato. Hans Birke, que também estava na reunião, também afirmou em seu depoimento que não estavam embriagados, apenas "alegres"<sup>40</sup>. Depoimento este confirmado por Jacob Kreutz, dono da pensão, e que frisou que os convidados estavam apenas "alegres" e não embriagados<sup>41</sup>.

Em tempo: Pelo declarante foi dito que queria retificar o que acima disse relativamente a cerveja que tomou, pois expressou-se mal quando disse que foi

---

<sup>38</sup> Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p. 116-118.

<sup>39</sup> Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p. 121.

<sup>40</sup> Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p. 122.

<sup>41</sup> Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p. 125.

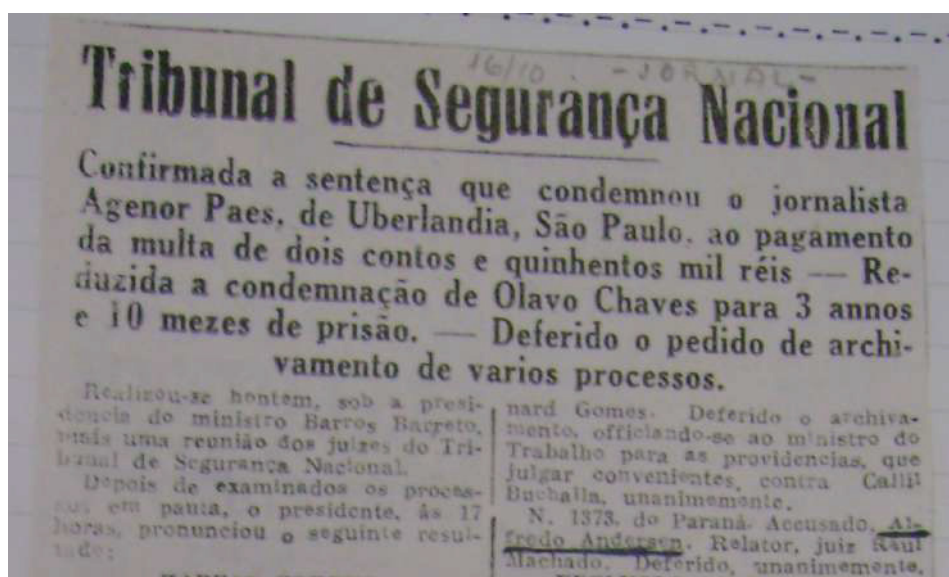
grande quantidade de cerveja e quer esclarecer que a quantidade foi regular, dando apenas para torna-lo alegre e não embriagado. (Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p.121).

A saudação nazista em frente a Pensão Kreutz foi confirmada pelas testemunhas e negada por todos os acusados. Sob suspeita na DOPS, a pensão que já era vigiada, foi cenário para a oportunidade de prender Andersen.

Pelo depoimento das testemunhas, no auto de prisão em flagrante, evidencia-se claramente que Andersen ao despedir-se de Faber usou a saudação nazista, em franco desrespeito a Lei que proíbe aos estrangeiros quaisquer atividades políticas e o uzo de símbolos de partido político estrangeiro. (Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p.128).

Porém, após ter prestado sua declaração no auto de prisão em flagrante, foi posto em liberdade e não apresentou defesa na data estipulada. Não compareceu e não foi mais encontrado, ficando os autos sem a defesa<sup>42</sup>. Em outubro do mesmo ano, a Secretaria de Justiça Especial - Tribunal de Segurança Nacional despachou arquivando o processo contra Andersen, decretando que caso estivesse preso, deveria ser posto em liberdade<sup>43</sup>, como informou *O Jornal* do Rio, em 16 de outubro de 1940.

FIGURA 22 - *O JORNAL*, DE 16 DE OUTUBRO DE 1940



FONTE: Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p.130

<sup>42</sup> Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p. 128.

<sup>43</sup> Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p. 129.



Outro fato interessante é que os bares da região central de Curitiba muitas vezes foram o cenário das detenções dos “súditos do eixo”, prisões, muitas vezes, motivadas por tumultos causados por brasileiros em estabelecimentos de teuto-brasileiros ou alemães e por alemães e teuto-brasileiros embriagados. Os casos seriam motivados pelo uso do idioma alemão e por demonstrações favoráveis à Alemanha, porém, muitas vezes, os tumultos eram iniciados por desentendimentos, que não tinham ligação com motivos políticos. Como foi o caso do brasileiro Evaldo Jasper, detido no “Barcarola”, em 10 de abril de 1943, por dar vivas à Alemanha.

Levo ao conhecimento de V.S., para os devidos fins, que em completo estado de embriaguês, por dar vivas à Alemanha e, por haver feito más referências contra o governo brasileiro, foi detido no “Barcarola”, o indivíduo EVALDO JASPER, brasileiro, natural de Curitiba, funcionário da Cia. Anglo-Mexican, nesta Capital, residente à rua Carlos Cavalcanti nº716.

Interrogado, negou terminantemente haver dado vivas à Alemanha, mas que de fato fizera a uma prostituta, más referências contra o governo do Brasil, dizendo a ela, que se o governo Nacional fosse outro, (não mencionando porém esse outro governo), ela não estaria em liberdade explorando aos homens.

Alegou haver se salientado dessa forma, em virtude do seu deplorável estado em que se achava, pois que, de fato, naquela ocasião, estava bastante alcoolizado.

Depois de fichado e severamente advertido, foi posto em liberdade. (Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social DOPS - Diligências, p.106-107).

São poucos os documentos da DOPS que afirmam a existência de reuniões promovidas por elementos nazistas em Curitiba. E estes inquéritos, em sua maioria, não estão documentados com fotos, mesmo quando mencionado, e muito menos citam algum tipo de atitude concreta que demonstre o real perigo desses imigrantes para o Brasil. O trecho abaixo mostra como o próprio delegado de polícia da DOPS reconhece que muitas prisões foram efetivadas, mas que somente um número reduzido delas de fato foi realizada contra elementos realmente perigosos e que, em sua maioria, seriam membros do Partido Nazista.

Comunico a V. Exa. Que, dentre os duzentos e tantos indivíduos detidos, ultimamente, por esta D.O.P.S., para averiguações de caráter político-social, são considerados elementos perigosos à segurança nacional, com referência a atividades nazistas, as vinte e seis pessoas constantes da relação anexa, as quais esta D.O.P.S. se vê na contingência de manter recolhidas à Casa de Detenção desta Capital. Trata-se, em sua quase generalidade, de membros preponderantes e Apaixonados, do núcleo do N.S.D.A.P., - Nacional Socialistische Deutsche Arbeiter Partei - dêste Estado, nenhum deles negando, ainda hoje, sua participação naquela agremiação. A respeito das atividades de todos, esta D.O.P.S. foi colhendo comprovantes, e chegou à convicção de que, se permanecessem em liberdade essas pessoas, constituiriam elas permanente ameaça à nossa soberania, pois, assim que soubessem oportuno, favoreceriam à causa do “eixo”. É natural que ele elementos dessa natureza procedem, sempre, sem deixar vestígio de seus intentos máximos, — que, no caso, seria agir solertemente, agora, no sentido de que os mil e um modos de enfraquecer,



desorientar, destruir uma nação inimiga, pudessem surtir efeitos os mais favoráveis possíveis, e isso para que o nazismo realizasse, também contra nós o seu sonho de domínio universal. Por aquelas circunstâncias, é explicável não conte, a Polícia, com provas de uma atividade atual de conspiração, — dados que seriam os exigíveis para o processo de cada um dos detidos. Dispõe, no entanto, esta D.O.P.S., de farto material coligido outrora e hoje, e suficiente para nos armar das maiores desconfianças contra as pessoas em apreço, temendo que sua liberdade venha a se transformar em motivo de sérios entraves à segurança nacional, e, até, à nossa continuidade como nação soberana. Tão ardorosos nazistas eram muitos dos relacionados, que chegavam a envergar, em solenidades em nossa Capital, a farda de soldados de choque das tropas de Hitler, conforme se verifica em diversas fotografias de grupos, arquivadas nesta D.O.P.S. Nas residências dessas pessoas pôde a Polícia, realizando cuidadosas diligências quando de suas detenções, obter provas de que ainda mantinham suas bibliotecas nazistas e ostentavam nas paredes, quadros com a efígie do Fuhrer e outros chefes nazistas e a cruz suástica.

Figuram na relação anexa dois alemães naturalizados brasileiros e um brasileiro descendente de alemães. São eles Otto Braun, Ricardo Kempfer e Hans Werner Buerger. Pelas suas atividades, equiparam-se, no entanto, aos súditos alemães cuja reclusão esta D.O.P.S. persiste em manter. O primeiro exerceu, durante anos, até o dia do nosso rompimento de relações com a Alemanha, o cargo de chanceler do Consulado Alemão desta Capital. Nesse posto, sua atuação foi sempre criar os maiores embaraços à obra de nacionalização aqui empreendida pelo Governo Estadual e o Exército. Era o presidente da V.D.V., — Verbund Deutscher Verein, — entidade em que haviam sido reunidas, para controle por parte das autoridades nazistas, todas as sociedades culturais, recreativas e beneficentes, de alemães e teuto-brasileiros do Paraná. De Ricardo Kempfer, o outro alemão que se fez brasileiro pro-forma, não se poderia mostrar atividade social como a de Braun, mas, realizada à socapa, sua tarefa nazista foi tão bem desenvolvida e tão profícua quanto à daquele. Quanto a Hans Werner Buerger, sua condição de brasileiro nato lhe era secundária, de tal forma servia aos interesses políticos de sua pátria espiritual, a Alemanha, e o seu Fuhrer.

Dois outros dos relacionados, Hort Udo Knoff e Rodolf Siemann, são ex-marinheiros das unidades alemães Windhuk e Graf-Spee, e estão sendo devidamente processados.

Também a respeito das atividades dos demais figurantes da relação, esta D.O.P.S. está organizando, em conjunto, e necessário processado, onde figurarão todos os elementos que nos levaram à certeza de que defrontamos nazistas capazes de atentar contra a nossa soberania, quer lançado mão de recursos sorrateiros, quer violentamente.

É evidente que, dos autos em que se conterão os motivos da reclusão desses nazistas, poderá não surgirem justificativas capazes de bem-enquadrar, os casos, em nossa legislação. Ao Governo Federal cabe, no entanto, a solução do assunto, de vez que a soltura de tais presos não conviria, em absoluto, à segurança nacional (Dossiê Atividades nazistas no sul do Brasil e Alfredo Andersen, p.8-9, grifo nosso).

Além de registrar que as prisões eram realizadas por convicção de que os detidos representariam um perigo para a segurança nacional e não por de fato terem cometido ações que pudessem representar uma ameaça ao país, a questão da nacionalidade fica evidente. Dos vinte e seis considerados nazistas perigosos, apenas dois são naturalizados e um é teuto-brasileiro, os demais seriam alemães natos. Entre os elementos considerados perigosos encontram-se figuras públicas entre a comunidade teuta, como o Chanceler do Consulado Alemão em Curitiba, Otto Braun, que também esteve à frente da presidência da *Verbund*

*Deutscher Verein*<sup>44</sup>. Os detidos não negaram sua participação no partido, Braun foi acusado de dificultar a obra de nacionalização de Vargas enquanto teve função no Consulado, porém não consta de que forma. Sobre Kempfer, a atividade seria disfarçada e menos desenvolvida que a de Braun, mas também não especifica quais seriam essas atividades, assim como é o caso de Buerger, acusado de servir aos interesses da Alemanha, sem descrição sobre a forma que isso se dava. As fotos citadas no ofício acima, nº763 de 25 de maio de 1942, não estão anexadas a documentação.

Otto Braun e Ricard Kempfer figuram ao lado de Julio Brand em uma lista de naturalizados, de 23 de junho de 1942, esta lista detalha melhor as atividades em prol do nazismo e traz uma preocupação com o estilo de vida dos detidos. Percebe-se nos arquivos da DOPS que há uma crítica moralista em relação aos prisioneiros, ressaltando a sua condição econômica, muitas vezes, isso foi utilizado para legitimar a prisão e a necessidade da manutenção da mesma. Como é o caso de Otto Braun, em que é citada sua "vida faustosa". Braun, apesar de alemão de nascimento e de sua atuação no Consulado, entrou no Brasil antes de 1914 e casou-se com uma brasileira.

OTTO BRAUN - 58 anos de idade - nascido na Alemanha, em 26-7-1884, tendo desembarcado no Brasil, antes do ano 1914. Casado com mulher brasileira, filhos brasileiros. Proprietário. Vida faustosa. Chefe de uma das firmas mais fortes no ramo de tecidos desta Capital, "LOUVRE". Ultimamente, foi Gerente da Companhia Paranaense de Colonização "Terra-Nova-Garcez", no Município de Castro, Cia, essa, que estava sob o controle o financiamento da Sociedade de Colonização no Extranjeiro, com sede em Berlim e semioficial. Foi Presidente da "UNIÃO DAS SOCIEDADES ALEMÃS", onde desenvolvia intensa atividade de caráter germanico. Esta "União" era filiada a Sociedade dos Alemães com sede em Berlim. Foi alto funcionário do Consulado Alemão, nesta Capital, tendo sido mão direita do Consul respectivo, servindo como mediador em todas as questões de súbditos alemães com as Autoridades do Estado, procurando sempre por todos os meios, tirar partido favorável aos mesmos. Desenvolveu em todos os sentidos, grande atividade, embora a maior parte parte, clandestina, em prol da propaganda do "PARTIDO NACIONAL SOCIALISTA ALEMÃO", do qual era, porém, sabida mente, um dos mais fortes esteios no Estado do Paraná. Propagandista fervoroso, dos mais perigosos, usou sempre da dissimulação, negando quando interpelado, essa colaboração. Seus filhos, Karl e Margot, foram desde a fundação da Juventude TEUTO-BRASILEIRA, seus filiados. Manteve ligações com "DER BUND", revista da "União Germânica na Argentina", da qual recebia edições. Foi recolhido à C.D. do Estado, onde permanece como medida preventiva. (Dossiê Atividades Nazistas, p.27, grifo meu).

Braun é acusado de desenvolver atividades de caráter germânico, mediar questões entre alemães e o Estado brasileiro, sempre beneficiando os primeiros, e ainda de manter atividade

---

<sup>44</sup> Associação que reunia todas as entidades teuto-brasileiras e alemãs do Paraná

clandestina para promover o partido, sendo um dos principais pilares da seção paranaense. Ainda é mencionado o fato de seus filhos brasileiros pertencerem a Juventude Teuto-brasileira e do acusado receber uma revista germânica produzida na Argentina. Metade da descrição do acusado é destinada a seus cargos e a sua condição financeira, dando ênfase ao seu poderio econômico e a maneira luxuosa como vivia.

RICARDO KEMPFER - 44 anos de idade. Nascido na Alemanha, em 20-8-1898. Casado com mulher alemã e filhos brasileiros. Proprietário. Possui gabinete dentário. Vida confortável. Abandonou sem motivo justificado e inesperadamente uma numerosa clientela nesta Capital e instalou-se na cidade de Londrina neste Estado. Sua residência, aqui, era um dos pontos preferidos pelos mais destacados elementos nazistas. Nazista declarado, não tendo mesmo negado, depois de detido, sua colaboração e a franca atividade em prol do Partido Nacional Socialista Alemão. Sua assistente, era ILSE VON OERTZEN, nazista fervorosa, mulher de WINTFRIED ROLAND VON OERTZEN, conhecido por “TIO PAULO” que serve atualmente como capitão nas fileiras hitleristas. Ilse era de tal forma, pessoa de confiança do Cônsul Alemão, que o mesmo incluiu-a na relação de funcionários que deveriam seguir para a Alemanha. Kempfer e Ilse, eram elementos estreitamente ligados e trabalham sempre em prol da propagação do nazismo no seio da Colonia Alemã e mesmo entre os brasileiros. Sua permanência em Londrina já desde o princípio suspeita, foi nefasta, posto que, tão logo, ali se estabeleceu, começou a afluência dos súbditos alemães residentes, a frequentar assiduamente o seu consultório e sua residência. Foi dada busca em sua casa e comprovantes foram encontrados de suas atividades contrárias à segurança nacional. Foi recolhido à C. D. Do Estado, onde permanece por medida preventiva. (Dossiê Atividades Nazistas, p.28).

A residência de Kempfer foi marcada como ponto de encontro de nazistas em Curitiba, sendo dentista que possuía uma vida confortável, a DOPS entendeu que sua mudança para Londrina não teria outro objetivo que não desenvolver atividades nazistas naquela cidade. Kempfer não teria negado ser nazista e nem sua colaboração com o NSDAP. O grande fluxo de alemães que frequentavam a residência e o consultório tornavam Kempfer perigoso. Apesar do documento relatar que as buscas realizadas comprovam o perigo à segurança nacional que o detido representava, não são citados os materiais encontrados. Ainda na descrição de Kempfer, uma mulher é citada, sua assistente Ilse von Oertzen, descrita como nazista fervorosa e promotora do nazismo na comunidade alemã, já havia trabalhado com o Cônsul alemão e seu marido seria capitão das fileiras hitleristas<sup>45</sup>. Ilse foi incluída na lista de funcionários do Consulado que embarcaram para a Alemanha ainda no início de 1942.

---

<sup>45</sup> Por falta de uma descrição mais detalhada da DOPS, a descrição de Wintfried Roland von Oertzen como “capitão nas fileiras hitleristas” poderia significar que o esposo de Ilse estava fora do país atuando na Wehrmacht ou ainda que possuía um importante papel na disseminação do nazismo no Brasil.

JULIO BRAND - Brasileiro Naturalizado, desde o ano de 1928. Casado com mulher brasileira e filhos brasileiros. Vida faustosa. Exercia o cargo de Vice-Consul Alemão em Paranaguá. Agente Geral no Paraná da Companhia Hamburguesa de Navegação. Brasileiro Naturalizado, gozava Brand, de duas nacionalidades, “alemão de nascimento” e brasileiro quando lhe convinha. Assim dessa forma, foi que, todas as suas atividades comerciais e políticas, foram norteadas. Em 1940, foi instaurado inquérito, de cujas folhas, ficou indiscutivelmente comprovado, as perigosas e traiçoeiras atividades do Brand em prol do nazismo no Estado do Paraná. Entre outros atos, salientam-se:

Desrespeito a Neutralidade do Brasil, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 1.561 de 2/9/939, desrespeito esse, motivado pelo inqualificável gesto, de soltar foguetes na localidade de Paranaguá, pelas vitórias alemãs na Holanda. Reuniões oficiais no Vice-Consulado Alemão, onde compareceram súbditos do “eixo” e brasileiros, à cada vitória nazista. Propagandista temerário da “causa alemã”, distribuía profusamente, folhetos e boletins, os quais sempre terminavam com a frase celeberrimamente conhecida: “A ALEMANHA LUTA PELA REPARAÇÃO DE UMA INJUSTIÇA; OS OUTROS LUTAM PELA CONTINUAÇÃO DA MESMA!

Era, abertamente um dos mais fervorosos e procurados chefes do hitlerismo no Estado. Largas somas, fundiu Brand, na propaganda nazista. E o seu tempo era ocupado, tão somente, para esse fim em sua chácara, “ROSEMARI”, distante 25 quilômetros de Paranaguá,, era local, também, para os regosijos e festividades de caráter puramente nazistas. Lá também, dada busca rigorosa e feita pericia nas suas dependências, foi constatado vestígios de complicado aparelhamento elétrico, ligado ali, e presume-se, ter estado instalado um transmissor, porém, até a presente data, nada foi confirmado. Finalmente, já em Abril do corrente ano, foi novamente envolvido, no caso da “gasolina depositada em Cayobá, na residência do Dr. Godofredo Leuenberger”, e, com a detenção da mulher MARTA MARIA LUIZA MUELLER, proprietária de uma pensão em Paranaguá, foram encontradas, na busca efetuada em sua casa, várias fotografias, estas tiradas na citada chácara de Brand, estando numa delas, um grupo, ao lado do mastro encimado com uma bandeira nazista.

Tendo o Consul Alemão, incluído o seu nome na relação dos funcionários que deveriam acompanhá-lo, seguiu com este, para o Rio de Janeiro, destinando-se à Alemanha. (Dossiê Atividades Nazistas, p.29-30, grifo meu).

O vice-cônsul alemão em Paranaguá, Julio Brand, assim como Braun, vivia uma vida luxuosa, além do cargo no Consulado também compartilhava com Braun o envolvimento em empreendimentos imigratórios, o segundo envolvido com uma companhia de colonização, e o primeiro como agente da Companhia Hamburguesa de Navegação. O inquérito instaurado em 1940 contra Brand, traz como delitos: desrespeitar a neutralidade brasileira ao soltar fogos em Paranaguá quando da vitória alemã na Holanda; reuniões no Vice-Consulado quando os nazistas ganhavam; distribuição de folhetos e boletins. Fotos em sua chácara no litoral com bandeira nazista também foram encontradas, aparelho elétrico que poderia ser um transmissor, e seu envolvimento em um caso ocorrido em Caiobá. Foi incluso na lista do cônsul para embarcar para a Alemanha.



FIGURA 23 - FESTEJOS NA CHÁCARA DE JULIO BRAND, PARANAGUÁ  
(ALFREDO ANDERSEN À FRENTE DO MASTRO)



FONTE: Arquivo Público do Paraná. DOPS (1940a) *apud*. ATHAIDES, 2011, p.116

Os nomes nesta lista trazem em comum a naturalização, possuírem uma boa posição econômica, serem nomes importantes dentro da comunidade alemã e possuírem cargo oficial, com exceção de Ricardo Kempfer. Tanto Braun como Brand estavam envolvidos em empreendimentos imigratórios, podendo possuir benefícios junto ao Estado alemão para desenvolver esta atividade. Seus delitos se concentravam, principalmente, em reuniões com alemães e teuto-brasileiros, serem entusiastas do nazismo mesmo após sua proibição e agirem como propagadores do nazismo no Paraná. Os documentos da DOPS não trazem provas anexadas e mais uma vez há o registro da impossibilidade de conseguir elementos para o processo.

[...] Trata-se maioria elementos que vg na época permissão funcionamento partidos políticos vg exerceram grande atividade pró nazismo vg tendo posteriormente continuado agir veladamente vg conservando vg até mesmo após detenção vg animo fervoroso em favor vitoria nazista vg conforme comprovam autos declarações anexos prontuarios enviados pt Tais elementos influentes meio germanico não poderão permanecer soltos vg pois serão permanente ameaça manobras contra a segurança nacional pt Natural individuos dessa especie procedam sempre sem deixar vestígios seus atos vg daí impossibilidade conseguir-se elementos processo vg mas suas declarações e outras peças existentes prontuarios levam ajuizar sua temibilidade [...]. (Dossiê Atividades Nazistas, p.30, grifo nossa).

O ofício nº285, de 4 de março de 1942, comunicava a viagem do cônsul alemão e de seus funcionários do Consulado rumo a São Paulo e Rio de Janeiro, para posterior embarque para a Alemanha. Os membros do Consulado da Alemanha em Curitiba foram deportados para a Europa em meio a Segunda Guerra Mundial.

Comunico a V. Excia. Que amanhã às 6 horas, partirá desta Capital, com destino a S. Paulo e Rio, o Snr. Cônsul da Alemanha neste Estado, o qual se fará acompanhar por sua família, pelo Snr. Vice-Consul de Paranaguá e por todo o pessoal que compunha o corpo de funcionários da representação alemã, funcionários esses que se repatriam também com suas famílias. (Dossiê Consulado Alemão, p.50).

Seguiram rumo à capital federal, vinte e dois alemães, funcionários do Consulado e familiares, entre eles encontravam-se nomes conhecidos dentro da comunidade alemã curitibana, como o cônsul, Dr. Walter Zimmermann, e o entusiasta da causa nazista, Alfredo Andersen. O jovem Norberto Toedter, filho de Carlos Toedter e Anna Toedter, nascido em Curitiba, também seguiu para a Alemanha. Sua mãe era secretária e datilógrafa do Consulado, já seu pai havia apresentado um programa na Rádio Clube Paranaense, o que fez com que



passasse uma temporada no Presídio do Ahú antes de ser deportado. Norberto chegou aos 13 anos de idade na Alemanha e logo entrou em um grupo alemão juvenil, como todos os meninos entre 10 e 14 anos. Ao completar 15 anos se alistou como voluntário na *Luftwaffe*. Norberto viveu até o final da guerra na Alemanha e hoje reside em Curitiba (TOEDTER, 2001), onde ficou famoso pelo seu polêmico livro de memórias *...e a guerra continua: palco e bastidores da 2ª Guerra Mundial*, em que faz depoimentos polêmicos a respeito da questão do Holocausto.

O Cônsul Walter Zimmermann, apesar de não aparecer em ocorrências de casos de nazismo, esteve sob forte vigilância da DOPS, perdendo até mesmo o direito de movimentar sua conta bancária<sup>46</sup>, teve uma atuação de defesa dos funcionários do Consulado e também em alguns casos de investigados pela DOPS.

CONSUL ALEMÃO PRETENDIA TELEGRAFAR BANCO GERMANICO DAI SOLICITANDO TRANSFERENCIA QUINZE CONTOS DO SEU DEPOSITO A PRAZO INDEFINIDO PARA SUA CONTA CORRENTE pt CONVIRIA VERIFICAR NÃO SE TRATA FUNDOS ENVIADOS PELO GOVERNO NAZISTA PARA CUSTEAR SERVIÇOS AFETAVAM NOSSA SOBERANIA pt OBSEQUIO ENVIAR RESULTADO VERIFICAÇÃO pt (Dossiê Consulado da Alemanha, p.86).

Às vésperas da viagem de retorno para a Alemanha, Zimmermann tentou diversas solicitações em nome de seus funcionários, todas indeferidas no dia seguinte<sup>47</sup>. O cônsul chegou até mesmo a solicitar a intervenção do embaixador da Espanha no Rio de Janeiro, para que seus funcionários pudessem se preparar para a viagem.

SEGUNDO ANUNCIO RADIO CURITIBA MAIOR PARTE EMPREGADOS ANTIGO CONSULADO ALEMÃO CURITIBA ESTÃO PRESOS PONTO SOLICITO V.EXC.PEDIR AO GOVERNO FEDERAL QUE AUTORIDADES PARANAENSES SEJAM AUTORIZADOS SOLTAR EMPREGADOS QUE RECEBERAM LICENÇA PARTIR PARA ALEMANHA E ATÉ AGORA NÃO PUDEAM PREPARAR PARTIDA VENDENDO SEUS BENS ETC. (Dossiê Consulado da Alemanha, p.78).

Antes do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, o cônsul Walter Zimmermann parecia ter uma boa relação com a DOPS, sobretudo, com o delegado Divonsir Borba Côrtes, com quem comunicava-se com frequência em nome do Consulado. De convites a solicitações, Zimmermann possuía uma postura amigável com a delegacia. Em setembro de

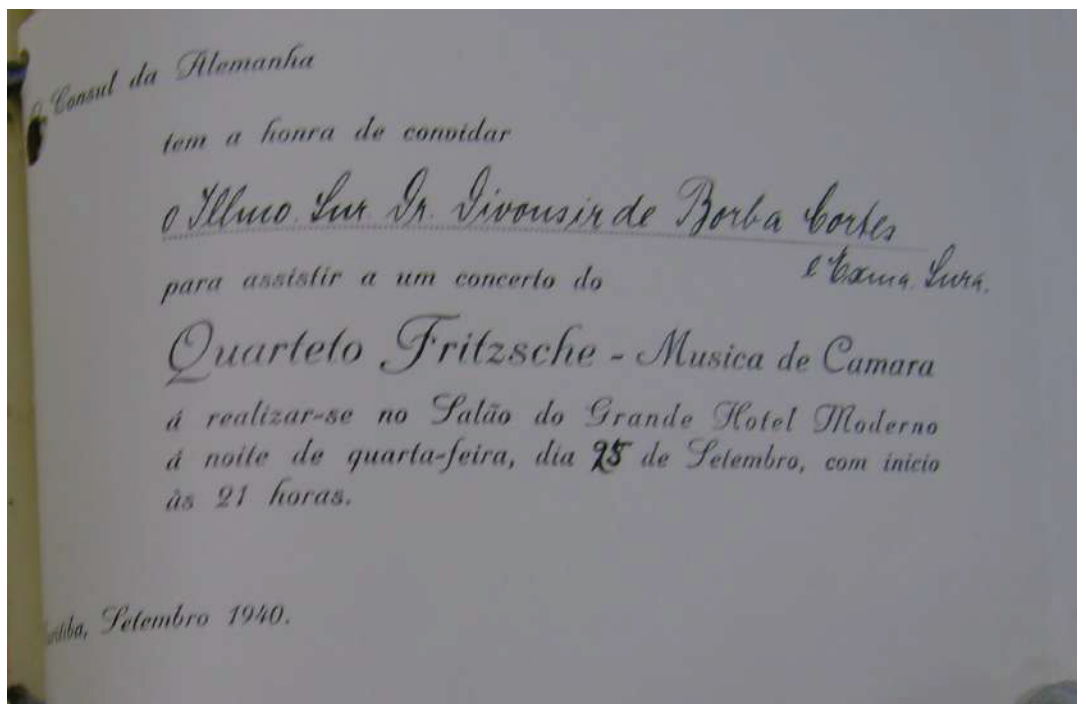
---

<sup>46</sup> Dossiê Consulado da Alemanha, p.62.

<sup>47</sup> Dossiê Consulado da Alemanha, p.61.

1940, o cônsul encaminhou um convite ao delegado Divonsir e sua senhora para um concerto de um quarteto alemão.

FIGURA 24 - CONVITE DE UM CONCERTO DO QUARTETO FRITZSCHE



FONTE: Dossiê Consulado da Alemanha, p.90

Apesar do governo brasileiro incitar a população a agir em defesa da soberania nacional, denunciando atos perigosos da “quinta-coluna”, também tentou evitar que a situação saísse do controle, tentando coibir materiais que incitassem ainda mais os ânimos populares antes do rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha. Em 25 de outubro de 1940, Zimmermann encaminhou uma informação a respeito da venda de um livro proibido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Rio. *Hitler me disse*, era um livro forjado que em tese trazia as verdadeiras intenções de Hitler, o que poderia incitar reações violentas contra alemães e teuto-brasileiros.

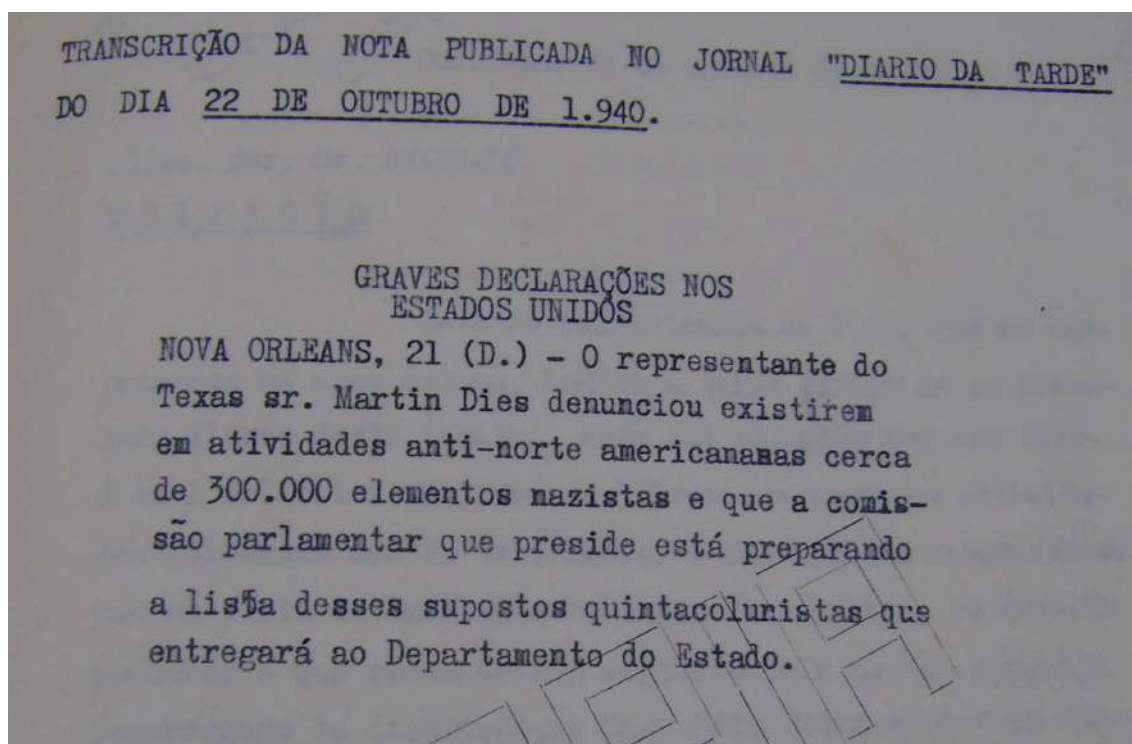
Na livraria “Ghignone”, rua 15 de Novembro, acha-se exposto à venda, como pessoalmente me podia convencer, o livro de Hermann Rauschnig, intitulado: “Hitler me disse”.

Segundo à um informação recebida, o Departamento de Imprensa e Propaganda no Rio tem expedido ordens referentes a proibição da venda do referido livro. (Dossiê Consulado da Alemanha, p.94).

Solicitações sobre o cumprimento da censura na imprensa também foram realizadas por Zimmermann, como a nota publicada pelo *Diário da Tarde*, em 22 de outubro de 1940, que fazia menção a elementos da “quinta-coluna”.

Junto tenho a honra de enviar-lhe uma publicação do *Diário da Tarde* do dia 22 deste, para V. Excia. tomar devidamente conhecimento da mesma, deixando ao seu alvitre as necessárias providências. Segundo as determinações legais sobre a censura da imprensa, atualmente em vigor, aí estou bem lembrado, não permitem notícias referentes á “Quinta Coluna”. (Dossiê Consulado da Alemanha, p. 98).

FIGURA 25 - TRANSCRIÇÃO DA NOTA PUBLICADA NO JORNAL *DIÁRIO DA TARDE* DE 22 DE OUTUBRO DE 1940



FONTE: Dossiê Consulado da Alemanha, p.99

O Consulado tentava fazer valer a neutralidade brasileira, denunciando materiais de oposição à Alemanha ou que de certa forma incitassem a população contra os alemães. E a DOPS respondia de maneira favorável, investigando as denúncias. Ao mesmo tempo, Zimmermann evitava situações que pudessem acirrar os ânimos, como realizar comemorações e festividades. Em 29 de abril de 1942, Zimmermann, que havia recebido permissão para comemorar o 1º de maio, informou que não iria mais manter a festividade, uma vez que, ela não seria comemorada na Alemanha.

[...] Acuso com os meus agradecimentos o recebimento da sua carta-ofício nº 2367 M S de 25 deste, em que teve a amabilidade de me informar sobre o consentimento para a realização duma festividade, que desejava oferecer aos aqui domiciliados cidadãos alemães, no dia 1º de maio deste ano, em comemoração dessa data. Tendo sido entremamente informado, que não se realizarão neste ano na Alemanha as comemorações oficiais do dia 1º de Maio, tenho resolvido não mais realizar a prevista solenidade. [...]. (Dossiê Consulado da Alemanha, p.104).

A comemoração não realizada, substituiria as festividades em comemoração do aniversário de Adolf Hitler, em 20 de abril. Além de receber a permissão para tal evento, o cônsul ainda contou com a parabenização do delegado pelo aniversário do *Führer*. No documento no qual, Zimmermann agradece a parabenização, informa também a programação do evento não ocorrido no 1º de maio. Chama a atenção o fato da primeira atividade da programação ser o Hino Brasileiro, ficando o Hino Alemão em 5º lugar. O cônsul deixa claro que a comemoração do aniversário daria lugar a uma reunião simples no 1º de maio por Curitiba ter condições especiais, o que provavelmente se deva a conjuntura de vigilância pela qual passava a comunidade teuta-curitibana.

Agradeço-lhe muito as felicitações, que V.Excia. gentilmente me transmitiu por ocasião do aniversário natalício do chefe da nação alemã. Acuso também o recebimento das informações, que V. Excia. teve a bondade de me transmitir. Considerando as condições especiais de Curitiba, me abstrai de comemorar o dia 20 de Abril, e desejaria limitar-me com um convite aos alemães, residentes em Curitiba, para uma reunião simples no dia 1º de Maio. [...]  
Como programa deste festejo, que se iniciará às 8 horas da noite e que durará, o máximo, uma hora, tenho previsto o seguinte:  
1.) Hino Nacional Brasileiro,  
[...]  
5.) Hino Nacional Alemão,  
[...] (Dossiê Consulado da Alemanha, p.105).

Apesar dessa aparente boa relação, a DOPS de Curitiba não deixou de manter intensa vigilância em relação ao Consulado, funcionários e frequentadores. A presença de um rádio receptor na sede do Consulado<sup>48</sup>, materiais distribuídos e suas festividades eram considerados perigosos à neutralidade brasileira. A própria permissão para a comemoração do aniversário de Adolf Hitler não partiu da DOPS, que inclusive deixou claro suas ressalvas em relação ao caráter contrário a campanha nacionalista de Vargas e anti-patriótico, devendo a licença para tal evento ser concedida apenas pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores (ANEXO IV).

---

<sup>48</sup> Dossiê Consulado da Alemanha, p.112.

I - Comunico a V.Excia. que o Serviço de Investigação desta Delegacia conseguiu averiguar que a fonte distribuidora dos boletins: “Como Eles Torcem a Verdade” e outros da mesma natureza, é o proprio Consulado Alemão de Curitiba.

II - O mesmo Consulado, em colaboração com o Snr. ALFREDO ANDERSEN, que se declara Vice Consul Alemão de Paranaguá, também esta distribuindo - Via postal - boletim mimeografado, que junto ao presente para conhecimento de V.Excia..[...] (Dossiê Consulado da Alemanha, p.108).

Assim como outros países que possuíam representação consular alemã, o Consulado da Alemanha em Curitiba também recebia materiais de divulgação alemã, como discursos importantes de Adolf Hitler. Eram cinquenta exemplares no idioma alemão e o mesmo número em português. De acordo com o cônsul, estes exemplares ficavam disponíveis na instituição para serem levados pelos seus frequentadores, ficando a indicação do cônsul para que somente um exemplar fosse lavado de cada vez, para evitar distribuição do mesmo<sup>49</sup>. Em 11 de novembro de 1939, foi instaurado um inquérito sobre a distribuição em Curitiba de dois discursos de Adolf Hitler. Os folhetos teriam sido distribuídos por dois funcionários do Consulado, a instituição se defendeu.

Ha algum tempo tem, como podia determinar, um cidadão alemão domiciliado nesta, pedido de licença, levar consigo da separata do discurso do Führer do dia 30 de janeiro ou do dia 28 de abril mais ou menos vinte exemplares para distribui-los a conhecidos interessados. Tanto o empregado deste Consulado que lhe entregou as taes separatas, como tanmbem o referido cidadão, forçosamente foram da opinião, que não podia constatar uma falta contras as leis brasileiras, se seriam distribuidos algumas separatas a pessoas interessadas dum discurso sobre a politica exterior dum Chefe de Estado de um Paíz Extrangeiro, que antes foi largamente divulgado, tanto pela imprensa local como também pelo radio, onde o tinham ocasião de ouvir muitos brasileiros, uma opinião que acompanho. Uma distribuição destas separatas numa extenção, que poderia ter alguma importância em alguma cidade com cerca de 100.000 habitantes, nunca foi realizada, nem sequer planejada, como facilmente se póde concluir pela insignificancia da quantidade de exemplares, que cada vez é recebida. Logo apóz a minha chegada em Curitiba aliás, ordenei, que já em virtude das circunstancias locais especiais e para evitar mal entendidos, que possam causar os meus procedimentos, que fosse permitido aos visitantes do Consulado de levarem separatas cada vez um exemplar a este para o seu próprio uso. (Dossiê Consulado da Alemanha, p.120).

Um inquérito que envolveu o Consulado, chamou a atenção, ele foi aberto em 30 de outubro de 1939, contra o ministro protestante Hans Ziechler e o padre católico Josef Herions, ambos de Rolândia. Eles foram denunciados por estarem entregando formulários de alistamento para o serviço militar alemão. O objetivo, em tese, era registrar aqueles que estivessem aptos militarmente, o que desrespeitava o art.º 4º do Decreto-Lei nº1561, que estabelecia regras a respeito da neutralidade. Walter Zimmermann colocou-se em defesa dos

---

<sup>49</sup> Dossiê Consulado da Alemanha, p. 115-120.

religiosos, assumindo a responsabilidade pelos formulários e deixando claro que os mesmos não eram obrigatórios e nem seriam encaminhados à Alemanha. Havia o medo de que a não disposição para o serviço militar em defesa da Alemanha durante a guerra pudesse acarretar prejuízos para um possível retorno do emigrante e os religiosos acabavam sendo o elo de ligação entre alemães no interior e o Consulado, tentado sanar dúvidas. Outras questões chamam a atenção neste inquérito, é o único documento no qual aparece menção a maltrato, "que o declarante não foi maltratado na Delegacia por quem quer que seja"<sup>50</sup>, isso é mencionado nos dois depoimentos. Mais curioso ainda são as testemunhas que são chamadas para depor, apesar do suposto delito ter ocorrido no interior do Paraná, no município de Rolândia, as três testemunhas arroladas eram moradores de Curitiba e apenas ouviram falar sobre o caso<sup>51</sup>. A testemunha Julio Cavalcanti de Albuquerque, 20 anos, declarou

que o depoente ha dias atraz ouviu dizer que os individuos Hans Zischler e José Herions, residentes em Rolandia, estavam aliciando gente para o exercito alemão; que mais tarde, isto é alguns duas depois de ter ouvido falar que os referidos senhores estavam aliciando gente em conversa com os mesmos, estes contaram ao depoente que nada tinham haver com isto, pois o único responsável é o Consulado Alemão. (Dossiê Consulado da Alemanha, p.140).

As três testemunhas do caso, que na verdade não presenciaram a situação, inocentaram os religiosos acusados e reafirmaram que o único culpado seria o Consulado, que assumiu sua responsabilidade formalmente, "Realmente o sr. Consul da Alemanha no Estado, pelo officio de fls. Assume a responsabilidade daquele gesto procurando justifica-lo"<sup>52</sup>. Além da DOPS convocar testemunhas que não somente não presenciaram a situação, como não moravam no local onde os fatos ocorreram, a impressão que este inquérito deixa é que o Consulado acabava assumindo responsabilidades por situações em que alemães infringiam a lei para poupar punições e a própria delegacia acabava corroborando com esta prática, uma vez que, o cônsul não sofria sanções por estar atuando como órgão oficial da Alemanha e representante dos alemães que aqui estavam estabelecidos. Importante ressaltar que esse comportamento vigorou antes do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo.

Além dos funcionários do Consulado que deixaram Curitiba rumo à Alemanha, detidos considerados perigosos também foram retirados da capital, aqueles que não seguiriam para a

---

<sup>50</sup> Dossiê Atividades Nazistas, p.136.

<sup>51</sup> Dossiê Consulado da Alemanha, p.126-144.

<sup>52</sup> Dossiê Consulado da Alemanha, p.144.



Alemanha, foram encaminhados ao Presídio da Ilha Grande, onde muitos permaneceram até quase o final da guerra. Na lista (ANEXO V) dos que foram embarcados no vapor Itaquera, em 8 de dezembro de 1942, com ordens do Ministério da Justiça, se encontravam clandestinos e nomes ligados ao Partido Nazista. Dos quatorze detidos, quatro não foram contabilizados por não serem presos em Curitiba e não possuir informação sobre sua atuação na capital, o que sai do foco da pesquisa. Apenas sobre três não constam informações a respeito da nacionalidade, os demais são alemães de nascimento, também não consta informação sobre naturalização, apenas temos esta informação sobre Otto Braun, por este aparecer em relação anterior de alemães naturalizados. Três são clandestinos, sendo dois desertores de embarcações alemãs. Um ainda possuía visto de retorno ao Brasil. Todos foram associados a algum tipo de atividade nazista e não negaram este fato, seja por ser considerado nazista fervoroso, promotor do nazismo no Paraná, aparecer em fotografias com nazistas ou ainda possuir objetos suspeitos. Cinco foram filiados ao partido, entre eles está Alberto Blum, que foi tesoureiro da seção paranaense e teve material nazista encontrado em sua residência, assim como Willy Winkens. Theodoro Werthschulte foi preso como medida preventiva para não atrapalhar as investigações contra seu cunhado, Guilherme Willy Roettger, chefe da seção do partido em Irati, apesar de detido, diz não ter sido aceito no partido por possuir uma dívida. Não consta nenhuma atividade nazista desenvolvida pelos desertores e contra os demais nenhuma ação além das relatadas<sup>53</sup>.

A segunda relação de presos (ANEXO VI) que foram dirigidos para a Ilha Grande, também com data de 8 de novembro de 1944, traz nomes que já se encontravam em liberdade, porém condicional e vigiada, e entre eles o geólogo Reinhardt Maack<sup>54</sup>, considerado pioneiro nos estudos geológicos da região do Paraná e na defesa do meio ambiente, foi colaborador do Museu Paranaense em plena perseguição aos alemães em 1943<sup>55</sup>, o que chama atenção é o

---

<sup>53</sup> Dossiê Atividades Nazistas, pp.35-39.

<sup>54</sup> Reinhard Maack chegou ao Brasil em 1923 para trabalhar como engenheiro de minas na Cia. de Mineração e Colonização Paranaense, retornando várias vezes para a Alemanha para estudar. Antes de vir para o Brasil, Maack realizou estudos topográficos e expedições na Namíbia, descobrindo pinturas rupestres e determinando a altura da montanha mais alta do país. No Paraná realizou expedições nas décadas de 1920 e 1930, determinando a altura do Pico Paraná, fazendo diversos registros fotográficos e descrições, publicou diversos estudos sobre suas explorações. Foi um defensor da Teoria da Deriva dos Continentes, de Alfred Lothar Wegener, fazendo diversas viagens para comprova-la. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/uma-única-terra/>. Último acesso em 20/08/2020.

<sup>55</sup> Disponível em: <http://www.museuparanaense.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=278&tit=Ambientalismo-cinema-e-geografia-em-debate-no-Museu-Paranaense>. Último acesso em 20/08/2020.

fato de Maack, que hoje nomeia um bosque na região do bairro Hauer<sup>56</sup>, desenvolveu parte dos seus estudos e atuou em órgãos públicos durante a conjuntura da nacionalização.

Na lista de presos políticos encaminhados ao Presídio da Ilha Grande, Maack ocupa local de destaque, protagonizando maior parte do documento. O geólogo é descrito como elemento suspeito e indesejável, nazista fervoroso que sempre mostrou seu fanatismo e convicção na vitória alemã na guerra, inclusive teria entoado cantos de guerra nazistas durante a viagem para Paranaguá<sup>57</sup>. Chama atenção um trecho riscado a caneta que informa que Maack, como geólogo, sempre contou com o apoio das autoridades brasileiras, inclusive do interventor Manoel Ribas, e que mesmo assim, seu arquivo particular revelou que todo o seu trabalho teria motivação política. A DOPS afirmava ter apreendido uma circular do ex-cônsul Tissmann endereçado a industriais alemães de Santa Catarina, procurando recursos para publicação de trabalho geológico na Alemanha, Tissmann ainda afirmava na circular que Maack "pretendia salvaguardar os interesses culturais alemães", portanto, não oferecia os estudos ao governo brasileiro, tentando publicá-lo pela Sociedade Alemã de Estudos Terrestres com sede em Berlim. A obra foi publicada na Alemanha e era vista como um rico roteiro para investidas alemãs em solo brasileiro.

[...] Aliás, Reinhardt Maack, conforme confessou, trabalhava no Brasil a expensas de entidades culturais estrangeiras, - cuja função política é fácil apreender, pois, elaborando trabalhos científicos, ou culturais em geral, sobre as zonas onde a colonização alemã é mais densa, vão preparando reforços para futuras reivindicações sobre o território. Esses estudos serão assim como descobrimentos, como diretos sobre aquilo que primeiro revelaram à cultura mundial, depois de haverem, com os braços dos colonos, desbravado e tornado fontes de riqueza. Como um dos fundamentos da obra de brasilidade que nos cumpre, daqué por diante, cuidar seriamente, em defesa de nossa soberania, devemos inscrever o desprezo e a oposição a esses pseudo cientistas, frutos de uma subtilíssima política imperialist. [...] (Dossiê Atividades Nazistas, p.42).

Portanto, o trabalho desenvolvido por Maack, iniciado muito antes do Partido Nazista chegar ao poder em 1933, teria uma função puramente política e que colocava em risco as regiões brasileiras exploradas por colonos alemães, que teriam as transformado em fonte de riqueza. Para finalizar a informação, são feitas críticas sobre o comportamento moral do geólogo com base em cartas escritas pelo mesmo para sua atual esposa, quando ainda eram

---

<sup>56</sup> O bosque se encontra em local desapropriado e que fez parte da grande propriedade adquirida pela família de imigrantes alemães Hauer, outros bairros ainda compõem a antiga propriedade. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/bosque-reinhard-maack/281>. Último acesso em 20/08/2020.

<sup>57</sup> “Entoar canções de guerra nazistas” é uma informação que parece de maneira recorrente na descrição dos presos que foram encaminhados para a Ilha Grande.

noivos. Assim como encontramos em outros documentos menções à vida luxuosa e uma grande energia dispensada para descrever detalhadamente toda a vida profissional dos suspeitos que possuíam uma condição financeira de destaque na comunidade teuta, aqui se apela para a vida íntima de Maack.

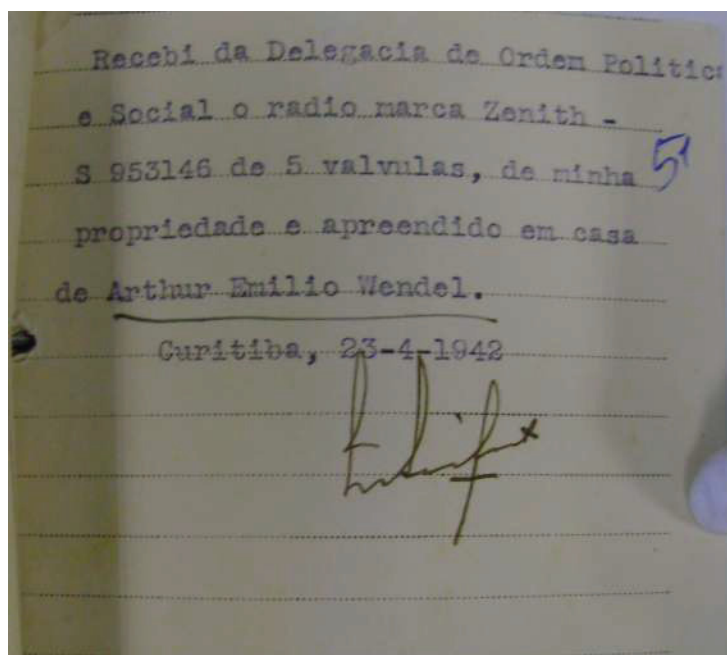
[...] Maack é asqueroso sob o ponto de vista moral. No seu prontuário guardamos uma série de cartas que dirigia à sua atual esposa, quando noivo, onde as expressões imorais, que dirigia àquela, são verdadeiramente incríveis, e o colocam na galeria dos tipos freudianos. Depois de conhecer essas cartas, tem-se nôjo da presença de Reinhardt Maack. [...]. (Dossiê Atividades Nazistas, p.42-43).

O documento ainda se encerra com a afirmação que Maack era um inimigo do Brasil desmascarado pela DOPS, que referia-se ao país e aos brasileiros utilizando expressões revoltantes, devendo ser expulso. Assim como os demais, não constam anexos com provas. Maack foi preso em 29 de janeiro de 1942 e não consta data da sua soltura, apenas a informação que deveria ser expulso quando a guerra acabasse. Mesmo com a perseguição aos alemães e seu período detido na Ilha Grande, Maack foi colaborador do Museu Paranaense em 1943 e logo após o final da guerra, em 1946, foi contratado como professor da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

[...] Inimigo do Brasil e dos brasileiros, Maack, a despeito de suas torpes mistificações, ainda nesse particular foi desmascarado por esta DOPS. No seu prontuário se encontram traduções de trechos de cartas dirigidas pelo aludido indivíduo, ao Consulado Alemão desta Capital e a amigos seus, da Alemanha. O tom de asco e as revoltantes expressões que usa para com o nosso país e a nossa gente, fazem Reinhardt Maack digno apenas de um destino, que é o que lhe prepara, para quando termine a guerra, esta DOPS: - a expulsão do território nacional. [...] (Dossiê Atividades Nazistas, p.43).

Os outros sete membros da lista possuem informações menores no documento. Kurt Boiger foi detido por ser nazista e suspeito de atividades prejudiciais à segurança nacional, em sua casa foram encontrados livros de propaganda nazista. O detido confessou ter sido filiado e continuar simpatizante do partido, contra ele também constou a acusação de seguir para Paranaguá entoando hinos alemães, foi solto em 30 de agosto de 1944 por ter respondido os quesitos formulados pela DOPS, não constam quais quesitos são esses. Erich Heinze foi detido por medida preventiva por ser público e notório nazista fervoroso, figurar em fotografias com nazistas, como von Cossel, chefe do Partido Nazista no Brasil, ainda possuía dois livros e revistas de propaganda nazista em sua casa. Foi colocado em liberdade em 10 de

abril de 1944 por também ter respondido aos quesitos formulados pela DOPS. Kurt Maeckleburg no final de 1938 solicitou atestado de antecedentes políticos-sociais para a obtenção de cidadania brasileira e foi preso em janeiro de 1942 por suspeita de atividades nazistas, declarou ter sido filiado e ainda simpatizante do Partido Nazista. Foi solto no final de 1943. Arthur Meissner, não foi filiado ao partido, mas possuía um vasto material nazista em sua residência, confirmou ser simpático à ideologia nazista e pretender voltar para a



Recebi da Delegacia de Ordem Política  
e Social o rádio marca Zenith -  
S 953146 de 5 válvulas, de minha  
propriedade e apreendido em casa  
de Arthur Emilio Wendel.  
Curitiba, 23-4-1942

Alemanha, para onde já havia enviado seu filho. Teve o pedido de soltura realizado por sua esposa deferido pelo interventor federal em meados de 1944. Werner Ricken, foi filiado ao partido e ainda era simpatizante do mesmo, foi detido por suspeita de exercer atividades nazistas e por estar em uma foto com elementos nazistas do estado, também foram encontrados livros e revistas nazistas em sua casa. Teve o pedido de soltura realizado pela esposa e deferido pelo interventor federal. Ernest Minjon, sob as mesmas acusações de Werner e Meissner, também teve livros e revistas de propaganda nazista encontrados em sua casa, juntamente com fotografia de Hitler e Hindenburg. Ex-filiado e ainda simpatizante, foi posto em liberdade em 8 de dezembro de 1944. Herbert Hebmüller, detido por ser um nazista apaixonado, possuía material nazista em sua casa e confessou que gostaria de combater ao lado de seus compatriotas. Colocado em liberdade em 10 de abril de 1944.

O retorno desses prisioneiros políticos ao Paraná foi motivo de preocupação das autoridades da capital, que acreditavam que o fim das medidas tomadas durante o Estado

Novo e acirradas durante a guerra permitiria que a organização nazista voltasse a ocorrer em Curitiba. O documento abaixo, apesar de não ter referência, responde ao ofício nº148, que solicitava informações sobre atividades "eixistas", de 14 de agosto de 1946, mostra que para as autoridades locais as condições para a propagação do nazismo seriam as mesmas do período anterior à guerra, uma vez que as sociedades já estariam novamente com diretorias eleitas, além do retorno de elementos perigosos, foram poucos os que não retornaram à cidade. Mesmo admitindo que os antigos presos políticos não estavam envolvidos em atividades políticas, acreditavam que estavam apenas dando a impressão de que o nazismo teria acabado. Ocorreria o risco dos antigos adeptos do nazismo apoiarem partidos alinhados ideologicamente com o nazismo, perigo que poderia ter sido extirpado com a expulsão dos nazistas do país e a ocupação definitiva das suas sociedades.

Terminada, porém, a guerra, e antes mesmo que ela chegasse ao seu final, tinham já regressado ao Paraná alguns daqueles alemães cuja expulsão do território nacional se aconselhava, iniciando-se também o trabalho daquelas sociedades em favor da restituição de seus patrimônios, até então ocupados por tropa federal ou sociedades brasileiras de caráter cívico ou cultural.

Assim é que, hoje, a situação afigura-se-nos, quanto às possibilidades que teria o nazismo no Paraná, quase a mesma existente anteriormente à guerra. Suas sociedades, com exceção de uma apenas, estão sob a orientação de diretorias livremente eleitas, e seus antigos líderes se encontram também no Estado, com falta somente de alguns que, além de poucos não eram os de maior importância.

É verdade que, presentemente, não se lhes tem notado qualquer atividade política, procurando todos dar a impressão de que teria efetivamente terminado a aventura nazista.

Destarte, e resumindo nossa informação com a resposta aos itens formulados neste expediente, respondemo-nos da forma seguinte:

1º) as pessoas e entidades consideradas neste Estado agentes do eixo não desenvolvem presentemente atividades políticas;

2º) a extirpação desses focos teria sido possível com a expulsão do território nacional dos elementos que orientaram o nazismo no Paraná e a consequente encampação definitivamente pelo Governo de suas sociedades;

3º) respondido na explanação acima;

4º) apoio a partidos nacionais que tenham ideologicamente afinidades com o Partido Nazista, além de outras que as circunstâncias aconselharem. (Dossiê Atividades Nazistas, p.50).

Outros alemães e teuto-brasileiros eram direcionados a presídios na própria capital, como o presídio do Ahú, desativado recentemente. Normalmente eram fichados, advertidos e liberados em seguida, por não existirem provas suficientes que justificassem as inúmeras prisões. Isso ocorreu, em parte, pelo grande volume de denúncias contra os “súditos do Eixo” entre os anos de 1942 e 1943, destas, muitas possuíam caráter pessoal. Intrigas, desentendimentos e desafetos, sem envolvimento político, são percebidos em 82% dos casos

de denúncias analisadas contra a “quinta-coluna” em Curitiba na década de 1940. Fato percebido até mesmo pelos agentes da DOPS.

Levo ao conhecimento de V.S., para os devidos fins, que hoje, às 10 horas, efetuei rigorosa busca na casa de ALBERTO SCHLOZLG, de nacionalidade brasileira, reservista de 1 categoria, possuindo Carteira de reservista nº55, com 44 anos de idade, nascido aos 25 de agosto de 1898, no município de Curitiba, (Pilarzinho), filho de Fernando e Elisa Schlozlg, ambos brasileiros e falecidos.

Na referida busca nada foi encontrado que interessasse a esta delegacia. Com referência à existência de fotografias de personagens alemães, nada constatamos, pois que na verdade, existe uma fotografia de um 2Tte. do Exército Polonês, atualmente lavrador em Londrina por nome Anttonio Borwisoke, sogro de ALBERTO SCHLOZGL.

Conforme declarações de ALBERTO, nunca teve em sua residência sela de montaria e, quanto às medalhas, referem-se a santos de sua religião.

Ao que ainda constatamos, o denunciado em questão, é ébrio habitual, trabalhando na firma Gutierz Munhoz, atualmente parada por falta de material, como pedreiro.

Ao que parece, trata-se de uma questão entre vizinhos e não propriamente de caso político (Dossiê Relatórios 1944, grifo meu).

Muitos dos detidos marcados em listas de elementos perigosos à soberania nacional não possuíam provas de qualquer tipo de ação perigosa em prol do nazismo, eram detidos e soltos, tinham objetos apreendidos e na sequência devolvidos, como é o caso do rádio Zenith de Arthur Emilio Wendel, devolvido ainda em 1942.

#### FIGURA 26 - DEVOLUÇÃO DE RÁDIO DE ARTHUR EMILIO WENDEL

FONTE: Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p.51 e 112

O número de presos nazistas em Curitiba é bem inferior em relação ao total de teutos residentes na capital durante esse período. Percebe-se também, que muitos se mostravam apenas simpatizantes ou mesmo não possuíam contato algum com a política. Em outros locais do Brasil, percebe-se uma ação muito mais organizada em prol do NSDAP. Como é o caso de São Paulo e Blumenau, de onde disseminavam as propagandas nazistas. Porém, segundo Oliveira (2008, p.21), o partido atingiu poucos resultados de ordem prática, mesmo que Curitiba fosse vista como ponto geográfico estratégico e houvesse a preocupação do Partido no Brasil em contabilizar os teutos e identificar os que não apoiavam o regime nazista.

As investigações realizadas pela DOPS, normalmente partiam de denúncias feitas por cidadãos comuns, são inúmeros os teuto-brasileiros que são levados à delegacia para prestar esclarecimento em resposta a denúncias sofridas por diversas motivações, entre as acusações recorrentes estava ouvir transmissões alemãs de rádio. Entre as denúncias por este motivo,



chama a atenção o depoimento de Francisco Baggio, que leva ao conhecimento da DOPS a interceptação de uma mensagem em alemão

Levo ao conhecimento de V. S., que ontem, às 21 horas, compareceu nesta Delegacia o sr. FRANCISCO BAGGIO, residente nesta Delegacia o sr. FRANCISCO BAGGIO, residente à rua Conselheiro Araujo, 387 e relatou o seguinte:

“Que é praticante de radio-telegrafia, tendo horas antes, por acaso, pegado o final duma mensagem nos seguintes termos: “LANDSMANN VIELE PLUENDERN GEFACHT ERWARTEN BEFEHLE QRTERAH QRX 330: MS.” que traduzido quer dizer mais o menos o seguinte: “MUITOS PATRICIOS SAQUEADOS AGUARDAMOS ORDENS”. O qrx 330 ele julga que quer dizer “volto as 3,30 horas e o ponto de exclamação ms deve-ser a metragem. Que não foi possível saber o prefixo, pois provavelmente é uma estação clandestina. (Dossiê Atividades Nazistas, p.16)

Podemos observar o sobrenome italiano do denunciante, grupo étnico que também sofria com as sanções do Estado Novo contra imigrantes e descendentes de países que formavam o Eixo. O que poderia significar que o esforço nacionalizador de Vargas estava atingindo êxito ou, até mesmo, que a denúncia seria uma forma de fugir da perseguição da DOPS, agindo como um colaborador na vigilância aos elementos considerados perigosos. Um dos casos que chama a atenção é a denúncia de Elisabeth Fanny Frida, brasileira com sobrenome teuto, contra seu ex-noivo, João Wandrat. A queixosa alegou que o noivo havia mentido sobre o seu verdadeiro nome, antes acreditava que seu verdadeiro sobrenome fosse Schimitz, também que o rompimento do noivado seria pelo fato da sogra, Ida Schimitz, não aceitar que o filho casasse fora da Alemanha. A denunciante ainda recebeu uma denúncia por agredir o cunhado mais jovem, seu mau gênio seria o motivo do verdadeiro rompimento do noivado. Todos foram fichados em 16 de junho de 1943.

Levo ao conhecimento de V.S., que em data de 14 do corrente mês, compareceu nesta Delegacia, ELISABETH FANNY FRIDA, brasileira, com 33 anos de idade, residente nesta Capital, á Avenida Cruzeiro s/nº, ponto do onibus das Mercês, a qual apresentou queixa contra seu noivo João Schimitz, alemão, sendo este o nome que o mesmo deu a queixosa, más, que ontem a mesma descobriu chamar-se ele João Watrodt, pelo motivo do mesmo não mais querer casar com ela, dizendo que a mãe do mesmo, de nome Ida Schimitz, só consentiria que seu filho casasse na Alemanha, pois não consentiria casamento com mulher brasileira, pois a mesma não gostava de brasileiros, dizendo ainda, que Ida possui um retrato de Hitler, bem como livros de propaganda contra o nosso regímen, não sabendo a mesma se Ida escondeu esses livros e o retrato na casa de seu filho de nome Raintz Schimitz, ou se escondeu tudo em cima do telhado do quarto da queixosa, pois esta reside em companhia destes e que sabe que Ida vai todas as manhãs escutar irradiações da Alemanha, na casa de um Snr. de nome Lidres, de nacionalidade brasileira, residente naquela zona.

Hoje, as 14 horas, compareceu nesta D.O.P.S., o Snr. HANS WATRODT, de nacionalidade alemã, residente á Av. Cruzeiro, s/nº, ponto do onibus das Mercês, o qual veio apresentar queixa contra ELISABETH FANNY FRIDA. Más em virtude desta haver apresentado queixa contra o mesmo, em data de 14 do corrente mês, o

mesmo esclareceu que na verdade era motivos particular da mesma, chegando mesma a levá-la para morar em sua companhia e de sua progenitora, sendo que depois resolveu não mais casar com ela, visto notar ser a mesma uma moça de muito mau gênio, resultando daí, vir ela apresentar denúncia nesta Delegacia contra o mesmo e sua progenitora, dizendo ainda não ser verdade sua mãe possuir retrato de Hitler, nem tão pouco livros contrários ao nosso regime, não sendo verdade que sua mãe quizesse que o mesmo só casasse na Alemanha e que não gostavam de brasileiros, pois os mesmos residem no Brasil desde o ano de 1.920, e gostam muito deste Paiz e de sua gente, dizendo finalmente que Elisabeth, ontem pela manhã espancou um irmão menor do declarante, de nome Vitor, tendo ainda apresentado queixa contra este e sua progenitora na Delegacia de Segurança Pessoal. (Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social 58-59).

As denúncias corriqueiras que traziam questões pessoais visíveis foram bem comuns. Entre os motivos registrados estavam os desentendimentos entre vizinhos; problemas entre colegas de firma; questões familiares; mal entendidos em comércios e também denúncias de estranhos e inspetores por atividades suspeitas, como ouvir emissora de Berlim, possuir antena ou rádio em casa, organizar reuniões, ter objetos suspeitos e usar o idioma.

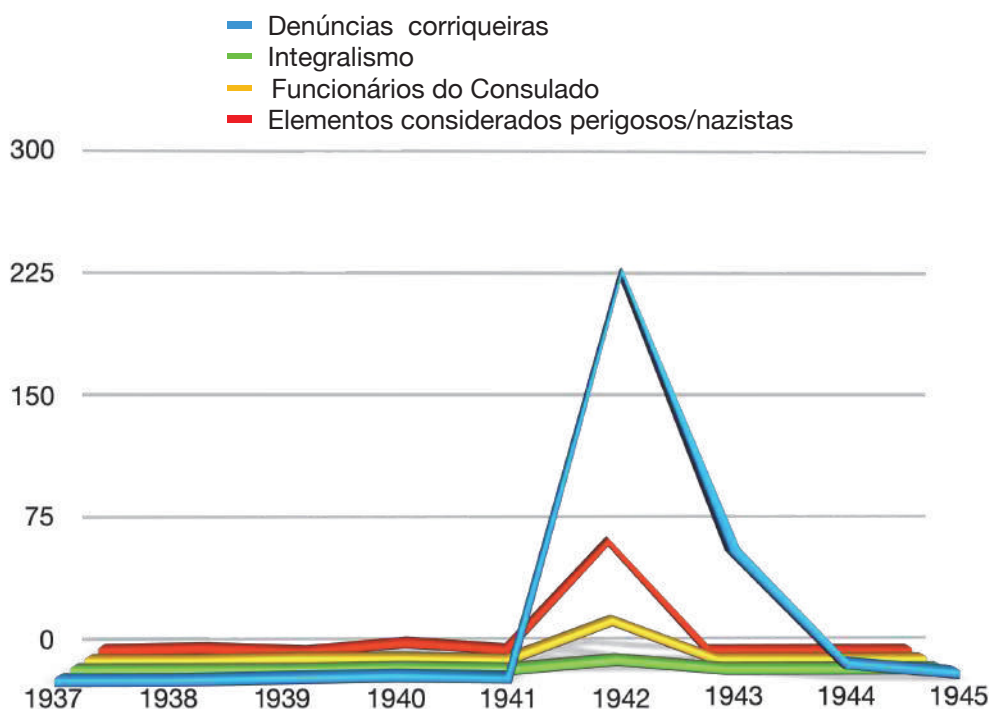
A questão econômica também esteve presente nas denúncias, falta de pagamento de dívidas, recebimento de acerto após demissão, e denúncias que traziam dúvidas sobre o rendimento financeiro do denunciado e sua condição de vida. Em algumas casos, o denunciante descrevia com riqueza de detalhes a residência do denunciado, mostrando ser alguém do convívio do mesmo.

O proprietário do Bar Triângulo, localizado até hoje na Rua XV de Novembro no Centro de Curitiba, o alemão Rudi Blum, foi fichado e teve busca e apreensão e em sua casa após uma denúncia (ANEXO VII) que trazia uma série de detalhes de sua vida pessoal. Entre os pontos expostos na denúncia estava um suposto caso do denunciado com a sua cunhada, suas sobrinhas estariam sobre sua responsabilidade e Blum não as deixaria cortar o cabelo, pois o *Führer* não aceitaria mulheres e meninas de cabelo curto no *Reich*. Além desta questão que apela por uma moralidade que, em tese, não seria seguida por Blum, o denunciante chamava atenção para o estilo de vida luxuoso levado pelo dono de um "barzinho, cujos rendimentos não seriam capazes de bancar. Nada foi encontrado que depusesse contra o denunciante.

O perfil dos indivíduos que foram denunciados e fichados pela DOPS é bem claro, acusados de serem perigosos ou possuírem de fato ligações com o NSDAP/PR eram alemães natos, chegados, principalmente, após a Primeira Guerra Mundial, muitos também compunham as fileiras de funcionários do Consulado ou ainda possuíam profissões de destaque ou negócios relacionados à imigração. O que em parte pode explicar a adesão ao

partido, poderiam possuir benefícios econômicos através do mesmo. Estes indivíduos foram neutralizados até a metade de 1942, os funcionários do Consulado foram deportados à Alemanha e os elementos considerados perigosos foram recolhidos ao Presídio da Ilha Grande, onde em sua maioria, ficaram detidos até 1944, ou seja, foram soltos antes do término da guerra e do Estado Novo. A grande maioria dos denunciados compunham uma camada média urbana composta, principalmente, de alemães natos, naturalizados e que entraram no país antes da Primeira Guerra Mundial, principalmente na virada do século. Teuto-brasileiros também sofreram com denúncias e, muitas vezes, não fica claro, se a denominação “alemão” diz respeito a nascidos na Alemanha ou se era apenas uma forma de identificar teuto-brasileiros, isso não fica bem claro nos inquéritos por motivos já expostos anteriormente.

GRÁFICO 1 - DENÚNCIAS EM CURITIBA



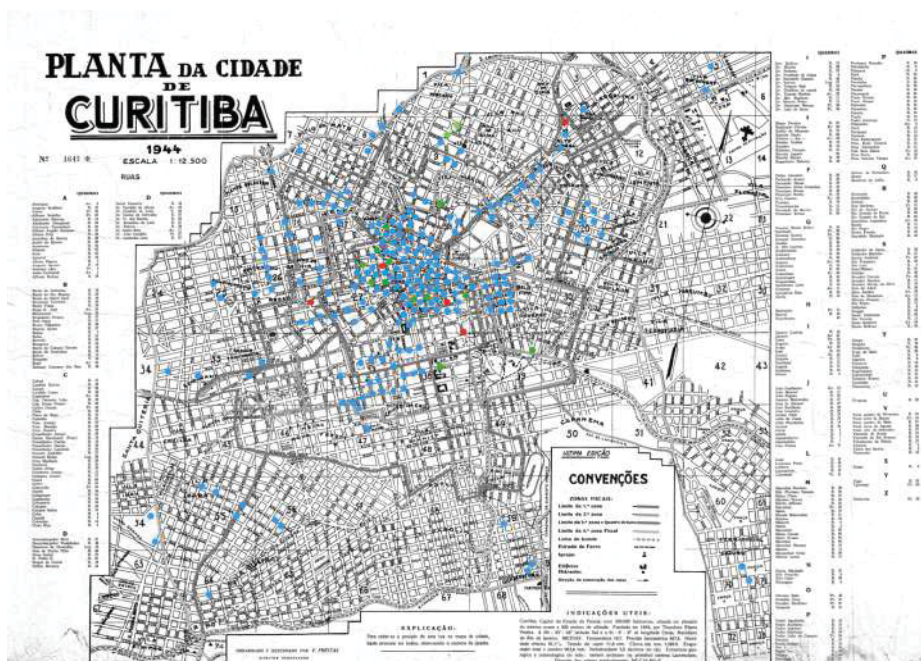
Para montagem do gráfico foram consideradas apenas as ocorrências com nome e data, a contagem foi nominal, não considerando novas aparições na documentação. Foram 400 registros, destes a maioria concentrou-se em 1942, ano de grande efervescência política, por questões já elencadas durante todo o trabalho. Os elementos considerados perigosos representaram apenas 18% dos fichados na DOPS, sendo que a ocorrência com os mesmos

FIGURA 27 - PLANTA DE CURITIBA DE 1944 COM O ZONEAMENTO URBANO



FONTE: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba<sup>58</sup>.

FIGURA 28 - PLANTA DE CURITIBA DE 1944 COM AS RESIDÊNCIAS DOS FICHADOS PELA DOPS



FONTE: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - adaptado<sup>59</sup>

<sup>58</sup> Disponível em <https://asvirtudesdobemmorar.wordpress.com/obras-de-eduardo-fernando-chaves-2/>. Último acesso em 12/10/20.

<sup>59</sup> Adaptado. Disponível em <https://asvirtudesdobemmorar.wordpress.com/obras-de-eduardo-fernando-chaves-2/>. Último acesso em 12/10/20.



aconteceu, principalmente, em 1942, até mesmo porque o Estado brasileiro tomou medidas drásticas para solucionar o suposto perigo nazista até o primeiro semestre desse ano.

O grosso das denúncias realizadas por cidadãos comuns se deu contra uma camada média urbana, formada por alemães e teuto-brasileiros, principalmente, da região central de Curitiba, nos atuais bairros do Centro, São Francisco, Alto da XV, Alto da Glória e Água Verde. A primeira planta demonstra o zoneamento urbano, importante para percebermos como as denúncias concentravam-se, principalmente, no primeiro zoneamento urbano. Já a segunda, foi adaptada com os endereços dos denunciados, é importante ressaltar que nem todos os denunciados foram marcados na planta, pois não era sempre que os inquéritos e denúncias traziam o endereço, um exemplo são os documentos referentes aos elementos considerados perigosos e nazistas, em sua maioria não constam endereços. Não foi considerado o local da ocorrência, pois a maioria ocorria na própria residência do denunciado. As demais, geralmente, ocorreram na região central.

Os pontos azuis, que são a maioria, marcam as denúncias de caráter corriqueiro; já os vermelhos, os elementos perigosos e nazistas; e os verdes, os acusados de integralismo. As denúncias eram bem direcionadas a grupos que possuíam pequenos comércios, prestavam serviços ou ainda eram operários. Morando na região central, muitos inquéritos, trazem a informação que possuíam vida luxuosa ou confortável, comentários que partiam tanto dos inspetores da DOPS, como também de denunciantes.

Ainda sobre o perfil dos fichados, chama atenção o fato de que os grandes industriais e famílias que compunham uma elite teuta não constam nesta amostragem de documentos, como a família Hauer, Mueller e Stelfeld. Também aparecem poucos casos de imigrantes pertencentes às colônias das regiões mais periféricas, somando um total de 9 pessoas das regiões do Boqueirão, Barigui, Santa Felicidade e Vila Maria Terezinha, regiões que não estão na planta. As regiões não urbanas e que estão no mapa, como o Pilarzinho, a Vila Guaíra, o Bigorrilho e o Bacacheri também apresentam um número reduzido de casos.

A vigilância não era ampla e irrestrita, mas seguia uma lógica em que algumas esferas sociais seriam “mais perigosas” que outras. Podemos citar, como exemplo, os membros de organizações sindicais e jornalistas. Ou seja, alguns grupos “tendiam mais ao crime” do que outros. Isso gerava uma vigilância desigual, já que alguns eram mais vigiados (e reprimidos) do que outros. (SODRÉ, 2016, p. 85).

A comunidade menonita do Boqueirão chama a atenção, além de terem chegado mais tarde, em menos de uma década, compunham uma comunidade fechada, até mesmo pelas características religiosas já discutidas aqui. Portanto, possuíam as características típicas dos preocupantes “quistos étnicos”, mas mesmo assim, tiveram poucos problemas com a DOPS, contando apenas com 3 moradores da região fichados na amostragem utilizada. O que levanta questões sobre o que teria feito uma comunidade, que estava dentro de uma cidade e ao mesmo tempo mantinha um determinado isolamento não chamar a atenção da DOPS.

De acordo com Barbosa (2010, p.37), Julios Schaake, entusiasta do nazismo no Brasil, teria feito um ataque aos menonitas em 1933, obtendo resposta do jornal *Die Brücke*, “acusava os menonitas como não totalmente fiéis à Alemanha, por terem rejeitado seu Deutschtum devido a trabalhos conjuntos com judeus social-democratas no período de 1929/30, e de professarem um duplo sentimento: o de germanidade e também o holandês”. Os menonitas responderam afirmando serem alemães (BARBOSA, 2010, p. 38). Os relatos do envolvimento dos menonitas do Boqueirão com o nazismo remetem ao entusiasmo pró-Alemanha nazista do professor Franz Hübert, que fazia reuniões para enaltecer a política alemã, e também de jovens que participavam da Juventude Teuto-Brasileira. Segundo Barbosa (2010, p. 41), “além das diferenças existentes nos níveis de adesão ao movimento, no caso dos menonitas pode-se notar que a participação foi, de certa forma, num tempo mais curto do que o experimentado na Alemanha, principalmente pelas querelas encontradas entre nazismo e religião”. A autora apresenta dois relatos de membros da comunidade menonita. O primeiro registrou que os adultos se dirigiam a uma casa em que tinha um rádio, o único da comunidade, para ouvir as notícias da Alemanha. O informante ainda afirmou que o pai possuía na sala uma grande foto de Adolf Hitler, acreditava-se que o *Führer* estava erguendo a Alemanha, situação que mudou após os discursos de Hitler ameaçarem as religiões. O segundo depoimento, afirmou que houve grande influência da ideologia nazista no Brasil e que Hitler seria o homem que venceria o comunismo (BARBOSA, 2010, p. 41).

A exaltação de Hitler como oposição e possível destruidor do comunismo entre comunidades religiosas não espanta, uma vez que, muitas religiões, como o catolicismo, abominavam o comunismo. Com a ascensão dos bolcheviques na Rússia, as Igrejas também enfrentaram retaliações e os menonitas não somente foram perseguidos, mas também perderam suas terras. Portanto, a escolha pelo nazismo esteve longe de representar que a



política estaria acima das tradições religiosas menonitas que pregavam o distanciamento em relação as coisas do mundo, como as da esfera política. Em comparação com os menonitas que foram para o Paraguai, Wilson Maske é enfático ao mostrar que o nazismo não foi uma unanimidade por lá.

A adesão interna ao fascismo gerou uma séria resistência por parte dos indivíduos convictos em relação à religião menonita. Estes, não estavam dispostos a abrir mão dos princípios mais fundamentais do cristianismo, viam o nazismo como uma ideologia política flagrantemente contrária ao que há de mais essencial no cristianismo: o fato de que todos os homens são iguais perante Deus, independente da nação a que pertençam. Com a ajuda de menonitas americanos, os *wehrlos* puderam enfrentar o movimento *völkisch* e restabelecer a tradicional comunidade menonita, que, podendo optar pela suástica de Hitler, escolheu a cruz de Cristo. (MASKE, 2016, 245).

Mesmo com o isolamento dos menonitas, a Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas foi sentida na comunidade, como por exemplo com a entrada de uma professora brasileira na escola menonita em 1938 (BARBOSA, 2010, p.54). A imposição da construção de uma nacionalidade brasileira aos estrangeiros bateu de frente com a manutenção dos valores étnicos dos menonitas. As mesmas proibições sentidas pela comunidade teuta da região central de Curitiba, foram aplicadas aos menonitas, como proibição do idioma, a circulação de periódicos em alemão e professores estrangeiros (BARBOSA, 2010, p.56). Segundo Barbosa (2010, p. 59), os menonitas burlaram a proibição do uso do *Hochdeutsch*, aumentando o uso do *Plattdeutsch*, dialeto já utilizado em ocasiões não oficiais, que mistura alemão e holandês.

Porém, a comunidade quase passou ilesa dos fichamentos da DOPS, mesmo que frequentasse o centro da cidade para a venda de leite ou para o trabalho, no caso dos mais jovens. A motivação poderia ser o pouco envolvimento político da comunidade, que seguia seriamente seus preceitos religiosos; poderia ser motivada pelo isolamento geográfico, já que estavam longe dos brasileiros e longe da região central, local onde a maioria das denúncias ocorria; ou ainda não ofereceriam risco, uma vez que cumpririam o papel esperado do imigrante: o trabalho na lavoura e o abastecimento.

Com relação ao integralismo percebe-se pouco apoio a Plínio Salgado por parte de cidadãos de origem teuta. Fato que refletia a posição oficial do partido, que esteve muito mais preocupado em mostrar a incompatibilidade que existia entre o integralismo e o nazismo.

A informação referente ao ofício nº483, de 24 de março de 1944, da Auditoria de Guerra da 5ª R.M. sobre Rafael Teodorico da Silva, revela que o mesmo foi filiado ao Partido Integralista e possuía ligações com Alfredo Andersen, renomado nazista do estado. Chegou a denunciar dois estrangeiros para a DOPS, possivelmente no intuito de se afastar da imagem de perigo para o Estado, mas foi constatado que os apresentados eram holandeses.

[...] “Foi filiado ao extinto partido integralista.

4-1-1.940 - Tomou parte n’uma reunião na Pensão Kreutz, em companhia de Alfredo Andersen, Herbert Hebmuehler, Gustav Fazer, Heinz Treuler, Hans Birke, Heinz Ehlert e Jacob Kreutz, sendo lavrado o auto de prisão em flagrante.

5-1-1.940 - Prestou declarações, alegando ter sido convidado apenas para tomar cerveja.

[...] Junho 942 - O fichado apresentou nesta DOPS, dois estrangeiros, alegando que os mesmos, na Usina de Leite, falavam o idioma alemão. Verificou-se não ser verdade, pois os estrangeiros em questão eram de nacionalidade holandesa e expressaram-se nesse idioma.

[...] 1-2-1943 - Por portaria nº 15, do Diretor Geral da Saúde Pública, Dr. Bichat Rodrigues, foi suspenso por 15 dias, das funções de Medico para Higiene Alimentar do Centro de Saúde da Capital e Encarregado do Serviço de Fiscalização do Leite. (Dossiê Atividades Nazistas, p.34).

Apesar de não ter descendência germânica, Rafael aparece em diversos documentos e esteve em um evento com Alfredo Andersen, considerado um dos maiores entusiastas do nazismo no Paraná. No dossiê da DOPS sobre a Ação Integralista Brasileira são poucos os nomes que aparentam ter origem germânica e que declararam a simpatia pela AIB, como é o caso de 15 pessoas, moradoras da região central de Curitiba, que enviaram telegramas para Plínio Salgado. Essas pessoas foram retiradas de uma lista com 55 telegramas, por possuírem sobrenomes de origem germânica, porém não foi possível atestar a veracidade da descendência, pois não há informações a respeito dessas pessoas, exceto seus endereços<sup>60</sup>. Os mesmos nomes também não aparecem em inquéritos contra elementos favoráveis ao Eixo.

Ainda em uma lista composta por 34 elementos integralistas, constam cinco indivíduos com sobrenomes germânicos, também não constam informações que possam atestar a etnia dos mesmos<sup>61</sup>. Portanto, dentro das pastas da DOPS investigadas neste trabalho não há indícios que houvesse uma inclinação da comunidade teuto-brasileira ao integralismo.

Mesmo os que se diziam simpatizantes do regime, não demonstraram possuir as mesmas ideologias do partido na Alemanha, como é o caso do antissemitismo. Nos documentos analisados, foi encontrada apenas uma ocorrência que cita a perseguição aos judeus,

---

<sup>60</sup> Dossiê Ação Integralista Brasileira, p.62-64.

<sup>61</sup> eDossiê Ação Integralista Brasileira, p.86.

lembrando que há judeus detidos acusados de nazismo. John Bohn, de nacionalidade russa, enfermeiro da Santa Casa, teria feito uma brincadeira com o judeu polonês, Tobias Geilmann, que acreditou que Bohn era alemão.

Levo ao conhecimento de V.S. que, em cumprimento a uma intimação compareceram nesta Delegacia os senhores Tobias Geilmann, judeu polonês, e o Snr. João Bohn, onde foram acareados. João Bohn é de nacionalidade Russa, nascido a 18-4-1906, filho de Christoph e Susanne Bohn, portador da carteira de est. modelo 19, nº58.637, expedida por esta DOPS. Reside na Vila Hugo Lang e é enfermeiro, há 13 anos, da Santa Casa de Misericórdia. Sendo investigado nesta S.I., não negou haver dito que “Hitler viria tomar conta do Brasil e matar os judeus”, porem isso disse em carater de brincadeira, porem, declarou que não mais tem dito tais palavras ao judeu polonês Geilmann. (Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social DOPS, p.122).

Ainda pode se dizer que o nazismo no Brasil representou uma reformulação do pangermanismo e um fator de coesão entre os imigrantes. Segundo Magalhães (1998), a adesão ao nazismo, representou antes de tudo uma proteção mútua entre os teutos, que se aproximaram ainda mais de seu país de origem em virtude da Campanha de Nacionalização.

Enquanto os membros do Consulado, juntamente com elementos considerados perigosos, foram deportados para a Alemanha, os cidadãos teuto-brasileiros conviveram até o final da guerra com manifestações, denúncias e perseguições por parte dos brasileiros. Pertences, como rádios e livros escritos no idioma alemão foram apreendidos. Também se estabeleceu uma vigilância às correspondências, a proibição de reuniões entre teuto-brasileiros e conversas no idioma alemão. Os teuto-brasileiros foram retirados das áreas litorâneas e passaram a se deslocar somente com a autorização do governo, através do salvo conduto. Neste sentido, o elemento nacional foi de grande importância, pois esteve sempre presente denunciando ou até mesmo dando voz de prisão a supostos nazistas. Como já avaliado anteriormente, as denúncias dificilmente se confirmavam. Elementos nacionais também eram suspeitos de compactuarem com o nazismo, mas normalmente no final das investigações eram liberados por estarem bêbados no momento em que saudaram a Alemanha.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade teuta em Curitiba apresentava sinais de integração à comunidade local, isso era perceptível pela grande quantidade de sobrenomes alemães entre prestadores de serviços, comerciantes e industriais. Além da presença germânica na economia da capital paranaense, ela também podia ser percebida na influência política, nas residências na região central da cidade, nos laços matrimoniais com famílias brasileiras e até mesmo em repartições públicas. Como é o caso de Albino Raschendorfer, chefe da D.O.P.S., que aparece em despacho no documento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores - DIJ/DAP/SAP/P. 22. 691-45N.18271 ao Secretário da Interventoria Federal do Estado do Paraná, que tratava da nacionalização do Clube Concórdia<sup>62</sup>. Albino era neto de austríacos e ostentava o sobrenome de seu avô, sua mãe não possuía sobrenome de origem alemã, assim como sua esposa<sup>63</sup>. Fato que demonstra não só a presença de laços fora da comunidade teuta, como também escancarava que a perseguição não baseava-se somente em questões étnicas.

Diversos nomes teuto-brasileiros tiveram destaque em Curitiba, como o professor Carlos Stellfeld, Lente Catedrático da Faculdade de Medicina do Estado do Paraná, farmacêutico e comerciante, residente na região central da capital; Dr. Orlando Sprenger Lobo, médico<sup>64</sup>; Affonso Ritzmann, industrial de madeira; Affonso João Haupt, comerciante<sup>65</sup>; entre tantos outros. Alguns ainda eram profissionais que exerciam atividades estratégicas e que poderiam representar um perigo no caso de estarem infiltrados em favor do nazismo, como o ferroviário Gumerindo Kruger<sup>66</sup>; e o bancário Emilio Strobel Junior<sup>67</sup>. Os poucos exemplos citados fazem parte de uma grande lista de teuto-brasileiros que estavam localizados na região central de Curitiba, desenvolvendo atividades com interação direta com a comunidade curitibana e que, muitas vezes, possuíam prestígio social e econômico. Esses teuto-brasileiros usados como exemplo, figuraram na documentação da DOPS, mas não como investigados ou fichados pela mesma.

---

<sup>62</sup> Dossiê Clube Concórdia, p.30.

<sup>63</sup> Albino Raschendorfer era neto de Amalia e Heinrick Raschendorfer, filho de Margarida Souza e Frederico Rachendorfer, e casado com Ermelina de Freitas. Hoje nomeia um logradouro no bairro Vista Alegre. Disponível em: "Brasil, Paraná, Registro Civil, 1852-1996", database with images, *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:Z8LN-GVT2> : 2 July 2020), José Henrique Raschendorfer in entry for Maria luiza Stenzel.

<sup>64</sup> Dossiê Clube Concórdia, p.32.

<sup>65</sup> Dossiê Clube Concórdia, p.46.

<sup>66</sup> Dossiê Clube Concórdia, p.32.

<sup>67</sup> Dossiê Clube Concórdia, p.46.

Porém, essa integração com a comunidade nacional, fruto de quase um século de imigração alemã em Curitiba, não esteve livre de problemas que remontam ao início do processo de migração para a cidade. Preconceitos mútuos entre imigrantes e brasileiros, a falta de políticas públicas voltadas para o imigrante e também a organização social dos diversos grupos alemães, acabaram mantendo um relativo distanciamento entre alemães e brasileiros. As formas de interação entre imigrantes de colônias rurais e aqueles que ocuparam espaços urbanos eram distintas. Longe de representar os perigos do “enquistamento”, a comunidade teuta curitibana ultrapassou a questão geográfica, marcando sua presença também nos campos profissional, econômico, político e social. Mesmo estando longe de completar o processo de assimilação, os alemães incorporaram rapidamente conhecimentos necessários para a vida na cidade e, principalmente, para o desenvolvimento financeiro. O esforço em preservar o *Deutschtum* não representou uma negação do conhecimento sobre o novo país. O português era ensinado nas escolas alemãs como um meio de ascensão social no Brasil. Realidade refletida no pequeno número de alemães natos que não sabiam o português presentes na documentação da DOPS, mesmo aqueles que estavam há pouco tempo no Brasil já entendiam e comunicavam-se bem no novo idioma.

A própria ideologia nazista também é pouco percebida nos documentos analisados, sendo encontrada em denúncias nas quais os acusados enalteciam a superioridade alemã, principalmente, em relação ao Brasil; e cultuavam a personalidade do líder, o que aparecia na manutenção de quadros, na circulação de discursos de Adolf Hitler e também em manifestações favoráveis às ações do *Führer*. Já o antissemitismo conta com apenas uma aparição na amostragem utilizada, esta manifestação contra os judeus não partiu de um alemão, mas sim de um russo. Somente ofensas entre alemães e brasileiros e vice-versa, e também falas em favor do nazismo e do desempenho alemão na guerra. São poucos os judeus que aparecem nos documentos, figurando como acusados por nazismo e encaminhados a DOPS, para somente depois ocorrer a constatação de que tratava-se de um judeu. Ou ainda denunciante, como Affonso Harry Heller, que apresentou queixa em 13 de outubro de 1943 contra um alemão ou teuto-brasileiro, por estar ouvindo rádio de madrugada.

Compareceram hoje as 10,20 a esta Delegacia, Affonso Harry Heller, sem nacionalidade, de filho de Ozias e Laura, natural de Leipzig, nascido aos 21/11/913, da religião israelita, gerente da Warner Bros Firts South Film, Inc. (Cia, Americana de Filmes), residente a RUA ALFREDO BUFREM n.36, não possuindo documento nenhum documento, a não ser um salvo-conduto expedido em 8/7/43 por esta

TABELA 1: FICHADOS/PRESOS/CITADOS/INTERROGADOS PELA DOPS ENTRE 1938 E 1945

	Alemães/ autríacos		Brasileiros		Sobrenome teuto, sem nacionalidade	Sem naciona lidade	Outras nacionali dades	Citados com sobrenome teuto	Citados de outras nacionalida des
Motivação	Natura lizados		Teuto- brasileiros						
Ligados ao Consulado	1	16	1		5				
Considerados perigosos/nazistas	3	9	1		47			1	
Partido Nazista	2	16							
Material nazista	1	5			3			3	
Armas			2		2	1			
Rádio receptor/ouvir emissoras alemãs	1	17	7	2	12	1	3	5	1
Materiais em alemão		1	1		7		1		1
Falando alemão	3	13	9	1	11		2	2	1
Ofensas aos brasileiros/críticas ao Estado Novo		11	1	1	5	1			1
Reunião com alemães/ discussões sobre a guerra	2	19	10		12	5	1	2	
Favorável ao Eixo/ nazista fervoroso/ atividades políticas	2	35	7	2	26	1	6	10	
Constantes viagens					1				
Integralismo			1	3	18				
Salvo-conduto	1	4		1	3			1	
Outros		14	5		10	1	3	3	
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>160</b>	<b>45</b>	<b>10</b>	<b>162</b>	<b>10</b>	<b>16</b>		
<b>Informações adicionais</b>									
Santa Felicidade			1						
Barigui	1	2			1				
Vila Maria Terezinha (Marechal Floriano Peixoto)					1				
Boqueirão	1				1		1		
Refugiados clandestinos		4							
Mulheres		24	3		11	1	1	2	
Nada foi encontrado	3	31	9	3	19	5	5	1	
Questões pessoais		3			2				



Delegacia e Dorothy Anne Mary Luwies, inglesa, residente no mesmo endereço, apresentando queixa contra FULANO DE TAL, alemão ou filho de alemão, estabelecido no mesmo prédio com uma casa de concertos de aparelhos de radios onde Mund, as 3 horas da madrugada, em 11 e 12 de corrente, tocara uns discos, causando-lhes estranheza o fato em questão. (Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social DOPS - Diligências, p.8).

Além de brasileiros e judeus, outros grupos também apareciam como denunciante. Entre os estrangeiros que compareceram à DOPS para delatar “súditos do Eixo”, estavam, principalmente, poloneses e russos, italianos também figuraram como denunciante. Os próprios teuto-brasileiros aparecem denunciando elementos considerados suspeitos. Apesar de não serem registrados como teuto-brasileiros, recebendo apenas a marcação de sua nacionalidade brasileira, ostentavam sobrenomes de origem germânica. As denúncias realizadas por teuto-brasileiros e italianos podem representar uma tentativa de suspeitos em potencial mostrarem colaboração com o regime, escapando assim da vigilância do Estado. Ainda podendo demonstrar a não homogeneidade da comunidade teuta e que os laços de solidariedade estavam restritos a grupo menores. Muitos teuto-brasileiros denunciaram alemães, ou seja, não identificavam os estrangeiros como membros do mesmo grupo.

Era comum denunciante serem fichados pela DOPS também<sup>68</sup>, uma vez que, a DOPS entendia que grande parte da denúncias eram causadas por questões pessoais. Denunciante embriagados, brigas e discussões ocasionadas pelo abuso de álcool, conhecidos que davam detalhes da residência e da rotina do denunciado, denúncias motivadas por problemas entre patrões e empregados, conflitos entre vizinhos, problemas entre inquilinos e proprietários, estranhos que identificavam som de rádio ou conversas supostamente em alemão, são responsáveis pelo maior número de inquéritos presentes nos arquivos da DOPS.

Levo ao conhecimento de V. S. que, de acôrdo com o despacho anexado por V. S., foi intimado a comparecer a esta DOPS. O Sr, OTTO BAJOR, [...] Nesta S.I. formulou as declarações seguintes, a respeito de ter dito “que se Alemanha ganhasse a guerra, êle não teria por trabalho de desencilhar o seu cavalo e encilhar um urso ou qualquer brasileiro”; Que a presente frase não jamais proferida por êle e que a mesma fora atribuída a si e a seus filhos por João Lapkoski em virtude do seguinte fato: O depoente afirma que em 25 de janeiro p. findo vendera um cavalo de sua propriedade a um empreiteiro de terras das Mercês e quando, as 17,30 horas, se dirigia para a casa com a quantia de Cr. \$ 330,00, depois de ter recebido Cr.\$ 200,00 de sinal pela venda do animal, venda essa que fora presenciada por Lapkoski, foi inesperadamente agredido, sofrendo um golpe na cabeça. Imediatamente pensou que se tratava de roubo e num supremo esforço, levantou a cabeça sangrando e viu que o agressor era Lapkoski, este, dirigindo-se a êle, disse:

---

<sup>68</sup> Os denunciante não foram contabilizados entre os teuto-brasileiros e os alemães fichados pela DOPS, independentemente de sua origem étnica.

“Alemão, você ainda não morreu?, e desferiu-lhe nova pancada com uma barra de ferro, bem como deitou-se sobre ele para subjulgá-lo. Nesse interim, chega a senhora de Lapkoski que falou: “Você está louco, quer matar o homem”, e agrediu seu esposo com uma sombrinha, cujo cabo quebrou e foi posteriormente encontrado por Francisco de Lima. Lapkoski então fugiu enquanto a vítima deu parte ao Inspetor de quarteirão, sendo depois medicado no posto policial da R. Mal. Floriano Peixoto. Constatei “de visu” que Bajor apresenta lesões na cabeça. [...] (Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social DOPS - Diligências, p.23).

O pedreiro Otto Bajor, vítima da agressão do russo João Lapkoski, ao denunciar o fato ocorrido teve que responder pelas supostas agressões verbais contra russos e brasileiros. Mesmo sendo a vítima, acabou tornando-se suspeito de ser favorável às vitórias alemãs. Bajor defendeu-se dizendo que não se interessava por política e somente falava alemão com sua esposa quando não queriam que os filhos soubessem o que estão conversando. Ambos foram fichados pela DOPS, Bajor foi dispensado após ser ouvido<sup>69</sup>.

Não há testemunha de vista, limitando-se apenas as que foram inquiridas, a relatarem o ocorrido, por ouvir dizer (fls. 6 usque 10).  
Entrementes, narram categoricamente, que a vítima aspira a vitória da Alemanha na guerra em que se empenha.  
Os autos esclarecer, que a vítima e o indiciado, costumam se entregar à libações alcoólicas, sendo possível, que então discutam questões políticas, manifestando a vítima antagonista das idéias esposadas pelo indiciado. (Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social DOPS - Diligências, 25).

Fritz Schimmer, denunciado por Sebastião Soares, sócio da Indústria Linho do Brasil, por supostamente ter orgulho de ser alemão e por não esconder isso enquanto foi funcionário daquela empresa. Ao ter se recusado a pagar uma quantia que o ex-funcionário cobrou, teria Schimmer feito ameaças de queimar a fábrica. O acusado, alemão, defendeu-se, dizendo que a denúncia não passava de uma calúnia, foi fichado e dispensado<sup>70</sup>.

Fritz trabalhava noite e dia para que a indústria progredisse. Sebastião dizia que só tinha este empregado que cavava com ele, mas como Fritz deixou a indústria, Sebastião começou a provocá-lo e a chamá-lo de 5ª. coluna. Fritz não teve ideia de por fogo na referida firma só tendo lá ido afim de receber a importância de Cr. \$350,00 que Sebastião lhe ficara devendo. Nunca deu prejuízo à firma, declarando ainda que a presente queixa não passa de calúnia. O indivíduo em apreço reside na Campina da Siqueira, prolongamento do Seminário e trabalha na padaria da Av. Batel n.1448. Depois de interrogado, foi por mim dispensado. (Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social DOPS - Diligências, p.26).

---

<sup>69</sup> Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social DOPS - Diligências, 23-25.

<sup>70</sup> Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social DOPS - Diligências, 26-27.

Em relação ao envolvimento de alemães e teuto-brasileiros em ações políticas pró-nazismo, a documentação analisada oferece poucos subsídios que demonstrem uma ação efetiva em prol dos interesses de Adolf Hitler. São citadas reuniões, objetos com insígnias, denúncias contra suspeitos de ouvirem transmissões alemãs, materiais de divulgação nazista e, principalmente, o uso de idioma estrangeiro. Prisões sem provas, baseadas na convicção de que o alemão de fato representaria um perigo à soberania nacional. Mesmo quando os indivíduos possuíam de fato ligação com o partido, não há provas de ações práticas contra o governo que sustentassem suas reclusões na Ilha Grande ou o envio para a Alemanha.

Além da falta de provas e do grande número de denúncias motivadas por questões pessoais, a documentação mostra que os elementos que de fato eram considerados perigosos por possuírem ligações com o nazismo e/ou com o governo de Adolf Hitler foram neutralizados em meados de 1942, praticamente extirpando o perigo nazista de Curitiba. O que sobrou foi a ação dos cidadãos brasileiros contra o outro, o diferente, considerado culpado por sua origem étnica. Os números mostram que o ano de 1942 concentrou o maior número de ocorrências, mesmo que o partido já estivesse proibido desde 1938, poucas são as ocorrências anteriores. Portanto, há um *frisson* popular naquele ano, motivado, principalmente pelo torpedeamento de navios mercantes brasileiros e pela declaração de guerra ao Eixo.

As ações populares aparecem em um número maior do que as iniciativas da DOPS, que esteve mais preocupada com aqueles que de fato possuíam ligações com o nazismo. Apesar de manter um aparato repressor, principalmente, com o objetivo de realizar a empreendimento nacionalizador de Vargas, a DOPS possuiu uma atividade intensa, motivada, principalmente, pelas denúncias populares. O envolvimento do Brasil com a Segunda Guerra Mundial mobilizou a população, que utilizando antigos preconceitos e novos estigmas, promoveu uma verdadeira perseguição a comunidade teuta curitibana, que já possuía um histórico de interação com a sociedade luso-brasileira. A guerra acirrou os ânimos, reavivando as diferenças e os preconceitos contra o imigrante.

Os alemães e teuto-brasileiros estiveram longe de formar uma comunidade homogênea em Curitiba. O grande número de imigrantes e descendentes foi responsável pela formação de diversas comunidades distintas, não somente na origem, como também na relação com o Brasil, já que a capital paranaense abrigava desde famílias que já estavam na terceira geração de nascidos no país até recém-chegados da Alemanha. Esta diversidade era refletida no

número de escolas e associações alemães que a cidade possuiu. Economicamente havia um abismo dentro da comunidade alemã, de um lado uma elite econômica e do outro camponeses e operários, os espaços ocupados na cidade por estes diferentes grupos deixavam bem claro este distanciamento.

Os mecanismos de solidariedade ficavam concentrados em grupos menores, porém, a germanidade ainda representava um elo de ligação dentro da comunidade teuta curitibana, mesmo que isso não significasse uma rede de relacionamentos entre os diversos grupos existentes na cidade. O trabalho aparece como um fator que aproximou integrantes de diferentes grupos teutos, mesmo que esta aproximação estivesse restrita a questão financeira, podendo até mesmo representar uma relação de exploração. Assim, a germanidade aproximava enquanto conjunto de característica que afastava alemães e descendentes do elemento luso-brasileiro. Em uma comunidade tão diversa, com um grande número de denúncias que não se confirmavam, atribuir uma adesão às ideias nazistas por parte da comunidade teuta torna-se uma tarefa impossível. O NSDAP/PR teve como filiados, principalmente, alemães mais jovens chegados ao Brasil após a Primeira Guerra Mundial. Esses encontraram em Curitiba um grande número de teuto-brasileiros já estabelecidos economicamente, que comandavam instituições beneficentes e de lazer, indústrias, comércios e instituições brasileiras.

Mesmo que materiais nazistas circulassem dentro da comunidade, que membros do partido se reunissem e que notícias da guerra fossem buscadas, não há uma ação política efetiva que pudesse representar um perigo real ao regime de Getúlio Vargas. Podendo ainda, a adesão ao NSDAP/PR representar uma nova forma de manutenção do *Deutschtum* ou até mesmo um ponto atrito dentro da comunidade, a dividindo ainda mais.

A perseguição aos alemães no início da década de 1940 pode ser atribuída a uma série de fatores. Através dos estudos sobre imigração alemã e nazismo no Brasil e no Paraná, juntamente com a análise dos documentos da DOPS sobre o mesmo tema e da conjuntura do período, podemos elencar motivações que levaram ao grande número de detenções de alemães e teuto-brasileiros no período. Mesmo que o número de ocorrências seja alto, o número de fichados por nazismo está bem distante do montante que formava a comunidade teuta curitibana. Foram pouco mais de 400 fichados pela DOPS contra mais de 12.000 alemães e teuto-brasileiros estimados em Curitiba ainda no final da década de 1910. Outro fator

importante, é o fato de que o Paraná teve apenas 185 filiações ao NSDAP contra mais de 13 mil alemães estimados em 1934. Portanto, além do baixo número de envolvidos em denúncias, o Paraná não foi um grande centro de filiações do partido no Brasil, ficando em 5º lugar no país.

Apesar do componente racial ter um grande peso dentro da burocracia do Estado Novo, o que é visível nas mudanças na política imigratória ocorridas no período, as questões econômicas e sociais também tiveram peso nas decisões do governo sobre estrangeiros. Mesmo procurando grupos mais vulneráveis socialmente, como os portugueses, que além de não representarem um entrave para o projeto nacionalizador, possuíam baixo nível técnico, o que supostamente os levaria para o trabalho no campo, benefícios para aqueles que possuíam condições econômicas diferentes do imigrante padrão<sup>71</sup> foram concedidos.

Mesmo que Vargas fosse um entusiasta da imigração, principalmente portuguesa, dentro da sua burocracia do Estado Novo estavam opositores da imigração para o Brasil, como Francisco Campos, que desejava barrar todo e qualquer imigrante. Campos possuía uma grande simpatia pelos suecos, assim, o componente étnico que delimitava o processo de imigração não se baseava mais no caráter racial, mas nas preferências étnicas e políticas. A conjuntura do Estado Novo, apesar de bem diferente do restante do período de entrada de imigrantes no Brasil, ainda focou em destinar o imigrante ao trabalho agrícola, mesmo que o país investisse em industrialização. Aqui percebemos um resquício do pensamento do século XIX, que colocava o imigrante em um patamar de inferioridade, sendo mera mão de obra. Portanto, o estrangeiro com outras profissões continuava não sendo bem vindo, principalmente, se possuía um grande capital cultural e social, o que poderia influenciar grupos contra o regime. O problema não seria a cor da pele, mas supostas características impróprias para a imigração, como o desejo dos imigrantes se fixarem em regiões urbanas. Ficar nas cidades era sinônimo de aumentar os problemas sociais brasileiros, e apenas usufruir da riqueza do país, pretendendo voltar ao seu país de origem sem produzir nada. Campos acreditava que a crise de 1929 teria sido causado pela grande presença de imigrantes nos EUA, porém, por serem colonizados por superiores, os ingleses, estariam sob controle. Já no

---

<sup>71</sup> Durante o grande fluxo imigratório já se discutia quem de fato era o imigrante de acordo com o capital econômico do mesmo, "algumas estatísticas presumem que apenas os passageiros de segunda e terceira classe eram migrantes, embora outras não estabelecem esta distinção." (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2015, p.182).

Brasil, a população inferior faria com que os imigrantes tivessem mais destaque do que deveriam.

Assim, imigrantes com maior formação técnica não seriam bem vindos no Brasil, demandariam maiores salários e poderiam representar uma influência contra o regime, ainda ficando distantes do trabalho no campo. O problema em relação aos imigrantes também foi impulsionado por atividades políticas desenvolvidas por estrangeiros, como os casos já elencados de comunismo. O perfil dos teutos curitibanos, tirando os colonos da região periférica, estava bem distante do que o governo esperava encontrar no imigrante. Primeiro, estavam em ambiente urbano, quando deveriam desenvolver atividades agrícolas, podendo representar assim uma concorrência com grupos médios brasileiros. Segundo, chamavam a atenção pela prosperidade financeira; e terceiro, muitos possuíam formação técnica ou desenvolviam atividades não agrícolas.

Assim, as camadas médias, vistas como concorrência, foram o grande alvo das denúncias realizadas por brasileiros, o que pode ser explicado também pela aproximação com o elemento nacional. Enquanto a elite teuto-brasileira curitibana não figurava nas fichas policiais, juntamente com os grupos agrícolas que abasteciam Curitiba, mesmo que os últimos estivessem mais próximos do “enquistamento”. Portanto, questões étnicas e econômicas estão entre os principais motivadores da repressão da DOPS contra a comunidade teuta em Curitiba, juntamente com o não cumprimento do papel esperado do imigrante. Longe de representar um perigo à soberania nacional, o principal delito da “quinta-coluna” curitibana foi afrontar as ações da Campanha de Nacionalização, insistindo na manutenção dos costumes germânicos.



## REFERÊNCIAS

- ALVES, E. B. **Etnicidade, nacionalismo e autoritarismo: a comunidade alemã sob a vigilância do DEOPS**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.
- AMARAL, F. C. **Os negociantes de escravos e a pressão inglesa pela abolição do tráfico transatlântico (1830-1850)**. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/polis/files/texto\\_19.pdf](http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_19.pdf). Acesso em: 09/07/2019.
- AMARAL Jr., Wellington Gontijo. **As Políticas de Imigração dos Estados Unidos: entre o ativismo restricionista e o paradigma de enforcement imigratório contemporâneo**. 2010. 273 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, e Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ANDERSEN, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- ARTHUR ERNST EWERT. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arthur-ernst-ewert>. Último acesso em 02/12/19.
- ATHAIDES, Rafael. **O Partido Nazista no Paraná 1933-1942**. Maringá: Eduem, 2011.
- BARBOSA, F. G. **Para além da escola: identidade menonita e práticas socioeducativas (Curitiba, 1934-1948)**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.
- BATISTELLA, Alessandro. O Paranismo e a invenção da identidade paranaense. In. **Revista Eletrônica História e Reflexão vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan/jun 2012**. Disponível em <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1874/1044>.
- BLANCPAIN, J.P. América Latina y nazismo. Desde la inmigración judia hasta el mito del IV Reich (1933-1955). **Cuadernos de História 12** - Departamento de Ciências Historicas Universidade de Chile, dezembro de 1992, pp.119-142.
- BLASKEVICZ, Livia I. M. **Construindo um inimigo coletivo: uma história da quinta coluna no Brasil**. Curitiba, 1992. Monografia de conclusão de curso.
- BOHOSLAVSKY, E. **Los mitos conspirativos y la Patagonia en Argentina y Chile durante la primera mitad del siglo XX: orígenes, difusión y supervivencias**. Tese apresentada no Programa de doctorado “América Latina Contemporánea” da Facultad de Geografía e Historia da Universidade Complutense de Madrid, 2006.
- BORMANN, M. **Testamento político de Hitler**. São Paulo: Exposição do Livro, 1965.
- BOSCHILIA, R. **O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2006.

CARDOSO, M. O duro desafio de defender presos políticos na ditadura. In: **Consultor Jurídico**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-abr-01/herois-advocacia-resistencia-regime-generais2>. Último acesso em 02/12/19.

CARVALHO, J.M. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHARLON, M. Rubem Braga: correspondente de guerra na Itália. **XV abralic**. Disponível em: [https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016\\_1491574079.pdf](https://abralic.org.br/anais/arquivos/2016_1491574079.pdf). Último acesso em 30/08/2020.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CYTRYNOWICZ, R. **Guerra sem guerra**: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Edusp, 2000.

COSTA, Sergio C. **Crônica de uma guerra secreta**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

DIETRICH, A. M. . **Caça às Suásticas**: o Partido Nazista em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Humanitas / Imprensa Oficial, 2007.

DIETRICH. **Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil**. São Paulo: FFLCH / NEHO/ USP, 2007 (Tese de Doutorado em História Social).

FAVÉRI, Marlene de. **Memórias de uma outra guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Itajaí: Editora Univali, 2005.

FUGMANN, Wilhelm. **Os alemães no Paraná**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008.

GAUDIG, O; VEIT, P. **El Partido Alemán Nacionalsocialista en Argentina, Brasil y Chile frente a las comunidades alemanas: 1933-1939**. E.I.A.L., vol.6, nº2, 1995, pp.71-83.

GERTZ, René. A história da imigração no Rio Grande do Sul: experiências de pesquisa. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, nº140, 2005.

GERTZ. **O Fascismo no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.

GERTZ. Preconceitos de sangue. In: **História: Questões e debates**. Curitiba, jun./ dez.,1989, v.10, nº 19-20, pág. 157-180.

GODOY, A. S. M. O pedido de Habeas Corpus de Olga Benário Prestes. In: **Consultor Jurídico**. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2012-dez-30/embargos-culturais-pedido-habeas-corpus-olga-benario-prestes>. Último acesso em 02/12/2019.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM. **A era dos impérios: 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus. 1989.

LUCAS, Taís C. **Nazismo d'alem mar: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil)**. Porto Alegre: UFRS, 2011. Tese de doutorado.

MADEIRA, Marcos Almir. **Oliveira Vianna: vulnerabilidade crítica**. Rio der Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Contribuição ao estudo da imigração alemã no Paraná: Acerca do Pastor Friedrich Wilhelm Brepohl. In: **História: Questões e Debates**, v. 2, n. 3, p. 151-156, 1981.

MAGALHÃES. **Pangermanismo e nazismo: a trajetória alemã rumo ao Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

MAGALHÃES. **Paraná: política e governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MAGALHÃES. Velhos e novos nacionalismos: Heimat, Vaterland, Gastland. In: **História: Questões e debates**. Curitiba, jun./ dez.,1989, v.10, nº 19-20, pág. 77-112.

MARTINS, R. **Quantos somos e quem somos**. Curitiba: Ed. Paranaense, 1941.

NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação do território, população e migração**. Curitiba: SAMP, 2017.

OLIVEIRA, Dennison. **Os soldados alemães de Vargas**. Curitiba: Juruá, 2008.

OLIVEIRA. **Os soldados brasileiros de Hitler**. Curitiba: Juruá, 2008.

OLIVEIRA, J.P. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais do Brasil (1872-1980). In: **Horizontes Antropológicos v.3 nº6**. Porto Alegre, 1997.

OLIVEIRA, M. S., KULAITS, F. Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios. In: **Dossiê - Migrações Internacionais Contemporâneas, 2017**.

MÜLLER, Estêvão. **Documentário da imigração alemã nos estados do Paraná e Santa Catarina**. Curitiba: Champagnat, 2012.

PARK, Robert E. e BURGESS, Ernest W. Competição, conflito, acomodação e assimilação. RBSE – **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 13, n. 38, pp. 129-138, Agosto de 2014.

PENNA, L. de A. Positivismo. In: ABREU, A. A. de *et al* (coords). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República 1889-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2015.

Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POSITIVISMO.pdf>. Último acesso em: 20/09/19.

ROMERO, Sylvio. “O allemanismo no sul do Brasil” in: **Provocações e Debates**. Porto, Imprensa Moderna, 1910.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, N. A população da América Latina, 1850-1930. In: BETHELL, L. **História da América Latina, v. IV: de 1870 a 1930**. São Paulo: Edusp, 2015, p.175-208.

SANTOS, Ricardo A. **Oliveira Vianna, Eugenia e o Campo Intelectual da Primeira República**. Disponível em <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/Mesas/mesa5-Ricardo.pdf>.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à guerra**. São Paulo: Barueri, 2003

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico**. Porto Alegre: Movimento, 1999.

SEYFERTH. A liga pangermanica e o perigo alemão no Brasil; análise de dois discursos étnicos irredutíveis. In: **História: Questões e debates**. Curitiba, jun./ dez.,1989, v.10, nº 19-20, pág. 113-155.

SEYFERTH. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: **REVISTA USP**. São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

SEYFERTH. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. da UNB, 1990.

SEYFERTH. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

SEYFERTH. **Nacionalismo e identidade étnica: ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. Florianópolis: FCC, 1982.

SEYFERTH. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. In. **Estudos Afro-Asiáticos** n. 20, p. 165-185, jun. 1991.

SHIZUNO, Elena Camargo. **Os imigrantes japoneses na Segunda Guerra Mundial: bandeirantes no oriente ou perigo amarelo no Brasil**. Londrina: EDUEL, 2010.

SIMMEL, G. O Estrangeiro. In: **RBSE**, Vol. 4, nº 12, 12/2005. pp. 265-271. Disponível em <http://paginas.cchla.ufpb.br/grem/SIMMEL.O%20estrangeiro.Trad.Koury.rbsedez05.pdf>. Último acesso em 10/09/2018.

SIMMEL, G. The Sociology of Conflict I. In: **American Journal of Sociology**. (1903), v.9, nº4, pp 490-525. Disponível em: [https://brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel\\_1904a.html](https://brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel_1904a.html). Último acesso em 12/09/2018.

SIMMEL, G. The Sociology of Conflict II. In: **American Journal of Sociology**. (1904), v.9, nº5, pp 490-525. Disponível em: [https://brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel\\_1904a.html](https://brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel_1904a.html). Último acesso em 12/09/2018.

SIMMEL, G. The Sociology of Conflict III. In: **American Journal of Sociology**. (1904), v.9, nº6, pp 490-525. Disponível em: [https://brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel\\_1904a.html](https://brocku.ca/MeadProject/Simmel/Simmel_1904a.html). Último acesso em 12/09/2018.

SKIDMORE, T. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SODRÉ, C. A. **Descrição, acesso e difusão dos acervos das DOPS no Brasil**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20708/1/2016\\_CarolineAlmeidaSodre.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20708/1/2016_CarolineAlmeidaSodre.pdf). Último acesso em 20/10/20.

SOUZA, Rafael P. Direitos civis de estrangeiros no Brasil do Segundo Reinado. In: **Usos do passado XII Encontro Regional de História Anpuh**. Rio de Janeiro, 2006.

SZVARÇA, Décio Roberto. **O forjador; ruínas de um mito**. Romário Martins (1893-1944). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

TOEDTER, Norberto. **... e a guerra continua**. Curitiba: Ed. do autor, 2001.

VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

VIANNA, Oliveira. **Ensaio Inédito**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1991.

VITTE, A.C.; OLIVEIRA, R. B. da. Geografia e nazismo: uma caracterização do conceito de espaço vital (*lebensraum*) durante o regime nazista. **Anais do Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP 2015**. Anais eletrônicos, Campinas, Galoá, 2015. Disponível em: <<https://proceedings.science/unicamp-pibic/pibic-2015/papers/geografia-e-nazismo--uma-caracterizacao-do-conceito-de-espaco-vital--lebensraum--durante-o-regime-nazista->> Acesso em: 07 nov. 2020.

VOGT, Olgário Paulo. **Repressão x medo: arbitrariedades cometidas durante a campanha de nacionalização em Santa Cruz, RS**.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina LTDA, 1995.

WEBER, Max. **Conceitos básicos de Sociologia**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

WEIZENMANN, Thiago. **Cortando as asas do nazismo: representações e imaginário sobre o nazismo na revista Vida Policial (1942-1944)**. São Leopoldo, 2008. Dissertação (mestrado) UNISINOS.

WILLENS, Emilio. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1946.

## FONTES

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Clube Concórdia.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Atividades nazistas no Sul do Brasil e Alfredo Andersen.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Consulado da Alemanha.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Atividades nazistas no país.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Censura postal. Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Colégios alemães.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – Diligências.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS – documentos antigos.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS - relatórios.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS - relatórios - pastas - 1942.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS - relatórios - pastas - 1943.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS - relatórios - pastas - 1944.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: DOPS - relatórios - pastas - 1945.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Jornal Semana Policial - 1945.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Nazismo - informes de delegacia e fotografias.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: Relatório de embarque e desembarque.

Arquivo Público do Estado do Paraná. DOPS – Dossiê: União Beneficente Educativa Alemã.

BRASIL. [Constituição (1824)]. **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 20/04/2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938. Seção 1, p.16792. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html>. Último acesso em 10/11/19.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.175, de 7 de abril de 1941. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 9 abril 1941. Seção 1, p.7123. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html>. Último acesso em 17/11/19.



BRASIL. Decreto-lei nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 1 de janeiro de 1931. Seção 1, p.1603. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Último acesso em 10/11/19.

## **ANEXO I - DECRETO Nº 19.482, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1930**

Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil:

CONSIDERANDO que as condições financeiras em que a revolução encontrou o Brasil reclamam medidas de emergência, capazes de, melhorando a situação, permitir o prosseguimento da sua obra renovadora e reconstrutiva;

CONSIDERANDO que a situação econômica e a desorganização do trabalho reclamam a intervenção do Estado em favor dos trabalhadores;

CONSIDERANDO que uma das mais prementes preocupações da sociedade é a situação de desemprego forçado de muitos trabalhadores, que, em grande número, afluíram para a Capital da República e para outras cidades principais, no anseio de obter ocupação, criando sérios embaraços à pública administração, que não tem meios prontos de acudir a tamanhas necessidades;

CONSIDERANDO que somente a assistência pelo trabalho é recomendada para situações dessa natureza, porquanto não vexe nem desmoraliza os socorros;

CONSIDERANDO, também, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social;

CONSIDERANDO, ainda, que os recursos financeiros ordinários não permitem ao Governo praticar, por si só, a aludida assistência;

CONSIDERANDO, mais, que, se em qualquer regime político se impõe o respeito ao princípio da solidariedade humana, corolário da interdependência de todos os membros de uma coletividade social, com maior vigor esse respeito se impõe no regime democrático:

DECRETA:

Art. 1º Fica, pelo prazo de um ano, a contar de 1 de janeiro de 1931, limitada a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe.

*Parágrafo único.* As autoridades consulares só visarão os passaportes nas seguintes condições:

- a) quando se tratar de estrangeiros domiciliados no Brasil, portadores de passaportes expedidos pelas autoridades nele acreditadas;
- b) quando se tratar de estrangeiros cuja vinda tiver sido solicitada pelos interventores federais ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por exclusiva necessidade dos serviços agrícolas ou atendendo aos "bilhetes de chamada" emitidas por parentes a famílias de agricultores com colocação certa;
- c) quando se tratar de estrangeiros agricultores, constituídos em famílias regulares, ou artífices introduzidos ou chamados por indivíduos, associações, empresas ou companhias, que satisfizerem a todos os requisitos constantes do art. 6º, § 1º, do decreto número 16.761, de 31 de dezembro de 1924, e respectiva portaria de 30 de junho de 1925.

Art. 2º Salvo o disposto no artigo anterior, a nenhum estrangeiro que pretenda, vindo para o Brasil, nele permanecer por mais de 30 dias, será permitida a entrada sem provar que possui, no mínimo, quantia correspondente, em moeda nacional, a dois e três contos de réis, tratando-se, respectivamente, de indivíduos até doze anos e maiores de doze anos de idade.

§ 1º A condição de posses pecuniárias poderá ser satisfeita por fiança idônea.

§ 2º À chegada do navio, deverão os estrangeiros declarar desde logo, às autoridades policiais, o tempo de sua permanência e os fins que os trouxeram a este país.

Art. 3º Todos os indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais, que explorem, ou não, concessões do Governo federal ou dos Governos estaduais e municipais, ou que, com esses Governos contratem quaisquer fornecimentos, serviços ou obras, ficam obrigadas a demonstrar perante o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de noventa dias, contados da data da publicação do presente decreto, que ocupam, entre os seus empregados, de todas as categorias, dois terços, pelo menos, de brasileiros natos.

*Parágrafo único.* Somente na falta, de brasileiros natos, e para serviços rigorosamente técnicos, a juízo do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá ser alterada aquela proporção, admitindo-se, neste caso, brasileiros naturalizados, em primeiro lugar, e, depois, os estrangeiros.

Art. 4º Todos os desempregados, nacionais e estrangeiros, deverão apresentar-se nas delegacias de recenseamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e, na falta destas, nas delegacias de polícia, fazendo declarações acerca de sua identidade, profissão e residência, afim de serem tomadas as medidas convenientes sobre sua ocupação, principalmente em serviços agrícolas.

§ 1º Os desempregados, nacionais ou estrangeiros, que, no prazo de noventa dias, contados da data deste decreto, não tenham feito as declarações a que alude este artigo, obtendo o documento comprobatório de sua apresentação àquelas delegacias, ficam sujeitos a processo por vadiagem, nos termos das leis penais em vigor.

§ 2º Ficam sujeitos às penas de que trata o art. 8º os indivíduos que, já estando empregados, fizerem declarações falsas, com o intuito de conseguir melhoria de colocação.

Art. 5º Fica instituído, durante o exercício de 1931, um imposto de emergência, sobre os vencimentos de todos os funcionários da União, civis e militares, quer sejam titulados, comissionados, contratados, mensalistas ou diaristas, na proporção de 1/2 % (meio por cento) para os vencimentos, gratificações, mensalidades ou salários até 500\$0; 1 % (um por cento) para os de mais de 500\$0 até 1:000\$0 e 2 % (dois por cento) para os de 1:000\$0 para cima.

§ 1º Não estão isentos do imposto os magistrados federais, de qualquer categoria.

§ 2º O desconto das importâncias relativas ao imposto será consignado nas folhas de pagamento.

Art. 6º O produto do imposto, mensalmente descontado em cada repartição pagadora, será depositado, em fundo especial, no Tesouro Nacional, à disposição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para ser empregado no serviço de localização de trabalhadores nacionais, em primeiro lugar, e de estrangeiros já residentes no país; em segundo, na forma dos decretos ns. 9.081, de 3 de novembro, e 9.214, de 15 de dezembro de 1911, em quaisquer unidades da Federação, inclusive no Distrito Federal e no Território do Acre.

Art. 7º Os auxílios até agora dados nos núcleos coloniais aos imigrantes agricultores passarão a ser concedidos aos trabalhadores constituídos em família a que aludem os decretos ns. 9.081, de 3 de novembro, e 9.214, de 15 de dezembro de 1911.

Parágrafo único. Esses auxílios são as seguintes:

- a) alimentação gratuita, durante os três primeiros dias de chegada ao núcleo;
- b) trabalhos e salário, ou empreitada, em obras ou serviços do núcleo, fazendo-se a distribuição dos serviços de sorte que a cada adulto de uma família correspondam, pouco mais ou menos, a juízo da administração, quinze dias de trabalho por mês;
- c) medicamentos e dieta gratuitamente, em caso de moléstia, durante o primeiro ano, a contar do dia em que o imigrante chegar ao núcleo;
- d) assistência médica gratuita, enquanto o núcleo não for emancipado;
- e) plantas, sementes e as seguintes ferramentas de trabalho: pá, alvião, machado e foice;
- f) transporte gratuito em estradas de ferro e companhias de navegação, até à última estação ou porto de destino;
- g) transportes da estação da via férrea, porto marítimo ou fluvial, até à sede do núcleo;
- h) fornecimento, por empréstimo, de instrumentos e máquinas agrícolas, para serem utilizados durante os primeiros seis meses.

Art. 8º Nos regulamentos que o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio expedir para a execução das medidas constantes deste decreto serão estabelecidas multas de 2:000\$0 a 20:000\$0 e prisão até 30 dias, conforme a natureza da infração.

§ 1º Das penas impostas haverá recurso, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de sessenta dias, para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2º Caso o pagamento das multas não se efetue amigavelmente, serão elas cobradas por executivo fiscal.

§ 3º Os autos de infração, depois de julgados definitivamente, contra o infrator, constituem títulos de dívida certa e líquida.

§ 4º O produto das multas será incorporado ao fundo especial a que se refere o art. 6º para que tenha a aplicação ali prevista.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1930, 109º da Independência e 42º da República.

GETULIO VARGAS

Lindolfo Collor.

J. F. de Assis Brasil.

A. de Mello Franco.

Oswaldo Aranha.

José Fernandes Leite de Castro.

Conrado Heck.

Francisco Campos.

José Americo de Almeida.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 01/02/1931

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 1/2/1931, Página 1603 (Republicação)



## **ANEXO II - DECRETO-LEI Nº3.175, DE 7 DE ABRIL DE 1941**

Restringe a imigração e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros no Brasil. Executam-se os vistos concedidos:

- 1) a nacionais americanos.
- 2) A estrangeiros de outras nacionalidades, desde que provem possuir meios de subsistência.

§ 1º Em qualquer caso, é indispensável que o estrangeiro esteja, de direito e de fato autorizado a voltar ao Estado onde obtem o visto, ou ao Estado de que é nacional, dentro do prazo de dois anos a contar da data de sua entrada no território brasileiro.

§ 2º O visto de trânsito a que se refere o art. 25, letra a, do decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, será válido por 60 dias.

Art. 2º Fica suspensa igualmente a concessão de vistos permanentes. Excetua-se os vistos concedidos:

- 1) a portugueses e nacionais de Estados americanos;
- 2) aos estrangeiro casado com brasileira nata, ou à estrangeira casada com brasileiro nato;
- 3) aos estrangeiros que tenham filhos nascidos o Brasil;
- 4) a agricultores ou técnicos rurais que encontrem ocupação na agricultura ou nas indústrias rurais ou se destinem a colonização previamente aprovada pelo Governo Federal;
- 5) a estrangeiros que provem a transferência para o país, por intermédio do Banco do Brasil, de quantia, em moeda estrangeira, equivalente, no mínimo, a quatrocentos contos de réis;
- 6) a técnicos de mérito notório especializados em indústria útil ao país e que encontrem no Brasil ocupação adequada;
- 7) ao estrangeiro que se recomende por duas qualidades eminentes, ou sua excepcional utilidade ao país;
- 8) aos portadores de licença de retorno;
- 9) Ao estrangeiro que venha em missão oficial do seu governo.

Art. 3º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores coordenará as providências necessárias à execução desta lei, do modo que melhor corresponder ao bem público. Cabe-lhe especialmente:

- 1) declarar impedida a concessão do visto a determinados indivíduos ou categorias de estrangeiros;
- 2) fixar o modo da prova exigida no art. 1º, alínea, nº 2;
- 3) conceder autorização de permanência definitiva na forma do decreto-lei nº 1.532, de 23 de agosto de 1939, ou, nos casos não compreendidos no mesmo, mediante autorização prévia do Presidente da República, aos temporários que entraram no país antes da vigência desta lei;
- 4) exercer sobre os depósitos feitos de acordo com o art. 2º, alínea, nº 5, ou sobre os que forem efetuados nos processos de autorização de permanência, a fiscalização necessária para garantir a sua aplicação nos fins declarados;
- 5) promover sempre que necessário, por intermédio das organizações oficiais, a apuração da competência dos estrangeiros que tenham obtido visto como técnicos especializados;
- 6) autorizar a concessão do visto nos casos do art. 2º, alínea, itens 1 a 7.

§ 1º Para esse fim, a autoridade consular, depois de entrar em contacto com o interessado e concluir que ele reúne os requisitos físicos e morais exigidos pela legislação em vigor, tem aptidão para os trabalhos a que se propõe e condições de assimilação ao meio brasileiro, encaminhará o pedido ao Ministério das Relações Exteriores com suas observações sobre o estrangeiro e a declaração de que este apresentou os documentos exigidos pelo art. 30 do decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores, depois de examinar o pedido e ouvir, se julgar conveniente, outros órgãos do Governo, concederá ou não a autorização para o visto, a qual será comunicada à autoridade consular pelo Ministério das Relações Exteriores.

§ 2º No caso do item 1, a autorização será dada genericamente.

§ 3º No caso do item 5, o Banco do Brasil só permitirá a retirada do depósito em quotas mensais, para despesas de manutenção do interessado e, por exceção, a de importâncias maiores, quando devidamente comprovaria a sua aplicação em atividade econômica de caráter permanente no Brasil.

§ 4º No caso do item 7 o pedido de visto poderá ser transmitido pela autoridade consular em telegrama, que mencionará a qualidade eminente do interessado.

§ 5º No caso do item 8, o estrangeiro terá, para o seu regresso no Brasil, o prazo de um ano, prorrogável por igual tempo pela autoridade consular, a contar da data do visto policial da saída do território nacional.

§ 6º Em qualquer caso serão cumpridas as demais formalidades regulamentares.

Art. 4º Os estrangeiros que excederem o prazo de residência temporária constante do passaporte ou da prorrogação concedida pelo Ministro da Justiça, os que entrarem clandestinamente no território nacional e os que infringirem qualquer outro dispositivo desta lei serão passíveis de multa de um a vinte contos de réis, e expulsão.

§ 1º A multa será aplicada pela autoridade encarregada do Serviço de Registro de Estrangeiros, à qual incumbe também dar as providências iniciais para a expulsão.

§ 2º A cobrança será feita judicialmente pela forma prescrita para a dívida ativa da União, valendo como documento hábil para a inscrição no Tesouro Nacional a informação, prestada pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, da situação irregular do estrangeiro. A partir da data em que a multa poderia ter sido imposta, e para garantia da cobrança, será considerada em fraude de execução toda a alienação de bens feita pelo infrator.

Art. 5º O funcionário público que deixar de cumprir as disposições deste decreto-lei é passível de pena de suspensão até 30 dias, dobrada na reincidência, e de demissão, em caso de dolo, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

Art. 6º Não sendo exequível a expulsão imediata, o estrangeiro ficará preso à disposição do Ministro da Justiça e Negócios Interiores e será recolhido a uma colônia agrícola ou empregado em obras públicas.

Art. 7º Continuam em vigor, no que não for contrário ao disposto nesta lei, as disposições que regulam presentemente a matéria a que ela se refere, especialmente as que dizem respeito à fiel observância da quota fixada pela Constituição.

Art. 8º O Ministro da Justiça e Negócios Interiores, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização, baixará as instruções necessárias à execução desta lei no território nacional, tendo em vista a simplificação do processo e a imediata efetivação das providências adotadas. Ao Ministro das Relações Exteriores compete dispor, da mesma forma, quanto ao seu cumprimento pelas repartições no exterior.

Os demais serviços oficiais, técnicos ou administrativos, prestarão, sempre que solicitados, o seu concurso à boa execução desta lei e das instruções expedidas na sua conformidade.

Rio de Janeiro, em 7 de abril de 1941, 120º da Independência e 53º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Campos

A. de Souza Costa

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem

João de Mendonça Lima

Oswaldo Aranha

Fernando Costa

Gustavo Capanema

Waldemar Falcão

J. P. Salgado Filho

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 de 09/04/1941

**Publicação:**

- Diário Oficial da União - Seção 1 - 9/4/1941, Página 7123 (Publicação Original)

**ANEXO III - Auto de Prisão em Flagrante**  
(Dossiê Atividades Nazistas e Alfredo Andersen, p.116-125)

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE.

Aos quatro dias do mês de janeiro de mil novecentos e quarenta, na Delegacia de Ordem Política e Social do Estado, cidade de Curitiba, no Gabinete do Delegado respectivo, senhor Doutor Divonsir Bórba Côrtes, onde o mesmo se achava, comigo escrivão abaixo nomeado e assinado, as vinte e três horas e cinquenta minutos, compareceu o senhor Glaucio Guiss, com vinte e dois anos de idade, solteiro, acadêmico de Direito, filho de Francisco Guiss e de Dona Estacia Guiss, natural deste Estado e residente á rua Coronél Dulcídio, numero cento e quatro e declarou que havia dado vóz de prisão ao individuo ALFREDO ANDERSEN pelo fato de o mesmo ter usado a saudação simbólica do partido Hitlerista alemão, levantando o braço direito por varias vezes, pronunciando expressões alemãs, quando em companhia dos individuos Heinz Ehlert, Heinz Treuther, Heins Birke e Herbert Hebmüller, despedia-se de uma reunião havida na Pensão Kreutz, sita á rua Candido Lópes numero duzentos e sessenta e um, desta cidade, do individuo conhecido como Doutor Faber, o qual tambem correspondeu áquela saudação simbólica e deixou de ser detido pelo declarante pelo fáto de terem se recolhido imediatamente para o interior daquela Pensão; que o declarante ao deter o individuo Alfredo Andersen tambem deteve para esclarecimentos os individuos que o acompanhavam e que tomaram logar no automovel de chapa numero dois mil novecentos oitenta e oito, guiado por Herbert Hebmuller; declarou mais que como o gésto praticado por Alfredo Andersen constituísse uma violação ao preceito estabelecido pela parte final do numero 1 (um) do artigo 2º do Decreto-Lei numero 383 de dezoito de abril de mil novecentos e trinta e oito, efetuou a prisão em flagrante do mencionado individuo e o conduzir até a presença da autoridade para que a mesma dispusesse do conduzido na forma da lei; que de tudo foram testemunhas os senhores Olavio Molinari e Eugenio Biazetto, os quais foram convidados para virem até esta Delegacia; que a prisão foi efetuado justamente as vinte e três horas e trinta minutos; que o acima relatado representa a expressão da verdade e o declarante o confirma sobre o compromisso da Lei que lhe foi deferido. Em seguida a autoridade passou a interrogar o conduzido senhor ALFREDO ANDERSEN, com quarenta e quatro anos de idade, solteiro, comerciante, residente na cidade de Paranaguá, deste Estado, filho de Augusto

Andersen e de Dona Hilda Andersen, natural de Eckernfoerte, Alemanha; que declarou não ter usado da saudação nazista ao se despedir do Doutor Faber, quando em companhia de outras pessoas deixava a Pensão Kreutz, hoje, por volta da vinte e três horas e trinta minutos; que naturalmente o seu condutor se equivocou e interpretou mal o gesto do declarante, pois é habituado a cumprimentar os seus amigos tirando o chapéo; que o declarante não desconhece que ha uma Lei que proíbe atividades politicas aos estrangeiros e que a mesma lei proíbe atividades políticas aos estrangeiros e que a mesma lei proíbe o uso de distintivos e quaisquer simbolos de partidos estrangeiros e do declarante afirma não ter desrespeitado a lei; que o declarante está no Brasil ha quatorze anos e nunca encontrado com o senhor Kreutz, residente á rua Candido Lopes nesta cidade, pediu a este senhor que preparasse para hoje ás dezenove horas e meia mais ou menos um churrasco para três seus amigos, eis o motivo de o declarante ter comparecido na Pensão de propriedade do senhor Kreutz; que lá estiveram tambem os senhores Ehlert, Treuther, Birke, HebmueLLer, Doutor Faber e Kreutz; que durante a refeição que o declarante fez com seus amigos não se cogitou de politica e na saída é que o declarante foi detido sob a acusação de ter feito a saudação nazista, que justificou acima que foi equivoco como se passou, que o declarante antes da vigencia da lei que acima se referiu fazia parte do partido Nazista do Brasil, N.S.D.A.P.), e éra o seu chefe em Paranaguá; que o declarante tambem exerce as funções de vice-Consul da Alemanha em Paranaguá. Em seguida passou a autoridade a inquirir as testemunhas do fáto de fôrma que se vê em frente e na presença do conduzido senhor Alfredo Andersen. TESTEMUNHA: - 1º EUGENIO BIAZETTO, com vinte e sete anos de idade, casado, mecanico, filho de Luiz Antonio Biazetto e de Dona Margarida Biazetto, natural deste Estado e residente á rua Francisco Torres numero trezentos e trinta e um; declarou, testemunha que prestou o compromisso da lei de bem e fielmente dizer a verdade sobre o que soubesse e o que lhe perguntado fosse, sendo inquérito pelo Delegado declarou que assistiu quando o senhor Glaucio Guiss efetuou a prisão do senhor Alfredo Andersen pelo fáto deste senhor ter, ao se despedir de um individuo na Pensão Kreutz, sita á rua Candido Lopes, numero duzentos e sessenta e um, hoje, ás vinte e três horas e trinta minutos, ter feito por varias vezes a saudação nazista, levantando o braço para o alto e pronunciando expressões em idioma alemão; que o declarante póde afirmar que o outro individuo tambem correspondeu áquela saudação; que o mesmo é conhecido por Doutor Faber e é residente naquela pensão; que o declarante ficou conhecendo o conduzido e



conhecendo o seu nome porque ele proprio o declarou chamar-se Alfredo Andersen; que o declarante assistiu os fatos relatados pelo condutor senhor Glaucio Guiss e a convite deste é que veio prestar seu depoimento; que o condutor tambem deteve outros individuos para esclarecimentos; que o que o declarante informou é expressão da verdade. Dada a palavra ao conduzido senhor Alfredo Andersen pelo mesmo foi declarado que ratificava o seu depoimento, pois o fato não passou de um equívoco. Pela testemunha foi dito que confirmava o seu depoimento por ser a expressão da verdade. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado passou-se a interrogar a segunda testemunha: CLAVIO MOLINARI, com trinta e sete anos de idade, casado, chofer, filho de Clavio Molinari e de Dona Regina Molinari, natural deste Estado, residente á rua do Rosario, numero cento e cinquenta e dois; testemunha que prestou o compromisso da lei de dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado e sendo interrogado sobre os fatos constantes do presente autodeclarou que assistiu, quando, hoje por volta das vinte e três horas e trinta minutos, defronte a Pensão Kreutz, sita a rua Candido Lópes, dessa cidade, o senhor Glaucio Guiss deu voz de prisão a um senhor que saudava a outro na porta daquela pensão com a saudação simbólica do Partido Nazista alemão, pronunciando tambem expressões alemãs que o declarante não pode distinguir; que o depoente ficou sabendo tratar-se do senhor Alfredo Andersen que foi conduzido até esta Delegacia; que o declarante ouvir falar que a outra pessoa a quem o senhor Andersen saudára e que correspondera a saudação é conhecido por Doutor Faber e reside na Pensão referida; que o declarante ia passando no momento por aquela rua e foi testemunha dos fatos que acima relatou e notou que o senhor Glaucio Guiss arrolou como testemunha um senhor de nome Biazetto; que o declarante sendo convidado para comparecer a esta Delegacia aceitou o convite e o que disse acima representa a verdade; que o condutor tambem deteve outras pessoas cujos nomes o depoente ignora. Dada a palavra ao senhor Andersen por ele foi dito que ratificava o que disse com relação a primeira testemunha e que houve equívoco na apreciação de seu gesto. Pela testemunha foi dito que confirmava o depoimentos por ser verdadeiro. E como nada mais disse nem lhe foi perguntado a autoridade mandou encerrar o presente auto de prisão em flagrante, que sendo lido e achado conforme vai assinado pelo senhor Delegado, por mim, Virgilio Gomes Pinheiro, escrivão que bem e fiélmente o datilografei e subscrevo, pelo conduzido Alfredo Andersen, pelas testemunhas Clavio Molinari e Eugenio Biazetto e mais as testemunhas Oswaldo Scaramella e Joaquim de

Oliveira que assistiram a lavratura do mesmo. (aa). Divonsir Bórba Côrtes. Alfredo Andersen. Clavio Molinari. Eugenio Biazetto. Glaucio Guiss. Oswaldo Scaramella. Joaquim Pereira Lopes.

#### AUTO DE DECLARAÇÕES DE HERBERT HEBMUELLER.

Aos quatro dias do mês de janeiro de mil e novecentos e quarenta, na Delegacia de Ordem Política e Social do Estado, às 24 horas, onde se achava o Delegado respectivo, senhor Doutor Divonsir Bórba Côrtes, comigo escrivão abaixo assinado, compareceu o senhor Herbert HebmueLLer, com trinta e quatro anos de idade, casado, gerente da Casa Nickel, residente á rua Desembargador Motta, 1947, natural de Berlim, Alemanha, filho de José HebmueLLer e de Dona Catarina HebmueLLer e prestou os seguintes esclarecimentos: que hoje, por volta das dezenove horas e quarenta e cinco minutos, a convite do snr. Kreutz, esteve na Pensão denominada Kreutz, sita á rua Candido Lopes, nesta cidade afim de fazer uma refeição; que o declarante para lá se dirigiu com o seu automovel de chapa 2.988 de sua propriedade; que o declarante lá encontrou os seguintes amigos: Alfredo Andersen, Heinz Ehlert, Birke, Dr. Faber e Dr. Treuler e também proprietário da Pensão snr. Kreutz; que durante a reunião imperou a maior cordialidade e não se tratou, absolutamente, a reunião imperou a maior cordialidade e não se tratou, absolutamente, de politica; que o declarante não ignora existir um lei no Brasil que proíbe a atividade politica estrangeira; que o declarante foi socio do Partido Nacional Socialista se afastando logo após a divulgação da Lei proibitiva de atividades politicas; que o declarante não viu a saudação feita pelo senhor Alfredo Andersen, pelo motivo de já se encontrar no volante de seu carro. E como renda mais disse, nem lhe foi perguntado deu-se por findo o presente auto de declarações, que depois de lido e achado conforme, vai assinado na forma da lei. Eu, Virgilio Gomes Pinheiro escrivão bem e fiélmente datilografei o presente auto que subscrevo. (aa). Divonsir Bórba Côrtes. Herbert HebmueLLer. (119)

#### AUTO DE DECLARAÇÕES PRESTADAS POR DOUTOR GUSTAV FABER.

Aos cinco dias do mês de janeiro de mil novecentos e quarenta, na Delegacia de Ordem Política e Social, às nove horas, onde se achava o Delegado Senhor Doutor Divonsir Bórba Côrtes, comigo escrivão abaixo nomeado compareceu o senhor Gustav Faber, com vinte e sete anos de idade, solteiro, jornalista, filho de Otto Faber e da Dona Hildegard Faber, natural

de Baden-Weiler, Alemanha, residente á rua Candido Lopes, Pensão Kreutz, sendo interrogado pelo Delegado a respeito do Auto de Prisão em Flagrante que lhe foi lido e explicado, declarou que efetivamente o declarante tomou parte de uma churrascada havida hontem na Pensão Kreutz onde o declarante mora; que na mesma churrascada estiveram presente as seguintes pessoas: Andersen, Ehlert, Birke, Hebmueeller, Treuler e o proprietário da Pensão, o senhor Kreutz com mais um pensionista de nacionalidade brasileira de nome Rafael de Tal; que durante a reunião não se cogitou absolutamente de objetivos políticos e isso pode afirmar o proprio pensionista brasileiro que a mesma esteve presente; que o declarante com seus amigos durante todo o tempo que foi de dezenove e trinta as vinte horas e trinta minutos, mais ou menos, tomou grande quantidade de cerveja com seus amigos e tambem jogou com os mesmos o jogo denominado “Zepelim”; que o snr. Ehlert é praticante do Consulado Alemão de Curitiba e os senhor Andersen é vice-consul alemão em Paranaguá; que o declarante não tem a menor lembrança que tenha recebido a saudação simbólica do nazismo por parte do senhor Andersen, como também não memória que tivesse feito em correspondencia a mesma saudação com a expressão “Heil Hitler” ao senhor Andersen; que a despedida dos amigos se deu precisamente aos vinte e três horas trinta minutos e o declarante não notou que o senhor Andersen e seus companheiros tivesse sidos detidos pela Polícia por terem usado saudações de partido político estrangeiro; que o declarante é solteiro e reside no Brasil desde dezembro de mil novecentos e trinta e oito, tendo entrado em caráter temporário, porem já procurou no Rio de Janeiro a legalização de sua permanência do País; que atualmente o declarante trabalha como funcionario do Consulado Alemão em Curitiba, como radio-ouvinte de estação alemã para ridigir os noticiarios sobre a propaganda na atual guerra e por isso recebe modesto ordenado que lhe dá o necessário para ir vivendo; que o declarante faz parte da N.S.D.A.P e o seu numero no mesmo partido é de dois milhões e tanto e não se recordando o numero exato; que logo que saiu da Alemanha e chegou ao Brasil deixou sua atividade política porque teve conhecimentos que a Lei do Brasil não permitia aos Estrangeiros atividades políticas; que o declarante quer corrigir o que acima desse sobre “Propaganda Alemã”. Pois a sua atividade é ridigir o noticiário da guerra com o fim de esclarecer a verdade sobre os últimos acontecimentos; que o depoente tem feito, como jornalista, propaganda favoravel ao Brasil e ao Estado Novo Brasileiro. E como nada mais disse, nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar este auto de declarações que

depois lido e achado conforme vai assinado na forma da lei. Eu, Virgílio Gomes Pinheiro, escrevão que bem e fiélmente lavrei este auto que subscrevo (a) Divonsir Bórba Côrtes. Dr. Gustav Faber. Em tempo: Pelo declarante foi dito que queria retificar o que acima disse relativamente a cerveja que tomou, pois expressou-se mal quando disse que foi grande quantidade de cerveja e quer esclarecer que a quantidade foi regular, dando apenas para torna-lo alegre e não embriagado. (aa) Divonsir Bórba Côrtes. Dr. Gustav Faber. (120 e 121)

#### AUTO DE DECLARAÇÕES PRESTADAS POR HANS BIRKE

Aos cinco dias do mês de janeiro de mil novecentos e quarenta, na Delegacia de Ordem Política e Social, as nove horas e cinquenta minutos, onde se achava o Delegado senhor Doutor Divonsir Bórba Côrtes, comigo escrevão abaixo nomeado, compareceu o senhor HANS Birke, com vinte e nove anos de idade, solteiro, bancario, filho de Paulo Birke e de Dona Ana Birke, natural de [Striezau], Alemanha, residente á rua treze de Maio, numero seiscentos e onze, sendo interrogado pelo Delegado a respeito do auto de prisão em flagrante que lhe foi lido e explicando, declarou que o senhor Ehlert convidou-o para tomar numa reunião íntima na Pensão Kreutz, sita á rua Candido Lopes, onde estavam os senhores Andersen, Ehlert, Hebmüller, Treuler, o senhor Kreutz, proprietario da Pensão e mais Rafaél de Tal; que durante a reunião não falaram absolutamente em assuntos politicos; que o declarante com seus amigos, durante todo o tempo que foi de dezenove e trinta as vinte horas e trinta minutos, mais ou menos, tomou regular quantidade de cerveja com seus amigos; que o senhor Treuler o mesmo veio conhecer nessa noite; que o declarante não tem a menor lembrança que algum de seus amigos tivesse feito a saudação simbólica do nazismo; que durante essa reunião não chegaram ao ponto de embriagarem-se e sim de ficarem alegres; que jamais fez parte da N.S.D.A.P.. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar o presente auto, que depois de lido e achado conforme, vai assinado na forma da lei. Eu, João Quadros Gonçalves, escrevão que bem e fielmente lavrei este auto que subscrevo. (aa). Divonsir Bórba Côrtes. Hans Birke. (p.122)

#### AUTO DE DECLARAÇÕES PRESTADAS POR RAFAEL TEODORICO DA SILVA.

Aos oito dias do mês de janeiro de mil novecentos e quarenta, nesta cidade de Curitiba, na Delegacia de Ordem Política e Social, onde se achava o senhor Doutor Divonsir Bórba

Côrtes, Delegado respetivo, comigo escrivão abaixo declarado, compareceu Rafaél Teodorico da Silva, filho de [ilegível] Teodorico da Silva e de Dona Alice de Barros da Silva, falecida, nacido em General Camara, Rio Grande do Sul, á déz de maio de mil novecentos e treze, funcionário público e estudante de medicina, residente á rua Candido Lopes, duzentos e sessenta e um e declarou: Que o declarante no dia quatro do corrente mez se achava chegado da Biblotéca Pública do Estado, no quarto do pensionista Adir Ferreira na Pensão Kreutz, desta cidade, isto por volta das vinte e duas horas e trinta minutos, mais ou menos; que notando que um dos empregados da pensão passaram conduzindo algumas garrafas de cerveja, a convite deste empregado, que é um menino, o declarante foi até a sala de visitas, onde se achava instalado o telefone da mesma pensão; que la chegando encontrou vários individuos, entre eles o Doutor Faber e o proprietario da pensão senhor Kreutz, pessôas que o declarante já conhecia, pois um deles é o proprietario da pensão e o outro é pensionista; que o declarante ignora desde que horas aqueles individuos se achavam ali reunidos e nem sabe a préstito de que ali compareceram; que o proprio Doutor Faber foi quem aprendeu o declarante as demais pessôas que ali se achavam, das quais o declarante não guardou os nomes; que pouco antes da meia noite aquelas pessoas se despediram, tendo o declarante os acompanhados até o automovel; que o declarante logo em seguida se dirigiu pela porta da rua ao quarto do senhor Farias, que fica ao lado da porta de entrada da pensão Kreutz; que o declarante antes de se despedir ainda se dirigiu ao motorista de automovel, o que se dizia empregado do Banco Alemão e disse que tivessem cuidado e não fossem beber a gasolina do automovel, pois éra visivel o estado de embriaguez do referido motorista; que o declarante disse essa pilhéria em portuguez e depois repetiu em alemão, pois presumiu que algumas das pessôas que se achavam no automovel não tivessem entendido; que o declarante não notou que algum daqueles individuos tivesse feito a saudação nazista aos se despediram; que só no dia seguinte é que o declarante soube por intermédio da senhor do proprietário da pensão que aqueles individuos tinham sido presos pela polícia e o declarante julgou que o motivo da prisão fosse em virtude de se acharem embriagados; que no dia seguinte pelo almoço, a senhora Kreutz pediu ao declarante que conseguisse uma ligação telefonica com o Doutor Leonel Martins para que o mesmo tratasse de verificar o que poderia haver relativamente a sua pessoa e seu marido fosse da prisão havida na noite do dia anterior, no que o declarante atendeu; que o declarante tomou dois copos de cerveja em companhia daquelas pessôas e

daquela hora até a saída não notou que se cogitasse de politica; que o declarante não pôde afirmar que antes de sua chegada aquelas pessoas não tivessem se servido de churrasco ou qualquer outra refeição; que o declarante não pôde servir de testemunha em favor daquelas pessoas no sentido de comprovar que na reunião havida tivesse sido cogitado de objetivos politicos; que posteriormente o declarante soube que naquela reunião estiveram alguns funcionarios do Consulado Alemão de Curitiba; que o declarante teve oportunidade de apresentar o Doutor Faber como intelectual e que se dizia de passagem por Curitiba, aos Doutores Mario Abreu de Lacerda Pinto, Elias Karam e outros membros do Circulo de Estudos Bandeirantes, não se mostrando o Doutor Faber como intelectual por não poder se expressar muito bem em francez; que o declarante protesta contra a alusão que paira contra sua pessoa de ter tomado parte em reuniões nazistas, pois se esteve em companhia das pessoas relacionadas pelo auto de prisão em flagrante foi levado acidentalmente; que o declarante é brasileiro e se preza sua nacionalidade e seria incapaz de tomar uma atitude que não fosse digna de um bom brasileiro; que o declarante não é de descendencia alemã e si fala alemão por ter aprendido no Ginásio Anchietta, onde concluiu seu curso ginasial; que o declarante atribui a atitude das pessoas já referidas ao visível intuito de envolverem um brasileiro naquela reunião para não pairar suspeita sobre a mesma; que o declarante afirma sob palavra de honra não ser nazista e nunca ter feito parte desse partido, bem como de sociedades alemães; que não é exato que o declarante tenha dito, certa ocasião, na pensão Kreutz, que Hitler tivesse intenção ou que não precisasse de colonizar parte do Brasil, pois teria cousa melhor lá por perto do império; que o declarante notou antes de se retirarem, um senhor gordo, usar o telefone, sendo que o declarante não notou que o numero de telefone chamara e nem com quem falaram apenas ouviu que falou em alemão. E como, nada mais disse, nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar este auto, que assina com o declarante, depois de lido e achando conforme. Eu, Albino Raschendorfer, escrivão que o datilografei e o subscrevi. (aa) Divonsir Bórba Côrtes. Rafaél Teodorico da Silva. (Pp. 123 e 124).

#### AUTO DE DECLARAÇÕES PRESTADAS POR JACOB KREUTZ.

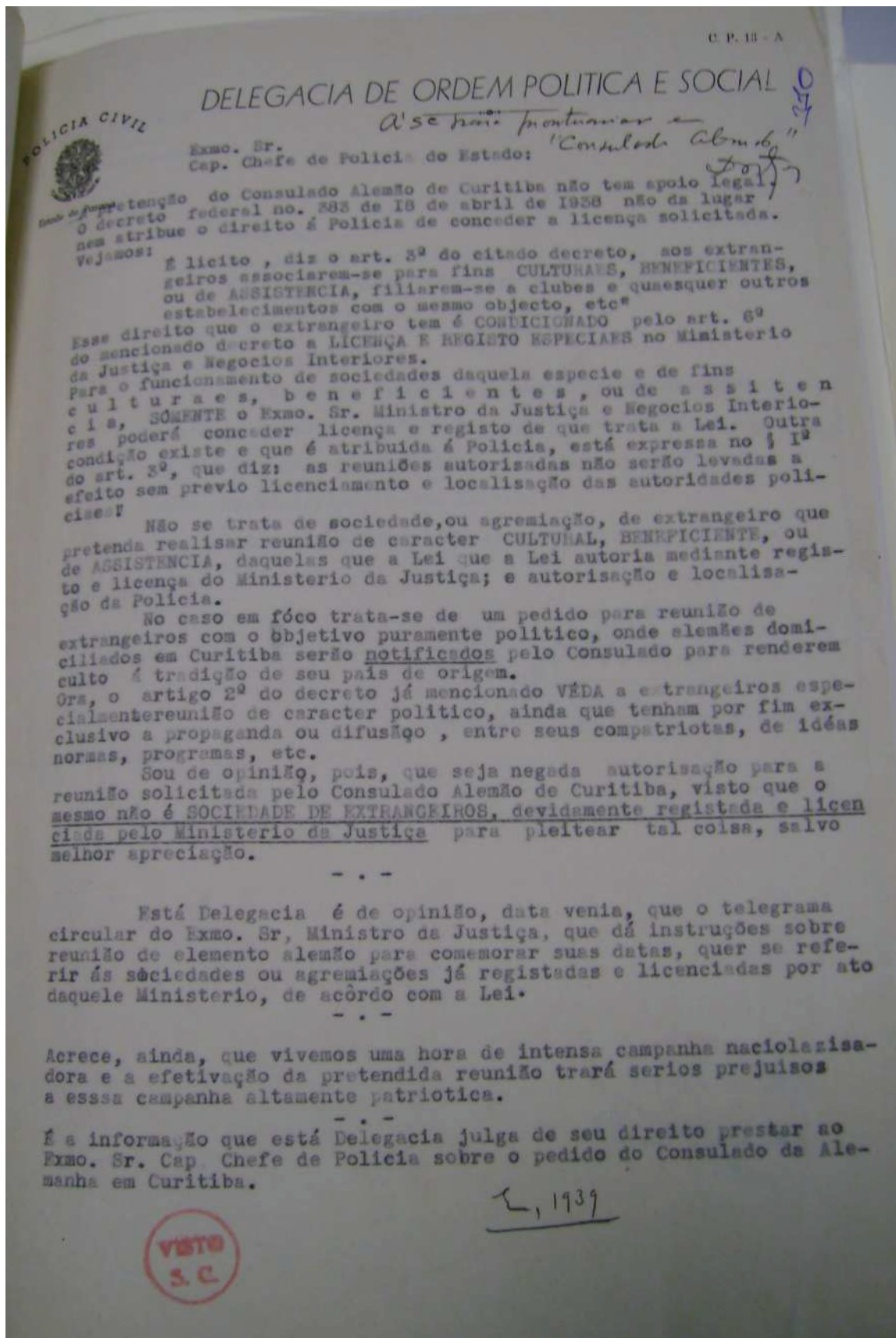
Aos déz dias do mês de janeiro de mil novecentos e quarenta, na Delegacia de Ordem Polícita e Social, aí presente o senhor Doutor Divonsir Bórba Côrtes, Delegado respectivo, comigo escrivão de seu cargo nomeado e abaixo assinado, compareceu o senhor Jacob Kreutz,



filho de Jacob Kreutz e Dona Elisa Kreutz, natural de Bliesen, Alemanha, com quarenta e nove anos de idade, casado, comerciante, inquirido pela autoridade declarou: Que é proprietário da Pensão Kreutz, sita á rua Candido Lopes desta cidade; que em meados de dezembro do ano próximo passado o Doutor Faber que é seu pensionista oferece na sua Pensão um jantar para as seguintes pessoas: Andersen, Ehlert, HebmueLLer, Wawretzko e mais uma pessoa que o declarante diz chamar-se Birke; que durante essa reunião não abordaram assuntos políticos; que essa reunião iniciou-se as vinte horas e terminou as vinte e quatro horas aproximadamente; que dela não tomou parte o individuo que atende pela alcunha de "Fogareiro". Continuando nas suas declarações disse: que no dia quatro de janeiro corrente, reuniram-se novamente em sua pensão os seguintes indivíduos: Andersen, Doutor Faber, Ehlert, HebmueLLer, Treuler, "Fogareiro" e Birke; que essa segunda reunião teve inicio as vinte horas, tendo os seus participantes criado uma churrascada e tomado cervejas, tendo os mesmos individuos ficados alegres sem no entanto estarem embriagados; que nesta segunda reunião os individuos em apreço não tocaram em assuntos politicos e apenas divertiram-se jogando palitos; que o individuo que atende pela alcunha de "Fogareiro" tomou parte da reunião aproximadamente as vinte e duas horas e que Birke compareceu a mesma aproximadamente as vinte e duas horas e que Birke compareceu aproximadamente as vinte e uma horas; que o declarante jamais permitiu que dentro de uma pensão fossem debatidos assuntos políticos, porque sabe que as Leis do País não permitem; declarou ainda que essa reunião terminou aproximadamente as vinte e três horas e meia e que acompanhou os seus fregueses até a porta da saída do prédio não notando que os mesmos ao despedirem-se dele declarente tivessem usado da saudação nazista; que apenas soube da prisão do senhor Andersen no dia seguinte. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado, mandou a autoridade encerrar o presente auto, que assina com o declarante, depois de lido e achado conforme. Eu, Virgilio Fomes Pinheiro, escrivão que o datilografei e o subscrevi. (Aa). Divonsir Bórba Côrtes. Jacob Kreutz. (p.125)

ANEXO IV - Recomenda que as festividades do Consulado não sejam permitidas

(Dossiê Consulado da Alemanha, p.110)



**ANEXO V - Embarcados no vapor Itaquera em 08/12/1942 com destino ao Rio de Janeiro por ordem do Ministério da Justiça**  
(Dossiê Atividades Nazistas, p.35-39)

Detido	Descrição	Observações
Joseph Macho	08/12/42 - detido em Curitiba acompanhado de Heinz Franz Zimmer, clandestino e desertor de um navio alemão. Obteve carteira de identidade de 1940, suspeito por ser serralheiro e ter comprovado que foi copeiro na casa do General Allen Kimberly, chefe da missão americana no Brasil, e depois na Embaixada da Espanha no Rio. Foi escoltado para Paranaguá afim de embarcar para o Rio.	Alemão clandestino - desertor de navio alemão. Solto em 12/1944.
Heinz Franz Artur Zimmer	08/12/42 - detido em Curitiba junto com Josph por não possuir documentos comprobatórios de sua identidade, confessou ter se evadido do cargueiro alemão Bollwerk em 1939, atracado em Salvador. Escoltado para Paranaguá e embarcado para o Rio.	Alemão clandestino - desertor de navio alemão. Liberto em 12/1944.
Francisco Bernardo Tholl	7/5/42 - detido em Iratí, ofício nº148, é clandestino e consertador de máquinas, recolhido para aguardar a expulsão, foi encaminhado para o Rio..	Alemão clandestino. Liberto de 12/1944.
Fritz Wilhelm Schundemann	15/3/42 - detido quando tentava salvo conduto para viajar para Joinvile, não possui documento de permanência no país. Diz ter chegado em 1930 e sua carteira de trabalho possui diversas mudanças de emprego em mecânicas entre Rio Grande do Sul e Joinvile. Confessa ser nazista fervoroso e e ter feito parte do Partido Nazista em Santa Cruz, RS e só não fez parte do partido em Curitiba, pelo partido já estar proibido. Escoltado para o Rio.	Alemão clandestino. Sem informação sobre a soltura.
Theodoro Werthschulte	15/07/41 - fichado e prontuariado por ser preponderante no NSDAP com ligações com o núcleo de Irati, chefiado por seu cunhado Guilherme Willy Roettger. Detido em 4/6/42 por suspeita de exercer atividades contrárias a segurança nacional e como medida preventiva para não se opor às investigações dos seus parentes filiados. Diz não ter entrado no Partido por não ter sido aceito por conta de uma dívida na pensão onde morava, e mesmo assim sempre foi, é e sempre será simpatizante do mesmo. 31/7/42 - escoltado para Paranaguá com destino ao Rio, no decorrer da viagem entou, fervorosamente, hinos alemães.	Sem informação de Nacionalidade. Liberto em 05/06/1945.
Georg Fillies	23/4/42 - detido por medida preventiva por figurar num retrato onde se acham os maiores nazistas de Curitiba. Em sua casa foram apreendidos diversos livros em alemão, não sendo de propaganda hitlerista, um rádio e diversas cartas, também em alemão. Escoltado para Paranaguá em 31/7/42 para embarcar para o Rio.	Sem informação de nacionalidade. Sem informação sobre a soltura.

Detido	Descrição	Observações
Horst Udo Knoff	15/4/42 - Apresentado pela DOPS de Foz do Iguaçu com ofício nº87, declarou ser marinheiro fugitivo do vapor Windhuk desde 1939. Possuía um mapa da fronteira do Paraná, com a Argentina e Paraguai, alegou usar na viagem de fuga. Em 30/4/42 foi feito seu processo de expulsão do Brasil. 31/7/42 - encaminhado para Paranaguá para embarcar para a Alemanha.	Alemão clandestino - desertor de navio alemão. Liberto em 12/1944.
Rudolf Siemann	30/1/42 - detido em União da Vitória, apresentado com o ofício 142. Declarou ser refugiado do couraçado alemão Graf Spee, do qual era marinheiro. 31/7/42 escoltado para Paranaguá, afim de embarcar para o Rio, entoou cantos de hinos alemães. Se encontra na Ilha Grande.	Ainda permanecia detido. Alemão clandestino - desertor de navio alemão.
Willy Winkens	20/2/42 - detido por ser nazista e exercer atividades contrárias a Segurança Nacional. Na busca em sua casa foram apreendidos diversos livros e revistas alemãs, de propaganda nazista. Confirmou ter sido filiado ao partido por intermédio do Arbeiterfront e que é simpatizante das ideias de Hitler. 31/7/42 - escoltado para Paranaguá para seguir para o Rio, durante a viagem entoou hinos alemães.	Sem informação de nacionalidade. Sem informação sobre a soltura.
Henrique Bokelheide	8/5/42 - detido por estar fardado em um retrato com os maiores nazistas de Curitiba, em sua casa foram apreendidas revistas de propaganda nazista, livros em alemão e um rádio receptor. Confirmou ter sido filiado ao partido e ter sido chefe da célula Frente Trabalhista Alemã em Curitiba, ainda alimenta os ideais nazistas, por ser alemão. 31/7/42 - escoltado para Paranaguá para embarcar para o Rio.	Alemão. Sem informação de soltura.
Otto Braun	Envolvido no processo instaurado pelo Governo Federal contra Marcos Konder. Em 27/12/38 foi fichado por ter sido julgado pernicioso ao regime e por ser adepto do nazismo, conforme se verifica no comprovante 744, fornecido pelo Serviço de Nacionalização da 5ª região militar. É funcionário do Consulado. Em 25/10/40, distribuiu livros alemães no Consulado. Considerado elemento perigoso em ofício 169 do Q.G. da 5ª Região Militar. Recolhido na Casa de Detenção do estado em 27/04/42, suspeito de estar exercendo atividades nazistas. Nada foi encontrado em sua residência. Declarou estar de acordo com a política de Hitler. Escoltado para Paranaguá em 31/07/42 e seguir para o Rio.	Alemão. Sem informação de soltura.
Emil Morhroff [Morehoff]	Detido em 16/3/42 em Foz, apresentado à DOPS de Curitiba no ofício 58, estava com diversos livros, fotografias e cartas de propaganda nazista. Confirmou ter sido sempre pessoal de confiança do Consulado na zona de Foz, e apesar de não ter sido filiado, é adepto da ideologia nazista por ser alemão e ter grande admiração por Hitler. Escoltado para Paranaguá para seguir ao Rio.	Alemão. Liberto em 02/04/1945.

Detido	Descrição	Observações
Alberto Blum	2/12/22 - chegou ao Brasil vindo por São Francisco, fez novo passaporte em 06/1936 e teve visto de retorno expedido pela Polícia Civil de São Paulo. Voltou ao Brasil em 10 de 1936 pelo Porto de Santos. Foi fichado em 12/38 por ser pernicioso ao regime e por professar a ideologia nazista, conforme se vê em comprovante fornecido pelo Serviço de Nacionalização da 5ª Região Militar. Em 5/3/42 foi preso por ser nazista e representar perigo à segurança nacional, em sua residência havia material de propaganda nazista. Confirmou ter sido filiado ao partido desde a sua fundação, foi tesoureiro no Paraná, continua sendo simpatizante de Hitler. Escoltado em 31/7/42 para Paranaguá para embarcar para o Rio. Sua esposa solicitou sua liberdade através do protocolo 8.505 ao Interventor, de 26/4/44. Em 12/6/44 a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública deu parecer favorável, sendo aprovado pelo Interventor e pelo Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública em 16/6/44.	Alemão com visto de retorno. Parecer favorável a soltura em 16/06/1944.
Gustavo Gaase	11/2/42 - detido em Irati por ser fervoroso nazista e por ter ficado evidente através de carta escrita por sua amázia Hilda Krueger Hoffman, desenvolver grande atividade em prol do nazismo na capital e no interior, durante as viagens de venda de produtos da Bayer. O gerente da Bayer em Curitiba, Afonso Schweiger, afirmou que Gustavo mantinha estreitas relações políticas com o Consulado Alemão. Encaminhado a Casa de Detenção, confirmou ter sido filiado e ainda ser afeiçoado ao nazismo por ser alemão. Escoltado para Paranaguá em 31/7/42 para ir ao Rio.	Alemão. Sem informação de soltura.
Informação prestada em separado com referência ao telegrama nºs/2.038, de 30/10/44 do Ministério da Justiça - 8/11/44.		

**ANEXO VI - Relação nº2 - Embarcados no vapor Itaquera em 08/12/1942 com destino ao Rio de Janeiro por ordem do Ministério da Justiça e que se encontram em liberdade assistida**  
(Dossiê Atividades Nazistas, p.40-43)

Detido	Descrição	Observações
Kurt Boiger	5/3/42 - detido por ser nazista e por suspeita de atividades prejudiciais à segurança pública. Em sua casa encontrados livros de propaganda nazista. Confessa ter sido filiado e que continua sendo simpatizante. Escoltado para Paranaguá, afim de ir para o Rio, seguiu entoando hinos alemães. POsto em liberdade em 30/8/44 por ter respondido aos quesitos formulados pela DOPS.	
Erich Heinze	17/4/42 - detido como medida preventiva por ser público e notorio nazista fervoroso. Figura na fotografia de nazistas tirada quando da estadia de von Cossel na capital. Em sua casa foram encontrados diversos livros e revistas, sendo dois livros e as revistas de propaganda hitlerista. Escoltado para Paranaguá em 31/7/42. Posto em liberdade em 10/4/44 por ter respondido aos quesitos formulados pela DOPS.	
Kurt Maeckleburg	27/12/38 - prestou declarações na DOPS; 31/12/38 - requereu atestado de antecedentes políticos-sociais para a obtenção de cidadania brasileira. 29/1/42 - preso por suspeita de atividades nazistas. Declarou ter sido do partido e que continua sendo simpatizante. 31/7/42 - escoltado até Paranaguá afim de seguir para o Rio. 18/11/43 - pelo telegrama 486. a Delegacia Especial de Ordem Política e Social do Rio informou que estava em liberdade no Rio.	
Arthur Meissner	18/3/42 - detido por ser elemento preponderante do nazismo, em sua casa foi encontrado vasto material nazista. Confirmou não ter sido filiado ao partido, mas é simpático à ideologia, é fornecedor de bonés para o exército. Continua ser simpatizante e pretende retornar à Alemanha. Seus filhos, Max e Fritz, forma filiados na Juventude Teuto-Brasileira, tendo enviado o primeiro à Alemanha, onde ainda permanece e não deseja voltar ao Brasil. 31/7/42 - escoltado para Paranaguá rumo ao Rio. 2/5/44 - sua esposa solicitou sua soltura ao Interventor Federal, em 29/5/44 foi deferido. Em 1/7/44 se apresentou a DOPS.	
Werner Ricken	8/5/42 - detido por suspeita de exercer atividades nazistas, em virtude de uma fotografia de maiores nazistas, fardado, em sua residência foram encontrados livros e revistas hitleristas. Confirmou ter sido filiado ao PartidoNazista e ainda simpatiza com o fuehrer. 31/7/42 - escoltado até paranaguá afim de ir para o Rio. Em 27/1/44 sua esposa solicitou sua soltura ao Interventor. Deferido em 29/5/44 e em 12/7/44 apresentou-se nesta DOPS.	

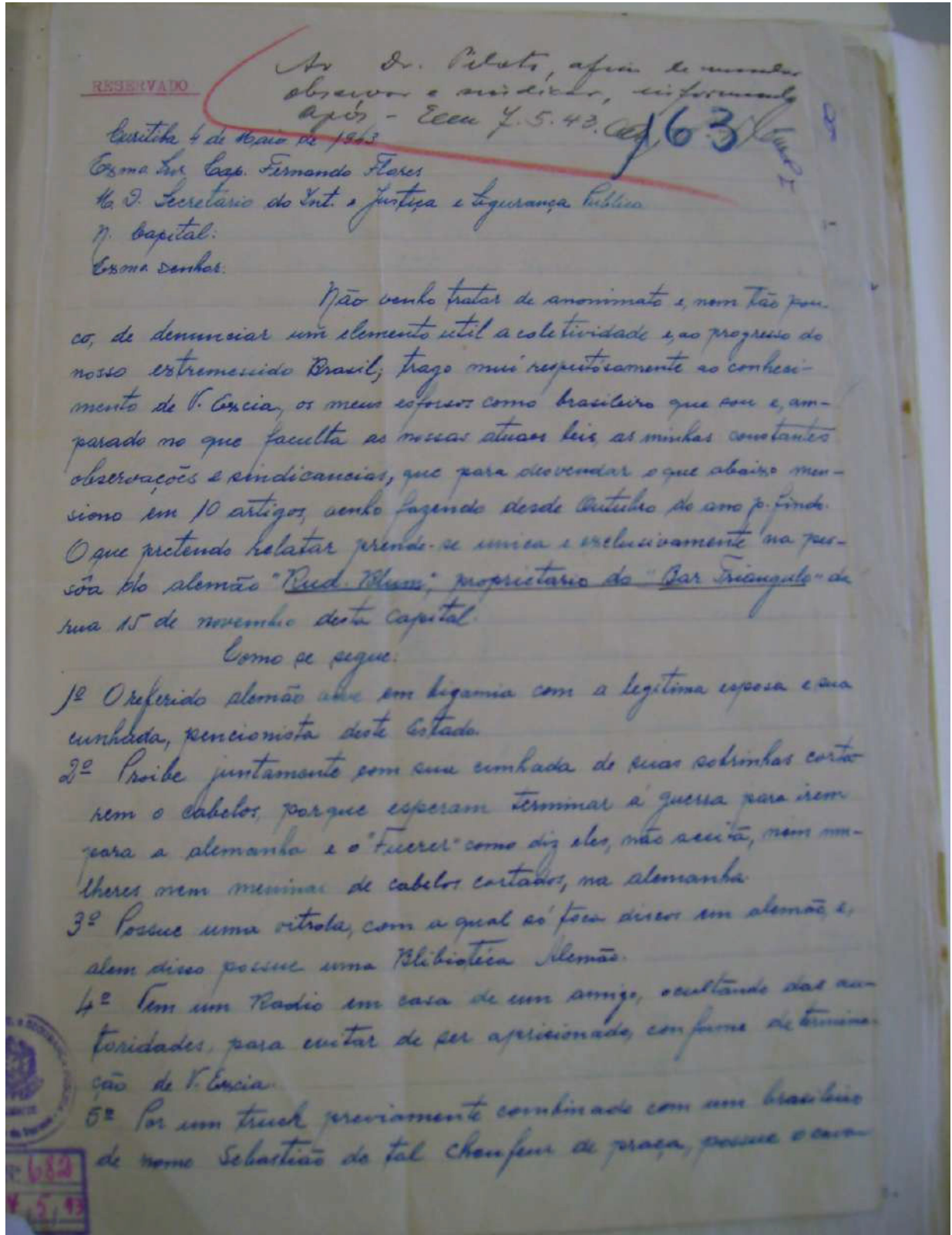


Detido	Descrição	Observações
Ernest Minjon	24/4/42 - detido como medida preventiva, por figurar em fotografia de maiores hitleristas de Curitiba e do Paraná, em sua casa foram encontrados livros e revistas de propaganda nazista, e fotografias de Hitler e Hindenburg. Confirmou ter sido filiado e ainda ser simpatizante das ideias nazistas por ser alemão. 31/7/42 - Escoltado até Paranaguá para seguir para o Rio. em 7/12/44 apresentou-se nesta DOPS e foi posto em liberdade em 8/12/44.	
Herbert Hebmüller	5/3/42 - detido por ser nazista e por suspeita de atividades subversivas. Nazista apaixonado, em sua casa foi apreendido material hitlerista. Confirmou ser um grande admirador do nazismo e que gostaria de combater ao lado de seus compatriotas. 31/7/42 - escoltado até Paranaguá afim de seguir para o Rio. E, 3/4/44 - apresentou-se à DOPS e foi colocado em liberdade 10/4/44.	

Detido	Descrição	Observações
Reinhardt Maack	<p>Pelos seus antecedentes, é um elemento suspeito e indesejável. Nazista fervoroso, foi detido em 29/1/42, mostrou-se sempre arrogante e sempre que pode reafirmou seu fanatismo pelo nazismo e sua convicção na vitória da Alemanha. Encaminhado para Paranaguá, para seguir para Ilha Grande, foi entoando canções de guerra do nazismo. [início da parte riscada] Como geólogo, sempre contou com o apoio das autoridades brasileiras, inclusive do Interventor Manoel Ribas. Mesmo assim, em seu arquivo particular positivou-se que todos os seus trabalhos, tinham, no fundo, um objetivo político, pois Maack os levava a termo somente no interesse da cultura alemã [fim da parte riscada]. Foi aprendida em seu poder uma circular dirigida aos industriais alemães de Santa Catarina, pelo ex-cônsul Tissmann, afim de que os mesmos concorressem para a publicação de trabalhos geológicos de Maack, mercê das facilidades obtidas, com simulações junto às autoridades catarinenses. Tissman afirmava na circular, que Maack pretendia salvaguardar os interesses culturais alemães, não oferecer ao governo brasileiro, e sim publicá-los pela Sociedade Alemã de Estudos Terrestres, com sede em Berlim. E a importante obra foi publicada na Alemanha, sedo inestimável roteiro para investidas em nosso território. Confessou trabalhar no Brasil sendo custeado por entidades estrangeiras, com a função política de apreender, elaborando trabalhos científicos e culturais sobre as zonas de colonização mais densas, assim preparando reforços para futuras reivindicações sobre o território. Esses estudos serão assim como descobrimentos, como direitos sobre aquilo que primeiro revelaram ao mundo, depois de terem desbravado e tornado fonte de riqueza com os braços colonos. Chamam Maack de pseudo cientista, fruto da sutilíssima política imperialista. Maack é asqueroso sob o ponto de vista moral, no prontuário consta uma série de cartas dirigidas à atual esposa, quando noivo, onde as expressões imorais, que dirigia aquela, são verdadeiramente incríveis e o colocam na galera dos tipos freudianos. Depois de conhecer estas cartas, tem se nojo da presença de Reinhardt Maack. Diz que Maack é inimigo do Brasil e foi desmascarado pela DOPS. No prontuário constam traduções de cartas ao cônsul alemão em Curitiba e a amigos seus, da Alemanha, com tom de asco e revoltantes expressões sobre o Brasil e nossa gente. Indica a expulsão do mesmo quando terminar a guerra.</p>	
[Informação prestada em separado com referência ao telegrama nºs/2.038, de 30/10/44 do Ministério da Justiça - 8/11/44].		

## ANEXO VII - Denúncia contra Rudi Blum

(Dossiê Delegacia de Ordem Política e Social, p.18-19)



163 7 8  
lo do ex- Conde alemão nesta cidade, camuflado numa sup-  
ta compra do mesmo.

6º O dito alemão gosta as largas e desimpedidamente e, ainda,  
compra propriedades caras, e veículos de luxo quando só possui  
como garantia de seu sustento um Barrinho de 1º ordem e,  
que, nem ao menor, cuide do mesmo, deixando por mãos alhe-  
ias, e, com uma despesa mensal superior a 2.500,00 cruzeiros  
isto só, com obrigações de prédio "digo da loja", impostos, luz e en-  
pregados, não incluindo ao montante, suas despesas de man-  
tenções que ultrapassa a 800,00 cruzeiros mensais.

7º Este inequivel 5º Coluna, gabando-se que é amigo íntimo dos  
secrets, e que, todos são conhecidos por ele e, de nada teme,  
pois trata-os da melhor forma, dando-lhes aperitivos cachorros,  
quentes e nada cobrando os, porque em troca, está plenamente garan-  
tido e, não teme acusações, pois quem tal o acusar pensará no  
Padrão, gabando-se que já tinha feito a alguém.

8º Diz ainda o petulante alemão, que conta com um parente de  
sua cunhada e amazia, na Delegacia de Ordem Política e So-  
cial e que nada lhe acontecera.

9º Na casa do dito indivíduo a qualquer causa compromettedora  
pois é cercada de cachorros bravios, e lá se entra gente de  
sua laia, isto é, alemães.

10º Em suma, a vida deste estrangeiro, não pôde de forma alguma,  
ser uma vida normal, tem que aparecer com uma investiga-  
ção, qualquer meios comprometedor.

Saúde e Fraternidade  
A. A. A. A. A.